

ATA 255ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas, pelo aplicativo google meet, realizou-se a ducentésima quinquagésima quinta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Jaime Alvino Starke, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Isaura dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombola de Minas Gerais, Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo da SSV, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Anédia Miranda Farias – Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH, Natalia Lince – Federação das APAES, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, João Victor de Almeida Chaves - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG - Cristiano de Andrade - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Jaime Alvino Starke – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Haiandra Pereira de Oliveira – CMAS de Novo Oriente de Minas, Silvestre Dias – Secretária de Estado de Fazenda – SEF, Aloísio Soares de Lima Júnior – Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Sílvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação – SEE. Ainda, os seguintes Conselheiros Suplentes: Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População em Situação de Rua, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Marcio Caldeira – Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM, Domingos Sávio de Araújo – CMAS de BH, Damião Braz (Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME, José Darci dos Santos – Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS, Márcio Alves Evangelista – CMAS de Itabira, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. E, também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Carla Nésia Silva Duarte, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Ana Paula Vilella – SEDESE (apoiadora), Ana Claudia – SEDESE, Joana Moraes – SEDESE, Rosilene Teixeira - SEDESE, Mariana de Resende Franco – SEDESE, Suzane Horta – SEDESE, Joanita Pimenta – Consultora técnica, Najila Najjar – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva – SEDESE, Maíra Bispo. **DARCI, COGEMAS:** Bom dia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Bom Dia. **ANA PAULA, SEDESE:** Bom

dia, senhor Darci. **ADELMIRA SEC. EXEC. CEAS:** Bom dia. **PRESIDENTE:** Bom, bom dia também a todos. Paula, quando tivermos quórum, aí só me avisar, está bem? Obrigado. **ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS:** Jaime, bom dia. É Rosa. Ainda nós não temos quórum, tá? Só temos oito titulares presentes. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É, nós precisaríamos aguardar mais um pouquinho, mas o pessoal já está chegando. **PRESIDENTE:** Está bem, obrigado. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Jaime? **PRESIDENTE:** Oi, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Você me assustou... Assustou não, me alertou para a epidemia acabar semana que vem. Eu acho que eu consegui fazer o chat aí, olha. Eu escrevi... **PRESIDENTE:** Viu? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Parece que eu estou conseguindo. Estou tentando aqui. **PRESIDENTE:** Está sim. Eu ia até lhe dizer que já apareceu ali: "Anédia, estou treinando. Bom dia, estou treinando". **CRISTIANO, SEDESE:** Olha aí, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É, uai. Você falou assim: "Porque tomara que acaba a semana que vem", eu falei: "Deixa eu correr e aprender logo". Obrigada pela força. **PRESIDENTE:** Então já temos um... Imagina. Então já temos uma ótima perspectiva agora, semana que vem pode acabar. Deus queira. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Pode, pode. Está bom, Jaime. **PRESIDENTE:** Obrigado, dona Anédia. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Jaime e Patrícia, só lembrando que ontem nós ficamos até bem tarde naquela reunião, e foi falado que talvez a gente mudaria um ponto do PPAG, mas como estava muito intenso, na verdade, nós não definimos. Não ficou muito claro. Então, nós vamos avaliar a pauta aqui, agora. Se for para ter que alterar, nós faremos isso aqui em tempo real. Está bem? Da alteração dos pontos aqui na hora da avaliação. Pode ser? **PRESIDENTE:** Pode, pode ser sim, Paula. **PATRÍCIA, CRESS:** Bom dia, Paula. Bom dia, presidente. Bom dia, pessoal. **PRESIDENTE:** Bom dia, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** É, Paula. Não ficou muito definido não porque a Claudinha falou que ia tentar, que talvez não ia conseguir porque realmente era muito corrido. Gente, se alguém puder mandar a pauta no grupo do WhatsApp, porque aí fica mais fácil para visualizar. Obrigadão. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É. Eu mando. Patrícia, mas a pauta está visível aí na tela, está? **PATRÍCIA, CRESS:** Está visível. É porque como eu estou pelo celular, aí fica muito pequenininho. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, tranquilo. **DARCI, COGEMAS:** Confere aí, gente. Está um pouco confusa a pauta aí, olha abaixo das 16h15, volta para às 14h de novo. Depois, 14h20. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, está. Nós vamos seguir... Deixa eu ver. 16h15, 14h20. Não, está certo. 16h15, então aqui não vai ser. **PATRÍCIA, CRESS:** Preocupa não que até 23h59 hoje acaba. **CRISTIANO, SEDESE:** Isso tudo é por causa do tempo, não é? Para o tempo voltar, não é? Tipo, as 24 horas do dia não está dando não. **PATRÍCIA,**

GRESS: Pior que é, viu, Cristiano. Ontem, depois da reunião, eu ainda fui lavar vasilha, fazer comida para minha filha, arrumar a roupa para ela ir hoje para a casa da minha irmã. O dia acaba e o serviço não acaba não. **DARCI, COGEMAS:** Maria Paula, eu não sei se você viu aí, eu acho que seria bom, o dia que marcar a reunião do CEAS e já passar também para o COGEMAS, porque nós temos uma reunião extraordinária, uma assembleia extraordinária também hoje, e coincidiu com a plenária do CEAS às 14h30. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Mas aí você quer dizer... É, você... **DARCI, COGEMAS:** Então vai participar aqui, do CEAS, eu e o Aloísio. Aloísio como titular e [...]. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, [...], e vocês vão se retirar? 14H30? **DARCI, COGEMAS:** É, eu vou ter que [...] 14h30. É. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então aí a gente teria mesmo que fazer essa inversão de ponto, não é, Jaime? Porque a presença do Aloísio e do Darci, nesse ponto lá da revisão, da questão da CIB e dos recursos, eu acho que ela é fundamental. Não é? Então a gente pode até inverter mesmo, para garantir a presença dos representantes nessa discussão, porque eles estiveram presentes na CIB e tem as maiores informações para a gente também. **PRESIDENTE:** Uhum, isso. Acho que não teria problema não. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** E a gente já pode fazer isso agora, enquanto aguarda o pessoal, Patrícia e Jaime? Vamos ver aqui então o que nós ficaríamos. Nós trocaríamos, então, esse ponto do PPAG para colocar aqui no lugar dos... Está para às 14h... Então a gente mudaria esse PPAG para cá. E aqui no PPAG, às 9h, então, a gente iniciaria com esse recurso. Pode ser assim? **PRESIDENTE:** Pode. Eu acho que seria para aproveitar a oportunidade de estar presentes, não é? Poderia sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Paula, bom dia. É só uma sugestão, para poder fazer essa alteração quando da avaliação da pauta, quando os conselheiros estiverem presentes. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Bom dia. Pode ser, eu só estava tentando... É, pode ser. **PRESIDENTE:** Bom dia, Lucas. Tudo bem? **PATRÍCIA, CRESS:** Mas Paula, você tem outro arquivo, não é? Aí apresenta o outro arquivo, e aí já vai fazendo agora, porque aí na hora que começar a reunião, aí é só projetar essa que já vai estar pronta. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok. Seria principalmente esse aqui, olha. Rever esse. **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA:** Bom dia, conselheiros. Jaime, nós já estamos com quórum. Não qualificado, mas com esse quórum dá para iniciar a plenária. **PRESIDENTE:** Ok. Bom, dessa forma, então, são 08h23. Estando com quórum, apesar de não qualificado, vamos então tornar aberta a 255ª plenária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Pode só baixar um pouquinho a pauta? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok? **PRESIDENTE:** Acho que eu vou abrir aqui. Ok. Então, eu poderia fazer a menção dos

presentes? **ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS:** Paula, você quer que eu fale os presentes?

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Por favor, Rosa. Eu estou aqui alterando a pauta ainda. Por favor.

ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS: Estão presentes: Anédia, Damião, Elerson, Gabriela Loiola, Lucas Estevão, Patrícia, Aloísio Soares, José Darci, a Cláudia Falabella, o Cristiano Andrade, Jaime, Sandra e Silvia Gracia.

PRESIDENTE: Ok. Podemos, então, passar para o segundo ponto, que seria a apreciação da pauta... Quer dizer, a apreciação da ata da 254ª, e da 30ª plenária extraordinária. Os conselheiros têm algum ponto a serem observados nas atas?

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Jaime, nesse ponto eu tenho uma correção a fazer. Antes mesmo da avaliação dos conselheiros, principalmente na 30ª extraordinária, nós cometemos um equívoco em função dessa quantidade toda de equipamentos, e que eu não consegui participar, às vezes nem exibir e, em alguns momentos, nem ouvir o que estava sendo dito. Então, só depois mesmo é que eu fui me inteirar dessa questão. E nós cometemos um equívoco, que foi a posse, foi citada a posse do conselheiro José Darci, o que não estava condizente porque ele ainda não havia sido nomeado, não tinha a publicação do ato dele. Então por isso nós teremos que fazer essa correção. Agora sim, conselheiro José Darci dos Santos está devidamente com a publicação e, de fato, ele é um conselheiro. Aí sim, hoje nós vamos... Isso será feito na plenária de hoje. Então, essa correção. Na passada não houve a posse, ele teve a presença na plenária.

PRESIDENTE: Então considera-se aprovadas as atas da 254ª plenária ordinária, e da 30ª plenária extraordinária. Poderia passar para o próximo ponto, que seria a justificativa das ausências?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Bom dia a todos. Estão me ouvindo?

PRESIDENTE: Estamos. A Secretaria Executiva, quem faz a leitura das justificativas de ausência?

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Só um instante. Então nós temos a justificativa da Luanda Queiroga, que está em férias; da Noelle. A Noelle tinha justificado. Ontem ela esteve até conosco. A Noelle está presente hoje? Só ver aqui, porque às vezes altera um pouquinho, ontem ela esteve presente. Não, hoje ela não veio, realmente. Pensei que talvez ela poderia estar aqui. O conselheiro Antônio Hugo, como todo mundo já viu, ele comunicou que nos deixou também. Aí a Cynthia, a Cynthia Oliveira. São os que eu tenho... A Cynthia Oliveira, a Gabrielle Sabrina, que também é férias. Eu acho que são só esses que eu tenho: Hugo, Noelle, a Cynthia. Isso, são os que justificaram. Tem alguns que a gente não tem notícia, infelizmente não comunicaram, não nos deram retorno. Então a gente fica com esses aí. São essas as justificativas.

REGINA, SEC. EXEC. CEAS: Paula, tem a Daiane, que está em procedimento médico.

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: A Daiane? Ok. Então mais a Daiane.

SILVIA, SEE/MG: Bom dia.

Como eu justifiquei, a minha suplente, que é a Rosália, está de férias, e a tarde vai estar em descoberta a plenária, porque eu também tenho compromisso à tarde. Tá? Então até às 14h eu participo. **PRESIDENTE:** Ok. Podemos passar, então, para a apreciação da pauta? Já houve até algumas solicitações de alteração, vamos passar para os pontos que a Paula está construindo ali. Temos um pedido de inscrição, de inserção de ponto. A conselheira Patrícia. Por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Considerando que ontem nós nos delongamos na reunião conjunta das comissões, não foi possível fazer a reunião da Comissão de Orçamento, e nós temos uma pauta, do Bolsa Merenda, que é o retorno do Ofício 75 da SEDESE. Um ofício que foi muito discutido o envio dele, em reunião plenária, e no dia anterior, na reunião das comissões, em que foi solicitado aí informação sobre a utilização dos recursos do fundo de erradicação da miséria, do FEM, para o Bolsa Merenda. Então a gente obteve esse retorno da SEDESE e, como é uma pauta que nós já temos discutido há alguns meses, eu solicito inclusão para a gente poder dar esse retorno e avançar nas discussões. **PRESIDENTE:** Ok, conselheira Patrícia. Inclusão do... Isso. Bom, continuando, temos, então, agora pela manhã... Pode só baixar um pouquinho? O ponto original é diferente, então o que foi encaminhado é que seria a apresentação do PPAG, a versão original que foi encaminhada. A apresentação do PPAG e da LOA. E aí, como houve uma manifestação dos representantes do COGEMAS, que eles teriam uma assembleia extraordinária hoje às 14h30, foi solicitada a alteração dos pontos. Foi feita uma solicitação de alteração. A plenária concordaria com a alteração dos pontos? Ok, estão de acordo. A pauta começa: pontos de apresentação, daí vem a posse e depois... Só para poder correr um pouquinho ali... Então os pontos seriam esses: às 9h20, status quanto ao montante dos recursos recebidos pelo estado, oriundos da Lei Complementar n.º 173; próximo ponto, rever a questão dos montantes dos recursos recebidos e a alteração da resolução da CIB e do CEAS; intervalo de almoço; aí, início do PPAG, dando continuação, então seria a apresentação do PPAG e LOA; discussão acerca da Secretaria Executiva; composição da mesa eleitoral. É, Patrícia, eu só estou passando os pontos de pauta para poder deliberar. Isso. O ponto apresentado pelo conselheiro Daniel, cestas básicas. *Ad referendum* de nota e ofícios de Campo do Meio; comissões temáticas e inclusão do ponto Bolsa Merenda, retorno do Ofício 75. Então seriam esses os pontos de pauta. Os conselheiros estão de acordo? Bom dia, Márcio. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Aqui vale mais uma observação, Jaime, presidente... Com licença. Mas é porque eu deixei aqui, como comissões temáticas, pensando nesse ponto que a Patrícia até pediu a inclusão, nós colocamos de outra forma. Considerando que, na verdade, ontem não teve

reunião de comissão. Então a Comissão de Orçamento vai apresentar esse ponto. Talvez, mas assim, outras comissões que não reuniram, acho que não vão apresentar. Então talvez vai ser só de orçamento. A de normas, que já tinham um ponto pronto, se eles quiserem apresentar... Mas, por exemplo, a de apoio, como não reuniu, não trouxe uma matéria, então não vai haver essa... **PRESIDENTE:** O Cristiano botou ali: "Política também". **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Política vai apresentar? **PRESIDENTE:** Sim. **PAULA,** Sim. Ah, ok. Então mantém esse ponto de pauta. Beleza. **PRESIDENTE:** Então está. Aprovado, então pela maioria. Os contrários, quem não estiver de acordo, que se manifeste. Então consideramos aprovada. Vamos passar logo para o [...]. Então, a pauta, sendo apreciada, informes da SEDESE. Quem falaria em nome da SEDESE? **CRISTIANO, SEDESE:** Pode ser eu, Jaime. **PRESIDENTE:** Ótimo. Então tá, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Paula, a Rose te mandou a apresentação do informe? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então, eu acho que não. Eu estou procurando aqui... Ah não, chegou. Chegou alguma coisa assim, chegou aqui. Só um instantinho, gente, que eu vou... Pedi para me enviar com uma certa antecedência, vamos ver se o Ângelo conseguiu salvar lá, porque tem essa limitação de equipamentos, ele chega na hora e às vezes eu não consigo baixar. Só um instante. **PRESIDENTE:** Enquanto preparam, a CIB gostaria de passar os informes? **PAULA, sec. exec. ceas:** Ah, pode ser. Deixa eu ver se eu ajudo com isso. **PRESIDENTE:** Ou a CIB tem apresentação também? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A CIB tem apresentação? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Não, nosso informe não tem necessidade... Bom dia, é Aloísio, COGEMAS. Perdão. **PRESIDENTE:** Bom dia, Aloísio. Que isso. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Nós não vamos necessitar de apresentação não, porque até mesmo [...] com mais intensidade nos próximos pontos de pauta aqui do conselho mesmo. É só informar o que ocorreu na reunião. **PRESIDENTE:** Uhum. Retornamos, então. Aguardando, então. **ALOÍSIO, COGEMAS:** É o Cristiano que vai fazer ou... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O [...] vai fazer a exibição, só um instantinho que ele está tentando colocar na tela, tá, gente? **CRISTIANO, SEDESE:** Enquanto está colocando, Jaime, posso começar? Porque aí eu vou dar um outro informe, que é um mais... **PRESIDENTE:** Pode sim, pode ir começando. **CRISTIANO, SEDESE:** Antes de entrar na apresentação, é só... Até publiquei mais cedo no grupo lá do CEAS, a gente recebeu a informação da Defesa Civil Estadual sobre um alerta de clima severo no estado. Na verdade, é uma frente fria que, pelas informações da Defesa Civil, ela vai alcançar, com muita intensidade, principalmente o Sul de Minas. Então a gente produziu um material, publicou ontem no Facebook da SEDESE, e também mandamos uma mala direta para todos os gestores

municipais de assistência social do estado sobre esse alerta de clima severo. Então a gente publicou um materialzinho, que está no link que eu mandei no grupo mais cedo, para alertar os gestores municipais sobre as ações de emergência que podem ser necessárias diante dessa situação, dessa frente fria que está chegando. E é uma frente fria, que pelo que parece, as previsões, é uma frente fria bastante severa. Então depois o pessoal compartilhar também, dar uma olhada lá e compartilhar. Mas é essa situação, para a gente poder se atentar a ela. E a gente está lá com as nossas equipes, da básica, da especial e da vigilância, todo mundo atento e em contato permanente com a Defesa Civil Estadual para acompanhar também os desdobramentos da chegada dessa frente fria. Sobre os informes, são informes sobre as ações de capacitação e apoio técnico da SEDESE. A gente fez essa apresentação na reunião da CIB, na quarta-feira. Primeiro é sobre essa plataforma que a gente tem de cursos à distância do SUAS, e aí o primeiro informe é em relação a um treinamento à distância sobre Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, que é voltado para gestores, conselheiros e profissionais do SUAS no estado. Foi iniciado no dia 17 de agosto, e o objetivo dessa capacitação é uma compreensão maior para os participantes do processo de planejamento governamental e da execução dos recursos da assistência. A gente teve, até então, 897 pessoas inscritas para esse curso. As ações de apoio técnico e capacitação, que é uma frente, assim, que é permanente e periódica, de janeiro a julho de 2020, a gente teve, então, contabilizando todas as ações que foram ofertadas, mais ou menos 6.317 participantes, de 826 municípios, sendo que a gente teve participação de trabalhadores dos quatro CREAS regionais e dos municípios abrangidos; 698 participações das áreas, das diretorias regionais da SEDESE, além de participação de profissionais da SUBAS e da SEDESE, como um todo, e outras participações. Então, a gente tem aí, nessas ações de apoio técnico e capacitação que foram ofertadas, 7.420 pessoas qualificadas. Além disso também, a gente descreve aí algumas das ações que foram feitas desse apoio técnico e dessas capacitações. A gente tem os atendimentos técnicos que continuam acontecendo, apesar das equipes das SUBAS estarem em teletrabalho, a gente tem feito atendimentos por telefone, por e-mail. A gente tem feito videoconferências. A gente tem uma ação que está acontecendo, que é uma oficina de capacitação para os técnicos dos serviços de acolhimento, gestores municipais, representantes do sistema de justiça sobre o acolhimento via modalidade dois do Programa Rede Cuidar, que é a modalidade do PPCAAM. Então a gente fez também, está fazendo uma rodada desde o início do mês, desde julho, na verdade, a gente tem feito encontros quase que semanais com esses profissionais. Além disso também, a gente teve

participação e realização de videoconferência sobre atendimento ao público idoso. Sobre o atendimento aos usuários no contexto da Covid-19, também uma videoconferência. E aí continuam as outras ações envolvendo essa do PPCAAM que eu falei, que são semanais. Teve também uma videoconferência, que é parte de uma agenda permanente de apoio técnico da Subsecretaria de Assistência com as diretorias regionais. A gente tem encontros também, permanentes, com as diretorias regionais, com assuntos que foram demandados pelas próprias diretorias e pelos gestores, e aí a gente teve essa oitava videoconferência aí, que foi sobre o Família Acolhedora, o acolhimento familiar. Sobre a implantação de equipe da PSE no município, é uma ação voltada aí para o município de Perdizes e para a diretoria regional de Uberaba. E aí a gente tem o conjunto das ações que a gente vem fazendo. Aí tem alguns dos materiais, que foram os últimos materiais que foram publicados. E aí, pessoal, é importante ressaltar que, no site da SEDESE e no Blog do SUAS, todos esses materiais que a gente vem produzindo voltados para o enfrentamento da pandemia estão disponíveis no site da SEDESE, e no Blog do SUAS tem uma parte voltada especialmente para o Coronavírus. E aí, todos os materiais estão disponíveis lá. Então a gente tem aí os últimos materiais que foram produzidos, é esse: Benefícios Eventuais - No contexto da pandemia; sobre a disponibilização para terceiros e publicação de lista de beneficiários, também sobre benefícios eventuais, e uma Minuta de Resolução municipal comentada, também sobre benefícios eventuais. A gente teve também a publicação, agora no finalzinho, agora em agosto, se eu não... É, foi em agosto, tem umas duas semanas, ou uma semana. A publicação desta resolução conjunta, SEDESE, Subsecretaria de Assistência de Subsecretaria de Direitos Humanos, voltado para a população em situação de rua nesse contexto da Covid. Importante falar que essa publicação foi uma demanda apresentada pelo comitê PopRua, onde a própria SUBAS participa, a SUBDH também. E aí foi sugerida lá no comitê PopRua a publicação, pela SEDESE, de um material voltado especificamente para pessoas em situação de rua no contexto da Covid. Acho que acabou. Então acho que... Oi? **ANA PAULA, SEDESE:** Oi, é Ana. Eu posso só dar uma complementada? **CRISTIANO, SEDESE:** Claro. **ANA PAULA, SEDESE:** Bom dia, gente. É Ana Cláudia que está falando, superintendente da proteção social básica na SUBAS. Em relação à apresentação que o Cris fez sobre benefícios eventuais, esse material foi publicado, a maior parte dele é material extraído do curso que a gente fez sobre Benefícios Socioassistenciais com foco nos benefícios eventuais na modalidade EAD. A gente tem tido uma atenção para a oferta de cursos que tenham relação direta com essa questão também da pandemia que a gente está vivendo. E aí,

esse material está à disposição. A gente está nesse momento, como já foi dito, fazendo curso de Gestão Financeira e Orçamentária. É um curso extremamente pertinente para a gente que está na gestão e no controle social. No caso, vocês, conselheiros do conselho estadual. E ele começou falando da frente fria que se aproxima, e a gente ontem, tão logo soube da frente fria, a gente iniciou todo um trabalho de construção de materiais de orientação a gestões municipais. Então ontem, antes de terminar, à tarde, a gente já disparou por rede de transmissão um texto de orientação, e a gente construiu posts curtos também e já colocou para todos os municípios, todas as gestões municipais e nas redes sociais também. E a gente recebeu, depois, na noite já, uma nota técnica conjunta, que foi elaborada pela Secretaria de Assistência Social Nacional e de Proteção e Defesa Civil, ela foi publicada no começo da noite de ontem, chegou para a gente e a gente está compartilhando. Eu acho tão importante compartilhar com vocês também, porque ela prevê recomendações para o Sistema Único de Assistência Social e, dentre elas, a letra Q fala justamente sobre a importância dos conselhos municipais e estaduais no acompanhamento dessas ações emergenciais, exercendo sua função quanto ao controle social. Então é importante conhecer e compartilhar sobre ela. Tá? Era só isso. Obrigada, Cris. Espero ter contribuído. **CRISTIANO, SEDESE:** Beleza. Obrigado, Ana. Eu acho que é isso, Jaime. E assim, é só destacar isso, que as nossas equipes estão todas apostas, trabalhando, mesmo que remotamente, todo mundo muito integrado para poder dar conta e produzir os materiais e dar os apoios técnicos necessários para os municípios. E a gente está à disposição. Qualquer coisa é só acionar que a gente entra em contato para poder dar as orientações e contribuir com os municípios. Acho que é isso, Jaime. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro Cris e Ana Paula. Obrigada pela apresentação. E, reforçando sempre esse alerta, essa forma dinâmica de poder aproximar junto com os gestores e os cidadãos das demandas que surgem, principalmente nesse momento que foi anunciada a presença dessa massa polar, enfim, que vai chegar ao estado de Minas. Então, a preocupação é pertinente. Parabéns pelo material. O próximo ponto de pauta seria a posse dos conselheiros. Então, o Aloísio Soares de Lima Júnior, está presente? Sim, ele falou agora há pouco. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Estou sim, senhor Presidente. **PRESIDENTE:** E o José Darci dos Santos, ambos do COGEMAS. Não sei se vocês... **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, desculpa interromper. É questão de ordem. É só porque os informes da CIB não foram dados ainda, e era logo após o informe da SEDESE. E vai ser coisa rápida também, tá, presidente? Porque depois nós vamos discutir as informações que foram debatidas na CIB com mais cautela e tempo aqui no conselho. Mas é só para colocar todos

os conselheiros informados do que foi apresentado na CIB. **PRESIDENTE:** É, conselheiro, foi justamente o que eu fiz antes. Eu invertei, aí eu chamei a CIB, aí você falou que informaria. Mas tudo bem, não tem problema. Eu invertei autorizado, viu, conselheiro? Foi autorizada a inversão. Mas, pode então passar os informes, Aloísio. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Está certo, presidente. Eu acho que foi falha de comunicação minha aqui. É Aloísio, COGEMAS. É um prazer participar mais uma vez desse espaço importante. No último dia 19 nós tivemos a reunião da CIB. Então, se o José Darci também puder colaborar, caso eu me esqueça de alguma coisa, assim como a Patrícia também, que participou conosco, a Sandra também estava na reunião. Então foi debatido, na reunião da CIB, algumas informações referentes aos recursos da Lei Complementar n.º 173/2020, e também conforme Medida Provisória 978/2020. E aí, a SEDESE trouxe, como proposta para ser pactuado na comissão, a alteração dos artigos 2º e 3º, e os artigos 5º e 6º da Resolução n.º 4, do dia 3 de agosto de 2020, quando tinha sido realizada a reunião. E houve algumas ponderações e discussões de forma sempre democrática e respeitosa, como sempre ocorre em qualquer espaço que nós estamos percebendo, que envolve tanto os gestores municipais, quanto os servidores da SEDESE, das SUBAS, e também os representantes da sociedade civil, no que se refere ao que tinha sido apresentado nessa reunião do dia 3 de agosto, não é? Porque os recursos destinados à assistência social, referente a lei complementar, eram em torno de 18 milhões de reais. E na nova proposta, apresentada nesta reunião, no último dia 19, foi trazido uma redução, e depois nós vamos discutir isso com mais calma, mas houve uma redução do montante de 18 milhões para em torno de 13 milhões, que seriam repassados para a assistência social, que seria partilhado entre os 853 municípios. Tinham definidos nove milhões, que seriam, na proposta original, do dia 3 de agosto, que seria em torno de nove milhões, repassados via Piso Mineiro para os 853 municípios, e os outros nove milhões seriam através de aquisição de veículos. E houve uma discussão muito produtiva nessa reunião, no dia 3 de agosto, não foi pactuado esses nove milhões no que se refere aos veículos. Então retornou esse recurso, conforme informado pela SEDESE, para debates e discussões entre SEDESE e Secretaria de Planejamento, porque o recurso é dividido com a saúde, e ele retornou com uma redução, então passando a ser, em vez de 18 milhões, 13 milhões, que seriam partilhados entre os 853 municípios. E aí foi debatido de forma sistêmica e questionado dos 466 milhões, que seriam destinados para a assistência social e saúde, dos recursos dessa Lei Complementar n.º 173. A SEDESE, no caso a assistência social, ficaria com 70.475.000,00, se eu não me engano, e a saúde ficaria com mais de 395.000.000,00.

Então demonstra, desta forma, a fragilidade do Sistema Único, quando a gente percebe, nos critérios de partilha, as demandas dos municípios, muitas das vezes não são atendidas na sua totalidade. E aí foram ponderadas várias questões. Mas o que mais preocupou na reunião, e que depois nós vamos discutir com mais calma, é a questão dos 70 milhões que são repassados, destinados à assistência social, 53 milhões vão ser destinados para o Programa Bolsa Merenda. Então não é assistência social e sim a Política de Segurança Alimentar. Cerca de três milhões serão destinados para pagamento de recursos humanos, e os 13 milhões serão pactuados... Na verdade, foi pactuado a partilha entre os 853 municípios. Mas aí, a ideia é que nós continuemos avançando nas discussões dos critérios de partilha, da forma como foi definida o entendimento de muitos de nós de que houve um desvio de finalidade na aplicação do recurso para o Bolsa Merenda, por se tratar de uma Política de Segurança Alimentar e não assistência social. Apesar de todos os tensionamentos que eram necessários na CIB, foi pactuada a resolução, e logo em seguida ela vai ser publicada e todos os conselheiros poderão ter conhecimento dessa resolução. Então, se eu me esqueci de alguma coisa, Patrícia, o José Darci puder lembrar também. Foram esses os pontos debatidos na CIB. **DARCI, COGEMAS:** Jaime, Presidente Jaime. Se possível gostaria...**PRESIDENTE:** Sim, só para poder pontuar que nós estamos nos informes, não nos... Não chegamos a esse ponto, que eu acho que é um ponto da própria plenária, mas fique à vontade, conselheiro. **DARCI, COGEMAS:** Não, Jaime. Justamente só para dizer que o nosso conselheiro Aloísio, aí do COGEMAS, ele traduziu isso aí certinho, de acordo com a CIB. Mas então vamos deixar para a hora certinha, só para não atrasar também a reunião e nem a pauta. Ok? Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. Mais alguma informação? Algum informe pelo COGEMAS? CIB. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, Aloísio. É só que à tarde nós teremos uma assembleia extraordinária do Colegiado Nacional de Gestores Públicos de Assistência Social, que nós teremos a nossa participação, provavelmente, e serão debatidas informações importantes, e na próxima assembleia nossa aqui, nós vamos trazer os informes também do que foi debatido no âmbito nacional da Política de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro Aloísio. Obrigado pelos informes via CIB/COGEMAS, via COGEMAS. Informe do COGEMAS. O próximo ponto de pauta seria a posse dos conselheiros. O Aloísio Soares de Lima Júnior e o José Darci dos Santos, ambos do COGEMAS. Os dois encontram-se presentes, e estando eles aptos e homologados, então eles passam a ter a condição de conselheiros. Não sei se vocês, de uma forma, uma fala breve, gostariam de falar sobre o ponto da posse. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, se for possível, eu

gostaria somente de agradecer a oportunidade de participar dessa instância de controle social. Desde 2018, se eu não me engano, eu já venho participando do colegiado e também do conselho estadual. E acrescentar que a construção da Política de Assistência Social se faz de forma muito significativa aqui no estado. E nós temos aprendido muito com os conselheiros, principalmente da sociedade civil também, que tem trazido valiosas contribuições e colaborações. Eu tenho aprendido muito com todos vocês, então eu agradeço muito essa oportunidade de poder participar desse espaço muito rico. Gratidão a todos. **DARCI, COGEMAS:** Darci. Também gostaria, Jaime, se fosse possível. **PRESIDENTE:** Sim, por gentileza. **DARCI, COGEMAS:** Bom dia a todos. É Darci, representando aqui o COGEMAS nesse ato, assim como também o meu colega aí, grande gestor de Lavras, o Aloísio. Então, eu também, da mesma forma, só tenho que agradecer e dizer do meu contentamento de estar representando aí o COGEMAS como suplente neste momento, principalmente que estamos vivendo essa pandemia, onde nós temos, como responsabilidade, assim, tão maior de estarmos aí à frente, até mesmo de uma maneira às vezes remota, mas nós, dos municípios, estamos aqui na ponta, no chão, no dia a dia. A partir das 7h a gente já está aqui na luta com as nossas equipes. Mas então, é só para dizer do meu contentamento, e agradecer também ao COGEMAS por ter também indicado o meu nome para representar o COGEMAS neste momento tão importante, que é o Conselho Estadual de Assistência Social. Uma instância de controle social, na qual tem possibilitado, principalmente nesses últimos anos, através de deliberações, como ontem mesmo a Juanita falou, de grandes conferências que nós tivemos, grandes embates aí muito sadios, embates intelectuais, embates também com os usuários, com os trabalhadores, com a parte do governo, onde nós temos crescido muito nas nossas normativas, principalmente do estado de Minas Gerais, rompendo barreiras e trazendo resultados positivos para os nossos usuários, aqueles que estão lá na ponta. Então assim, eu quero só agradecer, e dizer que é a primeira vez que eu participo como conselheiro em uma instância de controle no estado. Mas eu já sou conselheiro, desde 2008, que eu estou no controle social, primeiramente no CMAS lá na cidade de Cláudio. E depois aqui, em Pitangui, fui presidente do CMAS, e hoje ainda estou como conselheiro. Então é uma grande alegria, e tenho muito aprendido com vocês. Tenho participado de várias plenárias do CEAS, anteriores, em outros tempos, e gostaria de contribuir. E sei também que tenho muito a ganhar com isso. Então quero agradecer a todos, e quero ser um parceiro de cada um de vocês. Contem comigo. Muito obrigado, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiros Aloísio e José Darci, por estarem aqui somando, trazendo suas experiências,

justamente para poder construir e solidificar cada vez mais as políticas públicas de assistência social dentro do âmbito do controle social. E é muito rica a contribuição de cada um nesses momentos, principalmente momentos de desafio, que todos os gestores estão sendo postos, não é? E que assim, com bastante excelência, os gestores municipais do estado de Minas têm se dedicado bastante para poder atender às demandas. Então, parabéns para vocês. Só para ficar a nível de registro: o Aloísio ficou como titular, e o José Darci como suplente? É isso, Paula? **DARCI, COGEMAS:** É isso mesmo. **PAULA, sec. exec. ceas.:** Exato. Isso mesmo, Jaime. O Aloísio é o titular e o José Darci é o suplente, agora devidamente empossado. Viu, José Darci? **PRESIDENTE:** Ok. Parabéns. Então, o nosso próximo ponto de pauta é a indicação do representante para participar da CIB. Então ficou, na última plenária, e aí a sociedade civil ia fazer uma reunião, e eu não sei quem, em nome da sociedade civil, falaria. A vice-presidente Patrícia, por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, CRESS. Bom, na reunião da sociedade civil ontem, nós discutimos essa pauta e, os conselheiros que haviam se manifestado na plenária anterior em que foi discutida essa indicação, retiraram os seus nomes, e a sociedade civil indicou o meu nome para poder representar o CEAS na CIB. **PRESIDENTE:** Ok. Então fica a indicação da sociedade civil, a conselheira Patrícia. Correto? Ok. O próximo ponto de pauta seria a recomposição da mesa diretora. Foi discutido ontem na mesa diretora sobre a vacância da 1ª secretária. Eu não sei quem poderia, porque eu tive que sair durante algum período, então não sei se a Patrícia... Você, acho que chegou a permanecer na reunião de ontem, não é? **PAULA, sec. exec. ceas:** Jaime, durante a reunião para tratar da questão da substituição da Ana Amélia, que é governamental e saiu, ficou para ser avaliada na reunião dos governamentais, e trazer hoje para a plenária esse nome. Eu não sei se isso foi feito ou [...]. **PRESIDENTE:** Isso. **PAULA, sec. exec. ceas:** [...] o Cristiano pode me dizer. **PRESIDENTE:** Isso, o Cristiano já se manifestou. Então, Cristiano, por gentileza. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia novamente. Então, na reunião ontem dos conselheiros governamentais, que a gente fez logo após a reunião da mesa diretora, ficou então indicado para compor como primeiro secretário da mesa diretora, o Aloísio, secretário de Lavras. Foi essa indicação que os conselheiros governamentais fizeram ontem na reunião. Aloísio, como primeiro secretário para compor a mesa diretora. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Aloísio... Perguntar para o conselheiro Aloísio se ele aceita a indicação para compor a primeira secretaria, no lugar da conselheira Ana Amélia. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, Aloísio, COGEMAS. É uma honra poder aprender cada vez mais com vocês e poder construir coletivamente. Me coloco à disposição.

PRESIDENTE: Ok. Se algum conselheiro tiver algo contrário, que se manifeste. Caso contrário, nós então homologaremos a composição. Não havendo nenhuma, fica então recomposta a mesa diretora. Então fica o Aloísio de Lima Júnior representando o COGEMAS, a secretaria, e como primeiro-secretário. Seja bem-vindo, Aloísio. Esperamos sempre continuar na grande parceria e na árdua tarefa de construção de pautas relevantes para a nossa sociedade, nossa comunidade que tanto precisa. Encerrando essa primeira parte, vamos para os pontos de apresentação e deliberação. O primeiro ponto seria status quanto ao montante dos recursos recebidos pelo estado oriundos da Lei Complementar n.º 173 e os percentuais e valores para as políticas públicas de saúde e de assistência social. Paula, quem pediu esse ponto? Quem pode começar, que fez a inclusão do ponto?

PAULA, sec. exec. ceas: Patrícia, a nossa vice-presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Patrícia já se inscreveu. Por gentileza, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, CRESS. Bom, na reunião da mesa diretora ontem, nós discutimos a importância de inclusão desse ponto de pauta frente às discussões realizadas na reunião da CIB na quarta-feira. O Aloísio, nos informes, ele já contextualizou um pouco essa questão. Esse ponto foi pauta também na reunião da CIB em que a SEDESE apresentou os recursos referentes à Lei Complementar n.º 173, que é um repasse do Governo Federal para assistência social e saúde. Eu não sei se seria possível a SEDESE projetar a apresentação que foi feita na CIB. É uma apresentação bem curta. Ontem a gente discutiu um pouco disso também no final da tarde, na reunião das comissões, e foi falado que o repasse para o estado de Minas Gerais é na faixa de 446 milhões de reais, e que aí 73 milhões iriam para a SEDESE. A SEDESE poderia explicar essa divisão desses R\$ 73 milhões, falar um pouco sobre isso?

PRESIDENTE: Deixa eu só liberar, porque não estava conseguindo falar com o fone fechado. Não sei se alguém da representação da SEDESE gostaria de se manifestar? É que ele... Pediu a apresentação, não sei se alguém foi preparado para a apresentação.

CRISTIANO, SEDESE: Jaime, se você quiser, eu posso fazer. **PRESIDENTE:** Sim. Pois não, conselheiro. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom. Ontem, na reunião que houve dos conselheiros governamentais, eu fiz um breve apanhado das discussões. Vou tentar resumir bastante aqui, só para todo mundo também entender do que é que estamos tratando. A gente está tratando da Lei Complementar n.º 173, que é uma lei complementar que foi publicada no dia 27 de maio, e ela estabelece o programa federativo de enfrentamento ao Coronavírus. E essa lei trata de recursos extraordinários que serão repassados para os estados e para os municípios da federação para as ações de enfrentamento à Covid-19. Com créditos extraordinários que foram abertos para serem

alocados aos estados e aos municípios. Essa lei traz que esses recursos devem ser destinados, além das ações de enfrentamento à pandemia, os recursos vão ser distribuídos entre a assistência social e a saúde. A gente, ontem na discussão, eu deixei um link lá, vou ver se eu acho ele novamente aqui, que é um link do Senado Federal, onde é possível ver os valores que foram destinados aos estados e aos municípios, e lá também é possível verificar quanto que os estados irão receber, e quanto que os municípios irão receber. A lei não traz a indicação de quais os percentuais devem ser destinados para a saúde e para a assistência social. Então eu coloquei aí agora o link, a Patrícia também já tinha colocado, não é? E aí é possível ver lá os valores que vão ser destinados, e esses valores vão ser repassados pelo Governo Federal em parcelas. Então, se vocês clicarem lá, vocês poderão ver os valores destinados ao estado. No caso de Minas Gerais, a previsão é de 446 milhões, mas esses recursos, como eu falei, serão repassados em parcelas, e é possível também ver lá, clicando em “Minas Gerais”, os valores destinados para cada município. E os valores variam de acordo com o porte e a incidência, segundo os critérios, a incidência de contágios e infecções. Mas a gente tem alguns exemplos lá, que é possível ver, dos municípios, de quanto que cada um vai receber. E será destinado em forma de parcelas. Esse recurso não cai no Fundo Estadual de Assistência Social. A gente iniciou essa conversa ontem, só para ir tentando pegar os pontos principais. Esse recurso não vem diretamente para o Fundo Estadual de Assistência Social. Ele vem para o caixa único do estado. E aí, cada estado e cada município precisa fazer essa discussão e negociação para a definição desses percentuais que vão para a assistência social e para a saúde. Bom, na reunião da CIB, no início do mês de agosto, havia uma previsão de um recurso a ser alocado no FEAS, e aí foi proposto uma pactuação nessa primeira reunião da CIB, no início do mês de agosto, com duas propostas apresentadas pelo estado. Uma primeira proposta, que era o repasse de duas parcelas de recursos extraordinários para os municípios, para os 853 municípios, tendo como referência os valores já repassados do Piso Mineiro. E uma segunda proposta, que seria a aquisição de veículos para serem destinados aos municípios com menor IDH no estado. Nessa reunião, então, do início de agosto, a CIB, nas discussões que foram feitas na CIB, entre os gestores municipais e o estado, foi pactuado esse repasse de duas parcelas extraordinárias, e não foi pactuado a segunda proposta, que era da aquisição dos veículos. E aí foi solicitado pela CIB que o estado fizesse essa análise jurídica e técnica sobre a destinação do restante do recurso que seria destinado para aquisição dos veículos, para que pudesse ser feita essa análise para que também fosse feito o repasse por meio de recursos extraordinários para os 853

municípios. E aí, entre uma reunião e a última, que foi essa de quarta-feira, o estado, então, apresenta uma proposta de pactuação que seria: em vez do repasse de duas parcelas extraordinárias, que daria mais ou menos nove milhões e alguma coisa, o repasse de três parcelas de recursos extraordinários para os municípios, no valor de 13.511.000,00, mais ou menos. E a CIB, então, nas discussões que foram feitas, a CIB concordou em pactuar já esse valor diante da urgência que os municípios têm também de receber esse recurso. Também na reunião da CIB, como o Aloísio já adiantou, o estado apresentou também a informação de que, dos recursos até então disponíveis que chegaram no caixa único do estado, a gente tem 70 milhões, e aí foi apresentada essa proposta de pactuação desse recurso prevendo esses 13.500.000,00 para o repasse de recursos extraordinários para os municípios. Cerca de três milhões para o pagamento do pessoal da folha de pagamento da Subsecretaria de Assistência Social. Isso está previsto também na Lei Complementar n.º 173, e também apresentou a destinação de 53.000.000,00 para a ampliação do Programa Bola Merenda, que é voltado para os alunos das escolas estaduais em famílias. Até então estava sendo abrangido os alunos de famílias extremamente pobres, e agora uma ampliação, tanto da continuidade do programa por mais dois meses, quanto da inserção do grupo de famílias pobres, conforme o CadÚnico, o que daria aí, totalizando todos os públicos atendidos, cerca de 500 mil pessoas. E total do montante, 53 milhões para essa ampliação. Então ficou essa divisão dos recursos. Essa foi a divisão apresentada. É importante destacar. Ontem a gente adiantou isso, que esse recurso de 70 milhões, que até então está disponível, é uma parte apenas dos recursos. Não é a totalidade, a totalidade são esses 446 milhões, então a gente está tratando aqui, inicialmente, desses 70 milhões, e desses 13 milhões destinados para o repasse de recursos extraordinários para os 853 municípios em três parcelas, tendo como referência os valores do Piso Mineiro. Então assim, resumindo, é um pouco isso, mas é só para introduzir e contextualizar. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheiro Cristiano, pela SEDESE. Eu também faço das minhas palavras o quanto a questão do status. Só queria fazer algumas considerações, assim que o conselheiro Aloísio havia mencionado, e que eu acho que é bastante importante, até para poder deixar o processo bem transparente, bem claro. O Secretário Aloísio falou do repasse de 466.000.000,00, não é? O correto é 446 milhões, conforme consta no site do Senado, e esse é o valor que será repassado em quatro parcelas, para ser destinada para as ações da saúde e assistência social. O segundo, que eu fiquei um pouco preocupado, é quando houve a fala de desvio de finalidade. Então nós temos que ter uma preocupação, porque a

finalidade da Lei Complementar é bem clara: ações de enfrentamento à pandemia. Então, as finalidades estão sempre sendo muito bem acompanhadas, justamente porque é um recurso que existe, é uma finalidade específica. E quanto, assim, com relação até mesmo aos montantes, o que nós levamos, e porque sempre a demanda de serem realizadas até reuniões extraordinárias, porque os recursos são feitos de uma forma negociada. Há sempre uma preocupação muito grande da secretária, e ela tem se mostrado incansável na questão de que esse recurso, o maior possível, seja destinado à assistência social. E eu já havia me manifestado, não é? A Patrícia ontem até mesmo se manifestou que um outro estado, o Maranhão, tem trabalhado. Mas, na grande maioria dos estados, até a última reunião da CIT, até aquele momento, grande parte dos estados estavam alocando esse recurso para as ações em saúde, e não destinando recursos para a assistência social. E o nosso estado de Minas tem trabalhado muito forte nessa questão de que esse recurso, tanto quanto possa ser utilizado, que seja utilizado sim nas ações da assistência social o máximo possível. E isto a secretária tem trabalhado muito intenso nessa questão. Também, quando o conselheiro Cristiano fala, até para deixar bem claro, na primeira proposta que foi apresentada para a pactuação junto à CIB, o estado apresentou um incremento de duas parcelas tendo como referência o Piso Mineiro, que daria um total de nove milhões. E mais a aquisição para os 73 municípios com menor IDH mineiro de veículos, que contemplaria, então, esses municípios que tem o menor IDHM, onde tem uma dificuldade de locomoção, muitos não têm veículos para chegar às suas localidades. Grande parte, a maioria deles são mais rurais, então com certeza eles atenderiam também. Mas aí, nesse momento então, que é uma instância de pactuação, uma instância de discussão, naquele momento não foi pactuado, então, essa aquisição. Foi solicitado que fosse feita uma nova análise técnica e jurídica, o qual então se apresentou. Então, da proposta anterior, ela elevaria duas parcelas para três parcelas, o que equivale a 50% a mais da proposta original, sendo alocado aos 853 municípios conforme a CIB havia recomendado. Então houve sim um incremento, e naquele momento se discutiu sim essa questão dos demais 4.500.000,00, que eles entraram novamente na mesma rodada de negociação para que a gente possa recompor. Hoje mesmo ele continua sendo discutido. Como não houve uma definição de percentual desses valores, então, alguns municípios, o próprio secretário... Vários secretários se manifestaram, alguns, há uma destinação de 40% para a assistência social, outros estão sendo discutidos, outros estão sendo construídos. Cabe destacar também que esse recurso, conforme pode ser clicado no link, tanto vem para os estados e também vem individualmente para cada município. Então, no

mesmo link, clicando no estado de Minas, vai se ver quanto é que vem para cada município também. Então esse é o trabalho de pactuação. Um trabalho sempre muito importante, que fortalece as relações entre gestores, entre sociedade civil, e é um espaço onde que, com certeza, a gente vai trabalhando no sentido de aumento da participação da assistência social, da solidificação, mas sempre tendo muito claro que, até para resgate do início do processo inteiro, todas essas ações têm que ser voltadas para o enfrentamento da pandemia. E aí eu faço um resgate, o próprio Programa Bolsa Merenda, que muito embora não está alocado, foi criado especificamente para atendimento à situação da pandemia. Ele não é um programa de governo de uma forma contínua e que, enfim, ele tem uma destinação específica. Assim tal qual a lei complementar também tem como enfrentamento direto as ações da pandemia. Então, muitas vezes se discute, mas são ações pontuais em uma situação de pandemia, em uma situação de emergência, que vários gestores, que o próprio Governo Federal assim o faz, que ele precisa fazer as atuações imediatas. Por isso que não pode se perder nunca, não é? Bem claro para todos os conselheiros, e para todos que estão nos acompanhando, que essas ações são pontuais e específicas para o enfrentamento à pandemia. Tão logo isso se encerre, e que assim a gente espera que se encerre o mais breve possível, vamos retornando com outras pautas de discussões, como o fortalecimento dos efeitos da pós-pandemia, que serão sentidos aí muito mais fortemente. A gente tem esse mapa já da situação mais fortemente após a pandemia, principalmente para a política de assistência social. Então, só para trazer uma contextualização, de uma maneira geral, para que a gente possa então fazer essa discussão de uma maneira, o encaminhamento desse ponto de pauta. Eu tenho inscrito aqui a Gabriela. Por gentileza, conselheira Gabriela. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Bom dia a todos. Bom dia, presidente. Eu gostaria, Jaime, de fazer uma reflexão a respeito do assunto. A Frente Mineira fez uma nota, aí a Frente Mineira é uma organização que está aí desde 2016, composta por diversas entidades. E assim, essa discussão se estendeu a outros espaços, considerando o entendimento de que o recurso deveria estar sendo investido na assistência social e não na segurança alimentar, como você colocou aí, a questão do Bolsa Merenda vem sendo ponto de discussão até aqui dentro do próprio CEAS. E aí foi construído uma nota, e eu gostaria de pedir autorização aqui para poder fazer a leitura dessa nota com o entendimento da sociedade que está aí em defesa do SUAS sobre esse assunto. **PRESIDENTE:** Nós estamos no ponto do status da lei complementar, não é, conselheira? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Sim, o assunto diz da lei complementar sim, Jaime. **PRESIDENTE:** Está bom. Se os demais

conselheiros assim entenderem, não é? Podes ler, então. Fique à vontade. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pode apresentar aqui ou vocês preferem que eu faça apenas a leitura? **PRESIDENTE:** Faça a leitura, por gentileza. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Aí a nota: “A sociedade mineira, escrita pela Frente Mineira em Defesa do SUAS e da Seguridade Social. A Frente Mineira em Defesa do SUAS vem a público denunciar que os recursos previstos em lei para a assistência social, de 53 milhões de reais, estão sendo desviados para outros fins. Por força da Lei Federal n.º 173/2020, estes recursos devem ir para as políticas essenciais de saúde e assistência social. Essa lei foi uma conquista da sociedade civil, pressão dos gestores municipais, trabalhadores, usuários, conselheiros e movimentos sociais da assistência social. Com essa decisão, o governo Zema deixa de passar recursos para os municípios investirem em abrigos de crianças, adolescentes e idosos, em ações voltadas para populações em situação de rua, no acompanhamento de famílias nos CRAS, além de ofertar benefícios que seriam do Cadastro Único. Deixa também de receber os CREAS, centros especializados que atendem mulheres, crianças, adolescentes e idosos vítimas de violência, abuso sexual e abandono. Zema desvia dinheiro federal dos mais pobres e deixa mais uma vez os municípios sozinhos na pandemia. Diante desse grave acontecimento, a Frente Mineira conclama toda a sociedade, em especial usuários, trabalhadores, conselheiros, parlamentares, entidades e gestores do SUAS, a denunciar e cobrar do governo Zema a correta utilização dos recursos para a assistência social, com pactuação nas instâncias de participação e controle social. Exigimos legalidade e transparência com os recursos da assistência social. Assim, assinam esta nota as entidades que fazem parte da executiva da Frente Mineira em Defesa do SUAS e da Seguridade Social”. Então, a nota é essa. E assim, nós temos o entendimento de que é um recurso que não deveria estar sendo investido na segurança alimentar, e sim dentro da assistência social, discutido amplamente aqui no CEAS e deliberado pelos conselheiros. Então assim, acho que a gente precisa aprofundar nessa discussão, porque não há um acordo com relação a essa questão desse investimento da maneira como ele foi colocado. **PRESIDENTE:** Eu só queria reforçar... Quem assina a nota? Pessoa? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Quem assina a nota é a Frente Mineira mesmo, a [...] Frente Mineira. **PRESIDENTE:** Sim, mas quem? É do teu nome, Gabriele? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Não, é de uma organização. Então trata-se de uma [...]. **PRESIDENTE:** Sim, mas alguém assina a nota, não é? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Sim, aí são as organizações. CRESS, CRP, COGEMAS. **PRESIDENTE:** Sim, pode passar o nome de quem está assinando a nota? **GABRIELA,**

FORTSUAS/SALINAS: Não, eu não [...]. **PATRÍCIA, CRESS:** Um minuto, presidente. A Frente Mineira em Defesa do SUAS é composta por várias entidades, como a Gabriela pontuou. CRESS, CRP, COGEMAS. Se você quiser solicitar, o CEAS pode enviar um ofício, um e-mail para a Frente Mineira solicitando a relação completa das entidades, gabinetes também e mandatos de deputados, enfim, várias entidades. **PRESIDENTE:** É que quando se produz uma nota, e até mesmo a Frente Mineira já encaminhou uma nota para o CEAS, e eu solicitei que fosse assinado, não é? E veio a assinatura de um integrante, de uma pessoa responsável pela produção da nota. Eu acho que qualquer nota pode ser assinada em conjunto, mas ela deve ser manifestada os autores da nota. Então eu pediria que a nota fosse manifestada, que a Frente Mineira, quem produziu a nota, e quem está lendo. Então, na realidade, ou transcrevendo a nota. **DANIEL, MNPR:** No caso, senhor Presidente... Desculpa. **PRESIDENTE:** Só um minutinho, Daniel. Nós estamos... Só um minutinho, por gentileza. Aguardar um minutinho, tá? **DANIEL, MNPR:** Sim. Eu só ia pontuar a respeito disso. **PRESIDENTE:** Aham, só um minutinho. Deixa eu só concluir. Para que a gente possa fazer os devidos registros, que essa ata está sendo gravada. Então eu só peço que seja feita a indicação da própria conselheira que [...]. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** O que eu penso? Trata-se de organizações coletivas, então assim, não é algo personificado. Trata-se de uma organização, e aí a nota é assinada pelas entidades, pelos representantes dessas entidades. Trata-se de uma frente muito séria, então assim, a gente precisa levar em consideração todas as pessoas que estão aí na defesa do SUAS e que compõem essa organização. **PRESIDENTE:** De maneira alguma a gente está descredenciando, e reconhece muito todo o trabalho da Frente, sua importância de todo o processo. A defesa do SUAS é pauta nossa também, cada vez consolidar mais. Que qualquer nota é necessária, então são os representantes dessas entidades, os presidentes, subentende-se. Então eu acho que fica sempre bem mais claro que as notas mencionadas, assim como a gente também tem a responsabilidade sobre o que é colocado, que a gente precisa ter a nomeação de quem produziu, de quem assinou. Isso é um ato comum, não é? Até pouco tempo atrás a gente recebeu uma nota em conjunto do CRESS e do Conselho de Psicologia, onde que as duas presidentes assinaram o ofício em conjunto. Então é um processo normal. Mas fica registrado, então. A apresentação foi pela conselheira Gabriela. O próximo inscrito, então. O Daniel... Era uma questão de ordem, Daniel? Ou não? Senão, nós temos uma inscrição aqui na... **DANIEL, MNPR:** Na realidade era uma questão de ordem sim, senhor Presidente. É porque o seguinte: olha, várias outras notas foram apreciadas aqui nas plenárias, e nunca foi tido tanta ênfase do

governo mineiro, do governo do estado de Minas Gerais na indicação de nome. E justamente nessa, a sua pessoa ficou demasiadamente, muito insistente em solicitar a informação de quem assinou. Então assim, que a gente possa prosseguir no âmbito democrático, entendendo que quem fez a nota foram várias entidades, foram várias pessoas, e o senhor está querendo que uma pessoa responda por outras? Isso é injusto, isso é indevido, isso é incoerente e isso é impertinente. Isso vai contra os preceitos do que regem o Conselho Estadual de Assistência Social. Entendeu? A gente preza, e mesmo que a pessoa falasse assim: “Olha, eu fiz a nota, mas eu quero ficar no anonimato”, é um direito dela e é um dever nosso garantir isso. O governo não tem direito nenhum de obrigar com que a conselheira Gabi, ou outra pessoa, tome a atitude se ela não quiser assinar. Isso é usar de poder de obrigar e forçar a pessoa a fazer algo que ela não quer. Isso vai contra. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Obrigada, Daniel. Inclusive assim, Jaime, a gente sabe que o direito à organização é livre. Então assim, trata-se de instituições. Personificar todas essas instituições seria algo muito sério. Trata-se de uma organização, então assim, são pessoas que estão envolvidas em organizações coletivas. E aí, assim, são essas organizações, que como está colocado aí no chat por alguns colegas, que tem estatuto, que tem CNPJ. Isso aí já traz a legitimidade para a nota. **PRESIDENTE:** Só contextualizando o que o conselheiro Daniel falou. Não é a primeira vez. O fórum... O fórum não, a mesma entidade que se manifestou agora, ela já respondeu e retornou assinado por uma pessoa. Isso não é anormal e nem está sendo feito exclusivamente aqui. É que foi lida a nota, e assim, eu até discordo, conselheiro Daniel, não é ato de poder, é uma forma de deixar uma plenária devidamente registrada, uma plenária que sirva... Isso gera atas, isso aí gera... Enfim, há uma gravação. Então é uma forma organizada. Que isso, independente de quem está na presidência, se é a sociedade civil ou é governamental, a sistemática é a mesma. A questão, até mesmo de cada ponto que a gente leva para a discussão, ou para a apreciação, são pontos importantes, todos são pontos importantes. Mas, já foi lido, enfim. Posso passar para o próximo inscrito, secretário... **DANIEL, MNPR:** Presidente, só mais uma questãozinha de ordem, que a minha fala saiu fora do contexto. Está bem? É que quando eu coloquei que muitas outras notas já foram apresentadas aqui em plenária, eu coloquei uma parte e ela infelizmente não foi, que foi um erro, um problema aqui no meu celular. Porque nunca foi exigido do governo uma insistência sobre a assinatura. E em várias outras notas que já foram apresentadas aqui no conselho e em plenárias. E justamente nessa que o senhor está tendo essa ênfase. **PRESIDENTE:** Não, é que outras notas são encaminhadas direto, só

quis dizer essa foi lida. **DANIEL, MNPR:** Mas, independente, senhor. Se é nota. Entendeu?

PRESIDENTE: É só esse ponto, então, Daniel? É que nós temos inscrições aqui. Tudo bem, Daniel? Pode ser?

DANIEL, MNPR: Tranquilo, senhor Presidente. Eu também estou inscrito também.

PRESIDENTE: Certo. Então, o próximo inscrito é o conselheiro Darci. Por gentileza.

DARCI, COGEMAS: Pois não, Jaime. É Darci, COGEMAS. É só para ajudar nessa contextualização, e lembrando também das nossas reuniões da CIB, desde o dia três, e depois as reuniões também foram subsequentes à reunião do dia nove, já que não foi tudo pactuado na reunião do dia três. Então, só para lembrar, que essa Lei Complementar n.º 173, lá no seu artigo 5º, traz que a União entregará, na forma de auxílio financeiro aos estados, e também ao Distrito Federal, os 60 bilhões de reais, nas quais foram distribuídos de acordo com seus incisos. E eu quero destacar aqui o inciso I, que são os 10 milhões de reais que são destinados exclusivamente às ações, lembrando sempre na questão que eles falam da mitigação e também ao combate do Covid-19. Então esse inciso trata, claro, que esses 10 milhões são para as ações da saúde e assistência social. Ele não fala nesse inciso, e/ou assistência social, ele traz bem claro que é a assistência social. Nesse ponto, é que os demais já falaram aí, a Patrícia, a Gabriela acabou de falar também com essa manifestação da Frente Mineira, que eu achei, assim, muito justa e pertinente. Então, dizer que esse 53.800.000,00 destinados ao Bolsa Merenda, o Bolsa Merenda não foi alvo de pactuação das instâncias de controle social, porém, ele não é da assistência social. Quero lembrar também aos conselheiros aqui, e isso é a título de informação, os conselheiros, principalmente da sociedade civil, dizer que a SEDESE, no seu bojo, na sua estrutura administrativa, a assistência social é um departamento dela, é um órgão dela, é a Subsecretaria de Assistência Social, é a SEDESE com a sua Subsecretaria, na qual o Jaime é o subsecretário. Mas tem a política sobre droga, tem a política de trabalho, direitos humanos e etc. Então, na nossa reunião do dia 19, quando foi nos apresentado, e aí nós pedimos um esclarecimento, porque na reunião do dia três, na pauta foi nos apresentado dois pontos de pauta. O primeiro, de dezoito milhões e alguma coisa. No primeiro ponto de pauta, os nove milhões que foram pactuados para os municípios, e os outros nove seriam, aqui como já foi falado, para os 73 municípios do IDHM mais baixo. E ontem, inclusive na reunião aí, nós vimos um daqueles pontos do PPAG, que inclusive foi contemplado, começou com Teófilo Otoni, depois Salinas e etc. Então, é só para contextualizar, que eu inclusive pedi, e a Rose depois gentilmente passou para todos nós da CIB, porque até então estava sendo apresentado para nós, na pauta, somente 3,12% dos recursos destinados ao FEAS à assistência social. Então, dos 446

milhões, nas quais 15,8 foram destinados para SEDESE, de um montante de 70.475.000,00 reais, nós queríamos alguns esclarecimentos, porque somente 3,12%, que seria, no caso, os 13.511.423,40 que a gente estava para pactuar em reunião da CIB do dia 19. Sendo que os outros cinco milhões não foram apresentados para nós. Isso é para esclarecimento para os conselheiros aí da sociedade civil que não participaram da reunião da CIB. Diante disso, a Rose então nos passou, que seria para o FEAS nas ações aí para os 853 municípios essa pactuação, que depois foi pactuada no final de muitas discussões, nós pactuamos os 13.581.423,40. Isso ficou devidamente pactuado nessa resolução, que depois foi alterada, a Resolução 04/2020. Pois bem. Aí nos passou que as SUBAS estaria pagando, através do RH, e foi uma discussão, que também nós pedimos esclarecimentos se realmente era só o RH para os pagamentos dos servidores da Subsecretaria de Assistência Social, ou também estenderia a outras políticas da SEDESE. Então agora, o Cristiano também deixou claro que esse pagamento dos 13.575.000,00 seria para a SUBAS. Pois bem. E aí vem a nossa maior dúvida, na qual nós, inclusive o próprio presidente nosso, José Cruz, deixou bem claro na reunião da CIB, que depois tomaríamos as devidas providências pertinentes junto à Assembleia Legislativa em relação aos 53.800.000,00 do Bolsa Merenda, que não foram sequer levados em pauta naquela reunião para ser pactuado. Nós ficamos sabendo dos 53 milhões quando o governo do estado estendeu, acho que para mais 120 mil alunos fora da realidade da extrema pobreza dentro do Cadastro Único dos beneficiários do bolsa família. Pois bem. Nada contra isso. O que nós estamos discutindo é que esses 53 milhões tirados desse recurso, dos 70.475.000,00 é da assistência social. Lembrando, mais uma vez, que essa Política de Segurança Alimentar não é da assistência social. Então, é só para trazer essa colaboração, e dizer que nós pedimos, então, e pactuamos esses 13.511.423,40 [...] que veio contribuir com isso, juntamente com meu colega aí, Aloísio [...] e também a Patrícia, que deixou bem claro isso aí. Só a título de informação, Presidente Jaime, também para os conselheiros, principalmente da sociedade civil, que não participaram dessas informações e não participaram da nossa reunião da CIB. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Obrigado pelas colocações e pela contextualização. O próximo inscrito é o conselheiro Aloísio. Por gentileza. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Aloísio, COGEMAS. Me sinto bem contemplado pelas falas do meu colega gestor de Pitangui, o José Darci, e reforçando a todos os conselheiros que é necessário à nossa reflexão no que se refere à utilização do recurso. Eu peço desculpas por ter digitado de forma equivocada 466.000.000,00 na verdade é 446, como corrigido pelo presidente. Peço desculpas mais uma vez. E quando

eu falo, presidente, do desvio de finalidade da utilização do recurso, não é formando juízo sobre esse processo. Nós não estamos falando de desvio de recurso público. Na verdade, é uma reflexão se não está ocorrendo o desvio da finalidade da utilização. Como foi dito pelo Helder aqui no chat, a Política de Segurança Alimentar não se encontra na tipificação dos serviços socioassistenciais. Enquanto 53 milhões de reais são destinados para pagamento de benefício ligado à segurança alimentar, e sendo que esses recursos, como fala na própria lei, são destinados à saúde e à assistência social, não é? Então são as duas políticas setoriais que precisam, que irão receber esses recursos. Então, se a assistência social versa o nome dela na lei, é necessário que nós observemos todas as normativas legais que trazem no escopo quais são os serviços que poderão ser utilizados esse recurso. Por que da nossa preocupação? Porque nós sabemos que esse recurso vai ser fiscalizado pelos órgãos de controle. Então é necessário que nós reflitamos, de forma coletiva, porque se nós pactuamos um recurso que possivelmente possa ter um desvio de finalidade na utilização desse recurso, às vezes é por entendimento equivocado. Isso pode acontecer com qualquer gestor público, não é? Mas é necessário que nós possamos trazer essa reflexão para nossa discussão, porque nós entendemos que o Bolsa Merenda não é uma política de estado, é uma política de governo. Sabemos da excepcionalidade do enfrentamento da pandemia, mas quando o recurso é destinado para uma política setorial, nós devemos observar todas as tratativas legais que versam essa política. Então, a nossa reflexão é em torno dessa situação. E mais ainda, agrava essa reflexão, quando nos foi apresentado, no dia de ontem, que o piso fixo previsto lá na dotação orçamentária, que depois vai ser apresentado aqui, o Piso Mineiro Fixo, a previsão orçamentária dele é em torno de 54, sendo que 53 milhões estão sendo utilizados para um programa específico do Bolsa Merenda, seria muito mais racional, já que nós temos uma dívida do estado com mais de 175 milhões de reais para os municípios em relação ao Piso Mineiro. Então, se nós temos 53 milhões alocados em um programa que não teve pactuação entre os gestores nas instâncias de pactuação e de controle, é necessário que nós pensemos: por que esse recurso não é utilizado então para pagamento do Piso Mineiro? Por que outro recurso não foi utilizado e pactuado na mesa para a utilização, para o pagamento do Bolsa Merenda? Por que não tirar, por exemplo, uma fatia do recurso que é destinado à saúde já... Porque nós recebemos em torno de 17% do recurso que é destinado à assistência social e saúde. Então existiam outras formas de se construir este diálogo. Então, a nossa ideia é debatermos sobre isso, e jamais acusar nenhum gestor, jamais acusar que ninguém está desviando recurso público. A ideia não é essa. A ideia é nós pensarmos

enquanto instância de controle social e instância de controle de uma política que hoje sofre gradativamente o desmonte, hoje sofre gradativamente a desintegração das suas ações, porque hoje nós não temos garantia de cofinanciamento para os nossos serviços, nós sofremos cada vez mais na ponta, nos municípios, tendo que descontinuar serviços, tendo que fechar equipamento, porque o Governo Federal não nos dá garantia de cofinanciamento das nossas ações. O governo do estado impõe fragilidades com uma dívida de mais de 175 milhões. Então, se nós temos, de alguma forma, a oportunidade de recompor um orçamento já tão deteriorado ao longo do tempo, nós deveríamos pautar isso nas instâncias aqui de pactuação de controle, e talvez termos a lucidez de destinar esse recurso para o que de fato deve ser utilizado. Então era isso que eu queria falar.

PRESIDENTE: Ok, conselheiro Aloísio. O próximo inscrito é a conselheira Patrícia.

PATRÍCIA, CRESS: Patrícia, CRESS. Fico Feliz de a gente ter conseguido retornar aí a pauta, ao foco da discussão, e parabenizar aí pela excelente fala do conselheiro Aloísio. Mas eu queria resgatar um pouco alguns pontos que foram levantados pelo presidente, representante da SUBAS, que esse recurso da Lei Complementar n.º 173, veio no valor de 446 milhões em quatro parcelas para o estado de Minas Gerais. E aí, na lei, não tem, de fato, um percentual de quanto é para saúde e quanto é para assistência. Mas, essa lei, como o Jaime disse, estabelece o programa federativo de enfrentamento ao Coronavírus, o SARS-CoV-2, e altera a lei de responsabilidade fiscal, não é? Mas quando é falado que é uma preocupação em relação essa fala aí de desvio de finalidade e tal, e que a finalidade é o combate à pandemia, de fato, a finalidade é o combate à pandemia. Em quais áreas? O artigo 5º é claro... Um minutinho que eu estou localizando artigo 5º. “A União entregará, na forma de auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em quatro parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, o valor de 60 bilhões pela aplicação pelos poderes executivos locais em ações de enfrentamento à Covid-19, para mitigação dos seus efeitos financeiros da seguinte forma: inciso I - 10 milhões para ações da saúde e assistência social”. No inciso II fala de 50 milhões também, mas o nosso foco aqui são os 446 milhões que o Jaime já nos informou, que veio para o estado de Minas Gerais para a saúde e assistência. Então, gente, é muito claro. Esse recurso é para o SUS e para o SUAS. Como foi falado, inclusive ontem, esses 73 milhões vieram para a SEDESE. Se veio para a SEDESE, obviamente não é recurso para saúde, então é recurso para a assistência social. E a SEDESE, inúmeras vezes, até em diversos ofícios enviados para o CEAS, já colocou que o Bolsa Merenda não está alocado na assistência social. Então, a gente entende aí a necessidade de uma correção. Foi falado aí pela SEDESE na CIB, está

gravado em ata, foi falado aqui na reunião dos CEAS, também gravado em ata, que desses 73 milhões aí que foram para a SEDESE, para a assistência social, a proposta da SEDESE seria de 53 milhões para a Bolsa Merenda, três milhões para pagamento de pessoal da SUBAS, e apenas 13 milhões para o fundo estadual, que já foi pactuado na CIB e é a nossa próxima pauta aqui. A gente sabe que essa lei não vai direto para o Fundo Estadual de Assistência, mas como nós conhecemos, da Política de Assistência Social, os recursos que são destinados à Política de Assistência Social devem ser destinados onde? Nos respectivos fundos de assistência social. Então, é importante que esses 53 milhões sejam de fato alocados na assistência social, como preconiza a lei. E nós temos apenas quatro meses para utilizar, hoje já é 21 de agosto. O recurso tem que ser utilizado até 31 de dezembro. Então, até que chegue nos municípios, para os municípios abrirem conta, utilizarem esse recurso, o tempo urge. E como lembrou a Sandra, citando Betinho, e isso agora não sai da minha cabeça: “A fome tem pressa”. Então é importante que a SEDESE reveja esse posicionamento em relação aos 53 milhões para o Bolsa Merenda. Tem o auxílio emergencial, previsto na 23.632, tem a Lei 23.633. É importante que venha para a assistência social, não é, gente? A gente não tira o mérito do Programa Bolsa Merenda, mas a gente tem um sistema único organizado, então a gente tem que fazer valer a lei. E aí, inicialmente, são essas as minhas contribuições. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira Patrícia, pelas informações. O próximo inscrito. Conselheiro Daniel, por gentileza. **DANIEL, MNPR:** Então, a minha inscrição... É que eu estava sem papel e caneta aqui. Então assim, eu vou deixar ela, no início, no âmbito de nota de repúdio. Um repúdio a uma ação governamental de fazer uso, assim, da prerrogativa de que... Eu não tenho nada contra o Cristiano, ao Jaime, aos atuantes que representam a SEDESE, mas enquanto eu estou, assim, indo, repudiando a deliberação, deliberativa de tomada de decisão que a SEDESE vem acometendo, sabe? Assim, é muito infeliz da minha parte eu presenciar esse desmonte que está tendo, escrachadamente, da assistência social, porque quando a gente custa a conseguir alguns recursos para a assistência, em vez de ser aplicada de uma forma legítima, de algo que vise a garantia da continuidade dos serviços socioassistenciais, e também na melhoria da qualidade, da qualificação, a gente visualiza, vislumbra, infelizmente, porque ainda não somos cegos, graças a Deus, o repasse indevido para outros fins. Nos faz pensar, nos deixa receosos. E aí existe uma dúvida, um questionamento, uma pergunta que fica e não quer calar: até quando? Até quando a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, SEDESE, vai continuar fazendo tais ações? Até quando vamos nos ater, como em um passado muito recente, a

gente se ater a quem assina uma nota e não na legitimidade de uma nota técnica. Até quando a gente, enquanto sociedade humana, não vou colocar a sociedade civil, sociedade... Governamental não, vou colocar a sociedade humana... Vamos nos ater a trabalhar pelo fluxo de melhor qualidade de vida, e até mesmo de recurso, e até mesmo de benefícios socioassistenciais, e nos ater a tantas coisinhas tão pequenininhas que isso não impede nada, e a gente vai continuar estagnado no mesmo lugar. Está na hora de a gente criar laços, está na hora de a gente ter perspectivas novas, e está na hora de a gente fazer cumprir o que está na tipificação do SUAS. Esse é um recurso que é do SUAS, para o SUAS, não é para o Bolsa Merenda que deve ser empregado. Esse é o meu repúdio inicial, porque, infelizmente, não queria ter escutado o que eu escutei hoje, assim, já de início, e enquanto usuário da assistência social, eu tive que repudiar, porque eu não posso me calar frente a tantas coisas vexatórias. Agradeço. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro Daniel. O próximo inscrito, conselheiro Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Cristiano, SEDESE. Bom, vou tentar fazer algumas reflexões aqui, bem rapidamente. A primeira é a seguinte. Eu acredito que quando se fala dos atrasos no repasse do piso, a gente está falando de atrasos que ocorreram entre 2016 e 2018, não é? A gente teve aí um ganho coletivo a partir de 2019, mas esse ganho coletivo também tem dentro dele um esforço muito grande que foi feito por parte da SEDESE de garantir, a partir de 2019, a regularidade do pagamento do Piso Mineiro, e a partir de 2020, a regularidade e a integralidade desse pagamento do piso. Foi um esforço coletivo que foi feito, mas é importante destacar que dentro desse esforço coletivo teve um esforço também do próprio governo, da SEDESE, de garantir essa integralidade desses repasses. Então é só para a gente poder contextualizar isso. A outra coisa é a seguinte. Eu sou servidor público estadual desde 1998, e como servidor público estadual, eu respondo pelos meus atos, não é, dentro da administração pública. E aí, eu acho que é o seguinte. Eu acho que a gente tem que ficar bastante atento nas discussões que a gente está fazendo aqui, porque esse conselho, e as outras instâncias, como a CIB, são espaços de discussão e de diálogo, mas é preciso a gente tomar um certo cuidado, porque assim, a gente entende que é um espaço de diálogo, eu entendo muito isso, participo dessas instâncias já tem algum tempo, mas é preciso a gente fazer isso com a responsabilidade. É lógico que a gente tem uma discussão, que é política também, claro, mas é preciso que a gente faça isso com bastante responsabilidade, sabe? A fala do Aloísio, essa última fala, foi bastante importante, e ele pontuou de maneira muito sensata as questões. Mas eu queria, assim, colocar essa reflexão para a gente tomar alguns cuidados, porque assim, quando a gente tratou no

início da nota que foi apresentada pela Frente Mineira, ela não traz no texto essa forma de reflexão que a gente tem feito aqui. Então assim, é preciso tomar cuidado, porque quando diz: “Zema desvia dinheiro federal dos mais pobres”, é um negócio meio sério isso, porque a gente pode fazer aqui toda a discussão sobre a Lei 173, sobre a questão da aplicação dos recursos na assistência, na saúde, mas dizer de um desvio de recurso, dinheiro, desvio de dinheiro, é um negócio meio pesado. Então assim, é só para tomar cuidado, e eu entendo quando Jaime fala a respeito da assinatura, não é para perseguir, não é nada disso... Eu tenho muita consciência a respeito disso, mas é preciso que a gente tome cuidado assim, sabe? Porque é muito sério o que a gente está tratando aqui. A gente pode fazer uma discussão a respeito do foco, que é o nosso foco aqui, a respeito da destinação para a assistência, para a saúde, a respeito do Bolsa Merenda. Então assim, primeiro que é isso. Quando a gente apresenta o Bolsa Merenda, a gente pode fazer essa discussão aqui, está fazendo essa discussão, e vem fazendo a respeito de ser um programa vinculado à segurança alimentar e tal, mas é um programa de atendimento às famílias mais vulneráveis. E isso também já ficou bem claro aqui, a gente já falou, as pessoas se manifestaram a respeito disso. Tudo bem que o Bolsa Merenda atente as famílias mais pobres, se é da assistência, se não é. Isso aqui é uma discussão que a gente pode fazer, com certeza. Mas a gente não está tratando aqui de desvio de recursos públicos. Então assim, é preciso tomar cuidado com esses termos. Eu estou chamando a atenção dos conselheiros, porque nós somos responsáveis pelos nossos atos, somos responsáveis individualmente pelos nossos atos. Então eu tenho muita consciência disso, mesmo porque, como eu falei, sou servidor público estadual, tenho consciência do que significa ser servidor público estadual e tenho consciência do que significa ser conselheiro estadual. Então assim, só para gente tomar essas precauções [...], porque uma coisa é a discussão toda técnica, jurídica e política, que ela faz parte dos debates e das discussões que a gente vem fazendo aqui, mas é preciso que a gente preste atenção para que a gente não cometa alguma injustiça ou alguma irresponsabilidade. É só para a gente tomar esse cuidado. Pensei em falar isso aqui, é só porque, realmente, acho que todos nós aqui estamos muito comprometidos com o fortalecimento da Política de Assistência Social, não é? Eu tenho muito essa consciência como servidor, trabalhando hoje na Subsecretaria de Assistência Social. Meu trabalho é voltado para isso. então eu acho que é isso, assim, é só uma reflexão para a gente poder construir juntos aqui, coletivamente, de forma sensata e responsável esse fortalecimento e essa estruturação toda que a gente está trabalhando neste conselho para a assistência social. Era só isso mesmo. Obrigado, pessoal.

PRESIDENTE: Obrigado, conselheiro Cristiano. O próximo inscrito é o conselheiro Márcio Caldeira. Por gentileza, conselheiro. **MÁRCIO, ASSPROM:** Bom dia a todos os conselheiros. Eu acho que essa pauta é muito densa, intensa, polêmica, porque é uma pauta que trata de recursos, e recursos para uma política pública que vem passando por extremas dificuldades e tem sido extremamente impactada por todas, principalmente agora, neste momento pelos efeitos da pandemia, mas também tem sido impactada até mesmo por atos anteriores. Atos, que eu falo, de desmonte de um sistema já instituído, que vem ao longo desses últimos anos sendo desconstruído, e sendo desconstruído até num sentido de retirada de recursos, mudanças de regulamentação. Então eu acho que é muito importante essa discussão nossa aqui, porque quando a gente fala de recursos para a assistência, é uma sinalização, uma possibilidade de que a gente possa voltar, ou minimizar os impactos que essa política, que a gente tem defendido enquanto instância de controle social ao longo desses últimos anos. E quando a gente fala nesse objetivo, e eu participo aqui com muita tranquilidade das falas dos conselheiros aqui, do Aloísio, quando ele traz aqui a lógica de buscar uma composição para que a gente possa fortalecer o CEAS, e conseqüentemente fortalecer a SEDESE, fortalecer a Política de Assistência para que a assistência tenha a sua real representatividade como política pública, no sentido que a gente possa contribuir com uma base política para que haja esse entendimento do quanto é importante o recurso do qual nós estamos falando aqui ser alocado na Política de Assistência Social. Nós queremos sim que esse recurso, gostaríamos muito que esse recurso viesse para atender e minimizar todos esses efeitos que já foram colocados aqui ao longo desses anos. Nós temos um saldo aí de falta de repasses para os municípios, e para recomposição de caixas dos municípios. O que a gente gostaria muito, enquanto controle social, é que esse recurso pudesse sim estar alocado no FEAS, ou se não for alocado no FEAS, mas que ele seja critério de partilha definido pela assistência social, mas que a assistência social tenha governabilidade sobre como utilizar esses recursos, para onde ele deve ir efetivamente para custeio das atividades previstas na assistência. Eu acho que esse é um grande desafio que a gente busca com essa ação, porque é uma discussão muito pesada para um estado que tem apresentado em um déficit nas suas contas, extremo, com recurso entrando no seu caixa. Então, nesse sentido, é fato que todas as políticas públicas vão querer sim utilizar-se desse recurso da melhor forma possível, mas a assistência não pode ser relegada a uma política em segundo plano para os efeitos, principalmente os efeitos da pandemia. Então esse recurso é muito claro. No meu entendimento, no meu juízo de valor, ele tem que ser destinado sim para a

complementação das ações previstas na assistência. Quando se coloca aí a questão, eu faço com muita clareza aqui, eu acho que o desvio que está sendo colocado é o desvio da finalidade, e não desvio de recurso. Isso, em hipótese alguma, esse conselheiro aqui vai estar colocando isso neste plenário, porque eu acho que a gente tem muita integridade com este conselho, principalmente com as políticas públicas. A gente sabe quem são as pessoas que estão nessa linha de ação. Então eu acho que é extremamente importante, enquanto conselheiro, se posicionar sim em relação a essa construção política que a gente tem que fazer enquanto controle social, traçar estratégias de fortalecimento dessa política para que haja um entendimento dos gestores do alto escalão do governo, entender o quanto é importante que esse recurso seja destinado para a contemplação da assistência social. E seja destinado para mitigar todos os efeitos que a pandemia tem realizado na assistência social. Acho que esse é o nosso grande desafio, é o nosso grande objetivo. Eu acho que esse conselho aqui sempre pautou por muitas discussões tensas e intensas, e sempre conseguiu ultrapassar esses limites e fazer consensos em cima de pautas robustas e extremamente importantes para o fortalecimento do SUAS em Minas Gerais. Eu acho que é nesse sentido. Eu acho que é extremamente importante a gente conseguir avançar, mesmo que a gente tenha divergências de posicionamentos, mas a gente tem que ter uma convergência em relação ao fortalecimento do SUAS. E o fortalecimento do SUAS, nesse momento em Minas Gerais, passa necessariamente pela recomposição do seu recurso orçamentário, principalmente com esse recurso que já vem aí do Governo Federal através dessa lei, a 173. Então eu acho que é nesse sentido que a gente precisa avançar. Precisamos avançar, porque nós estamos com o controle social, no âmbito geral, sendo muito desmontado. E aqui a gente não pode permitir esse descontrole do controle social. A gente tem que ter unicidade no processo do fortalecimento de uma política pública. Isso requer que a gente tenha os nossos espaços democráticos extremamente bem definidos e bem delimitados. Eu acho que esse é o momento de a gente discutir, avançar, reconstruir a política pública no estado de Minas Gerais, fortalecer ela ainda mais. Eu acho que nós temos aqui falas muito densas, extremamente ricas, e que a gente tem que partir delas e fazer essa composição. E, como a gente precisa, enquanto o controle social, se unificar para que haja essa compreensão do alto escalão de onde esse recurso, que é destinado para a assistência social, ele está, e para onde ele deve estar, que é na assistência. Então acho que a gente precisa avançar, conselheiros, e fortalecer os municípios. Esse recurso é fundamental nesse sentido. A gente precisa garantir que esses recursos cheguem realmente para quem executa a política, e fazer com que ele entre

dentro dos nossos objetivos enquanto controle social. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE: Obrigada, conselheiro Márcio, pelas colocações e pela explanação. O próximo inscrito é o conselheiro Elerson. Por gentileza, conselheiro. **ELERSON, CÁRITAS**

BRASILEIRA: Elerson, da Cáritas Brasileira. Bom dia a todos e todas. Gostaria de parabenizar, embora muitas vezes haja alguns excessos, mas parabenizar o debate. Eu acho que você ter um espaço onde você pode ter não só o direito à fala, mas expressar o contraditório, demonstra o quanto nós estamos alicerçados dentro do processo democrático. Reforço a fala do conselheiro Cristiano de que o objetivo é sempre esse de construir, juntos, coletivamente, de forma sensata e respeitosa. Acredito que haja uma convergência de todos nesse sentido. Mas enquanto sociedade civil, enquanto organizações, entidades, usuários e trabalhadores, trabalhadoras e governo, que lutamos pela consolidação de uma política, e de uma forma especial, a Política de Assistência Social, nós não podemos admitir, dentro desse cenário de retrocesso, de muitas vezes de corte de recursos, a destinação e o desvio de recurso da Política de Assistência Social para outras políticas sem uma pactuação naquelas instâncias formais. De uma forma especial a CIB, ou até mesmo esse conselho. Então não tive muitas informações preliminares sobre isso, diante desse cenário que a gente está tendo, e vocês sabem que a gente está na linha de frente aí das atuações, mas estou percebendo que foi realocado um recurso que seria destinado para a assistência social, para uma outra política. Eu sou historiador de formação, passei muita parte da minha vida trabalhando em escolas, eu sei muito bem o que é sala de aula, eu sei o que é você trabalhar na educação, em locais de conflito, em regiões de periferia, mas foi, reforço a fala que eu fiz ontem, quando nós estávamos na reunião conjunta das comissões discutindo orçamento: “O âmago de qualquer política pública é a participação”. Uma conquista que nós tivemos, ao longo dessas últimas décadas, foi a participação popular. E participação popular, participação da sociedade, não é só ter direito à fala. Participação da sociedade, participação popular, participação das organizações, dos usuários, dos trabalhadores, se dá também no sentido da efetivação da política, elaboração da política, no monitoramento e na avaliação dessa política. Ontem nós estávamos discutindo o orçamento, e o que nós dissemos ontem é de que uma política pública construída, e que não tenha destinação de recursos, é uma falácia. É uma política pública que, na verdade, é formal, mas que não vai se efetivar na prática. Ela não existe se não tiver recursos. E a pandemia é um problema para todos nós? É um problema para todos nós, é um problema para a sociedade. Mas nós já aprendemos, ao longo da história, que é nos momentos de crise que nós definimos aquilo que realmente

é prioridade. A prioridade para nós se dá quando nós temos pouca margem de escolha, então aí é que nós definimos o que é normal. Nós tivemos há pouco tempo, agora aqui, no início dessa plenária, nos informes, um dos informes que foi dado foi um curso de gestão financeira, se eu não me engano, de orçamento, a fim de capacitar a todos os conselheiros e aos gestores, a saber como lidar com o recurso. O que adianta nós fazemos todos esses processos, sendo que na hora de efetivar a destinação do recurso, ele não vai para a política? E aí, já queria ir falando e ir propondo os encaminhamentos. Eu acho que um dos encaminhamentos que tem que ser proposto é pedir explicações para SEDESE de como é que se deu essa decisão de tirar o recurso da Política de Assistência Social e colocar em outra política, que é uma política importante, soberania alimentar. A gente trabalha com isso, é uma das linhas fortes de atuação da Cáritas, e muitas vezes em parceria com a própria SEDESE, mas você não pode tirar recurso da Política de Assistência Social e colocar em uma outra política. Nós, da Cáritas, vou dar um exemplo muito claro. Nós, da Cáritas, executamos parcerias com a SEDESE e com governo do estado nessas duas áreas, tanto na assistência social quanto na política de soberania alimentar, no plano de segurança alimentar. Imagina se eu pego um recurso que eu tenho, que eu recebi da SEDESE e faço isso que foi feito aí: “Não, vou lá reforçar o trabalho que a gente está fazendo com os agricultores familiares com esse recurso que a SEDESE me coloca aqui da assistência social”. O que é que vai acontecer para nós na prestação de contas? Então, tem que ser muito claro no sentido de que a política, e isso que eu quero deixar como essência da minha fala, a política pública se efetiva na hora da sua implantação, mas principalmente na hora da destinação dos seus recursos. E o que a gente conquistou ao longo da aprovação da LOAS e da construção também dos princípios constitucionais da Política de Assistência, foi que isso ia ser feito por instâncias, na qual participaram todos os segmentos da sociedade. E não foi isso que foi feito. E a fala do Aloísio foi muito importante no sentido de dizer que isso não foi feito, esse desvio de finalidade não foi feito para uma outra política, mas foi feito para um programa de governo, para um programa de governo. Então eu reforço essa proposta de que esse recurso volte. Porque ele já foi, estou entendendo que ele já foi. Então reforço que esse recurso volte, é um outro encaminhamento, como que nós vamos fazer isso, que esse recurso volte para o Fundo Estadual de Assistência Social, e que seja, assim, alocada no Piso Mineiro, a fim de que os gestores municipais possam deliberar, lá na ponta, a melhor maneira de utilizá-lo. E aí, acho que um terceiro encaminhamento que eu faria, é a respeito sim da legalidade disso. Entendo, conheço, a gente tem lidado muito com os servidores que estão aí, a questão

não são os servidores, os trabalhadores, mas eu acho que a gente precisa se informar a respeito da legalidade desse processo; se isso poderia ser feito, se não poderia ser feito; como é que a gente pode reverter e tal. Os dois últimos pontos, o último ponto que eu gostaria de perguntar, que não ficou claro para mim, parece que houve uma apresentação no dia três de agosto, na CIB, de uma proposta de pactuar 18 milhões, mas depois, nessa outra reunião, do dia 19 de agosto, apresentou-se somente mais quatro milhões. Então acho que um último encaminhamento de ofício a ser apresentado, e para esclarecer também, não ficou claro para mim, é para onde foram esses outros cinco milhões. Tudo bem que a CIB deliberou e fechou lá os quatro milhões, mas esses outros cinco milhões foram para onde? Foram para Bolsa Merenda também? Ele foi para saúde ou ele está dentro da assistência? Então eu acho que a gente poderia enviar um ofício também, para ter uma resposta formal. Desculpe ser mais longo, assim, mas isso não foi, não é algo simples que aconteceu. Não é algo, assim, que a gente simplesmente possa deixar: “Ah, não, foi um processo”. Eu acho que foi algo muito grave, e que a gente precisa ser retomado. Olha só, eu nem entrei no mérito aqui, nem fiz a defesa. Entidades, não briguem comigo. Ontem a gente estava brigando por um recurso para a Rede Cuidar. A Rede Cuidar, nessa nova rodada, foram 11 milhões. Nem estou fazendo a defesa de que venha esse recurso para a Rede Cuidar. Eu acho que ele tem que ser mesmo realocado para os municípios. A gente sabe como é que está realidade no interior, que seja pago para o Piso Mineiro, e os gestores municipais definam lá, com os seus conselhos municipais e tal, o que fazer com ele. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro Elerson, pelas suas palavras e considerações. O próximo inscrito é o conselheiro Irajá. Por gentileza, conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSVP:** Presidente? Eu solicitei uma questão de ordem. Eu gostaria que os conselheiros se ativessem ao artigo 9º, inciso II, quanto ao tempo de fala. Ele é previsto de dois minutos, para que a gente também consiga dar espaço para que todos tenham garantido a fala, e que a gente não se alongue nas discussões do tema. Tá? **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro Lucas. Obrigado por ter reforçado um ponto importante, justamente para a gente poder dar o andamento. Então, o conselheiro Irajá, por gentileza. Dois minutos. **PATRÍCIA, CRESS:** Eu pedi questão de ordem também, Presidente. O inciso II diz o seguinte: “A matéria será submetida à discussão, sendo assegurado os dois minutos a cada debatedor, obedecido a ordem de inscrição”. Mas não fala que é assegurado no máximo dois minutos, fala apenas que são assegurados dois minutos. Então seria no mínimo, pelo entendimento. Então, quando o conselheiro, ele pode fazer uma fala maior de dois minutos, em vez de fazer três inscrições

para falar seis minutos. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSVP:** É importante deixar claro, Presidente, que no artigo que no inciso seguinte é facultada à presidência a prorrogação do tempo do inciso anterior. Então compreende-se que o prazo máximo é de dois minutos. **PRESIDENTE:** Correto. Conselheiro Irajá. E vamos nos ater, então, justamente porque nós estamos em 10h31 e... **DANIEL, MNPR:** Presidente, questão de ordem. **PRESIDENTE:** Só deixa eu concluir, por gentileza. **DANIEL, MNPR:** Ok. **PRESIDENTE:** Então nós vamos só manter os dois minutos. Se o conselheiro quiser, vamos conceder mais um minuto de prorrogação. Pode ser assim, conselheiros? A gente tem mais inscritos, não é? Pode ser dessa forma? **PATRÍCIA, CRESS:** Tenho duas questões de ordem. **PRESIDENTE:** Isso. Primeiro a do Daniel. **DANIEL, MNPR:** Então, a primeira questão de ordem, senhor Presidente, acredito eu que o regimento a lei é que quando se trata a respeito do tempo, que seja pautado isso antes, entendeu, antes de se iniciarem os debates, e não durante os debates. Que assim, acredito eu, a gente possa fazer uma construção de forma mais qualificada, porque fazer a menção do tempo de dois minutos, o que está aferido em lei do Regimento Interno, então vai ser desproporcional, porque vai desproteger a possibilidade de a pessoa falar o que ela tem para falar, porque as outras pessoas puderam falar, e daí por diante não, eu não sou favorável a essa questão, e eu acho que como não foi proposto no início, essa não deve ser alocada na metade do debate. **PATRÍCIA, CRESS:** A minha questão de ordem, como o próprio conselheiro Lucas sempre coloca, a presidência não é apenas a figura do presidente. A presidência é o presidente mais o vice-presidente. Então, o registro é de que a vice-presidente do CEAS não concorda com assegurar apenas dois minutos, uma vez que o inciso é claro: serão assegurados dois minutos, pode ser prorrogado. **PRESIDENTE:** Conselheiro Irajá, por gentileza. Eu vou me ater nesse momento, vice-presidente, à questão regimental. Mas como, por sugestão, eu acho que é muito pertinente o que o conselheiro Daniel falou agora, que os outros não foram... Muito embora isso já está previsto no regimento interno, e acredita-se que todos devam conhecer ele, mas embora não tenha sido aplicado no início da discussão, então nós vamos garantir, esse ponto específico a gente permite, a gente concede. Aí, nos próximos pontos de pautas, vamos nos ater, então, ao regimento. Está bem? Conselheiro Irajá, por gentileza. **IRAJÁ, APOINME:** Bom dia a todos. Tem mais alguma questão de ordem, presidente? **PRESIDENTE:** Não, acho que só eram os dois. Isso. Eu acho que são só os dois: o conselheiro Daniel e a conselheira Patrícia. À vontade. **IRAJÁ, APOINME:** Ok, presidente. Então, bom dia a todos os conselheiros, e a você, presidente. Bom, a gente foge até um

pouco do foco da discussão [...] falando sobre esse tempo limitado, que nunca houve, desde quando já participo [...], eu estou no segundo mandato, pelo menos que eu sei, nunca houve esse limite de fala. Pela primeira vez nós estamos sendo questionadas. Presidente, eu, como disse o conselheiro Elerson, eu não fiquei bem atento em relação a como foi o desvio, ou então... A palavra certa não é desvio, seria finalidade. E o recurso veio para uma finalidade e agora está sendo aplicado em outra finalidade. Esse recurso de 53 milhões. Onde eu moro, no município, no interior do estado de Minas Gerais, com todos os problemas diversos, e esse dinheiro seria bem-vindo para esse município, para que nós possamos trabalhar a assistência social neste município. E aí a gente fica perguntando: como foi feito o Bolsa Merenda? Qual o início do Programa Bolsa Merenda? Como era colocado esse recurso para o Bolsa Merenda? De onde foi, de onde saiu? Quer dizer, de onde foi que saiu o programa? De onde ia sair esse recurso? Não sou contra, acho que o Bolsa Merenda realmente tem que ser atendido às crianças que aí estão sem estudar. O acesso à bolsa é importante para as pessoas que não têm condições, realmente. Mas, eu acho que essa finalidade, também da assistência social nessa pandemia, é importante. Agora eu pergunto ao senhor, Presidente, e os demais conselheiros que possam talvez me orientar: como foi feito para ser colocado esse recurso no Bolsa Merenda? Se esse recurso não viesse, esse 53 milhões, como ia ser esse programa do Bolsa Merenda? E outra coisa, eu concordo com o Elerson também em relação aos cinco milhões, para onde está indo esses cinco milhões, que foram alocados só quatro milhões? Então, presidente, a gente fica tudo na dúvida. Me desculpa a minha... Eu sou leigo na questão financeira, mas a gente acaba ouvindo, e vocês debatendo, a gente acaba tendo essa preocupação. Entendeu? E uma outra coisa, que eu estou bem atento e acompanhando vocês nas discussões, e eu estou muito preocupado com toda essa finalidade de recurso que está vindo para o estado de Minas Gerais. Agora, assim, nós estamos vivendo um momento difícil no município. Aqui, em Pirapora, são quase 500 casos confirmados, três óbitos, e seria muito importante, muitíssimo importante esse recurso vir para o meu município, vir para outros municípios que estão passando por essa dificuldade. Então, gostaria muito de uma acessibilidade do próprio governo do estado de Minas Gerais para rever esse recurso.

PRESIDENTE: Concluiu, conselheiro? **IRAJÁ, APOINME:** Sim, presidente. Sim.

PRESIDENTE: Obrigada, conselheiro Irajá, pelas palavras, pelas considerações, pelos encaminhamentos. A próxima inscrita é a conselheira Natália. Por gentileza, conselheira.

NATÁLIA, FEAPAES/MG: Olá. Natália, Federação das APAES. Bom dia a todos. Primeiramente, eu queria falar que eu concordei com diversos aspectos da fala aí do

Cristiano no sentido de que quando a gente extrapola alguns aspectos da nossa discussão, eu acho que a gente perde inclusive na credibilidade da nossa discussão. Então, fazer afirmações que extrapolem o nosso entendimento, a gente perde a legitimidade do nosso propósito. E o que eu entendo é a própria decisão política, e aí do governo, SEDESE, de onde destinar os recursos advindos aí desse momento em que nós estamos vivendo, desses recursos emergenciais. Então, entendo que o foco aqui, do CEAS, é discutir a decisão política de onde alocar esses recursos, e aí, pensando no SUAS, no fortalecimento da Política de Assistência Social. E aí, nesse processo, me chama muito a atenção esses recursos não terem sido discutidos aqui nesse espaço, que é democrático, e no pensar da Política de Assistência. E eu acho que esse deve ser também o nosso foco pensando nesses recursos. Então tem sido disponibilizados muitos recursos para os estados, e pensando em proposições mesmo, primeiro, a gente já havia discutido isso na Comissão de Orçamento, inclusive do governo apresentar uma prestação de contas desse recurso do Bolsa Merenda. Então eu entendo que seja importante, mesmo que ele não tenha sido alocado no FEAS, a gente já havia discutido isso em algum momento, no sentido de se apresentar uma prestação de contas de como foi esse processo. E esses próximos recursos que estão chegando, eu entendo que seria importante o CEAS propor para a SEDESE, apresentar uma proposta mesmo de utilização desses recursos em relação à assistência, para que a gente consiga de fato exercer o nosso papel aqui enquanto CEAS na utilização desse recurso para a assistência social. Então acho que a gente pode ser propositivo nesse sentido de pensar em estruturar a política de assistência com esses recursos que estão sendo destinados ao combate ao Coronavírus, dentro da Política de Assistência Social. Também, se possível, eu gostaria de falar sobre essa questão do tempo de fala. Eu entendo que há é necessidade que a gente seja mais objetivo mesmo, nas nossas falas, porque a gente tem dificuldade de cumprir as nossas pautas. E isso, estando também previsto no regimento, eu acho que é importante que a gente tenha um olhar, até porque faz parte da democracia o respeito à fala do outro. Então acho que a gente tem um tempo de fala, que possibilite a gente avançar nas pautas, e que todo mundo consiga contribuir, também é importante. Isso também é democrático. Eram essas as considerações. E eu acho importante que a gente siga aí para as proposições em relação a essa pauta. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira Natália, pelas suas falas e pelas suas considerações. Eu poderia, e acho que o debate está sendo bem produtivo, bem amplo, já estamos com algumas proposições, uns encaminhamentos que eu acho que são muito importantes dentro da construção. Se a

plenária entender, eu acho que a gente... Acho que foram contemplados quase todos os conselheiros, que se encerraria então na conselheira Cláudia, Cláudia Falabella, que seria a última inscrita. Eu passo, então, para o conselheiro Darci. Por gentileza, conselheiro Darci. Palavra à disposição. **DARCI, COGEMAS:** Darci, COGEMAS. Obrigado, Presidente Jaime. Eu quero ser assim, bem breve, muito rápido. Eu gostaria de fazer algumas reflexões, trazer aqui também alguma contribuição na fala do Cristiano, em relação ao montante da dívida, a dívida do governo passado e a dívida do governo atual. Só lembrando que nesse governo, também, atual, do montante da dívida, atualizada em 30/06/2020, no valor de 175.110.530,44. Desse montante, 45 milhões são do governo atual. Lembrando que nós temos uma dívida, ainda do Piso Mineiro Fixo, em 2019, na casa dos 30.547.738,20. E o Piso Variável, também em 2019/2020, no valor de 14.785.426,80. E lembrando que esse Piso Variável é sempre uma das pautas nossas, do COGEMAS, nas nossas reuniões da CIB, porque o Piso Mineiro Variável não entrou nos planos de serviço, e uma cobrança nossa, porque o Piso Mineiro Variável também está nas nossas normativas, do SUAS, como repasse regular e automático. Então a gente sempre lembra, para que seja inserido na pauta da CIB, para que ele não fique também na história, ou seja, no passado e dizendo que a partir do ano que vem, o Piso Mineiro Variável não precisa mais estar no plano de serviço. Nós achamos que ele é muito importante, e ele também, esse recurso, ele traz benefícios para os serviços socioassistenciais de muitos municípios que recebem e precisam desse recurso do Piso Mineiro Variável. Lembrando que isso é um direito. E quero lembrar, que nós temos o COGEMAS, no ano de 2019, nós montamos uma comissão de monitoramento com diretores do COGEMAS, também participação da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, justamente para que nós possamos cobrar, nós possamos ir nas instâncias que nos garantam o resultado final, que é o pagamento daquilo que é devido a todos os 853 municípios, já que é uma lei, é um direito nosso e é um dever do estado, está garantido lá na lei o repasse automático dos recursos, tanto do Piso Mineiro, quanto do Piso Variável. Então é só para lembrar também, naquela fala do Cristiano, enquanto é sim também essa dívida do governo atual, é para com 853 municípios. E agradecendo, o Jaime não estava aí na época, mas agradecendo aí à Secretária Elizabeth, sempre se esforçando também, nós sabemos disso, junto à Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fazenda, junto ao próprio Governador Zema, tentando inclusive agendar agendas para a gente com ele. E a gente sabe do empenho que ela tem para com a assistência social no estado de Minas Gerais. Então eu quero deixar registrado aqui também, Presidente Jaime, essa colocação aí, e a presença aí da

Secretária Elizabeth Jucá, que sempre esteve de portas abertas recebendo o Presidente José Cruz, recebendo, nós, do colegiado de gestores municipais de assistência social de Minas Gerais. Isso é muito importante. Temos essa parceria, já que nós sabemos que não cabe a ela. A gente sabe que ela busca sim, mas a decisão é do tesouro do estado em relação a esses repasses. Mas tem contribuído muito com a gente essa luta da Secretária Elizabeth Jucá para com a gente. E sempre nos receberam muito bem. Quero deixar registrado aqui no CEAS. Obrigado, senhor Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro Darci, pelas informações e pelas colocações. Eu passo, então, para próxima inscrição, do conselheiro Sávio. Por gentileza, conselheiro Sávio. Palavra à disposição. **SÁVIO, CMAS/BH:** Bom, eu estou achando importante esse debate aqui, debate franco, dando a oportunidade para que todos possam se pronunciar. Eu acho que política pública se faz dessa forma mesmo. Mas eu queria dizer também que eu não tenho a menor dúvida, com toda a experiência, inclusive não é minha experiência não, estou na política desde muito tempo mesmo, mas independente disso, do tempo em que cada um de nós participamos da política, tem coisas que já foram devidamente discutidas. Por exemplo, a questão de os recursos estarem nos fundos da assistência social. Lógico, isso já foi discutido, e vem se processando. Belo Horizonte, há cinco anos atrás, os recursos relativos aos recursos humanos do SUAS, era uma conta de governo municipal. Agora não, já está no Fundo Municipal de Assistência Social, o recurso de pagamento de trabalhadores. E assim por diante. Então, com relação a isso, não tem a menor dúvida. A questão da constituição do CPF, a importância do fundo do conselho e do plano para que o município possa desenvolver política pública, a assistência tem isso muito bem definido, e esse esforço, mesmo do conselho estadual, é nesse aspecto, para que cada um possa estar fortalecendo, fazer valer o acordão do TCU. Esse esforço, o conselho nosso faz para qualificar os conselhos municipais de assistência social. Uma outra coisa também, que o entendimento também já se fez, é que o que a gente faz é política pública, não é? E política pública requer que ela seja discutida por diversas instâncias, por diversas representações. Que a gente interfira e qualifique as representações, etc. Porque o que interessa, o que combate a desigualdade social e diminui a pobreza, é exatamente a política de estado. A política de estado é aquela que tem uma tendência em permanecer. Ela não vai durar quatro anos, que seria uma política de governo. É um risco política de governo durar pouco tempo. A política de estado é aquela política permanente, que independente do partido que atualmente vai estar no governo, ela permanece, ela continua. Não tenho dúvida de que esse recurso de 446 é do SUAS e do SUS também. A

nossa área sempre foi uma das preocupações de mudança, inclusive de modelo descentralizado participativo, que de 93 para 2006, mudar para o SUAS, de 2006, que dura até hoje, não foi à toa, foi para definir. Nessa época a gente definiu os usuários da Política de Assistência Social. Começamos a definir, batemos o martelo em 2015. Usuários da política são aqueles que usufruem dos serviços da política. Lógico que o usuário, a pessoa mais pobre, as famílias mais pobres, são atendidas por diversas políticas. Não é exclusividade a pobreza ser tratada pela assistência social, a saúde, educação. Isso é um compromisso de todas as políticas da área econômica, da área social, seja que área for, tratar da questão da desigualdade, da possibilidade de alçar patamares no campo da cidadania de qualquer pessoa, não é isso? É isso, a minha contribuição, e o embate da democracia participativa com a democracia representativa também não deixa de ser absolutamente útil para o fortalecimento da assistência como política pública e de política de estado. Só assim a gente enfrentaria os desafios na área social. Como já existe esse tratamento, já fizemos 13 conferências a nível nacional, mudamos de modelo. E já temos aí 27 anos, não é isso, de política pública na área da assistência social, isso é muita experiência. Eu bati o olho nessas questões todas aqui e não vejo a menor dúvida dos 446 milhões a serem do estado, do SUAS e do SUS. Então, que se faça a correção que seja necessária aí para que esse recurso seja alocado no Fundo Estadual de Assistência social. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro Sávio, pelas colocações e pela fala. A próxima inscrita é a conselheira Cláudia Falabella. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom, conselheiros, é só uma informação que eu fiquei preocupada. A gente tem que lembrar do recurso que a gente vai transferir para o município é recurso extraordinário, e não é Piso Mineiro, tá? A gente tem que ter bem fresco isso na cabeça da gente, bem esclarecido. Por quê? Os Conselhos Municipais de Assistência Social vão aprovar a prestação de contas desse recurso. A regra, o decreto que vai ser usado para transferência é o fundo a fundo, a dotação orçamentária vai ser a que a gente utiliza para pagar o piso em função da descrição da ação, que é o único que caberia a suplementação para não ter que criar crédito especial, criar dotação orçamentária para passar o recurso. Então é todo um trabalho que a gente está fazendo para conseguir agilizar o repasse para o município. Mas tem que ter a clareza que esse recurso não é para gastar como Piso Mineiro. Piso Mineiro é para ação continuada, repasse regular e automático. Isso é recurso extraordinário. Obviamente que vai usar nos mesmos serviços do piso, porque é tipificação. Então a gente tem que tomar muito cuidado, porque depois, na hora do conselho aprovar a prestação de contas, ele vai ter que ter clareza que aquele recurso foi gasto para [...] da pandemia do

Covid. É só uma reflexão mesmo. A gente vai soltar orientações para o município, mas é porque eu fiquei muito preocupada quanto à questão de pagamento de piso. O piso está em uma lógica, e esse recurso extraordinário é outro, com tempo delimitado. A gente vai usar a mesma [...], mas a gente não sabe ainda o que o Governo Federal vai pedir com relação à prestação de contas ao estado desse recurso, porque veio para o estado, a gente está passando por um município. Pode ser que a União, ou até o próprio estado exija a prestação de contas com mais coisas em um prazo menor. A gente tem que tratar isso, gente, como recurso extraordinário, porque senão, depois, na hora do conselho aprovar a prestação de contas, ele vai ter muita dificuldade para identificar ali o que é recurso de piso e o que é recurso extraordinário. É só para lembrar isso, para a gente, lá na frente, não ter problema. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira Cláudia. Encerrando, então, os inscritos. Então passaria para a 14ª inscrita, que é a Patrícia, para os encaminhamentos desse ponto. O Daniel pediu uma solicitação para pergunta. Se a Patrícia fizer o encaminhamento, de repente a pergunta já pode ter sido contemplada, enfim. Patrícia, para os seus encaminhamentos. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, CRESS. Desculpa, tive um probleminha. **MÁRCIO, ASSPROM:** Presidente, permite um esclarecimento, por gentileza? **PRESIDENTE:** Sim. **MÁRCIO, ASSPROM:** A conselheira Cláudia colocou aqui claramente que os recursos são extraordinários, e eles não poderiam ser utilizados para custeio do Piso Mineiro. Foi isso que eu entendi. E também tivemos aqui falas de outros conselheiros, não me recordo de quem, de que o recurso entraria no caixa único do estado. Eu queria ter justamente esse esclarecimento. Se o recurso entra no caixa único do estado, o estado não tem governabilidade para fazer a destinação para determinado tipo de ação? Esse é o meu ponto de esclarecimento. Não sei se eu consegui externar. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu posso responder, Jaime, do que eu entendi do Márcio? **PRESIDENTE:** Pode. Aí deixa eu só ver, então. Patrícia, tu permites? Aí já aproveitar que o Daniel também fez uma pergunta. E aí, antes dos encaminhamentos. Pode ser, conselheira? **PATRÍCIA, CRESS:** Claro. **PRESIDENTE:** Tá. Então tá. Aí, o conselheiro Daniel faz uma pergunta também, pode ser que seja no mesmo tema. E aí a Cláudia pode responder. Por gentileza, conselheiro Daniel. **DANIEL, MNPR:** Eu gostaria, primeiro indagar a [...] para onde que... Esse recurso é da assistência social ou é da saúde? Porque quando a gente fala de recursos financeiros, aí eu vou contra o que a conselheira Cláudia disse, por mais que seja um benefício extraordinário, conselheira Cláudia, se foi para assistência deve ser utilizado na assistência. Em contrapartida, acredito sim que pode ser mandado para o Piso Mineiro por que terá um uso devido dentro da pasta, dentro da lei

orçamentária e dentro do que está destinado para se fazer o uso. E outra coisa que seria interessante também que fosse, eu gostaria de solicitar, ver a possibilidade do conselho estadual acionar um meio de investigação e de pesquisa, que ao Ministério Público, para apurar se houve ou não o desvio do dinheiro do valor repassado a assistência social para o Bolsa Merenda. E também solicitar que o recurso possa ser destinado sim para o Piso Mineiro e solicitar também a prestação de contas do benefício Bolsa Merenda. Agradeço.

PRESIDENTE: Certo, como eu falei, era só pergunta. Então nós já tínhamos encerrado, a Patrícia já está nos encaminhamentos. Conselheira Gabriela, é algum encaminhamento?

Acho que o Márcio também já fez um esclarecimento. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Sim, estaria na perspectiva do encaminhamento sim. **PRESIDENTE:** Ah sim, foi encaminhamento. O Márcio também foi a pergunta para esclarecimento e aí a conselheira Cláudia então pode fazer o esclarecimento, por gentileza, conselheira. **CLÁUDIA,**

SEDESE: Não, mas é isso mesmo, Márcio, o recurso vem para o estado. Então ele vem para o fundo de participação do estado e cai no caixa único do tesouro. O estado está decidindo passar o recurso para os municípios, então nós vamos fazer os planos de serviço e passar para os municípios. Eu bato muito nessa questão do piso é porque o piso existe uma resolução específica e ele é ação continuada, ele é tratado de uma forma. Os conselhos o aprovam, quando da prestação de contas. O piso é utilizado de acordo com serviço tipificado, a tipificação nacional dos serviços, benefício conforme o município. O recurso extraordinário também pode ser usado, que isso foi discutido na CIB, essa flexibilidade do recurso para o município aplicar onde que está o impacto maior, o efeito. O que eu estou dizendo é que não pode se confundir que o recurso, que o entendimento do recurso para a utilização como piso é um e com a pandemia é outro. Por exemplo, você vai pegar um serviço para dar reforço no serviço de acolhimento institucional que você tem no município, porque é que você está dando? Ah, porque você tem idoso, você teve que tomar essa medida, outra medida para gastar. Isso, quando o conselho for analisar a prestação de contas, os aumentos nessa despesa da unidade de acolhimento têm que estar lá direitinho que teve que fazer isso, ou teve que fazer aquilo de acordo com a necessidade do município. Entendeu? Ele é um recurso específico para tratar uma situação específica. Ele é recurso extraordinário e veio da União para o estado e o estado está passando para o município. Então estamos nós três, União estado e município na condução do recurso, na prestação de contas do recurso. O estado recebeu o recurso e tomou a decisão de passar recursos para os municípios - fundo a fundo, então ele vai todo na lógica do fundo a fundo. Mas eu estou muito preocupada, volto a repetir, do

entendimento que isso é Piso Mineiro. Isso não é Piso Mineiro. O que rege a resolução do Piso Mineiro é a 459, ela é toda diferente. Igual eu disse, nós vamos usar dotação orçamentária do Piso Mineiro por causa da descrição da ação, ela é mais pertinente e a gente não vai criar crédito especial para criar uma dotação para usar um recurso extraordinário. É só isso, vai gastar com os recursos tipificados como gasta o piso, só que em situações diferentes. Uma é ação continuada e a outra recurso extraordinário. Para uma situação pontual, grave. Não sei se eu consegui esclarecer, Daniel, vai gastar o mesmo serviço que gasta com piso, mas é recurso extraordinário e para pandemia. Não sei se eu consegui responder, se foi suficiente. **PRESIDENTE:** Eu acho que só para complementar, o que foi utilizado é a referência do Piso Mineiro, a questão dos valores para servir como referência também. Além do que a Cláudia falou, o valor de referência foi utilizado sim o valor que atualmente é pago para o Piso Mineiro. Bom, então podemos partir para os encaminhamentos, conselheira Patrícia? Eu vi também que o conselheiro Lucas também colocou dois encaminhamentos, não sei se dá para a gente convergir nos dois encaminhamentos. **PATRÍCIA, CRESS:** Eu acho que são vários, na verdade. Bom, a partir da fala do conselheiro Elerson e também do conselheiro Daniel agora, oficial as instâncias competentes para apurarem se houve desvio de finalidade da assistência social para a segurança alimentar. E aí a Joana, que é do jurídico da SEDESE, talvez possa nos orientar melhor em relação a quais seriam essas instâncias competentes. Porque como se é recurso Federal, seria Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, se teria que mandar para o Ministério Público do Estado e da Controladoria Geral do Estado também. Esclarecer quais seriam essas instâncias competentes de controle e fiscalização dos recursos federais que vem para estado. Então é isso, essa proposta. Compilando aí a fala do Elerson e do Daniel. Oficial as instâncias para averiguar se houve ou não desvio. Uma outra proposta é uma nota dos CEAS manifestando quanto a necessidade de aplicação dos recursos provenientes da Lei 173 destinados à assistência social, eles sejam alocados na assistência social. Uma nota pública para o Conselho Estadual de Assistência Social se manifestar em defesa dessa política pública mesmo, para que os recursos que venham para o SUAS, de fato, sejam alocados no SUAS. Seria isso, presidente. **PRESIDENTE:** Temos o encaminhamento do Lucas, não sei se o Lucas gostaria de fazer a fala do encaminhamento, ou a Gabriela que ela tinha se inscrito para fazer também sobre encaminhamento. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** O que eu gostaria de propor é o seguinte: que esse recurso, a Cláudia tentou explicar aí que não trata de piso e tudo mais, mas que garanta, que seja destinado aos municípios para garantir essa autonomia, que no

formato do Piso Mineiro, os municípios tem para investir naquilo que eles considerarem como prioridade. Então é nesse sentido a proposta. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheira Gabriela. O Lucas fez dois encaminhamentos? Gostaria de manifestar, conselheiro Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSVP:** Presidente, na verdade, eu queria só mesmo reafirmar principalmente a segunda sugestão de encaminhamento para que este conselho possa acompanhar, como controle social, desses trâmites de recursos provenientes ao combate a Covid. Eu acho que ele atende a uma necessidade de controle mesmo e de verificação da aplicação desses recursos. E o primeiro encaminhamento vai na linha de verificação mesmo, porque na reunião extraordinária que a gente teve, na última, houve uma pactuação da CIB de nove milhões e uma expectativa de uma segunda pactuação de mais nove milhões, totalizando 18 milhões, estou trazendo números redondos para poder facilitar, e agora vem uma pactuação de quatro milhões. E é importante a gente saber para onde foram esses outros cinco milhões para que a gente consiga se posicionar sobre isso. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro Lucas, obrigado pelas considerações. São dois, é ofício e que seja estabelecida e mais os encaminhamentos da Patrícia, não é? E da Gabriele. Seriam [...]. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Presidente, só uma questão. Eu coloquei os encaminhamentos no chat, por favor. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Você também tinha falado, não é? Vamos tentar achar porque... “Sugestão: prestação de contas do Bolsa Merenda e proposta de destinação do recurso por parte do governo”. Entendi. Eu poderia pedir para secretária executiva formatar os encaminhamentos? Para pegar esse compilado de todos os encaminhamentos ou como que vocês sugeririam que fosse? **PAULA, sec. exec. ceas:** Sim, vou fazer, Jaime. Só vou precisar de um tempinho, está bem, gente? Eu vou pegar aqui porque são vários encaminhamentos ao longo do chat aqui. Nós temos o da Natália, o da Patrícia, o do Lucas, tem os Elerson, não é isso? Vamos só formatar um pouquinho aqui, a gente precisa de um tempinho. **PRESIDENTE:** Uhum. Eu não sei se a plenária concorda, que enquanto a secretária executiva faz os encaminhamentos, a gente pode passar para o próximo ponto? Ou aguardamos ela concluir os encaminhamentos? Fica a critério da plenária. **DANIEL, MNPR:** Eu acho que seria interessante, presidente, que a Patrícia possa fazer o encaminhamento. **PRESIDENTE:** A secretária executiva está fazendo o encaminhamento, não é? **PATRÍCIA, CRESS:** Eu sugiro aquela pauzinha de cinco minutos, gente. **PRESIDENTE:** Bom, está certo, Patrícia. São 11h08 então vamos dar... **DANIEL, MNPR:** Eu solicito uma pausa de vinte minutos, senhor Presidente. **PRESIDENTE:** Meio termo, dez minutos. Pode ser? Cinco minutos, vinte e dez. **DANIEL,**

MNPR: Está ótimo. Eu estou vendo a Natália bebendo água toda hora aí, eu estou com a maior sede aqui. **PRESIDENTE:** Eu também estou, pior que eu também estou. Então está bem, vamos fazer um intervalo de dez minutos. São 11 horas... Vai passar para dez, então 11h10, então às 11:20 a gente retorna. Pode ser assim, conselheiros? Então está bem, às 11h20 retornamos. **DANIEL, MNPR:** Quem está de acordo, fique como está. **PATRÍCIA, CRESS:** Paula, eu vou digitar aqui no chat as minhas propostas de encaminhamento para tentar agilizar para você um pouquinho. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Beleza. Tem o seu, tem o do Elerson, não é isso? Confere para mim. **PATRÍCIA, CRESS:** A minha é a do Elerson, na verdade, que é das instâncias, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A sua é a do Elerson? Ah, está bem. Então pode digitar, por favor. Tem a do Elerson, a do Lucas também ficou no encaminhamento? Foi aprovado? **PATRÍCIA, CRESS:** Não, aí que a gente vai voltar ainda. Aí é para anotar as propostas de encaminhamento. Aí tem as duas do Lucas, que ele digitou no chat, e eu estou digitando aqui também. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah está bem, então eu vou copiar lá do seu. **PATRÍCIA, CRESS:** A que eu estou digitando é a proposta do Elerson e do Daniel que eu compilei. **DANIEL, MNPR:** Ah, está bem. Isso que eu ia te pedir, Patrícia, que você tem mais habilidade com palavras do que eu, para você reformular a minha, por favor. **PATRÍCIA, CRESS:** Imagina, Daniel, você fala muito bem. **DANIEL, MNPR:** Só para deixar claro, gente, hoje a nossa plenária vai agarrar muito, viu? 11h11 e a gente discutiu um ponto. Joana, estamos em momento de intervalo. Está bem? Se você puder aguardar só um pouquinho, por favor. Desculpa presidência, vice-presidente, sei que vocês estão ocupados, só para passar essa informação. Podemos voltar? 11h20. Dez minutos já foram extintos. Podemos prosseguir? Senhor Presidente? Vice-presidente? **PRESIDENTE:** Conselheiro Daniel, acabou de fechar 11h20 agora. Certo? Então podemos retornar com as propostas aqui tem... Tem umas anotações aqui, enfim. Eu só queria assim, eu acho até de uma maneira bem clara ainda, até para deixar bem esclarecido toda a plenária também, que esses recursos ainda não foram utilizados. Então está sendo feito como eu falei já desde o princípio: a pactuação na CIB, feito os informes, então eles ainda não estão disponíveis. Como esse é um recurso que vem para o fundo estadual, para o caixa do fundo de participação do estado, então só para deixar informada essa questão. Bom, não sei se a secretária executiva já conseguiu fazer? Ou ela pediu intervalo também, não é? A gente tem que respeitar que durante o nosso intervalo ela também pediu intervalo, mas vamos ver então, esperar a Paula. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu vou precisar dar uma saidinha aqui, mais a Rosalice vai fazer a exibição para mim. Está bem? Porque como eu já disse, tem

alguns problemas aqui com a exibição. **PRESIDENTE:** Está bem. Obrigada, Paula, pela sua atenção. **SILVESTRE, SEF/MG:** Presidente? Eu, como membro representante da Secretaria da Fazenda, gostaria de colocar alguma coisa nessa discussão aí porque o recurso veio para o caixa único. Eu poderia? **PRESIDENTE:** Nós estamos até agora bem no encaminhamento, conselheiro. **SILVESTRE, SEF/MG:** Tudo bem, é só uma colocação para esclarecer uma dúvida, mas tem problema. Vamos terminar os encaminhamentos, quando for possível eu falo. **PRESIDENTE:** Sim, isso, por gentileza. **DANIEL, MNPR:** Senhor Presidente, só uma questão de ordem. A Joana estava inscrita já antes da gente entrar em pausa. **PRESIDENTE:** Joana então, por gentileza. **JOANA, SEDESE:** Olá, boa tarde a todos e todas. Respondendo, a Patrícia estava perguntando aí quais que eram os órgãos e tudo. Bom, o primeiro ponto de reflexão que eu trago aqui é o seguinte: os recursos estão sendo analisados para serem aplicados ainda dentro da assistência social. Então eu não acho que a gente tem que falar em encaminhamento de denúncia para TCE, para Ministério Público, para nada disso porque não tem nada concreto do que... Não tem nenhum fato realizado para que se tenha manifestação, mas enfim. Todos os órgãos sempre são abertos a responder, mas nem sempre respondem. Igual a gente já teve um caso de o conselho encaminhar e ter aquela resposta. A segunda coisa é que todos os atos e todas as ações realizadas pela SEDESE estão sendo feitas com base em orientações tanto do Ministério Público de Contas quanto o Tribunal de Contas, quanto a Advocacia Geral do Estado. A Advocacia Geral do Estado orienta, instruí todos os atos realizados pela Secretaria de Assistência Social. Então nada será feito sem toda legalidade, tudo que é feito tem um respaldo jurídico, tem o respaldo do Ministério Público que inclusive nos acompanha na reunião da CIB, que inclusive estava na reunião da CIB. Então assim, isso pode ficar despreocupado que a questão da legalidade é importante inclusive para quem faz. Então assim, isso vocês podem ter certeza de que não vai ser feito sem ter uma legalidade e sem ter todos os órgãos de controle junto que é o que SEDESE sempre faz, que é o que o [...] sempre faz porque uma preocupação de todos nós. Então essa é uma reflexão que eu trago aqui e respondendo à pergunta da Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente, como a Joana respondeu minha pergunta, na verdade, a minha pergunta foi: quais os órgãos competentes para apurar a existência ou não de desvio de finalidade? Ela fez uma avaliação, na verdade, mas aí ela não respondeu em si quais os órgãos. Se é Ministério Público Federal... Quem apura se há desvio de finalidade? É o Ministério Público Federal? É o CGU? É o TCU ou, por ser recurso federal, ou quem deveria apurar isso seria o Ministério Público do Estado, Controladoria Geral do Estado e

Tribunal de Contas do Estado? Realmente é uma dúvida que permaneceu. **JOANA, SEDESE:** Os órgãos do estado estão cientes, eles são cientes de todos os atos que são feitos dentro estado. A gente encaminha comunicado, a SEPLAG está junto, a Fazenda está junto. Então assim, tudo que é feito é feito com base na legislação e será feito com base em todos os critérios legais. Então assim, pode ter certeza que controladoria, ouvidoria, todos esses órgãos já estão... Eles são todas as comunicações e tudo que é feito dentro da secretaria. Eu acho que não tem que falar em quais os órgãos apuram, porque, primeiro, que é desvio de finalidade. Vocês estão alegando que é desvio de finalidade, mas que tipo de desvio de finalidade? Não existe apuração de desvio de finalidade, entendeu? E outra, teve algum fato concreto de desvio de finalidade? Com base em quê? Porque quando você encaminha qualquer tipo de informação, você precisa ter todos os requisitos necessários para poder fazer qualquer denúncia ou informação, envio de apuração, tem que ter no mínimo um lastro suficiente para que você demonstre o que se entende por desvio de finalidade. É isso. **DANIEL, MNPR:** Eu posso falar? Eu me inscrevi. **PRESIDENTE:** Daniel, nós estamos nos... É para encaminhamento também? **DANIEL, MNPR:** Não, é nesse ponto mesmo que eu gostaria de pontuar, nessa fala da Joana. É porque o seguinte, a gente não está aqui no intuito de acusar, certo? Só que é necessário, a pergunta... Eu entendi muito bem da Patrícia que a indagação foi: quais são os órgãos de denúncia que existem? Se é federal ou se é estadual. A Joana desviou o intuito da pergunta para ter sua ponderação. Então acho que seria interessante ater ao comentário e, principalmente, responder à pergunta. É o Ministério Público Federal? É o Ministério Público Estadual? É o TCU? É o CGE? É o MCE? Entendeu? Eu acho que aí sim a gente avança. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro Daniel. **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente? Como ainda em cima dessa minha pergunta... Essa pergunta foi feita até para melhor formular a proposta de encaminhamento. Aí eu mandei aqui de novo, a secretaria executiva corrigir para mim esse ponto, que é copiar essa mensagem que eu mandei: "oficiar as instâncias..." Como a Joana falou que o CGE, todo mundo do estado já é consultado quando é utilizado o recurso, aí eu entendi que isso seria as instâncias federais, uma vez que o recurso é federal. Então seria: "Oficiar as instâncias competentes: CGU, TCU, MPF, solicitando que seja apurada a informação da SEDESE de que os recursos da Lei 173, destinados à assistência social serão utilizados para a segurança alimentar, uma vez que o Bolsa Merenda não é assistência social. Porque como o Elerson colocou, na verdade, não é uma denúncia. É uma solicitação de informações. Para gente evitar aí que haja um possível desvio de finalidade, mas lembrando também que esses

órgãos servem como orientadores. Que não é só fiscalizar e apurar. E aí a nossa dúvida sobre isso, aí eu queria que corrigisse aí para mim a proposta de encaminhamento porque, a partir da fala da Joana, eu consegui formular melhor. **PRESIDENTE:** Ok, aí o segundo seria: “Nota pública do CEAS manifestando quanto a necessidade de aplicação dos recursos da assistência social, que sejam aplicados na assistência social”. Aí vemos o outro encaminhamento do Lucas: “Oficia-se a SEDESE para que informe onde foi alocado o restante do valor que seria destinado a assistência, que fecharia o valor dos 18 milhões”. Acho que se fosse, seria até colocar a Resolução CIB 04 e a posterior, Resolução 05. [...], mas eu acho que deu para entender o que foi. “Que seja estabelecido o CEAS como órgão de controle social para [...] dos recursos para o combate da Covid, independente da sua alocação no FEAS. A solicitação da Natália: “Que haja um encaminhamento de prestação de contas do Bolsa Merenda e que haja encaminhamento da proposta de destinação do recurso extraordinário, por parte do governo, na assistência social”. Acredito que seja isso, não é, Natália? Que aí eu acho que ele, mais ou menos, fecha com... **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Sim, isso mesmo. **PRESIDENTE:** Uhum, ótimo e o Daniel: “Fazer nota de repúdio sobre a decisão de usar os 53 milhões destinados à assistência para ampliação do Programa Bolsa Merenda”. **DANIEL, MNPR:** Nesse ponto aí, senhor Presidente, eu gostaria que fosse retirada porque eu não fiz essa menção de solicitude. A minha fala foi: eu repudiei tal ação, e isso eu deixei claro, porque está gravado, eu repudiei, no início, o tipo de ação que estava sendo acometida. Então, por favor, gente. **PRESIDENTE:** Certo. Obrigada, conselheiro, pelas informações. Eu estou tentando subir na tela do celular, estava tentando subir e não consigo subir, mas não é minha tela que mexe, não é? É a tela da Paula. Desculpa. Enfim, então seriam esses encaminhamentos. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Jaime, eu tinha colocado a questão como proposta também de destinar o recurso, não sei se está contemplado em outras falas aí, no formato do Piso Mineiro. **PRESIDENTE:** A Gabi, não é? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** A Gabriela, isso. **DANIEL, MNPR:** Não está mostrando, não está aparecendo não. **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente, eu poderia só entender melhor essa proposta da Gabriela, da conselheira Gabriela? **PRESIDENTE:** Uhum. **PATRÍCIA, CRESS:** Eu até coloquei aqui no chat, porque os conselhos podem emitir resoluções de deliberação, aprovando ou reprovando, e resoluções de recomendação. Aí eu queria entender se a proposta de encaminhamento da Gabriela é no sentido de que o conselho emita uma resolução de recomendação para usar o recurso extraordinário da Lei 173, que vem para assistência, para o Piso Mineiro, assim como os 13 milhões que já foram pactuados aí na CIB, ou se

seria só um ofício. Porque eu entendo que a resolução tem mais força. **PRESIDENTE:** É que a gente não pode esquecer que, como a Claudinha falou, a força da lei complementar e desse recurso é ações para combate a pandemia. Então ele tem uma finalidade jurídica definida. **PATRÍCIA, CRESS:** Sim, presidente, mas da mesma forma que na reunião extraordinária da CIB já tinha sido pactuado nove milhões e aí na extraordinária do CEAS a gente pactuou esses nove milhões também para o Piso Mineiro. E aí nesse mesmo formato, entendeu? Eu acho que a proposta da conselheira é essa, uma resolução de recomendação de que os recursos que estão vindo para assistência social, da Lei Ordinária 173, que eles sejam destinados para o Piso Mineiro nos mesmos moldes da primeira resolução lá que já foi aprovada pela CIB e pelos CEAS. Não para pagamento de dívida porque a gente sabe que é recurso extraordinário não pode pagar o passivo do Piso Mineiro que foi isso que a Claudinha falou, mas que seja nos moldes do que já foi aprovado. Entendeu? Aí só para esclarecer, porque só oficiar a SEDESE tem menos força do que uma resolução de recomendação. Entendeu? **PRESIDENTE:** Não, isso eu concordo contigo, Patrícia. Que até mesmo, tem que deixar bem claro, isso é importante porque nós estamos no conselho estadual e nós vamos servir de orientação para os conselhos municipais também. Então por isso que é importante deixar bem reforçado que o olhar dos conselheiros municipais na prestação de contas e no plano deve estar atento que as ações foram aplicadas, os recursos foram aplicados em ações que atendem a lei complementar. Essa preocupação que eu entendi também que tu passasses agora, Patrícia, é muito relevante. A Gabriele e a Claudinha também passaram que é muito importante para que não venha nem penalizar no futuro. Mas deixar assim, porque toda resolução da CIB, tanto a 4 quanto a 5 sempre reforçam no seu cabeçalho para ações de combate, para ações de enfrentamento a pandemia do Covid, Lei Complementar n.º 173, já é bem definido no início, para deixar bem forte que ele não é recurso assim, ele é um recurso que tomou como referência o piso, mas que ele tem a destinação dele bem definida que é ações... Isso que foi aprovado na CIB nas duas vezes. Ok. Isso, e a Sandra colabora da questão da [...] orienta abrir contas específicas para esse recurso, não pode ser reprogramado. Exatamente isso, Sandra. Perfeito suas colocações. Isso, então vamos ver? Resolução [...] isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu estou muito preocupada, eu posso fazer uma manifestação aqui? **PRESIDENTE:** Claro. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu queria só dar uma sugestão, que tirasse essa questão de o recurso ser destinado para o Piso Mineiro. Eu vou voltar, eu vou ser chata nesse assunto, gente, vocês me desculpem. **PATRÍCIA, CRESS:** Questão de ordem. Já estamos nos encaminhamentos, conselheira. No momento

da votação o conselheiro titular pode votar pela reprovação dessa proposta. A gente já está nos encaminhamentos, aí não cabe considerações. Desculpa viu, Claudinha?

CLÁUDIA, SEDESE: Não, não tem problema não. É preocupação mesmo, tranquilo.

PRESIDENTE: Mas o encaminhamento eu posso fazer, de construir essa resolução, não é, Patrícia? Eu sou conselheiro titular também, eu posso não concordar com toda a expressão da palavra, mas de repente...

PATRÍCIA, CRESS: Ainda não está em regime de votação, presidente, então ainda pode podem ser apresentadas propostas de encaminhamento. Aí pode ter uma proposta ou então reprovar, simplesmente, essa proposta.

PRESIDENTE: Não, não. Eu acho que não é a proposta...

PATRÍCIA, CRESS: Mas não pode é fazer defesa ou não, não é? Tem que apresentar encaminhamentos mesmo.

PRESIDENTE: Não, não. Eu acho que não é nem a questão de reprovar, eu acho que é só mesmo de conciliar. Eu acho que a proposta da Gabriela é muito pertinente e é natural que a gente faça a construção, assim como a gente fez a construção nos termos anteriores, a gente pode fazer uma construção em conjunta ali também. Não, não... Eu acho que ela só faz uma recomendação. Claudinha, tu queres de repente mandar... Não sei se ela pode fazer uma proposta de um texto da resolução. Isso. Aí a Claudinha pode fazer um texto de encaminhamento. Eu acho que seria um encontro do que a Gabriela propôs, que seria só mesmo uma resolução de recomendação.

DANIEL, MNPR: Presidente, só uma questão de ordem. Eu acho que como estamos pactuando e lutando por algo muito democrático, acho que seria interessante, como todos tiveram direitos a fala mesmo que várias vezes, eu acho que seria justo da nossa parte deixar que a Cláudia pudesse fazer sua ponderação a respeito da sua preocupação, porque a gente levantar uma proposta ainda havendo dúvidas, a gente não está sendo democrático e sim estamos empurrando propostas. Então acho que seria interessante a gente ouvir a indagação dela, entendeu? Para que a gente pudesse sanar e, aí sim, a gente partir uma votação mais qualificada.

PRESIDENTE: Foi o que eu pedi, que ela construísse uma proposta ali para o encaminhamento. Vamos só aguardar um pouquinho, a gente pode ir passando os pontos acima, não é? Eu não sei como, Paula, são feitos os encaminhamentos. É feito por votação nominal ou faz, nesse caso assim, é feito como? Como se orienta a Secretária Executiva nesse sentido?

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Eu acho que o grupo pode decidir, mas talvez fosse interessante fazer uma um, mas por maioria, Jaime, eu acho que nesse caso.

PRESIDENTE: Certo.

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Um a um se vai aprovar isso aqui. E depois isso vai ter que... Ah não, acho que essa daqui pode ser com maioria simples mesmo.

PRESIDENTE: Então a gente pode, a gente chamar a tela de votação

para cada um ou vota... A Patrícia sugeriu: “Pode ser votação por bloco ou uma a uma”. Então vamos fazer a votação individual uma a uma. Eu acho que a Cláudia só fez uma colaboração dela: “Seja destinado para [...]” não entendi agora. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Patrícia, no caso você quer uma a uma, vai chamar a tela uma para cada uma, bloco? Acho que se for exibir aquela planilha de votação, seria melhor que fosse por bloco então, senão eu acho que vai perder tempo demais de fazer um a um, cada sugestão. **PRESIDENTE:** Uhum. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Pode ser então uma tabela para o bloco todo, isso, Patrícia ou Jaime? Vamos ver. **PATRÍCIA, CRESS:** Como são oito propostas, eu acho que pode ser feito por bloco, mas aí fica a critério do presidente. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Analisa uma a uma e depois volta o bloco. **PRESIDENTE:** Isso. **PATRÍCIA, CRESS:** Mas aí não dá para analisar uma a uma. Se for analisar uma a uma é para votar uma a uma porque, na verdade, já é a proposta de encaminhamento. Presidente, com licença. A Claudinha postou lá uma complementação da proposta oito. Aí foi uma proposta de encaminhamento que ela colocou. Estou com vergonha de você, Claudinha, tenho que registrar de novo. Desculpa a intempestividade, está bem? Porque eu achei que era discussão, não proposta de encaminhamento. Perdão. **CLÁUDIA, SEDESE:** Sem problemas, Patrícia. Eu ainda sou meia coisa dessas regras aí do conselho, mas eu sou conselheira pela primeira vez, mas tranquilo. É isso mesmo, é porque eu fiquei preocupada mesmo **PRESIDENTE:** Eu complementaria ainda: em atendimento as finalidades previstas na Lei Complementar n.º 173. Seria uma garantia, até mesmo uma segurança até mesmo para os próprios conselheiros. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu só queria que você mandasse para o WhatsApp esses... Não? Está bom. **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** A proposta da Claudinha é alteração aí nessa proposta aí: “resolução de recomendação”, não é não? Tem que alterar. **PATRÍCIA, CRESS:** Eu acho que dá para complementar, não é, Sandra? Unir a da Gabriela e da Claudinha, se as duas concordarem. **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** É. **DANIEL, MNPR:** Só uma questão de ordem. Eu solicitei que alguém pudesse tirar minha dúvida bem simples. Chamada votação por bloco, que eu não sei o que significa. Até agora, até então, ninguém respondeu. Então gostaria de agradecer a todos por não tirarem a minha dúvida. Nem precisa, nem precisa se ponderar a respeito, mesmo que não acontecesse. É uma dúvida que é pertinente até mesmo para pactuar de forma qualificada. Mas, obrigado mesmo assim, a todos. Não precisa nem... Podemos avançar. **PRESIDENTE:** Conselheiro Daniel, nós estamos no encaminhamento. Então quando for... Está sendo verificada a questão da modalidade de votação, se é bloco ou uma a uma e isto vai ser sim

esclarecido, como sempre foi o regime de votação. **DANIEL, MNPR:** Eu entendo, senhor Presidente, mas é uma dúvida que é pertinente e eu não estou fazendo nenhum encaminhamento. É somente uma dúvida a respeito desse estilo de votação, mesmo que aconteça ou mesmo que não aconteça. Acho que seria interessante sanar a dúvida, mas como não foi possível, eu agradeço e não precisa. Eu retiro a minha solicitação.

PRESIDENTE: Foi concluído então os encaminhamentos? **ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS:** Conselheiros, aqui é Rosa, boa tarde. Eu gostaria [...] eu não consegui entender a sua complementação em relação ao texto da Claudinha. “Em atendimento a lei complementar...” aí, para mim, seu áudio ficou ruim. O que você falou. **PRESIDENTE:** Joana, é a 173 e a... **JOANA, SEDESE:** E a medida provisória 978. **PRESIDENTE:** Isso. Ok. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu acho que tem que melhorar um pouquinho texto porque: “Resolução de recomendação para usar o recurso extraordinário que seja destinado, destinado, para os serviços”. Resolução de recomendação para utilização do recurso extraordinário para os seguintes benefícios e modos executados pelo Piso Mineiro”. Só a redação, dar uma melhoradinha nela aí. Porque ficou difícil de entender. **PRESIDENTE:** Uhum. Tem mais algum encaminhamento Secretário da representação da Secretaria da Fazenda? A Patrícia colocou que você gostaria de fazer uma colaboração, secretário? Conselheiro. **SILVESTRE, SEF/MG:** Presidente, eu apenas queria colocar que a Claudinha explicou muito bem esse recurso. O recurso veio para o estado para ser aplicado em assistência social. E, no entender do estado, eu estou enxergando aqui merenda escolar não deixa de ser assistência social [...] de forma urgente. Então não existe [...] agora, cabe a discussão, cabe as ponderações e cabe esse questionamento que está sendo colocado aí. **DARCI, COGEMAS:** Tem vários microfones abertos aí. **SILVESTRE, SEF/MG:** [...] a Claudinha falou. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, obrigado, conselheiro. Nós vamos fazer a votação uma a uma porque são temas que são diferentes. Podemos então começar pela... Já foi concluída a proposta de construção? Pronto, então começa lá. A proposta da Patrícia: “Oficiar as instâncias competentes: CGU, TCU MPE, solicitando que seja apurada a informação da SEDESE e que os recursos da Lei 173 destinada à assistência social serão utilizados para a segurança alimentar, uma vez que a Bolsa Merenda não é assistência social”. Então a gente chama a tela para ver como que é feita a votação. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vamos ver se a gente vai conseguir fazer as duas telas porque... **ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS:** Só um momentinho, Paula. Não tem como a gente exibir as duas, então seria assim, tecnicamente, não é... Talvez se os conselheiros avaliassem todas as propostas e votassem como a Patrícia falou, em bloco, para nós, da

equipe técnica, seria mais fácil porque a gente não consegue exibir duas telas ao mesmo tempo. É só uma sugestão, que seria melhor, tecnicamente, se fizesse a votação em bloco. **PRESIDENTE:** Concordo com essa dificuldade técnica, mas como são vários pontos e nem todos os pontos os conselheiros podem concordar, então ficaria muito difícil de um conselheiro se manifestar integralmente contra e integralmente a favor, entendeu? Então são propostas diferentes, como também o Cristiano colocou, são propostas diferentes e que englobam alguns encaminhamentos diferentes, então não tem como uma votação... Não vejo a possibilidade de ser uma votação em bloco. **DANIEL, MNPR:** Senhor Presidente, eu acho que seria interessante colocar a lista dos conselheiros e, como a Secretária Executiva tem posse de todas essas propostas de encaminhamento, a Secretaria Executiva pode fazer a leitura e na tela vai aparecendo os nomes em regime de votação, para que possa fazer uma coisa mais oficial, porque está sendo gravado. **PRESIDENTE:** Isso, isso mesmo. Essa é a nossa proposta, para que seja feita a questão da tela de votação. Existe algum outro conselheiro que pode exibir essa tela aqui e outro exibirá a tela de votação? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Jaime? Para mim não cometer um erro, como eu cometi uma vez aí, eu queria um esclarecimento aqui. Esse: "Oficiar as instâncias solicitando apurar informação da segurança alimentar Bolsa Merenda" tira do estado e põe no... Como que é isso aí? junta com social porque, por enquanto, é só do estado, não é? E aí vindo para o social ... **PRESIDENTE:** Só um minutinho. A dona Anédia está falando. Pode concluir, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É que eu não entendi aí direito, porque uma vez aí eu votei errado, eu me abstive por não entender. Aí fui muito criticada e falaram: "Você tem que perguntar de novo", então eu queria uma informação. Aí está juntando a Bolsa Merenda que no momento é fornecida pelo estado, só estadual. Aí está dizendo que vindo para o social é para todos? **PRESIDENTE:** Conselheira Patrícia, ela pediu até uma... Poderia esclarecer também, mas a gente também pode esclarecer. Patrícia, por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Como é o formulei a proposta, todas essas propostas foram apresentadas pela sociedade civil, eu vou tentar esclarecer para a dona Anédia. Veio o recurso do Governo Federal para Minas Gerais usar na assistência social, só que a SEDESE informou que pretende usar 53 milhões para o Bolsa Merenda. E o Bolsa Merenda está dentro de uma outra política pública, que é a segurança alimentar. Então seria oficiar os órgãos de controle para poder entender se pode usar recurso que veio para assistência social para política pública da segurança alimentar, entendeu? Para que esses órgãos de controle e fiscalização apurem e nos orientem. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Então aí, esse recurso é que vamos decidir se vamos dividir com a Bolsa

Merenda? É isso? **PATRÍCIA, CRESS:** É, mais ou menos, porque o recurso veio para assistência. Aí a gente quer saber, já que o Bolsa Merenda não é assistência, pode aplicar no Bolsa Merenda ou não? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** E não tem coisa mais importante do que isso? Porque em uma época, de uma reunião, eu falei sobre isso, que só o estado que tinha. Aí vem essa proposta agora e eu fico pensando: vai tirar e não vai fazer falta não? Esse daí está sobrando? Porque o social, nós estamos batalhando para abrir os CRAS, vai precisar de equipamentos, vai precisar de muito reforço. Será que... Não entendo muito, mas entendo um pouquinho assim. Não vai tirar de cá e vai faltar, pelo que nós estamos batalhando? Vocês me entenderam? **PATRÍCIA, CRESS:** Esse que é o meu questionamento mesmo, dona Anédia. Se colocar esse 53 milhões no Bolsa Merenda, senão vai fazer falta para a assistência social. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É isso que eu queria entender, para mim, eu acho que vai fazer falta sim. **DANIEL, MNPR:** Eu posso tentar explicar para dona Anédia? Porque usuário sempre fala a linguagem que usuário possa entender. Então, dona Anédia, o que a gente está lutando, o que a gente está defendendo é isso. Essa garantia de que o recurso que é destinado a assistência social seja utilizado na assistência social. É por isso que a gente fez toda essa fomentação, todo esse debate rico e produtivo, no âmbito dessa garantia de viabilizar que esse recurso fique na assistência social, voltado para a assistência social e não para o Bolsa Merenda que é uma outra política. Entendeu? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É, isso eu entendi. Eu só queria uma confirmação. **DANIEL, MNPR:** Aí ainda, a gente está nesse regime de votação agora justamente para isso, para defender essa legitimidade de que a gente utiliza esse recurso dentro da assistência social e não seja destinado para outros fins. Entendeu agora? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Entendi, agora foi bem explicado. Eu vou poder participar. Obrigada, gente. **DANIEL, MNPR:** Eu que agradeço por poder contribuir, dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Estamos juntos. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, dona Anédia. Obrigada, Cristiano. Obrigada, Patrícia, pelos esclarecimentos. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vocês estão visualizando a planilha? **PRESIDENTE:** Estamos sim, estamos visualizando a planilha. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então vamos ver se a gente consegue fazer aqui. Então primeiro esse ponto da Patrícia, de oficiar as instâncias: CGU, TCU, MPF, solicitando que seja apurada informação da SEDESE quanto os recursos da Lei 173 destinados à assistência social que serão utilizados para a segurança alimentar, uma vez que o Bolsa Merenda não é assistência social. Então, Jaime, **PRESIDENTE:** Vamos começar. Estando como votação em item por item, então a gente coloca em regime de votação. O primeiro ponto é oficiar as instâncias solicitando que seja apurado

informações da SEDESE. Como vota então o representante da SEDESE, Jaime? Vota reprová. Como vota o representante da SEDESE, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o representante da secretaria, a Silvia Gracia? Ela se encontra, a Silvia? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ela está presente, não sei se ela está conseguindo votar. Parece que não, não é? A suplente dela não, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A suplente justificou. **PRESIDENTE:** Assim como a gente fez nas outras votações, ela estando aqui na sala, pode retornar à votação. Como vota João Vitor? **JOÃO, SEPLAG:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Cláudia Hermínia? Ela estando ausente, como vota ... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** a Vilma. **PRESIDENTE:** Isso. A conselheira Vilma? **CRISTIANO, SEDESE:** Acho que a Vilma postou lá que está sem áudio e sem vídeo. É assessoria de parcerias. **PRESIDENTE:** Sem áudio e sem vídeo, o que se considera? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Jaime, a Silvia votou no grupo do conselho no WhatsApp, viu? Não sei se vale, mas está lá no grupo de conselheiros. **VILMA, SES/MG:** Eu consegui voltar. **DANIEL, MNPR:** Apareceu um aprova aqui, senhor Presidente, está no chat. **PRESIDENTE:** Ela teria que voltar no chat, não é? **SILVIA, SEE/MG:** Senhor Presidente, consegui voltar aqui. Reprovo. Está bem? Silvia Gracia. **PRESIDENTE:** É que está entrando com nomes diferentes, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, é Silvia que votou. Silvia. Deixa eu tirar aqui. **SILVIA, SEE/MG:** Vocês estão me chamando de Vilma, mas é a Silvia. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Silvia. **SILVIA, SEE/MG:** Consegui voltar. **PRESIDENTE:** A Cláudia Hermínia não, então a Vilma da Silva Costa? Que é a suplente? **CRISTIANO, SEDESE:** Essa que está no chat aí. **DANIEL, MNPR:** Senhor Presidente, só um instante, por favor. No chat, ela disse que aprova. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** No chat. **PRESIDENTE:** regime de votação, é que está escrito assim: assessoria de parcerias. Não está escrito o nome da pessoa. Entendeu? É que porque eu não posso registrar um nome como assessoria de parcerias, então Vilma aprova. Próximo, como vota conselheiro Geraldo Amarildo? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ele não está, mas está é o Silvestre. É isso? **PRESIDENTE:** Isso, conselheiro Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Reprovo. **PRESIDENTE:** E como que vota a conselheira Cynthia, justificou e a conselheira Noelle? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Também justificou. **PRESIDENTE:** Como vota o Aloísio do COGEMAS, Aloísio Soares Júnior? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Aprovo, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Haiandra Pereira de Oliveira do Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota a conselheira Sandra de Fátima Veloso Costa, do Conselho Municipal de Montes Claros?

SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS: Aprovo, presidente. **PRESIDENTE:** Como voto o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH, a conselheira Ariadna Miranda? Está bem pequenininho, eu estou tentando ler no celular. Anédia. Desculpa, dona Anédia. Conselheira Anédia, por gentileza, Anédia Miranda Farias. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu reprovo. **PRESIDENTE:** Reprova. Como vota a Associação Quilombola de Suaçuí... Estou fazendo um esforço, mas... E Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Suaçuí, presidente. **PRESIDENTE:** Isso, Suaçuí. Desculpa. Conselheira Isaura dos Santos Lopes? **ISAURA, ASQUIS:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Aprova. Como vota a Natália Lisce, da Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Federação das Associações sem fins... Desce um pouquinho. A conselheira... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Sem fins lucrativos, é. A FASEMIG. Ariadna. **PRESIDENTE:** A conselheira Ariadna, isso. Conselheira Ariadna? A conselheira Ariadna se encontra? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ela está presente, mas deve estar com alguma dificuldade de internet, não está respondendo. **PRESIDENTE:** Eu vou passando e, se ela conseguir votar, senão a gente chama o conselheiro Elerson que está presente. Mas como ela encontra-se ainda, então vamos passar para o próximo. Como vota União das Associações de Pirapora, conselheiro João Alves Crisóstomo? Ele não se encontra, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O João acho que não está presente, mas o Márcio Caldeira está. **PRESIDENTE:** Como voto então, como suplente, votando a Associação Profissionalizante do movimento... **MÁRCIO, ASSPROM:** É do menor. **PRESIDENTE:** Me desculpa, Márcio, mas estou com uma dificuldade muito grande. Eu sei que ASSPROM, não é? O conselheiro Márcio Caldeira, por gentileza. **MÁRCIO, ASSPROM:** Isso. Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Central de Curvelo, conselheiro Lucas? Lucas Silva? conselheiro Lucas? Eu vou passar para o próximo, aí quando ele retornar até o final, a gente chama os faltantes lá em cima, que não conseguiram ouvir. Como vota o Conselho Regional de Serviço Social, conselheira Patrícia Gomes? **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS, conselheira Gabriela de Almeida Loiola? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Bom, então temos duas vacâncias então, tanto do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora e tanto do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo. Então retornamos... Vamos fazer então a chamada final... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então nós temos... **PRESIDENTE:** Só um minutinho. Nós temos uma chamada final, que eu falei que o... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah sim. O Lucas retornou. Deixa eu ver aqui quem voltou. **PRESIDENTE:** Não, em lá em cima.

Começa aqui. Ah está bem, já votou. Já votou. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O Geraldo, o Silvestre já votou. Faltava a Cynthia, mas não tem suplente. Todos os dois estão faltosos. Só faltava a Ariadna e o Lucas. **PRESIDENTE:** Isso, como vota então Ariadna da Federação das Associações sem Fins Econômica de Minas? Então como vota... **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Paula, a Ariadna não confirmou e nem está na relação aqui de pessoas presentes, viu? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Uai, eu vi o nome dela aí. Tudo bem, vamos lá. Ela não está. **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Ela não está, ela não confirmou não. **PRESIDENTE:** Isso. Então como vota a Cáritas Brasileira – Regional MG representada pelo conselheiro Elerson da Silva? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Aprovo **PRESIDENTE:** E como vota então o conselheiro Lucas Silva, do Conselho Central de Curvelo? O suplente se encontra? Do movimento... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Laureci também não havia confirmado, acho que ela não está. Alguém sabe me dizer, Regina, se ele está aí? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, não ela também confirmou não. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não está mesmo não. **PRESIDENTE:** Certo. Então os não votantes não são considerados, então agora podemos fechar como ficou a votação? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Sim, então nós temos sete votos pela aprovação mais três aqui, então nós temos dez votos pela aprovação e cinco votos pela reprovação, mas um [...] suplente, então nós temos dez votos pela aprovação e seis pela reprovação. **PRESIDENTE:** Ok, então fica aprovado a oficialização. O próximo ponto, vamos ver se a gente consegue pegar pelo chat. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Só um instantinho que agora eu vou ter que salvar a planilha uma por uma aqui. **PRESIDENTE:** Uhum. **PRESIDENTE:** Ok. **ROSALICE, SEC. EXEC. CEAS:** Conselheiros, eu vou postar a cada proposta, no chat, o texto da proposta individual. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O próximo seria esse do Lucas? Então deixa eu colocar aqui. Ela está na tela, gente? **PRESIDENTE:** Está. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, beleza. Porque quando eu apresento, eu não visualizo. Ok, Jaime. **PRESIDENTE:** Só uma observação, apareceu ofício da SEDESE, mas não tinha uma proposta da Patrícia anterior que era da nota, não é, Patrícia? Tu tinha duas, não é, Patrícia? Se não me falha a memória. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A nossa era do Daniel, não é isso? **PRESIDENTE:** Não, a nota pública do CEAS manifestando da necessidade de aplicação do recurso seja alocado na assistência social. É isso, não é, Patrícia? **PATRÍCIA, CRESS:** Essa mesmo, nota pública. **PRESIDENTE:** Isso, seria a segunda. Então não é direto já que seja [...]. **SÁVIO, CMAS/BH:** A segunda proposta está no chat. **ROSALICE, SEDESE:** É, eu coloquei no chat a proposta é a segunda proposta. Eu vou colocando no chat a medida a cada proposta, está bem? **PRESIDENTE:** Isso.

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Então seria essa aqui, a nota pública... **PRESIDENTE:** Isso, manifestando quanto à necessidade de aplicação... Isso. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Só um instante, deixa eu trocar aqui então. Acho que é isso. Nota pública manifestando contra a necessidade aplicação dos recursos provenientes da Lei 173, destinado a assistência social sejam alocados na assistência social espera aí. Ok, então acho que é isso aqui, não é? **PRESIDENTE:** Quem estiver condições de enxergar melhor, por favor, só corrijam porque... Só para ver se está bem claro. Acho que ficou, não é? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Paula, você não consegue aumentar a planilha não, para ler melhor? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ficou. Vejam se não vai sair da tela porque eu não consigo visualizar. Está com a tela ainda? **SÁVIO, CMAS/BH:** Está bom, não saiu da tela não. **PRESIDENTE:** Ficou bom. **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Está aumentando um pouco. **SÁVIO, CMAS/BH:** Não, mais não dá. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Não, sai da tela. Se aumentar mais, sai da tela. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Acho que assim ficou bom, não é? **PRESIDENTE:** Ficou bom. Então em regime de votação, como vota o representante da SEDESE, Jaime Starke? Ele volta pela aprovação. Como vota o representante da SEDESE, Cristiano de Andrade? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota Sílvia Gracia Oliveira de Souza, pela Secretaria de Estado e Educação? Eu acho que ela acabou de justificar que ela teve que receber um chamado e ela vai sair. Então ela acabou de comunicar que ela está ausente. Como vota o João Vitor? **JOÃO, SEPLAG:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Como vota a Vilma, que é suplente, Vilma da Silva? Vilma: aprovação. Ela voltou no chat, está bem? Então como vota o conselheiro Geraldo da Silva, pela... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É Silvestre. **PRESIDENTE:** Silvestre. Desculpa, Silvestre. **SILVESTRE, SEF/MG:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a... Agora eu passo direto para o COGEMAS, o representante Aloísio Silva Junior? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** E não é Silva, é Aloísio Lima Júnior. Desculpa. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Não preocupa não, presidente. Está certo. **PRESIDENTE:** É que está bem pequenininho, estou com os olhos assim, mas vamos lá. Como vota pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas, conselheira Haiandra Oliveira? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Por favor, eu perdi que eu tive que me ausentar e eu estou no CRAS. Agora a votação é qual? **PRESIDENTE:** É para emissão de uma nota pública de destinação do recurso da Lei 173, nota pública do CEAS manifestando quanto à necessidade de aplicação do recurso no âmbito da Lei 173, Lei Complementar. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Sandra

de Fátima Veloso Costa, pelo Conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH, a conselheira Ariadna? Anédia Miranda, me desculpa. Me desculpa, Anédia. Por gentileza, conselheira Anédia. Eu vou passar, aí depois eu retorno. Está bem? Como vota a Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu esqueci que existe o microfone, a favor. **PRESIDENTE:** Ok, conselheira Anédia. Obrigado. Como vota então a conselheira Isaura? **ISAURA, ASQUIS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Ok, obrigado, conselheira. Como vota pela Federação das APAES, a conselheira Natália Lisce? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota pela Federação das Associações sem Fins Econômicos de Minas gerais? FASEMIG. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Está ausente, não é? Então como vota representando a Cáritas Brasileira Regional, conselheiro Elerson da Silva? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. Como vota o conselheiro Márcio Caldeira, pela Associação Profissionalizante do Menor? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. Como vota o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Patrícia Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social? **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS... Obrigada, conselheira Patrícia. Esqueci de agradecer. Como vota pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS, a conselheira Gabriela Loiola? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Os demais estão em vacância, então foi aprovado... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Engraçado, essa não fez a soma. **JOANA, SEDESE:** Paula, tem alguém falando? Está como microfone fechado. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, está fechado. Eu não sei porque essa planilha não somou, então eu tive que fazer de novo manual aqui, mas nós tivemos 12 votos pela aprovação e quatro pela reprovação. **SÁVIO, CMAS/BH:** Quatro aprovando também do outro lado, Paula. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah sim. Não, desculpa. Foram 16 votos, não é? Quatro e doze, dezesseis. Nós não tivemos então nenhuma reprovação, foram todos de aprovação, a verdade é essa. Foram 16 votos. **PRESIDENTE:** isso. Podemos então partir para o terceiro, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Deixa eu só salvar essa aqui. **PRESIDENTE:** Está bem. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O outro então já está até aqui na pauta, gente. Seria o do Lucas, deixe-me ver se é o próximo. **PRESIDENTE:**

Uhum. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É o do Lucas, não é? Seria esse terceiro aqui. **PRESIDENTE:** Isso. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então essa acho que já está pronta... Só aumentar aqui, um instante. Acho que aqui está bom. Que se officie a SEDESE para que informe onde foi alocado o restante do valor do recurso que seria destinado a assistência, que fecharia os 18 milhões. Resolução CIB 04 e 05. Que seja estabelecido o CEAS como órgão de controle social para o acompanhamento dos recursos para o combate ao Covid-19, independente de sua alocação. No FEAS. **PRESIDENTE:** São duas propostas, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** São duas, mas são duas do Lucas. A gente vai separar ou seria... **PRESIDENTE:** Então seriam separados, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Tem que ser separados mesmo, não é? Então está bem, deixou só... Então está bem. **PRESIDENTE:** Eu acho que não mudou ainda, não mudou o encaminhamento, pelo menos na minha tela que está aparecendo ainda a nota pública. **SILVESTRE, SEF/MG:** A minha aqui também não mudou não. **DANIEL, MNPR:** O meu aqui também está travado. Não muda, nem a votação apareceu. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, então eu vou interromper isso aqui e vou compartilhar de novo. Veja se está bem agora, apareceu? Ainda não. **PRESIDENTE:** Apareceu você agora. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então vamos de novo. Vamos ver, agora tem que ir. Está indo, é porque ele é lento mesmo, gente. É mais lento que eu. **PRESIDENTE:** Oficiar a SEDESE para que informe o valor alocado do restante... Pode ler para mim, por gentileza? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Oficia-se a SEDESE para que informe onde foi alocado o restante do valor que seria destinado a assistência social, que fecharia o valor dos 18 milhões, conforme Resolução CIB 04 e 05 de 2020. **PRESIDENTE:** Bom, então podemos colocar em regime de votação? Como vota Jaime, representando a SEDESE? Pela aprovação. Como vota Cristiano de Andrade, pela SEDESE? **CRISTIANO, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a Silvia? A Silvia Gracia? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Saiu, não é? **PRESIDENTE:** Saiu. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ela que tinha saído, não é. **PRESIDENTE:** Como vota João Vitor de Almeida Chaves? **JOÃO, SEPLAG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Como vota a conselheira Vilma? Pela aprovação. Como vota conselheiro Geraldo Amarildo? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É o Silvestre. **PRESIDENTE:** Isso, eu sempre estou trocando. Troca aquele P pelo J ali. Conselheiro Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Como vota a conselheira Cynthia Gomes? Só puxa a tela um pouquinho para o para o lado, por gentileza, porque está sumindo a representação da primeira coluna **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A Cynthia não está e nem a Noelle. **PRESIDENTE:** Como

vota o conselheiro Aloísio Júnior, pelo COGEMAS? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** A conselheira Haiandra acabou de postar que ela precisou se ausentar, não sei se ela ainda se encontra no chat. Conselheira Haiandra? Me parece que ela colocou aqui: "Preciso me ausentar". Então como vota como suplente da conselheira Haiandra, conselheiro Domingos Sávio de Araújo, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte? **SÁVIO, CMAS/BH:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Sandra Costa, pelo Conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota a conselheira Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a conselheira Natália Lisce Diniz, pela Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada. Como vota a conselheira... Isso. Como vota o conselheiro Elerson da Silva, pela Cáritas Brasileira regional? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota pela União das Associações... Não, aí passo direto para... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não... **PRESIDENTE:** Associação Profissionalizante do Menor, ASSPROM, conselheiro Márcio? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. Como vota pelo Conselho Central de Curvelo, conselheiro Lucas Silva? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a conselheira Patrícia Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social? **PATRÍCIA, CRESS:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota pelo Conselho Regional dos Trabalhadores do SUAS, conselheira Gabriela de Almeida Loiola? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Bom, não temos mais... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Nós temos vacâncias. **PRESIDENTE:** Pode passar para o resultado. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então nós temos 11 pela aprovação, nenhuma reprovação aqui. Vamos do outro lado também, nós temos cinco aprovações e uma reprovação, ou seja, nós temos 16 aprovações e nenhuma reprovação. **PRESIDENTE:** Ok. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vamos para o outro ponto. Então próximo ponto: "Seja estabelecido o CEAS como órgão de controle social para o acompanhamento dos recursos do combate a Covid-19...". Esse é o que nós fizemos, não foi? É isso mesmo. Então que seja estabelecido o CEAS como órgão... **PRESIDENTE:** A conselheira Patrícia ainda... Que esse é um ofício, não é? Ou

uma resolução de recomendação. Eu acho que esse se enquadraria como uma resolução de recomendação, não é, Patrícia? Concorda? Isso. Que seja uma resolução de recomendação. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS: SEDESE:** Então trocaria aqui? Que seja estabelecido... **PRESIDENTE:** Não, é que está se encaminhando para ser uma resolução de recomendação. **PATRÍCIA, CRESS:** É porque no texto não fala oficia-se, aí ficou vago. Mas, eu e o Jaime, a gente entendeu que é uma resolução de recomendação. “Que seja...”, aí o restante da proposta. **PRESIDENTE:** Isso. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Que seja estabelecido o CEAS como órgão, é isso? Patrícia, me fala, por favor. Vou fazer a revisão aqui. Como é que ficaria então? **PATRÍCIA, CRESS:** É o mesmo texto, mas é só o entendimento de que é uma resolução recomendando isso e não apenas um ofício. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Está bem, mas o texto aqui então não precisa mudar? **PATRÍCIA, CRESS:** Não. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok, então acho que nós podemos iniciar. **PRESIDENTE:** Ok, pode ler então como que ficou? Que seja... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Que seja estabelecido o CEAS como órgão de controle social para o acompanhamento dos recursos para o combate ao Covid-19, independente de sua alocação no FEAS. **PRESIDENTE:** Estamos em regime de votação. Então como vota Jaime, pela SEDESE? Ele reprova. Como vota Cristiano de Andrade, pela SEDESE? **CRISTIANO, SEDESE:** Reprova. **PRESIDENTE:** Como vota a Silvia Oliveira? Acho que ela acabou de sair. A Silvia Oliveira? Não, não é? Como vota o conselheiro João Vitor? **JOÃO, SEPLAG:** Reprova. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Vilma de Sá Costa, pela Secretaria de Estado de Saúde? Eu vou pulando e a gente retorna, está bem. Como vota o conselheiro Silvestre Dias? **SILVESTRE, SEF/MG:** Acertou, hein, presidente? **PRESIDENTE:** Agora sim, agora acertei. **SILVESTRE, SEF/MG:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Bom, não temos a Cynthia e nem a Noelle. A Vilma, pelo SES votou pela reprovação. Vilma dos SES, no chat, votou pela reprovação. Como vota conselheiro Aloísio Júnior, pelo COGEMAS? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. Como vota a conselheira Haiandra? Acho que ela acabou de sair, mas eu ou chamar então. Conselheira Haiandra de Oliveira, pelo Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas? Acho que ela saiu, não é? Então no seu lugar, como vota o conselheiro Domingos Sávio, do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte? **SÁVIO, CMAS/BH:** Reprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Sandra de Fátima Costa, pelo Conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela reprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Pela reprovação.

PRESIDENTE: Como vota a conselheira Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suaçuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Natália Lisce Diniz, pela Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação por conta do conteúdo da proposta e da alocação no FEAS. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota pela Federação das Associações sem Fins Econômicos, Conselheira Ariadna de Almeida Silva? Ela está ausente, não é? Desculpa, ainda vou acertar, conselheiro Elerson. Vou acertar, estou atentando. conselheiro Elerson da Silva, pela Cáritas Brasileiras Regionais de Minas? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação, presidente. Tranquilo. **PRESIDENTE:** Obrigada, que o olho está tão pequenininho, conselheiro, que eu estou correndo para um lado e para o outro aqui. Agora eu vou acertar, quer ver? Como vota pela Associação Profissionalizante do Menor, conselheiro Márcio? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Patrícia Carvalho Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social? **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota a conselheira Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiros. Vamos então fazer a somatória **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vamos ver, pela aprovação... Ele somou uma coluna e não somou outra, só um instante, gente. Quatro pela aprovação e seis pela reprovação. Deixa eu ver do outro lado. Então nós vamos ter seis pela aprovação e nove reprovações. **PRESIDENTE:** Então fica registrada pela não aprovação do ofício de recomendação. O próximo ponto? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Só um instante. A Natália tem prestação de contas, aí depois a proposta também são duas planilhas, não é? São tudo separadas? São. A da Natália agora, prestação de contas do Bolsa Merenda, está aparecendo aí? Prestação de contas do Bolsa Merenda. Tem visualização? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Paula, está aparecendo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok. Então esse próximo. Prestação de contas do Bolsa Merenda, Jaime. **PRESIDENTE:** Eu já estava votando, você acredita? Com microfone fechado, mas tudo bem. Vamos lá. Em regime de votação... Mas ainda bem que eu sou o primeiro, não é? Ainda bem que eu sou o primeiro, eu estava voltando eu mesmo. Agora sumiu a tela, pronto, voltou. Em regime de votação, prestação de contas do Bolsa Merenda. Como vota o conselheiro Jaime Starke, pela SEDESE? Pela aprovação. Como vota o conselheiro

Cristiano de Andrade? **CRISTIANO, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Silvia? Acho que ela saiu, não é? Como vota o conselheiro João Victor, pela SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Vilma? Vilma votou, no chat, pela aprovação. Como vota o conselheiro Silvestre Dias, pela Secretaria da Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Como vota o representante, já vou pular os representantes da SEAPA, os dois estão ausentes. Como vota então o representante do COGEMAS, o Aloísio Junior? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. Conselheira Haiandra ela saiu, então no seu lugar... Repetindo: ela encontra-se como presente, mas ela registrou sua saída. Como vota o representante do Conselho Municipal de Belo Horizonte, conselheiro Domingos Sávio de Araújo? **SÁVIO, CMAS/BH:** Reprovação. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu só não entendi direito. **PRESIDENTE:** Pode fechar o microfone, quem estiver aberto. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O Sávio foi aprovação ou reprovação? **SÁVIO, CMAS/BH:** Reprovação. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Reprovação. **PRESIDENTE:** Reprovação. Como vota a conselheira Sandra Fátima Costa, do Conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela reprovação, eu queria explicar meu voto, Jaime, posso? **PRESIDENTE:** Eu não sei se a gente [...] **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** [...] o voto. **PRESIDENTE:** Oi? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Posso justificar o voto? É pela reprovação. **PRESIDENTE:** Justifica no chat então, pode ser? Que aí a gente... **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pode. **PATRÍCIA, CRESS:** Questão de ordem, Presidente. Artigo décimo, § 2º - o voto divergente ou abstenção poderá ser registrado em ata a pedido de quem o proferiu o proferiu. **PRESIDENTE:** Ótimo. Então está bem. Pode se registrar então. Obrigada, conselheira Patrícia. **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Não, Jaime, vou colocar no chat. Vou colocar no chat. **PRESIDENTE:** Não, mas pode falar. Acho que bem lembrado pela conselheira Patrícia, não é. **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Eu só estou querendo ser coerente com que eu voltei anteriormente. A Bolsa Merenda não é uma política da assistência, então ela não tem que prestar conta para nós, do CEAS, ok? **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, conselheira Sandra. Como vota então a conselheira Anédia Farias, do Fórum Municipal de Usuários? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu vou voltar pela aprovação porque a anterior, que eu votei contra, foi aprovada. Então agora eu vou reforçar essa, para reforçar a outra. **PRESIDENTE:** Está bem. Como vota a conselheira Isaura dos Santos Lopes, Associação quilombola de Suaçuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota a conselheira

Natália Lisce Diniz pela Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a... De novo, conselheiro Elerson. Conselheiro Elerson da Silva, sempre errando. Eu vou acertar. **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Tranquilo, Presidente. Eu voto pela reprovação e eu gostaria que também constasse esse registro de que voto pela reprovação porque não considero o Bolsa Merenda uma Política de Assistência Social, mas sim de segurança alimentar e que ela não deveria ser apreciada por esse conselho. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro Elerson, pela votação. Como vota o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela reprovação nos mesmos termos da fala de Sandra. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Reprovação. Ok, Jaime, estou com um aqui, você pulou o Márcio, não é? **PRESIDENTE:** Me desculpa, Márcio. Conselheiro Márcio, mil perdões. Como vota a Associação Profissionalizante do Menor, ASSPROM, conselheiro Márcio Caldeira? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela reprovação com declaração de [...] que a política de bolsa alimentar, bolsa alimentação não é Política de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, conselheiro Márcio e me desculpa por ter pulado na sequência. Como vota a conselheira Patrícia Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social? **PATRÍCIA, CRESS:** Pela reprovação com a justificativa de voto que o Bolsa Merenda não é assistência social, logo a prestação de contas não é feita no CEAS. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota a conselheira Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela reprovação, considerando o mesmo entendimento que foi para atuado de que o Bolsa Merenda não está na Política de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Ok. Retornamos para alguém que faltou, não é? Que a gente não conseguiu ou essa sessão todos conseguiram votar? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, essa teve todos. Os que não votaram é porque estão ausentes mesmo, mesmo que temporariamente. **PRESIDENTE:** Ok. Então pode passar o... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Espera aí que essa planilha não somou, gente. Eu não sei porque às vezes ela soma e às vezes não, então vamos lá. **PRESIDENTE:** Acho que apagou a fórmula. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Será que eu apaguei? **PRESIDENTE:** Acho que foi justamente a fórmula, o Lucas também colocou aqui que acha que foi a fórmula. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então nós temos pela aprovação dez votos e pela reprovação sete votos. **PRESIDENTE:** Ok, fica então aprovada a emissão de prestação de contas. O próximo ponto? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O próximo ainda é da conselheira Natália que é proposta... Próximo seria a proposta de destinação do recurso extraordinário, por parte do governo, na assistência social. Que ainda é uma proposta da

conselheira Natália. **PRESIDENTE:** Ele entraria com um ofício de encaminhamento ou uma resolução de recomendação? Acho que uma resolução de recomendação, não é, conselheira Patrícia? Acho que seria, não é? **PATRÍCIA, CRESS:** Desculpa, presidente. Eu me perdi. **PRESIDENTE:** Eu acho que é a mesma dúvida, se esse ponto entraria como uma resolução de recomendação ou um ofício? Eu acho que uma resolução de recomendação, não é? **PATRÍCIA, CRESS:** Eu estou lendo aqui: proposta de destinação do recurso extraordinário, por parte do governo, a assistência social. Acho que poderia ser sim uma resolução de recomendação para dar força aí a essa proposta, visando vir mais recursos aí para assistência nessa disputa aí SUS e SUAS. **PRESIDENTE:** Concordo, está bem. Então está bem. Então pode ler de novo: a proposta de destinação do recurso extraordinário, por parte do governo, na assistência social, uma resolução de recomendação. Então em regime de votação, como vota Jaime Starke? Vota aprova, pela SEDESE. Como vota Cristiano de Andrade, pela SEDESE? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprova. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota a conselheira Silvia, não se encontra, não é? Como vota? Aprova? Como vota a conselheira Vilma da Silva Costa, pela Secretaria de Saúde? Aprova, ela votou pelo chat. Como vota o conselheiro Silvestre Dias? **SILVESTRE, SEF/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota... Estão ausentes os dois representantes da SEAPA. Como vota o conselheiro Aloísio Júnior, do COGEMAS. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Presidente, eu reprovo pelo argumento trazido pela conselheira Sandra. Porque a proposta ficou vaga, ela não fala em percentual então é arriscado. **PRESIDENTE:** Ok, registrada justificativa. Obrigado, conselheiro Aloísio. Como vota a conselheira Haiandra? Acho que ela não se encontra, mas, então no seu lugar, como vota o conselheiro Domingos Sávio de Araújo, pelo Conselho Municipal de Belo Horizonte? **SÁVIO, CMAS/BH:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Sandra de Fátima Costa, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Eu reprovo e vou justificar. A proposta falta mais elementos nela, 1% pode ser destinação. **PRESIDENTE:** Obrigada pelo registro. **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente, o meu áudio falhou. Eu não entendi. Ela falou um por cento, percentual. Eu não entendi, desculpa. **PRESIDENTE:** Podes repetir, por gentileza, conselheira Sandra, justificativa? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Posso. A proposta fala de destinação do recurso extraordinário por parte do governo na assistência social, não diz quanto por cento, não diz qual o valor. Entendeu? Um por cento é destinação, então eu não vou votar em uma proposta que para mim está incompleta. Então eu reprovo. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, conselheira, pela justificativa. Como vota

a conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de Belo Horizonte? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu aprovo. **PRESIDENTE:** Aprova. Como vota conselheira Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suaçuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Eu aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a conselheira Natália Lisce Diniz, pela Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota o conselheiro Elerson da Silva, pela Cáritas Brasileira Regional de Minas? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota o conselheiro Márcio Caldeira pela Associação Profissionalizante do Menor, ASSPROM? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? Eu vou pular ele, aí eu continuo. Como vota conselheira Patrícia Carvalho Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social? **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Bom, os demais... Temos ainda. Desculpa, Gabriela. Como vota a conselheira Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Os demais estão vacantes, então eu retorno para o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo.... bom, registro então, nesse momento, como ausente. Pode fazer o fechamento, por gentileza? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Posso. Ok, então nós temos 13 votos pela aprovação e dois pela reprovação. Isso mesmo. Vocês me ouviram? **PRESIDENTE:** Ok, ficou aprovado pelo o que eu entendi. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** 13 aprovação e dois reprovação. **PRESIDENTE:** Ok, fica então aprovado o ponto. Podemos passar para o próximo ponto? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Só um instante, deixa eu liberar essa planilha. Ok, então esse é resolução de recomendação para o uso do recurso extraordinário para os serviços e benefícios, nos moldes executados pelo Piso Mineiro, em atendimento a Lei Complementar 173 e a Medida Provisória 178. **PRESIDENTE:** Ok, em regime de votação. Como vota o conselheiro Jaime? Pela aprovação. Jaime Starke, pela SEDESE, pela aprovação. Como vota o conselheiro Cristiano de Andrade, pela SEDESE? **CRISTIANO, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o conselheiro João Victor, da SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Vilma de Sá, pela SES? Pela aprovação, votou pelo chat. Como vota o conselheiro Silvestre Dias, pela Secretaria da Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro Silvestre. As duas representações da SEAPA estão ausentes. Como vota então o conselheiro Aloísio

Júnior, pelo COGEMAS? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o conselheiro Domingos Sávio de Araújo, pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte? **SÁVIO, CMAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Sandra Costa, pelo Conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** como vota a conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal de Usuários? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheira. Como vota a Conselheira Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suaçuí e Pitangueiras? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Parece que ela saiu. **PRESIDENTE:** Então passo para o... Como vota o Daniel Santos da Cruz, pelo Movimento Nacional da População de Rua? **DANIEL, MNPR:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Natália Lisce Diniz, pela Federação das APAES? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota o conselheiro Elerson da Silva, pela Cáritas Brasileira Regional de Minas? **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota pela Associação Profissionalizante do menor, ASSPROM, conselheiro Márcio Caldeira? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o conselheiro Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo? Vou pular para o próximo, pode ser. Como vota a conselheira Patrícia Gomes, pelo Conselho Regional de Serviço Social?

PATRÍCIA, CRESS: Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota a conselheira Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos trabalhadores do SUAS? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. E vamos retornar então, eu acho que os demais estão vacantes, então retorno para o Conselho Central de Curvelo, o representante Lucas Estêvão da Silva. **PAULA, SEDESE:** Parece que não retornou mesmo. **PRESIDENTE:** Não retornou. Então pode encerrar. **LAURECI, GRAAL:** O Lucas não está, eu voto. **PAULA, SEDESE:** Do Lucas, a Laureci está presente.? **PRESIDENTE:** Desculpa, é que não estava marcando aqui. Desculpa, conselheira Laureci. Bem-vinda, não tínhamos marcado a sua presença aqui, então peço desculpas. **LAURENCI, GRAAL:** Eu voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok, então nós podemos somar. Nenhuma reprovação. Então nós tivemos nove e sete, 16 votos de aprovação. Nenhum de reprovação. **PRESIDENTE:** Ok, considero então aprovado. A Vice-presidente

Patrícia pediu uma breve consideração. Então antes de nós... Eu acho que não tem mais pontos para serem votados, não é? Agora, sobre esse tema. Encerrou nesse ponto, eu acredito que sim. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Sim. **PRESIDENTE:** Encerrou. Então antes da nossa pausa para o almoço, que também é importante, a Vice-presidência Patrícia pediu uma breve consideração. Por gentileza, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Obrigada, Presidente, por autorizar a minha fala. Eu só queria parabenizar mesmo a todos os conselheiros aí pela maturidade e nível da discussão e registrar a importância de que esses encaminhamentos sejam feitos em regime de urgência, considerando que a utilização dos recursos é possível, pela legislação, até 31 de dezembro. Se possível, priorizar o envio desses encaminhamentos. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, vice-presidente... Eu nunca gosto de chamar o vice-presidente de vice-presidente, alguém sempre a presidente, não é? Então vou continuar chamando Presidente Patrícia. Mas assim, é importante as considerações. Também parabenizar a todos pelo amplo diálogo que aconteceu nessa manhã e que contribuiu muito para que a gente pudesse formatar quantidades de elementos que podem auxiliar na construção, a solidificação e os esclarecimentos necessários. Certo? Eu vou pedir então, nós vamos fazer um breve intervalo. Brincadeira, intervalo um pouquinho maior. Vamos fazer então o intervalo de uma hora, às 14h retornamos então para o segundo ponto de pauta. Pode ser? Então até às 14h02. Um grande abraço e até mais. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Antes mesmo... Já tinha problemas mesmo. **IRAJÁ, APOINME:** Ah, não. O meu áudio falhou desde quando vocês estavam discutindo a votação. Aí parou, não consegui mais retornar à reunião. Aí eu mandei agora a mensagem que está sem áudio. Sem áudio e... Quer dizer, não está tendo nada. Eu consegui mandar mensagem para vocês agora, pelo chat. Paralisou, travou tudo. **PATRÍCIA, CRESS:** Ah, mas que bom que agora conseguiu resolver. **ANA PAULA, SEDESE:** Irajá, agora você escuta alguma coisa? **IRAJÁ, APOINME:** Agora eu estou ouvindo sim. Eu não sei se vai travar de novo. É porque eu perdi toda a parte final, de quando estavam na demanda da votação. Perdi, não consegui acompanhar mais. Eu vou ver agora à tarde. Eu nem sei em que ponto parou, entendeu? Após o retorno aí, eu queria dar uma atualizada em ponto parou, qual é o ponto da pauta que parou. **ANA PAULA, SEDESE:** Ok, Irajá. A gente pede atualização para você e, se tiver algum problema, fala aqui no chat que a gente tenta dar um suporte. **DANIEL, MNPR:** Já voltamos aos trabalhos ou ainda estamos aguardando? **ANA PAULA, SEDESE:** Aguardando as pessoas retornarem, Daniel. Não é isso, Paula? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. **DANIEL, MNPR:** Ainda não retornaram? Ah, não acredito nisso. Está vendo? Minha conexão cai,

por isso que muitas das vezes... 14h02. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Daniel, é bom que você levanta rapidinho. Você cai e levanta rapidinho. Isso que é bom. Daniel, você está me devendo uma visita, hein? **DANIEL, MNPR:** Desculpa, Dona Anédia, ainda não consegui formalizar um tempo, mas acredito que essa semana vai dar direitinho, aí eu vou entrar em contato com a senhora. Está bom? Desculpa mesmo. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É porque agora vai entrar o frio. É bom pegar logo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Irajá, eu vou exibir a pauta aqui para você ver, mas, na verdade, esses pontos de deliberação, nós só paramos no primeiro mesmo, Está bem? Só fomos até aquelas votações das sugestões e agora que a gente vai para o segundo ponto. Pode conferir aí pela pauta, que você vai ver até onde nós já caminhamos. Olha, foi só esse primeiro ponto aqui que foi finalizado. Está bem? Só para você se situar. **IRAJÁ, APOINME:** Ok, Paula. Eu vou ficar mais atento aqui e acompanhar o ponto. Porque, quando a gente perde um ponto, a gente fica meio perdido na pauta, qual foi a deliberação que teve e o que foi discutido. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, beleza. Os pontos já estão aí na pauta, e ele foi uma discussão muito intensa. Então, na verdade, só foi um mesmo. Aí nós temos um longo trabalho pela tarde. **DANIEL, MNPR:** Paula, foi muito intenso (áudio ruim) [00:04:27] porque uma pauta (áudio ruim) [00:04:42] uma pauta. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Daniel, o seu áudio está todo picado, não estamos conseguindo te entender. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Irajá, você está naquela luta lá de Campo Grande? **IRAJÁ, APOINME:** Não entendi, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Você está naquela luta lá com os índios de Campo Grande? Entendeu agora? **IRAJÁ, APOINME:** Estou, Dona Anédia. É um acampamento de Quilombo, entendeu? É um acampamento do MST, do Campo Grande do Quilombo. Na verdade... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É Mato Grosso, não é? Não é Mato Grosso? (Trecho incompreensível) [00:05:35]. **IRAJÁ, APOINME:** Sim, a luta é de todos nós, uma luta da minoria, entendeu, Dona Anédia? Eu acho que está no ponto de pauta agora à tarde, acho que nós vamos discutir os ofícios que foram encaminhados agora à tarde. Acho que, provavelmente, deve ter alguma resposta também. Eu estou aguardando com ansiedade isso. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É lá em Mato Grosso, não é? **IRAJÁ, APOINME:** Isso. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Lá é minha terra. **IRAJÁ, APOINME:** Eu acho que provavelmente, agora à tarde, nós vamos discutir isso. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** (Trecho incompreensível) [00:05:57]. **IRAJÁ, APOINME:** Eu acho que agora à tarde... **DANIEL, MNPR:** Na realidade, essa reintegração foi no Sul de Minas, Dona Anédia. **CRISTIANO, SEDESE:** Em Campo do Meio. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Tem um de Campo Grande também. Campo Grande é a minha terra. Eu nasci lá. Eu sou descendente também de lá.

DARCI, COGEMAS: Maria de Paula, é o Darci, do Cogemas. Nós decidimos aqui, eu vou participar, continuar participando da reunião aqui do CEAS, da plenária e o... **DANIEL, MNPR:** Desliguei o áudio do Cogemas, porque não nos convém ouvir o que ele estava pronunciando com a outra representante que ele estava ligando diretamente. Então eu achei prudente desligar o áudio dele. Desculpa, está bem, senhor do Cogemas... Senhor Darci. **DARCI, COGEMAS:** Ok, Daniel. Não, é porque vocês tinham terminado a fala de vocês. Só para comunicar a Maria Paula aí, a secretária executiva, que eu vou participar da plenária do CEAS e o Aloísio vai representar o Cogemas lá na reunião, lá na assembleia extraordinária do Cogemas. Ok, Maria Paula? **DANIEL, MNPR:** Ah, entendi, Darci. Desculpa. Eu pensei que você estava falando no celular, por isso que eu desativei o seu áudio. Desculpa. **DARCI, COGEMAS:** Não há de quê. Nada, nada. **DANIEL, MNPR:** Agora podemos começar, não é, senhor presidente do conselho Estadual de Assistência (áudio ruim) [00:08:03] com a sua humilde presença (áudio ruim) [00:08:09] agora podemos começar. Correto, senhor presidente? **PRESIDENTE:** Boa tarde. Pelos meus cálculos, falta um minuto. Se alguém já puder. Se nós pudermos começar... **DANIEL, MNPR:** Na realidade, não, senhor presidente. Já encerrou, porque a gente entrou às (áudio ruim) [00:08:25] 15h e (áudio ruim) [00:08:29]. **PRESIDENTE:** Está cortando a sua ligação, conselheiro. Mas, podemos, se a conselheira... Se a secretaria já está pronta, podemos começar. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Podemos sim, Jaime, que o próximo agora é a questão de rever a resolução da CIB. E é um ponto até que nós falamos que seria importante a presença dos dois. Então, se a gente puder adiantar aí, para ter a presença deles. **PRESIDENTE:** Sim. Ok, então. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O que nós temos aqui... Só um instantinho. Jaime, o que nós temos é a resolução da CIB e o relato das pessoas para esse ponto. Então você quer que comece pelo relato, a gente faz a exibição da resolução? A nossa e a da CIB? **PRESIDENTE:** Eu acho que poderia passar... Poderia já passar a resolução da CIB, e aí passar a resolução e já os pontos. Pode ser assim. **DANIEL, MNPR:** Senhor presidente, só uma questão de ordem. Eu acabei de ver aqui pelos meus conselhos, eu até peço, gostaria de me retificar. Vai encerrar às 14h11 o horário de almoço, então gostaria de pedir desculpas, assim, na plenária, pelo meu adiantamento de solicitação de retomada. Então vamos aguardar mesmo até às 14h11 para a gente dar início, que aí seria o meio correto. Desculpa pelo meu erro. **PRESIDENTE:** Imagina. Aí, Paula, assim, eu acho que seria interessante... Eu não sei se a gente tem alguma minuta de resolução do CEAS. **SILVESTRE, SEF/MG:** Boa tarde. **PRESIDENTE:** Boa tarde. Então agora podemos iniciar. Secretária Paula, então, só

retomando. O ponto seria rever a questão do montante e... Isso, só para poder me contextualizar aqui. E ver a proposta de alteração e partilhar essas informações com os que também integram a CIB e pediram para antecipar pauta por virtude de uma reunião extraordinária do Cogemas. **DARCI, COGEMAS:** Eu continuo, viu, Jaime? Darci, Cogemas. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Tudo bem, Senhor Darci? Ótimo, que bom. Bom, quem gostaria de apresentar a questão da nova resolução e também da resolução da pactuação da CIB e a proposta de uma nova minuta para CEAS? Da Sedese. **DARCI, COGEMAS:** A Paula não tem a minuta da resolução? Não mandaram para vocês? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Tenho sim, José Darci. Eu tenho a da CIB. O que eu estou falando com o Jaime é o seguinte: a gente tem que passar pelo pleno para ver se nós vamos fazer uma adequação da nossa, que é a do CEAS 701, ou se a gente vai construir uma nova. Aí é o pleno que decide. Entendeu? Mas a da CIB (trecho incompreensível) [00:13:19] eu tenho sim, eu vou até fazer a exibição dela aqui, porque ela é uma base que a gente tem para ver o (trecho incompreensível) [00:13:24]. **PRESIDENTE:** Isso mesmo, por gentileza. Tu poderias ler para nós, Paula, por gentileza? Por causa do tamanho da letra. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Posso sim. Então vamos lá. “Comissão Intergestores Bipartite. Resolução n.º 05/2020. Dispõe sobre a alteração da resolução CIB n.º 04/2020, de 3 de agosto de 2020, que pactua a partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinado às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia - covid-19, nos municípios mineiros, conforme estabelece a Medida Provisória n.º 978/2020 e a Lei Complementar n.º 173/2020. A Comissão Intergestores Bipartite, CIB de Minas Gerais, em reunião plenária ordinária, realizada no dia 19 de agosto, e de acordo com suas competências estabelecidas pela Resolução SEDESE n.º 24, de 27 de julho de 1999, alterada pela Resolução SEDESE n.º 06, de 19 de março de 2019, resolve. Art. 1º - alterar os artigos 2º e 3º, e incluir os artigos 5º e 6º na Resolução 04, de 3 de agosto de 2020, que pactua a partilha dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinado às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia - covid-19, nos municípios mineiros, conforme estabelece a Medida Provisória 978/2020 e a Lei Complementar 173/2020. Art. 2º - os artigos 2º e 3º da Resolução CIB n.º 04/2020 passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º - os recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social - Feas, no valor de R\$ 13.511.423,40, oriundos da Lei Complementar n.º 173/2020 e da Medida Provisória 978/2020, serão destinados ao repasse de recursos extraordinários às gestões municipais de assistência social para os 853 municípios mineiros, destinado às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia

da covid-19, nos municípios. Art. 3º - Os recursos estabelecidos no artigo 2º serão repassados diretamente ao Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, aos municípios, de assistência social. O fundo dos municípios... O FMAS é o Fundo Municipal de Assistência Social, dos 853 municípios, em três parcelas, cada uma tendo como referência o valor mensal do Piso Mineiro de assistência social fixo recebido pelo município. Parágrafo único - os recursos repassados aos municípios, de caráter extraordinário, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. Artigo 3º - incluir os artigos 5º e 6º na Resolução CIB n.º 04, conforme a redação a seguir: "o preenchimento e aprovação do plano de serviços é condição para o repasse dos recursos extraordinários definidos no artigo 1º dessa resolução, conforme os prazos a serem estabelecidos em resolução específica. Art. 6º - os municípios deverão preencher e enviar a prestação de contas por meio do demonstrativo anual financeiro de execução de prestação de contas no prazo de 60 dias a partir da data de abertura da prestação de contas aos municípios. § 1.º - a SEDESE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações referentes à aplicação do recurso extraordinário de que trata esta resolução, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização. Art. 2º - o conselho Municipal de Assistência Social deverá, por meio de resolução, aprovar ou reprovar a prestação de contas apresentada pela gestão municipal dos bens e serviços adquiridos para o enfrentamento dos efeitos da covid-19, com os recursos extraordinários, conforme o que preceitua a Lei Complementar n.º 173/2020. Art. 3º - os recursos extraordinários não poderão ser reprogramados para o exercício seguinte, conforme previsto no artigo 1º da Lei Complementar n.º 173/2020, salvo se forem publicadas normativas que autorizem a execução dos recursos no exercício de 2021. Art. 4º - essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 19 de agosto 2020. **PRESIDENTE:** Ok, secretária. Obrigado pela explanação. Eu gostaria... Bom, tem uma inscrição, que é do Cristiano, do Conselheiro Cristiano. Por gentileza, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde, pessoal. Na verdade, Jaime, acho que era mais para dar uma contextualizada nos conselheiros a respeito dessa resolução, eu não sei se isso vai ser feito. **PRESIDENTE:** Pode ser feito. **CRISTIANO, SEDESE:** Está bem. Era mais para dar essa contextualizada em todos. Então assim, a gente até... No final, antes do almoço, o Irajá perdeu o áudio, até para poder (áudio ruim) [00:20:25]. Antes do almoço, a gente tratou dos encaminhamentos referentes à discussão sobre a Lei 173, que trata lá dos recursos emergenciais, e agora a gente está tratando sobre a deliberação a respeito dos recursos que já foram pactuados pela Comissão Intergestores Bipartite, que

são os 13.511 milhões que estão aí na resolução. Aí, só para entender em que contexto. Teve uma resolução da CIB, na reunião do dia 3 de agosto, que trazia um valor referente a duas parcelas do piso. E aí, na reunião de quarta-feira dessa semana, houve uma alteração nessa Resolução n.º 04, que foi pactuada no início de agosto, porque houve um acréscimo de mais uma parcela desse recurso emergencial. E além disso também, foi preciso acrescentar alguns itens na resolução e, por isso que o que a Paula leu aí agora já é essa resolução da CIB, da última reunião da quarta-feira, quando foi pactuado o recurso de três parcelas referentes a esse recurso emergencial para os 853 municípios. Era só para dar essa contextualizada porque essa resolução, agora que foi lida, faz referência a essa Resolução n.º 04, que foi a do início de agosto, porque houve uma alteração no valor. A primeira resolução tratava de dois repasses e essa, agora, já trata de três repasses e insere também algumas modificações nessa última resolução lá do início de agosto. Mas, de qualquer maneira – como é praxe na sequência – como a comissão intergestores pactua os critérios de partilha, aí o CEAS precisa também fazer essa deliberação por meio de uma resolução, deliberando a respeito desses critérios que foram pactuados na CIB. Era mais para dar essa contextualizada, não sei se ficou claro, mas é só para o pessoal entender o que a gente está discutindo agora. Apesar de ter sido feita a leitura dessa resolução da CIB, a gente vai ter que fazer uma do CEAS deliberando a respeito desse assunto, trazido por meio dessa resolução que foi lida, da CIB. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Cristiano. Obrigado pela informação, pela contextualização do tema. Eu sei que até na reunião das comissões ontem... Quem estaria da Comissão de Orçamento, não é? Tu és do orçamento também, Cristiano? Ou a vice-presidente é que estava? **CRISTIANO, SEDESE:** Sou de políticas. **PRESIDENTE:** Tu és de políticas, não é? Então a Comissão de Orçamento, essa deliberação, essa pactuação do CEAS, essa Resolução 5 passou ontem pela comissão, pela reunião das comissões, onde foi analisado, contextualizado, e houve umas contribuições que foram surgindo durante o próprio acompanhamento, que era da questão das contas específicas, de uma recomendação nesse sentido. Eu não sei quem gostaria de se manifestar sobre esse ponto da Comissão de Orçamento. Comissão de Orçamento? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Olá. Desculpa, presidente. Por favor, você pode retomar a fala? Eu me perdi aqui. Patrícia, se você puder... No encaminhamento da discussão. Desculpa, eu não acompanhei, o que é eu preciso fazer no momento? Se alguém puder me orientar. **PATRÍCIA, CRESS:** Natália, o presidente estava colocando que a pauta da CIB foi discutida ontem no final da tarde. E aí, perguntando para a Comissão de Orçamento, qual foi o encaminhamento, destacando

aquele ponto para a discussão das pautas específicas. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Eu preciso que a Paula coloque o que foi encaminhado para a plenária. **PRESIDENTE:** Certo. Temos aqui um pedido de súmula, não é isso? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Isso. A Paula vai projetar a súmula. **PRESIDENTE:** Ok. Temos um pedido, dessa vez da Conselheira Sandra. Conselheira Sandra, por gentileza? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ângelo, ainda não é essa pauta. Natália, é porque nós ainda no ponto da CIB. Essa súmula aqui, ela é do PPAG. Então nós estamos falando de pontos diferentes. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Então qual foi o encaminhamento, Paula? Por favor. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foi para continuar as discussões hoje, inclusive para avaliar se a gente colocaria como essas contas específicas ou não. Basicamente parou nisso aí. Foi a apresentação, como iniciar as discussões, e ficou exatamente nessa questão se criaria as contas específicas. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** A Patrícia está colocando que foi indicativo de aprovação. Eu não estava ao final da reunião de ontem. **PRESIDENTE:** Isso. Eu pediria até para a Sandra, para a Conselheira Sandra. Ela ficou até o final, também conosco. Então se a Conselheira Sandra puder, a palavra está à disposição, conselheira. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Boa tarde a todos. Nós fizemos uma discussão ontem, mas eu gostaria de reportar a reunião do Cogemas, onde ele deixou para o CEAS definir essa questão das contas. Houve toda uma discussão mais favorável para que o recurso fosse alocado diretamente na conta do Piso Mineiro por causa dessa questão – o argumento - demoraria a abrir as contas e aí seria mais tempo. Bom, então, no final lá, deixaram essa discussão para que ela fosse feita no CEAS, pelos conselheiros estaduais. Ontem começou-se essa discussão e – inclusive foi uma questão que eu coloquei, acho que coloquei até no chat, depois eu falei também, da importância – porque assim, a Lei Complementar 173 aponta, e também a nota técnica da CMN, coloca a importância de que tenha contas separadas do recurso. E uma das questões que eles colocam é para facilitar, inclusive, a prestação de contas. Tem esse aqui, a gente já até falou isso, que não só para a questão de facilitar a prestação de contas, mas também ter um recurso diferente. Esse recurso da Lei Complementar 173 é um recurso emergencial para combate à covid nesse momento da pandemia, e o recurso do Piso Mineiro tem um caráter continuado, pode-se reprogramar. Esse, até o momento, da Lei Complementar o indicativo é que não pode ser reprogramado e ele tem de ser gasto até 31/12/2020. Nesse sentido, eu acho que a gente tem que fazer essa discussão. A Claudinha já apontou algumas questões referentes a essa questão da pauta específica. E aí a gente tem de avaliar. Eu, dentro da reflexão que eu faço, é que é importante que as pautas sejam (trecho incompreensível) [00:30:04] que eu

já coloquei: por ser um recurso emergencial; o Piso Mineiro tem um caráter continuado e ele não é emergencial. E lembro que nós apontamos aqui, nas propostas que nós votamos hoje, uma resolução de recomendação para uso do recurso extraordinário para os serviços e benefícios nos moldes executados pelo Piso Mineiro, em atendimento à Lei Complementar 173 e Medida Provisória 178. Está bem? É isso. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE: Ok, Conselheira Sandra. Obrigado pela contextualização e pelas explicações. É justamente nesse sentido. A resolução de pactuação da CIB previu essa questão da partilha, da forma, e foi conversado, foi explanado que essa questão das contas específicas também poderia ser discutida no CEAS. Então eu vou passar até a palavra para o secretário, Secretário Darci. Acho que se inscreveu. **DARCI, COGEMAS:**

Muito bem, presidente. Darci, Cogemas. É só para lembrar que naquela discussão nossa, lá da CIB, em relação às contas, nós do Cogemas – até foi manifestado no final pelo Presidente José Crus, dizendo que nós já estamos quase chegando lá no mês de setembro e até abrir as contas, ia trazer um transtorno para a gente na execução financeira. Que nós seríamos a favor de manter essas contas e cada controle social, dos seus municípios, fariam o controle. Nós sabemos que as contas do fundo, do Piso Mineiro, são realmente de caráter continuado. No nosso caso aqui, Cras e Creas. Mas que cada município traria essa demanda sua de controlar as contas recebendo esse recurso na mesma conta. (Trecho incompreensível) [00:32:11] uma sugestão nossa também no adiantado, já do mês que a gente já está, já que nós temos que executar esses recursos nos nossos serviços até 31 de dezembro. **PRESIDENTE:** Ok, secretário Darci. Obrigado

pela contribuição. Conselheira Cláudia. Claudinha, por gentileza. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom, gente. Essa questão da conta é uma coisa que preocupa muita gente também pela extraordinariedade do recurso, igual eu já falei, e para além também, que a importância de ter vindo para o conselho, que eu achei também, para a apreciação do conselho, assim, ter um contexto maior: “Não, vamos levar para o conselho para ver isso, não foi decidido lá na CIB”. É justamente porque quem vai fazer a aprovação da prestação de contas da gestão são os conselhos municipais. Então, mais uma vez, a minha preocupação dos recursos estarem em contas separadas. Isso é recurso que se não utilizar, até o momento conforme a gente disse, ele não é passível de reprogramação. Eu acho que daria uma segurança a mais se conseguir avaliar se o recurso que estava naquela conta específica foi todo utilizado com a covid. Não acredito que gestor nenhum vai gastar fora disso – nem é esse o questionamento – mas se todo o recurso que a gente passou, se foi utilizado com o conselho requisitando os documentos que ele julgar necessário, e aquele recurso, se ele

não tiver autorização para reprogramação, fica mais tranquilo de ser transferido porque ele está em outra conta. Ele não está misturado com recurso do piso. Essa questão da abertura de conta, de atraso da abertura de conta, até não é demorada não. A gente faz a abertura, o único trabalho que o município teria é a de situação de movimentação, de regularização de conta mesmo. Igual acontece. O governo federal abre, a gente vai lá, regulariza a conta e pronto, começa a executar. Foi assim com a conta do Piso, toda conta que o estado abre é assim. A gente quer fazer abertura de conta massificada, que aí gente abre para todos os municípios, que o município não tem o trabalho de abrir a conta, a gente já manda. Eu acho que por questão mesmo de segurança nossa assim, para a questão de aprovação de prestação de contas, devolver o recurso certinho que tiver de devolver. Você vai ficar com recurso, vai ter que informar rendimento e execução em dois planos diferentes, mas utilizando recurso da mesma conta. Então assim, eu acho mesmo, o recurso já está flexibilizado para ser usado conforme os recursos do piso, o gestor vai poder escolher lá tranquilo. Eu, realmente, eu sempre volto a minha preocupação para a questão da prestação de contas, sabe? Porque fica mais fácil na hora que chegar a esse momento, porque eu acho que esse momento é o que mais pega porque o gestor sabe o que ele está fazendo, ele tem autonomia para gastar o recurso, ele vai gastar o recurso direitinho. Mas, na hora de a gente ter a visibilidade, na questão em termos de recurso: o que usou, o que não usou, o que é passível de devolução ou não, eu acho que fica mais difícil. Por isso que quem faz essa aprovação são os conselhos municipais. Por isso que a gente levou, não é? Nem é autonomia do gestor mesmo, mas eu acho mais seguro a gente estar com recurso em conta separada. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado, Claudinha, pelas colocações. Eu acho que conseguimos assim, sintetizar o ponto. A própria presidente também já informou que a súmula é de indicativo de aprovação e aí a recomendação, o ponto que seria discutido, que os conselheiros poderiam entender é a questão de uma conta na resolução do CEAS justamente para poder facilitar o controle, o controle social de uma conta separada, não é? A Claudinha mencionou que já se preparou e já está preparando, já está vendo todo um trabalho concentrado no sentido de poder abrir o mais rápido possível, tão logo seja definido, logo hajam essas pactuações, essa resolução de que fará o trabalho muito forte para a questão de agilizar o processo de abertura de conta. Então seria esse ponto, o indicativo pela aprovação. E aí com uma proposta de inclusão de que o recurso seja alocado em uma conta específica para essa finalidade. Eu não sei se seria esse ponto. Alguém gostaria de fazer algum encaminhamento, alguma discussão? **CRISTIANO, SEDESE:** Eu tenho uma proposta,

Jaime. **PRESIDENTE:** Ok, conselheiro. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu estava até escrevendo aí no chat. Eu proponho que seja inserido no parágrafo, no artigo 2º... Aí eu não sei como é que vai ficar a formatação da resolução do CEAS, mas quando... Nos artigos que falam a respeito dos recursos e a fonte de destinação, que seja inserido esse parágrafo: “que os recursos serão depositados em contas específicas, abertas para a finalidade estabelecida no artigo 1º”. Aí tem que ver a redação, mas chamando a atenção para que os recursos sejam depositados em contas específicas. E aí, a defesa que eu faço é a defesa já que a Claudinha apontou aí, que é essa preocupação com a prestação de contas, principalmente para os municípios. E, principalmente, para os municípios pequenos que tem uma estrutura menor e maior dificuldade em relação a essas prestações de conta.

PRESIDENTE: Ok, conselheiro. Obrigado pelas considerações. Eu gostaria então, não havendo assim manifestações, que a gente propusesse... Que se colocasse a própria, eu não sei como é feito. Primeiro a gente aprova a minuta, como que é feito o encaminhamento? Isso, tem uma minuta. Houve uma... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vocês estão vendo a resolução? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Estamos. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok. Então, gente, essa é resolução do CEAS que foi feita, a 701. Aí, é importante ver: nós vamos aproveitar essa resolução e só acrescentar a questão das contas? Como será o procedimento? Aí eu vou pedir que vocês me ajudem na construção dessa resolução, que as coisas não ficaram bem claras e eu também não estou habituada a fazer resolução não, está bem, gente? Então eu vou pedir mesmo, sinceramente, que vocês me ajudem. Ou então, que a gente tenha um tempo para a fazer à parte. Se vocês quiserem a gente construir aqui... Acham importante ler essa aí para a gente fazer depois, ou gente já vai lendo e vai vendo o que vocês querem alterar e a gente aproveita essa?

CRISTIANO, SEDESE: A Patrícia... **PRESIDENTE:** Isso, a Patrícia pediu. Por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. A convidada Juanita está inscrita, mas eu queria só responder a Paula. Geralmente, pelo que eu me recordo, as resoluções do CEAS que aprovam conteúdo similar ao da CIB, é um conteúdo bem próximo, sabe? Então, no meu entendimento, a gente poderia aprovar o teor e aí a resolução pode ser construída posteriormente. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, não. É só para esclarecimento, porque nós já passamos por várias fases, Patrícia. Houve uma época que a resolução era construída depois. Aprovava-se o teor e depois o CEAS fazia. Ultimamente, ela já vinha pronta para a plenária, já apresentava a minuta e já aprovada ou não. E nesse momento, como nós, algumas coisas não fecharam ontem – e pela minha própria inexperiência com o tema também, gente, que a Consolidação que tinha essa expertise de fazer tudo assim,

“vapt vupt”, aí eu trouxe mesmo para vocês. A gente pode construir aqui se vocês quiserem sim, porque eu acho que não vai alterar tanta coisa. Mas aí é o que o pleno decidir, a gente faz. **PRESIDENTE:** A gente pode fazer, assim como eu acho que a Vice-presidente Patrícia também sugeriu. E só mesmo como a súmula saiu ontem, da Comissão de Orçamento, com o indicativo de aprovação e o único que eu levantaria era a questão dessa sugestão que o Conselheiro Cristiano colocou, não é? Que seria a inclusão, não é, Cristiano, acho que foi ali... Que seja incluído na resolução dos CEAS o parágrafo, inciso II - “os recursos serão depositados em conta específica, aberta para a finalidade estabelecida no artigo 1º”. Agora eu acho que vamos... Bom, aqui está a convidada Juanita. Se inscreveu também, por gentileza. **JUANITA, REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA:** Olá, pessoal. Tudo bem? É Juanita que está falando. Eu não pude participar na parte da manhã por motivo de trabalho. Estou lendo a resolução da CIB aqui. Muito bacana a resolução, entretanto, parece que o valor está bem menor do que o valor que compete à assistência. Eu fiz um breve cálculo do percentual que veio para Minas Gerais – é claro que muito grosseiramente, um cálculo rápido aqui - do valor que veio para Minas Gerais, desse valor, dez milhões seria para assistência e saúde, e desse, somente esse valor, de 13 milhões que está indo para a assistência. Considerando que são para benefícios e para o número de famílias em situação de vulnerabilidade que Minas tem, o CEAS precisa ver com relação – não sei se chegou essa explicação, na hora que eu entrei, eu não vi – como que foi o cálculo desses 13 milhões para ir para a assistência, porque considerando aquele valor disponibilizado no site da transparência do governo federal, oriundo da Lei Complementar, o que veio para o Estado de Minas Gerais é um montante muito superior e que seria destinado tanto para a assistência... Para a saúde eu não sei, mas para a assistência seria esse percentual. Aí eu estou achando o valor muito baixo para assistência. Aí essa é a explicação que eu queria assim, se tem essa explicação desse valor, se a CIB trabalhou sobre isso e se o CEAS vai manter esse valor mesmo, de três milhões. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado pelas considerações. Sim, essa foi matéria de pauta hoje de manhã, convidada, Juanita. A gente discutiu bastante sobre o tema, saíram vários encaminhamentos já na parte da manhã, então ele já foi discutido, já foi pedido todos os encaminhamentos e informações necessárias para que possa chegar na melhor... Na mais clareza das informações. **JOANITA,** Ah, entendi. É, infelizmente eu não pude participar, mas é claro que se o CEAS já discutiu sobre isso, e é ele o responsável por fiscalizar o Suas em Minas Gerais, então ele está corresponsável com essa resolução, não é? Obrigada, presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. O Lucas faz

até uma contribuição, que pode ser feito da forma mais conveniente tanto a plenária... Exatamente isso, Paula. A gente sabe que está todo mundo esperando. Eu também não estou muito tempo, então as conduções, a gente pede sempre uma ajuda de todos. Então o único ponto que seria, seria essa questão da inclusão, na resolução, desse artigo que o Cristiano sugeriu. Teria mais algum ponto que... Ou seria melhor a plenária ler primeiro toda a resolução como está? O que seria melhor a ser feito? Eu acho que a resolução ainda está em cima da resolução antiga, por isso que cada um... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. Ela está em cima da resolução antiga. Aí o pleno decide... **CRISTIANO, SEDESE:** Jaime? **PRESIDENTE:** Oi? Pode falar. **CRISTIANO, SEDESE:** Posso só fazer um comentário? **PRESIDENTE:** Pode sim. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu acho que é isso. É só para se atentar porque, na verdade, nós estamos falando de várias resoluções, mas as alterações que foram propostas na resolução da CIB, que pactuou os critérios com os valores, a gente tem um indicativo de aprovação e também tem essa discussão sobre a colocação de um parágrafo falando das contas únicas. É só porque a vai precisar, a secretaria executiva vai ter que ver isso, porque assim, essa Resolução n.º 05 da CIB altera a resolução 4. Então, artigos da resolução 4 foram mantidos e outros foram alterados. É só para a gente poder acertar direitinho. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Bem, se o pleno não tem nada contra, se deixaram livre aqui e, considerando o adiantado da hora – que nossa manhã foi muito intensa, não é, Jaime? – então, se estiverem de acordo, a gente pode deixar para que a secretaria faça depois, uma vez que já está aprovado. E aí eu passo também pela presidente, pela vice-presidente para verem as contribuições e tudo antes dessa aprovação. Se estiver de acordo. **PRESIDENTE:** Aí o único ponto seria a inclusão do inciso II. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Das contas específicas? **PRESIDENTE:** Isso. Então se... **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Jaime. O valor também mudou, não mudou não? **PAULA, SEDESE:** Mudou o valor. **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Mudou o valor. Eram nove milhões, foi para 13 milhões. Não é isso? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foi para 13 milhões. Sim, com essas adequações. **PRESIDENTE:** É isso o que ela está falando, é que ela está em cima da resolução antiga ainda, não é? Então a Paula pediu se poderia, se nós aprovássemos ou discutíssemos depois de feitas essas aprovações, e aí ela poderia então proceder as correções de acordo os ajustes necessários, para nós podermos adiantar a pauta e ela poder fazer os ajustes ali, depois encaminharia para nós. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. **PRESIDENTE:** Isso. A Patrícia também se propõe também em ajudar. Eu também pedi para o pessoal, para os nossos colegas da Sedese poderem também auxiliar nos ajustes. Eu não sei se poderíamos

colocar em votação com a proposta da resolução e com a inclusão do artigo? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Você vai fazer a votação pela planilha? **PRESIDENTE:** Isso. Eu queria saber se já podemos colocar o indicativo da comissão e já com a sugestão de colocação da inclusão do inciso que foi proposto. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu acho que seria isso então. Está aparecendo a planilha aí? Está, não é? Não. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não? Ainda não vi não. **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, está um papel em branco. **PRESIDENTE:** Tem que subir até em cima, porque desceu até os 50, então tem que subir com a setinha até lá em cima. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Deixa eu ver se foi isso. Apareceu agora? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Sim. **PRESIDENTE:** Só dá uma puxadinha do lado ali para poder aparecer a representação. Isso. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Bom, então seria a aprovação da alteração da Resolução 701 do CEAS, com a inclusão de aberturas de contas específicas, adequação dos valores e a ilusão do artigo 2, ainda da CIB, que depois eu vou verificar. Seria isso que nós vamos votar? Ok? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só um esclarecimento. A 701 foi a que a gente aprovou na extraordinária? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foi. Ela então vai ser... Ela vai ser alterada, não é, Lucas? Ou melhor, é alterada ou revogada? Eu não sei qual seria o termo legal. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Alterada. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foi alterada. A nossa também vai ser só uma alteração, não é isso? Por isso que eu mantive o texto, a gente só vai alterar os valores e essas questões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Revogação é quando você extirpa a outra e coloca outra no lugar. Então, no caso, é só alteração mesmo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok. Bom, então se estiver de acordo... Está visível aí? Acho que nós podemos começar. **PRESIDENTE:** Seria, então, os conselheiros... Deixa eu... Só um minutinho. Eu acho que também a gente não pode esquecer de mencionar a Resolução 5 da CIB, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A 5 já está aqui, artigo 5 da CIB. **PRESIDENTE:** É que não é só o artigo 2º, não é? É que a inclusão do artigo 2º foi a proposta do Cristiano. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Do Cristiano, é. Então seria aqui... **PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível) [00:55:03] mas existe (trecho incompreensível) [00:55:04]. **JOANA, SEDESE:** Posso dar uma sugestão? **PRESIDENTE:** Sim, por gentileza, Joana. **JOANA, SEDESE:** Eu acho que assim, o simples fato de o CEAS aprovar a resolução CIB 5, ele já aprova o que está estabelecido naquela Resolução 5 da CIB, que altera... A 4 deles não precisa... A gente não precisa de alterar a que aprovou a anterior, a 701. Entendeu? Se você aprovar a 5 da CIB, vocês já ratificam tudo ali que estava previsto com as seguintes adequações. Aí a gente pode fazer as adequações que a gente entende... **PRESIDENTE:**

Joana, tu podes fazer o texto ali então, por gentileza? **JOANA, SEDESE:** Vamos lá. Eu acho que é: aprovação da resolução CIB 5, de 19 de agosto de 2020... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, só uma colaboração na elaboração do texto. Para a gente tirar esse título de... Esse termo “aprovação”, porque pode dar direcionamento de votos. Porque ainda vai submeter em votação, então é importante a gente deixar que é sobre a alteração. Então a gente não tem certeza se vai ser aprovado ou reprovado, então é só mesmo uma questão de redação. **PRESIDENTE:** Perfeito, Lucas. É sobre isso. Então tirar o texto “aprovação” e “sobre”. Isso. **JOANA, SEDESE:** Então é melhor colocar só a Resolução 5, não é? Ou então sobre a... Lucas, você acha que tem que alterar a Resolução 701? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Olha, Joana, se nela está estabelecido algo diverso dessa que a gente está aprovado hoje, ela tem que ser alterada. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu não sei, mas, Lucas, Joana, está confusa essa história porque, na verdade, o CEAS não aprova Resolução da CIB, a CIB já aprovou a dela. Nós trabalhamos com a nossa. Então quando fala que a gente está aprovando a CIB, eu acho que a gente está invadindo um espaço aí. Que está uma confusão, não é? Eu não sou exatamente do direito, mas eu acho que está confuso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A sua interpretação está correta, uma vez que o CEAS não é grau hierárquico superior à CIB. **JOANA, SEDESE:** Não, é porque eles aprovam os critérios de partilha, não é? Lá são os critérios de partilha. É diferente. **DARCI, COGEMAS:** Darci, do Cogemas. Justamente. A CIB, nós pactuamos; o CEAS, delibera. (Trecho incompreensível) [00:58:16] que realmente, a resolução da CIB, o CEAS não tem poder para alterar ela, já foi aprovada. Está aí o Jaime, como presidente da CIB; e o José Crus, como presidente do Cogemas, que assinam as duas resoluções. Elas já foram aprovadas e pactuadas lá. E são encaminhadas para o CEAS para serem deliberadas, não é isso? **PRESIDENTE:** Isso. **JOANA, SEDESE:** Isso. Mas delibera... Como ficou a última, 701, Paula? Deixa eu pegar ela aqui. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** 701? Posso subir aqui. **PATRÍCIA, CRESS:** A minha sugestão é que a gente pegue a da CIB passada, a nova e até as outras do conselho estadual para ver como que é na prática, e aí, de repente o Lucas possa ajudar também, a Joana. Mas se a gente for fazer a redação agora, a gente não sai daqui hoje não, gente. Desculpa, mas... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Eu concordo, Patrícia. É só para fazer o título aí e depois a gente monta a resolução. **PRESIDENTE:** É justamente isso que eu estou pedindo, é só o título. É só o título. Depois, o texto, a gente vai... **JOANA, SEDESE:** Então: “dispõe sobre a aprovação da partilha de recursos”. A gente colocou isso na anterior, que a gente dispõe. A mesma

coisa a gente faz nessa: “dispõe...”, mas essa que é a questão: a gente já levou a resolução na última com essa redação. Eu acredito que não tenha problema levar com “dispõe sobre a aprovação...” e não sei o quê. Se não for aprovado, aí vai ter o voto de não aprovação daquela resolução, entendeu? Mas não teria problema colocar o texto como: “dispõe sobre a aprovação”, porque esse que é o disposto da resolução. Não é sobre a reprovação. É sobre a aprovação. Se for o contrário, vai ser reprovado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente? Uma sugestão. Se todos os conselheiros estiverem entendidos da matéria a ser submetida em votação, que a gente abra a votação e *a posteriori*, a gente faça a construção do texto da normativa e depois apresente para os demais conselheiros. Acredito que a gente zela pelo princípio da razoabilidade e consiga seguir os trabalhos. **PRESIDENTE:** Isso. Eu só queria mesmo só título. Só um. Para poder deixar o resumo bem, assim, que pudesse, mas eu acho que a plenária toda entendeu o que está se propondo e o que está sendo incluído. Pode ser assim? Pode ler, por gentileza? Então vê se ficou... Só o encaminhamento, bem simples. “Dispõe sobre a aprovação da partilha dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinados aos municípios mineiros...”. Não, não é isso aí. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, não é isso? A tela está aparecendo? Eu não sei se está. Deixe-me ver se está aqui. Vou começar de novo. Não seria, Jaime... **PRESIDENTE:** Isso, esse mesmo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** “Dispõe sobre a operação da Resolução 701 CEAS, de 2020, com a inclusão das contas específicas, adequação de valores em consonância com a Resolução 05 da CIB, que alterou a Resolução 04 CIB”. **PRESIDENTE:** Certo. Eu acho que assim, de uma maneira geral, foi entendido o que está sendo proposto. Então podemos colocar em votação? Os ajustes, depois faremos em conjunto. Eu pediria então para os conselheiros, para Joana, para o Lucas, para a Patrícia, junto com a Paula, e quem quiser contribuir, poder colocar também. Podemos colocar em regime de votação? Como vota, pela Sedese, Jaime Starke? Aprova. Como vota Cristiano de Andrade, pela Sedese? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprova. **PRESIDENTE:** Como vota a Sílvia Oliveira? Acho que a Rosáli está ausente. Como vota o João Victor de Almeida Chaves? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Acho que o João Victor justificou no chat que teria que sair devido a uma reunião de urgência lá. **PRESIDENTE:** Certo. Como vota a Vilma? João Victor, ausência. Como vota a Conselheira Vilma? Vou passando então. Como vota o Conselheiro Silvestre Dias, da Secretaria da Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Aprovado, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota... A Cynthia, da Seapa não. Como vota, pelo Cogemas, o Aloísio Júnior? **DANIEL, MNPR:** No caso, presidente, o Aloísio está

representando o Cogemas na reunião e o Darci está no lugar dele. **PRESIDENTE:** Certo. Então, como vota o Conselheiro Darci? José Darci dos Santos, pelo Cogemas. **DARCI, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a Conselheira Haiandra Oliveira? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota o Sandra de Fátima Veloso, pelo conselho Municipal de Montes Claros? **SANDRA, CMAS/MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, (Trecho incompreensível) [01:04:46]. Como vota a Conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Parece que a Anédia saiu. **PRESIDENTE:** A Anédia saiu. Então como vota o Conselheiro Damião Braz, pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas? Conselheiro Irajá, não é? **IRAJÁ, APOINME:** Está falando comigo, Presidente? **PRESIDENTE:** Isso, conselheiro. Isso mesmo. **IRAJÁ, APOINME:** É, porque eu estava ouvindo, mas como não estava em outro assunto aqui, acabei me perdendo. Você poderia repetir, por favor? **PRESIDENTE:** Sim. Nós estamos na plenária da votação... **IRAJÁ, APOINME:** Não, isso eu sei, presidente. Estou falando do que está... **PRESIDENTE:** Pensei que tinha perdido o início da... **IRAJÁ, APOINME:** Não, não, não. Agora da votação, entendeu? Como eu estou ouvindo, aí acabei... Tendo outro assunto aqui do meu lado, acabei focando mais no outro assunto porque... Eu peço desculpas aí, sendo gravado, mas eu peço desculpa aí aos conselheiros. Porque a gente, como essa coisa de telefone, a gente fica dois assuntos ao mesmo tempo, acaba um sendo... Me desculpa aí. (Trecho incompreensível) [01:06:14] se o senhor pudesse me esclarecer. **PRESIDENTE:** Sim, sim. Então seria a votação da Resolução CIB que faz a pactuação. Na realidade, seria Resolução do CEAS que delibera pela pactuação do que foi pactuado pela CIB ontem, com a inclusão de um ponto que fala sobre a alocação desses recursos extraordinários em contas específicas. Então, em resumo bem rápido, é esse o resumo. Aí, posso perguntar se o senhor está... **IRAJÁ, APOINME:** Não, não. Eu entendi. Eu acompanhei sim. Anédia não está, nesse caso. Se a Anédia não está, então é o meu voto, não é isso? Sim, isso aí eu acompanhei sim, presidente. Eu sou a favor sim. **PRESIDENTE:** Ok. Certo. Então, pela Articulação dos Povos e Organização Indígena, o Conselheiro Damiao Braz, Irajá, pela aprovação. Ok. Obrigado, conselheiro. **IRAJÁ, APOINME:** Desculpa aí, viu, Presidente? **PRESIDENTE:** Não, imagina, conselheiro. Fique à vontade. Pela Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras, Conselheira Isaura dos Santos Lopes? **ISAURA, ASQUIS:** Oi? **PRESIDENTE:** Conselheira Isaura? **ISAURA, ASQUIS:** Está em votação? **PRESIDENTE:** Isso, está em votação. **ISAURA, ASQUIS:**

Que eu acabei de entrar. **PRESIDENTE:** Aham. O tema é o mesmo, é o mesmo da deliberação que foi aprovado, pactuado pela CIB ontem, com a inclusão de um ponto, que foi a abertura de conta específica. Então esse é o ponto que está em votação agora.

ISAURA, ASQUIS: Ah, sim. Era o mesmo antes de cair a minha conexão. Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Pela Federação das Apaes, a Conselheira Natália Lisce Diniz, por gentileza. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação.

PRESIDENTE: Pela Federação das Associação sem Fins Econômicos, a conselheira... Vocês estão me pegando com esse "P" ali, não é, Conselheiro Élerson? Estão me pegando com esse "P". Conselheiro Élerson, da Cáritas Brasileira Regional. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Presidente, o Élerson também havia comunicado que se ausentaria na tarde. Acho que ele não está mesmo. **PRESIDENTE:** Ok. Então, pela Associação Profissionalizante do Menor, a Assprom, o Conselheiro Márcio Caldeira. **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Pelo conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Pelo conselho Regional de Serviço Social, a Conselheira Patrícia Gomes. **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente, eu vou me abster e eu queria justificar. Eu concordo com o teor da Resolução da CIB, mas essa inclusão de que seja conta específica para o Piso Mineiro, considerando o prazo para utilização que é até 31 de dezembro, e aí os municípios vão demandar um tempo a mais para poder abrir essas contas, aí eu fico na dúvida se realmente essa seria a melhor estratégia. Então eu me abstenho por isso. **PRESIDENTE:** Ok, conselheira. Obrigado pelas colocações. Como vota o Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas, a Conselheira Gabriela Loiola. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação.

PRESIDENTE: Ok. Os demais dois conselheiros estão em vacância. E nós temos aqui os que ficaram, os que foram chamados e não responderam. Acho que todos, não é? Quem não respondeu, estava justificada a ausência. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É, o Élerson tinha justificado. E também o Aloísio. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Senhor presidente. **PRESIDENTE:** Oi, Conselheira Anédia. Tudo bem? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu quero pedir desculpas, porque bateram no meu portão, uma emergência de um assalto aqui na rua e eu tive que correr lá para ajudar o pessoal. Estou voltando agora, está bem? Me desculpem aí, mas é emergência mesmo. Líder comunitário, você sabe como é. Liderança, eles procuram logo para resolver as coisas. Então vocês me desculpem, gente, mas eu estou de volta. **PRESIDENTE:** Não. Obrigado, conselheira. Mas pode deixar que o Conselheiro Irajá votou também. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ah, então está bom, está bom.

Estou bem representada. Obrigado, viu? Desculpa, gente. **PRESIDENTE:** Obrigado, Anédia. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Nós temos 11 votos pela aprovação, uma abstenção e nenhuma reprovação. **PRESIDENTE:** Ok, ficou aprovada essa resolução. O próximo ponto seria o PPAG, não é? O Plano Plurianual Governamental, em consonância com a LOA. Gostaria de fazer uma contextualização, Claudinha? Não sei se a Cláudia gostaria, ou alguém da Sedese, fazer uma contextualização sobre o tema para que a gente possa ver as manifestações do que foi colocado durante a reunião em conjunto ontem. **CLÁUDIA, SEDESE:** Para mim está tranquilo, Jaime. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Quanto ao PPAG, nós vamos para a súmula da reunião de ontem, é isso? **PRESIDENTE:** Isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Nossa, Jaime. Desculpa. Você me perguntou do PPAG? Eu fiz uma confusão aqui. A gente já entrou no PPAG, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. **DARCI, COGEMAS:** Não vai passar o resultado da aprovação não? **PRESIDENTE:** Da outra? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foram 11 votos para aprovação, uma abstenção e nenhuma reprovação. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Era isso, Darci? Bom, só conferindo, Claudinha. Então já vou para a súmula. Você não vai apresentar mais nada antes não, não é? Seria agora a súmula da reunião de ontem. Ângelo, dá para aumentar um pouquinho? Acho que dá. **ÂNGELO, SEC. EXEC. CEAS:** Está bom o tamanho? **PRESIDENTE:** Está bom. Está ótimo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Agora dá para a gente ver a lista. Que já não facilita, não ajuda muito não, mas vamos lá. Nós temos aqui a súmula da reunião realizada ontem, que foi discutido a questão do PPAG e da LOA. Nós vamos passar aqui, ponto por ponto, de como ficaram essas metas. Nós temos: “na ação 065, aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. Finalidade: reduzir as vulnerabilidades sociais e promover a autonomia dos usuários, por meio do aprimoramento da gestão e dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais ofertados à população mineira. Considerações técnicas. Aspectos da discussão. A proposta de revisão do PPAG e LOA para o ano de 2021, da Subas, foi realizada em observação ao PPAG vigente, a LOA 2019, o PEAS, as deliberações da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social e o Plano de Aplicação Financeira do Feas 2020. De forma geral, foram mantida as atuais ações do Programa 65, aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. Na ação 1059, aproximação do Suas. A ação 4129, capacitação, apoio técnico e gestão do Suas. A 4533, serviços regionais de média e alta complexidade, proposta de alteração no nome da ação. Atualmente o nome da ação é: implantação e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade. A 4131, proteção social especial de alta complexidade. A 4132, Piso Mineiro de assistência social.

4133, apoio ao controle social e à gestão descentralizada. 4534, Piso Mineiro de assistência social variável. 4535, Rede Cuidar, aprimoramento da rede socioassistencial do Suas. Deliberações da plenária e encaminhamentos. Propor a criação de uma nova ação, benefícios socioassistenciais, considerando a situação de emergência de saúde que estamos vivendo pelo covid-19, sem previsão de fim para o ano de 2021, e considerando a corresponsabilidade dos entes federados no financiamento do sistema como valor orçamentário, conforme previsto na Lei 23.632, de 02/04/2020, que criou o Programa Estadual de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de 2019 com a abertura de crédito especial para esta ação, de 64 mil, e que não foi efetivado até a presente data”. **DARCI, COGEMAS:** Só para corrigir, são 64 milhões. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É, 64 milhões. São muitos zeros, Darci. Eu me perco neles. 64 milhões. **DARCI, COGEMAS:** É porque está gravado, não é, Paula? Então... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Sim, sim. “Deliberar sobre a incorporação desse crédito especial no Feas, com o plano de ação da Sedese para propor a materialização da ação e o início do repasse em caráter de urgência. Ação 1059, aproximação do Suas. Finalidade: contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de autonomia do exercício da cidadania das famílias e para o seu acesso à renda, por meio da qualificação da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e da gestão da Política de Assistência Social nos municípios prioritários do programa percursos gerais, trajetória para a autonomia. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Quatro prioridades que precisam ser pensadas na revisão do PPAG e LOA 2021. Deliberações das conferências. Implantação de piso de proteção social especial. Correção do valor do cálculo do Piso Mineiro Fixo, de R\$ 2,20 para R\$ 3,00 por família referenciada. Realização das conferências estadual e regionais em 2021. Pagamento da dívida do estado para com os municípios mineiros desde 2015, referente ao Piso Variável. Garantia de financiamento do Programa Casa Lar. Deliberações da plenária e encaminhamentos. A proposta deve ser adequada à luz da proporcionalidade da meta física e financeira deste ano, ou seja...” **SÁVIO, CMAS/BH:** Paula, eu acho que você misturou aí. Na hora que você foi falar “pagamento da dívida do estado para com os municípios mineiros desde 2018 referente ao Piso Mineiro”, aí depois você falou que era referente ao... Você pulou para baixo, é referente ao Piso Variável e aí ficou duas em uma. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Espera aí. Deixa eu ver aqui. “Pagamento da dívida do estado com os municípios mineiros desde o 2018, referente ao Piso Mineiro.” **SÁVIO, CMAS/BH:** Isso. “Pagamento da dívida do estado, desde (trecho incompreensível) [01:20:45] referente ao piso variável”, são duas

coisas. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** São duas coisas, não é? **SÁVIO, CMAS/BH:** É, parece que você leu a primeira ou a metade dela, e depois passou para piso variável no meio dela. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ah, sim. Então vou ler de novo. “Pagamento da dívida do estado para com os municípios mineiros desde 2018, referente ao Piso Mineiro de assistência social. Outro ponto é o pagamento da dívida do estado para com os municípios mineiros desde 2015, referente ao Piso Variável”. Ok? Acho que subiu na hora e eu me perdi. Deliberação da plenária e encaminhamentos. A proposta deve ser adequada à luz da proporcionalidade da meta física e financeira deste ano. Ou seja, a meta física foi duplicada e meta financeira deve seguir a mesma lógica, de aproximadamente 144... Esse aqui é 144 mil mesmo. Considerando as prioridades elegíveis pelo colegiado e a necessidade de adequação e realocação de orçamento. Ação 4129. Capacitação, apoio técnico e gestão do Suas. Finalidade. Qualificar a gestão e as ofertas da Política de Assistência Social por meio de ações de capacitação, formação, apoio técnico sobre o provimento de serviços e benefícios da proteção social básica e da proteção social especial, sobre a gestão do Sistema Único de Assistência Social - Suas e o controle social. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Manter minimamente o valor orçamentário e físico deste ano de 2020, ou seja, meta física, seis mil pessoas qualificadas e meta orçamentária: R\$ 2.246.707,00. Deliberação da plenária e encaminhamentos. Manter a meta física de seis mil pessoas capacitadas... Não, isso aqui já foi. É a mesma coisa. É. Manter a meta física de seis mil pessoas capacitadas com o valor orçamentário de R\$ 2.246,707,00, visto que as ações de capacitação e apoio técnico, aproximação Suas, se realizará nessa ação também. Ação 4130. Regionalização da proteção social especial. Finalidade: qualificar e expandir a oferta regionalizada de proteção social especial para atendimento aos municípios com alta incidência de violência de direitos, e sem a oferta de serviços de proteção social especial. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Na reflexão, foram sugeridas: uma ação que não tem pleito. Foi ressaltada a sua importância, assim como a de sua manutenção. Deliberação da plenária e encaminhamentos. Manter a proposta da gestão. Ação n.º 5, 4131. Proteção social, especial de alta complexidade. Finalidade: garantir proteção integral a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos, cujos vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados. E ofertar serviços socioassistenciais de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, egressos da extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Não deveria diminuir o valor, garantir o teto dos anos anteriores. Deixar o

recurso a mais no orçamento, não é garantia para aumentar. Precisa de um processo. Se deixar a maior, fica passível de ficar sem ele. Estamos colocando o valor que precisamos, o que está no desembolso de parceria. Não adianta colocar oito mil se vamos precisar de sete para a Casa Lar. Para além do limite, é aporte adicional de recurso, é pleito. Nós devemos colocar aquilo que vamos usar. Casa Lar, piso é prioridade para a secretaria. Para um aditivo, tem que ter negociação prévia de aumento e de existência de financeiro disponível. Deliberação da plenária e encaminhamentos. Manter a meta orçamentária do exercício de 2020, ou seja, R\$ 8.450,000,00. Ação 4132. Piso Mineiro de Assistência Social Fixo. Finalidade: cofinanciar serviços de caráter continuado, benefícios, programas e projetos socioassistenciais, bem como ações de incentivo à melhoria da qualidade da gestão do Sistema Único de Assistência Social. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. O valor proposto para este ano está menor do orçamento emendado. Pelo monitoramento realizado pelos CEAS, em 2019, a meta 12, da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, não foi cumprida até a presente data, mesmo tendo sido emendado o orçamento para este ano, com recursos do FEM no valor de 20 milhões. Conseguimos a emenda junto ao legislativo, mas não foi materializado pelo estado. Meta 12 do eixo 1. A proteção social não contributiva e o princípio da equidade. Meta 12 do eixo 1 (áudio ruim) [01:27:31] da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais. Ampliar o valor do Piso Mineiro assistencial de R\$ 2,20 para R\$ 3,00 por pessoa cadastrada no CadÚnico. Lembrando que o Suas/MG começou com a emenda. Deliberação da plenária e encaminhamentos. Manter a meta orçamentária do exercício de 2020, considerando o aporte de emenda parlamentar, de R\$ 17.091.122,44, totalizando R\$ 71.136.816,04 e que não foi incorporado no orçamento até a presente data, e nem repassado aos municípios. Deliberar sobre a incorporação da emenda parlamentar no orçamento deste ano, e a Sedese apresentar a proposta de repasse para os municípios de valores novos e início do repasse, considerado as parcelas desde janeiro de 2020. Deliberar proposta de emenda, junto legislativo, para pagamento de dívida do estado referente ao piso fixo desde o ano de 2018. A Sedese deve apresentar a dívida anual e total ao CEAS. Ação 4133. Apoio ao controle social e a gestão descentralizada do Suas. Finalidade: garantir a manutenção, o financiamento das atividades e o fortalecimento da ação do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, e apoiar e manter sua secretária executiva. Possibilitar o apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social pelo CEAS. Garantir o funcionamento da Comissão Intergestores Bipartite - CIB. Apoiar e manter a secretaria executiva. Fortalecer o controle social e a gestão descentralizada e participativa

do Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio de apoio às instâncias de pactuação, deliberação, representação e negociação existentes. Meta: 12 reuniões CEAS, 12 reuniões CIB. Uma conferência a cada dois anos. Dez encontros de fórum e Urcmas, conforme o Peas. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Verificar se tem meta para as conferências regionais. R\$ 860.000,00 que seriam 500 para a conferência, mais R\$ 360.000,00 para a manutenção do CEAS. O pleito, valor que vamos solicitar à Secretaria da Fazenda: R\$ 500.000,00. Portanto, se conseguirmos o pleito, se o valor for liberado pelo governo, o valor total da conferência será de um milhão. Temos, para a manutenção do CEAS, R\$ 360.000,00. Para a manutenção das reuniões, fóruns, Urcmas, CIB, a Sedese pedirá um pleito de R\$ 500.000,00 para as conferências. Mas, lembram que a sociedade civil tem que apoiar as conferências. Então é esse valor que o CEAS vai manter, lembrando que pleito não é garantia. Ano passado foi isso, para as conferências regionais acontecerem, a sociedade civil teve que entrar em cena. Lembrando que as conferências regionais estão garantidas na lei do Suas/MG. Temos na proposta um pleito de quase três milhões para a Ação Aprimora SUAS e um pleito de R\$ 500.000,00 para o controle social. Deliberação da plenária e encaminhamento. Alterar a meta física e orçamentária, considerando o debate. Então seria R\$ 1.360.000,00, que ficaria um milhão para as conferências regionais e estadual e R\$ 360.000,00 para a manutenção do CEAS, CIB, fórum e Urcmas. Ação 4534, Piso mineiro de assistência social variável. Finalidade: direcionar o financiamento estadual para atender às especificidades e diversidade dos territórios mineiros, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social - Feas, e os critérios de elegibilidade e partilha pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. É preciso propor recurso nesta ação 4534. Piso mineiro de assistência social variável para o pagamento da dívida do estado com 102 municípios que estão sem receber o Piso Variável desde 2015. É importante aumentarmos os recursos dessa ação. O Piso Variável financia a rede histórica que está, desde 2015, sem repasse para 156 municípios. 77 municípios da série histórica da PSB, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. 27 municípios da série histórica PSE, Programa de Atenção ao Migrante. Nove municípios da série histórica, PSE, família acolhedora. 16 municípios da série histórica PSE, acolhimento institucional: crianças e adolescentes. Um município série histórica PSE, acolhimento institucional do idoso. Quatro municípios série histórica PSE, abordagem social. Um município com cofinanciamento advindo de termo de aceite firmado com o governo federal, centro, dia. Nove municípios com cofinanciamento advindo de termo de

aceite firmado com o governo federal, residência inclusiva. Um município com cofinanciamento, advindo de acordo com o município, em função de TAC firmado com o Ministério Público. Serviço de acolhimento institucional está sem financiamento desde 2015. Deliberação da plenária e encaminhamentos. 1: rever a metafísica de 102 para 156 e manter a meta orçamentária, considerando a proposta da gestão. 2: deliberar para proposta de emenda, junto ao legislativo, para pagamento de dívida do estado referente ao Piso Fixo, desde o ano de 2018. A Sedese deve apresentar a dívida anual e total ao CEAS. Ação 4535. Rede Cuidar. Aprimoramento da rede socioassistencial. Finalidade: instituir mecanismo de incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação continuada à rede socioassistencial no Estado de Minas Gerais, com a finalidade de fortalecer e aprimorar o atendimento através de serviços, programas, projetos e benefícios. O assessoramento e a defesa e garantia de direitos. Considerações técnicas. Aspectos das discussões. Um programa sem dotação orçamentária não é um programa. Para quem acompanhou a construção, a preocupação era essa: não ter recursos, assim se caracterizará com um “não programa”. A proposta é voltar, fazer o mesmo trabalho feito na sua construção para ter o recurso da loteria. Negociar, junto à loteria, para a manutenção do programa. Avaliar a prioridade do programa e materializar essa prioridade em financeiro. Deliberação da plenária e encaminhamentos. Alterar a meta orçamentária de dez mil para 11 milhões. Considerando a importância... **CLÁUDIA, SEDESE:** São dez mil mesmo, Paula. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Dez mil para 11 milhões? **SÁVIO, CMAS/BH:** Isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** É porque dez mil é o que está no orçamento (trecho incompreensível) [01:37:28] estão querendo que coloca (trecho incompreensível) [01:37:31]. São dez mil mesmo. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O onze são milhões mesmo? **SÁVIO, CMAS/BH:** É, esses dez mil era numa janela. **CLÁUDIA, SEDESE:** É que está considerando a meta que está agora, não é? Da proposta. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** É porque que lendo assim parecia discrepante a coisa. “Para 11 milhões, considerando a importância, necessidade e prioridade do governo e sociedade civil, exposta na discussão da reunião conjunta”. Essa foi o levantamento da nossa discussão de ontem. E agora, voltar para a plenária. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Paula, pela exposição. Nós estamos aqui acompanhando ela também, e a gente traz assim, a Cláudia até pode colaborar comigo, mas com relação ao limite que nós estaríamos ampliando e aguardando com que pudesse ser disponibilizado. Então, não é, Claudinha? Acho que pode até reforçar, mas acho que foi finalizado em virtude de toda a situação de decréscimo na receita do estado. E também por fatores que provocam essa desaceleração da economia, então se manteve

esse mesmo limite. Claudinha, só para poder contextualizar essa informação, agora bem recente, não é? **CLÁUDIA, SEDESE:** É, Jaime. Eu acabei de confirmar, eu até mandei um WhatsApp aqui para todo mundo. Para o Gil, para o Mateus, para o Renan, para a Flaviane, que eu precisava do limite e saiu. Saiu o limite e é o mesmo valor de 2020. Então nós temos 75.014 milhões, o valor que a gente tem que distribuir é o que está na proposta, que a gente distribuiu na proposta. E o que a gente pode rever agora, eu acho, são os apontamentos e para dizer alguns ajustes que o conselho entender que é importante fazer. Mas, enquanto recurso orçamentário para distribuir na proposta, é o mesmo de 2020. Isso que a gente já fez na proposta inicial. Então agora é trabalhar para a gente fazer as adequações que o conselho julgar necessário, e o que tiver para além do limite, a gente preparar na forma de pleito. Lembrando que os pleitos ainda vão para apreciação, não é? E a gente não aprova pleito, a gente aprova proposta de LOA dentro de limite, porque os pleitos vão para avaliação, depois vão para assembleia, aí tem as propostas de emendas, está bem? Pleito não é para aprovação, pleito é pleito. É um pedido que tanto o conselho quanto o gestor têm autonomia para poder solicitar à Seplag. Se o conselho identificar que o recurso é insuficiente, a gente pode levar para a apreciação na forma de pleito. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Claudinha. Eu tenho um pedido de inscrição da Conselheira Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Desculpa, eu tive um probleminha aqui com o microfone. Patrícia, Cress. Bom, é importante a gente lembrar que o CEAS não trabalha com limite, mas com a necessidade dos usuários e aí eu gostaria de fazer um resgate da Resolução 672, de 2019, que o CEAS aprovou ano passado sobre a aprovação da proposta orçamentária das ações do PPAG. Nós aprovamos com a inclusão de dois “considerando”. Vários, não é? Mas dois que eu vou citar aqui: “Considerando o limite orçamentário apresentado pela câmara de orçamento e finanças da Seplag para o Feas, da (trecho incompreensível) [01:41:48] 71, no valor de R\$ 52 milhões...”, aí fala o restante aqui, “insuficiente para a manutenção da Política Estadual de Assistência Social, considerando a necessidade de recompor os valores orçamentários para fins de execução das ações propostas apresentadas pelas Subas”, aí: “aprova a proposta no artigo 2º para o ano...”, no caso o ano de 2020, “no valor de R\$ 81.941,000,00”. Enfim. Então, no ano passado, o limite era de 52 milhões, mas o CEAS aprovou a proposta de 81 milhões. E isso é viável porque o CEAS não aprova, não trabalha com limite, mas com a necessidade do usuário. A nossa resolução tem um caráter político também. O CEAS vai dizer: “A assistência social no Estado de Minas Gerais precisa desse valor”. E aí, depois, vai ter uma disputa orçamentária, pleito, enfim. Era isso inicialmente. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Patrícia.

Obrigado pela colocação. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bem colocado, Patrícia. Jaime, desculpa. Você tem razão. **PRESIDENTE:** Certo. Bom, diante do que foi exposto, a gente percebeu que as deliberações e as considerações, na realidade, foram captadas todas as manifestações dos conselheiros durante a plenária conjunta, que aconteceu ontem. Como que nós poderíamos conduzir a questão da importância da aprovação do PPAG e as considerações? Eu acredito que as considerações ficaram muito... Como é que eu posso dizer? Elas expressaram a manifestação da própria plenária, mas a gente teria que construir as considerações de uma maneira mais de acordo com uma síntese do que foi discutido. Não sei se vocês propõem... Como que o conselho propõe que seja conduzido.

CLÁUDIA, SEDESE: Jaime, eu não sei se eu posso opinar, eu acho que a gente teria que ir esclarecendo um a um. Porque, pelo que está escrito aqui, foram as mesmas explicações que a gente... Os apontamentos que apareceram ontem e que a gente já explicou. Mas aí tem que vir para a súmula. Eu achei que já ia vir para a súmula com as considerações. Veio, não é? Com as explicações e tudo, mas aí eu acho que a gente teria que (trecho incompreensível) [01:44:49] reforçando o que foi dito ontem para a gente ir ajustando aquilo que a gente acha que dá para ajustar. Aquelas ações que o conselho entender que o recurso é ainda é insuficiente, a gente vê para trabalhar na forma de pleito. Eu acho que a gente meio que vai ter que voltar, tem que ver o que o conselho pensa porque como teve as considerações, a gente explicou e elas voltaram para serem colocadas novamente no formato que foi dito, eu acho que a gente tem que ver de novo. É questão mesmo de explicar de novo a questão do Rede Cuidar. A volta do Rede Cuidar foi uma ação pedida em emenda no ano passado, a gente deu ênfase nela porque pediu para voltar, mas ela é cofinanciada com recurso da loteria. Então se o conselho vai ter o entendimento que quer colocar lá, vai ser em cima de pleito, porque o limite são os 75 milhões. Então tem essas coisinhas assim, que a gente tem que ir discutindo.

PRESIDENTE: Certo. Então vamos iniciar pelo ponto um para poder fazer os ajustes. Temos uma inscrição do Domingos Sávio, enquanto a gente retorna a planilha lá para o primeiro ponto. Conselheiro Sávio, por gentileza. **SÁVIO, CMAS/BH:** Eu acho, gente, que também ficar discutindo demais sem possibilidade de inclusão, eu acho que fica complicado. Eu acho que a previsão orçamentária teria que ser discutida, com o conselho, na sua concepção. Antes de ser apresentada aqui, porque se vier fechada desse jeito com o valor já delimitado, isso quer dizer política de governo. Quem defende a política de estado, e isso é normal, é o conselho. O conselho tem um plano que o PPAG e a previsão orçamentária pinça determinados aspectos de plano e vê o que dá para fazer nos próximos

quatro anos. Mas aí, há de se entender que o conselho briga por uma política de estado. Então a gente acha que, independentemente de qualquer coisa, a gente sabe da crise, que o orçamento talvez não seja mesmo, mas tem a questão da inversão das prioridades, ver o que é importante. Eu acho que, primeiro: a consideração pelas deliberações da conferência. Isso aí eu não sei está aí. Acho que não está não. Isso aí tem que ser levado a sério. E lutar para que a política seja cada vez melhor e não simplesmente uma manutenção. Eu acho que a gente tem por onde crescer, a gente deve crescer, há uma necessidade de se crescer em todos os sentidos, a gente tem um plano decenal para desenvolver, é justamente para que possam ser alocados recursos e que a gente possa fazer a melhoria na área da política. Então chega a ser assim, um pouco desanimador a consideração via pleito que vai separada, não é? Aí, vamos ver o que a gente pode fazer aí, mas assim, eu acho que não é só aqui também não, em diversos locais. Essa parte aí de discutir sempre dentro do mesmo valor, sendo que a política tem que melhorar e tem que expandir, não é? Tem que expandir porque, no mínimo, a população cresce. Então a população em situação de vulnerabilidade, ela cresce, independentemente de qualquer coisa. Isso é o mínimo. E fora a necessidade que tanto o plano estadual, como o plano decenal exige, não é? Tudo é uma evolução, um crescimento. Dá para perceber, desde 1993, que a gente está crescendo, a gente tem vencido etapas. Então a coisa, realmente, ela tem que... Você tem que ver algo diferente, você tem que ver algo funcionando melhor, vamos dizer assim. Então, para começar, seria isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Obrigado pelas considerações. Vamos voltando para o ponto um, que a gente pode formatar as contribuições. Pode ser assim, Claudinha? **CLÁUDIA, SEDESE:** Pode, Jaime. Eu já ia pedir inscrição justamente para a gente falar isso, porque como (áudio ruim) [01:49:44] na íntegra o que a gente conversou na ontem, então a gente vai ter que ir vendo aqui... Colocou isso, o que quer nessa, qual é a proposta do conselho para poder alterar? "Ah, eu quero que põe nessa ação", "tira daquela", "que faz isso", "eu quero que aumenta isso", "eu vou fazer pleito disso". A gente precisa ter a proposta dos conselheiros. Assim, eu acho até que de uma forma mais resumida, igual a Patrícia propôs aí: qual é a proposta do conselho? Porque está muito extenso e é a mesma coisa que a gente já falou ontem. Está meio complicado, mas podemos ir um a um. **PRESIDENTE:** A Patrícia pediu a inscrição. Por gentileza, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Já iniciando na ação 1059 da Aproximação Suas, eu estou de acordo com essa recomendação de que essas ações já são realizadas pelas proteções sociais básicas, especial e de gestão, e teve um aumento muito grande do recurso proposto. Então que esse valor previsto seja

redirecionado para o Piso Mineiro. Ele teve um aumento aí da meta física, um aumento grande do ano passado para cá e também, eu acho que mais de cem vezes o valor, e aí é sempre naquela linha mesmo de defender o que já está estabelecido pelo Suas, serviços, Cras, Creas, enfim. **CLÁUDIA, SEDESE:** A gente faz a inscrição para... Faz a inscrição normal para poder falar, não é? **PRESIDENTE:** Está inscrito aqui ainda, eu acho que o Sávio acabou de falar, não é, Sávio? Isso, não é? Ou pediu nova inscrição? **SÁVIO, CMAS/BH:** Eu só queria fazer uma pergunta para ficar, na hora que puder ser respondida, seria importante. Essa diferença entre a Patrícia falou, de 52 milhões para 81 milhões, que foi o solicitado.. **DANIEL, MNPR:** Questão de ordem, por favor. **SÁVIO, CMAS/BH:** Eu quero saber se o pleito... **DANIEL, MNPR:** Por favor, questão de ordem, que eu inscrevi antes. Vamos ficar atentos ao chat, por favor. **PRESIDENTE:** O Domingos Sávio está inscrito acima de você, Daniel. **DANIEL, MNPR:** Ele está mostrando para mim que está abaixo de mim, mas tudo bem. **PRESIDENTE:** Então, Domingos Sávio, Patrícia, Domingos Sávio e Daniel. Por gentileza, Domingos Sávio. **CLÁUDIA, SEDESE:** Deve ter sido no mesmo horário. **SÁVIO, CMAS/BH:** Ah, bom. Daniel, (trecho incompreensível) [01:52:28] tomar cuidado, hein? **DANIEL, MNPR:** Não, tranquilo. Pode ir, Sávio. Pode ir, Sávio. **SÁVIO, CMAS/BH:** É o seguinte: eu queria saber que diferença faz o pleito. Se durante os anos aí para trás, se o pleito foi efetivado? Por exemplo, essa diferença de 52, do ano passado, para 81, que foi a proposta. Na execução financeira deu o quê? 52 ou 81? Para ver qual é a efetividade real do pleito. **CLÁUDIA, SEDESE:** Posso responder? **SÁVIO, CMAS/BH:** Pode. **CLÁUDIA, SEDESE:** Na verdade, Sávio, quando a gente faz a proposta, o conselho sempre coloca aquilo que entende como o necessário. Mas quando a gente faz, quando sai o limite, a gente começa a trabalhar a partir do limite. Entendeu? Então assim, o orçamento desse ano foi de 75 milhões. Eu não estou lembrando mais o valor que a gente aprovou no ano passado, se foi esse mesmo ou se foi maior. (Áudio ruim) [01:53:35] do ano anterior, mas quando a gente começa a trabalhar uma proposta orçamentária, a gente começa a trabalhar no que está na LOA. Então se o limite é 71 e tudo o que consegue, por exemplo, as emendas, as coisas que conseguem na assembleia, também vem para o orçamento. Na verdade, o pleito aqui, ele pode ser publicado, o conselho aprovar ele com o valor do pleito. Mas, quando a gente começa a executar, a gente começa a executar o limite mais o que foi aprovado pela assembleia. E na forma de emenda. Eu acho que o que a Patrícia quis demonstrar para a gente é que o conselho aprova aquilo que entende que é o necessário, com os recursos e com as ampliações, mas quando a gente vai começar a execução, é em cima do que está na LOA. Normalmente é

em cima do que está no limite. Se, posteriormente, tiver pleito aprovado e incorporado no orçamento, a Seplag entender que a gente pediu 75, mas fez uns pleitos e deu 80 e a LOA ficar convertida em 80, a gente começa a executar em cima de 80. **PRESIDENTE:** Ok. O próximo inscrito é o Conselheiro Daniel. **DANIEL, MNPR:** Só dar um auxílio técnico aqui. Cristiano, é porque assim, quando gente fica muito tempo com a tela parada, ele acaba travando. Para você poder voltar a acompanhar, clica duas vezes na imagem de qualquer perfil quando aparece alguém falando, você vai no número de participantes, clica duas vezes, aí vai fixar a tela no nome de alguém. Depois você clica uma vez só e volta ao normal a exibição, entendeu? Isso é um problema do Google Meet. Assim, voltando a essa questão desse pacto de aprimoramento da política. O que acontece? Eu vou ficar... Não vou poder contribuir qualificadamente, até mesmo porque eu levantei uma questão ontem a respeito do entendimento acessível, da leitura acessível, acho que da interpretação acessível, no qual foi muito complicado para eu entender ontem e eu continuo sem entender hoje, entende? Então assim, está sendo muito complicado para mim fazer uma participação qualificativa, então eu vou me abster, vou ficar calado, não vou dar algum pitaco com medo de... Com algum receio de que às vezes eu fale alguma coisa que não está pertinente com o que está sendo tratado no momento. Mas, deixando registrado em ata, a suma necessidade de uma linguagem mais acessível para que nós, usuários, possamos acompanhar e fazer um trabalho mais qualificativo. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Daniel. Vamos passando para o ponto... Para a Claudinha e nossa equipe da Sedese para poder fazer a contextualização para que a gente possa vencer esse tema. Por gentileza, é o Ângelo que está fazendo a transmissão? O Cristiano colocou que não está conseguindo ver a apresentação e a ação que estamos discutindo, então teria que fazer um acompanhamento da ação que está sendo discutida. Começar do princípio, essa 065 é o início? **CLÁUDIA, SEDESE:** É o programa. **PRESIDENTE:** Ok. Ação 65. Aprimoramento à Política Estadual de Assistência Social. **CLÁUDIA, SEDESE:** Esse 65 nem é a ação, ele é o programa. Então tem que trocar ele. Isso aí não é ação não, isso é o programa ao qual a ação está vinculada. Então tem que colocar aí "programa". Não sei se a gente vai corrigir o que está escrito aí ou se a gente vai partir daí. Pelo que a gente está andando, nós não vamos ponto a ponto? Eu quero falar mais coisas lá em cima. Outra coisa, a proposta da revisão do PPAG foi realizada em observação ao PPAG vigente, LOA 2020. Não é 2019. Bom, se for com relação ao que eu falei, é com o valor da proposta desse ano. Eu não sei se por um acaso alguém depois, dos conselheiros, fez alguma análise com relação à LOA de 2019 e colocou aqui. Se for no contexto da minha

fala, a gente fez a proposta com base no limite de orçamento de 2020. **PRESIDENTE:** Continuando as deliberações. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu acho que aí foi tranquilo. **PRESIDENTE:** Está bem. Então vamos descendo? **CLÁUDIA, SEDESE:** Tem umas considerações aí, Jaime, no nome da ação. Será que a gente já olha também? Olha aí para você ver. Aproximação Suas... **CRISTIANO, SEDESE:** Está diferente. **CLÁUDIA, SEDESE:** Serviços regionais de média e alta complexidade. Proposta: alteração do nome da ação. Atualmente, o nome da ação e implantação e manutenção dos serviços regionais de média e alta complexidade. **CRISTIANO, SEDESE:** Isso está antigo, não é isso não. **CLÁUDIA, SEDESE:** (Trecho incompreensível) [01:59:27] antigo. O nome das ações hoje são: proteção social especial de alta complexidade e proteção social especial de média complexidade. Então, se for tomar com base o orçamento desse ano, isso aí não é isso não. Ah, já sei. Vocês foram lá na ação de emenda, é isso? É, porque aí, a 4533 é aquela ação que foi criada com a emenda de R\$ 1.000,00. É aquela questão que esse era o nome de 2019 aí em 2020 a gente trocou porque a gente entendeu que separar o serviço da média e alta. Aí vem como emenda com este nome, então ela está aqui no orçamento de 2020 com uma emenda de R\$ 1.000,00. Então eu entendi que a proposta... Aí teria que suprimir a alta e a média e trocar pela... Média e alta juntas? Não sei. Aí tem que ver qual é a proposta do conselho. **CRISTIANO, SEDESE:** Posso fazer uma sugestão? **PRESIDENTE:** Pode falar, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** É porque agora eu fiquei bastante confuso. Porque é o seguinte, eu vou tentar só relembrar o que a gente fez ontem e aí eu acho que é importante, antes de a gente continuar, fazer uma contextualização um pouco do que é que a gente apresentou ontem, para ficar bem claro para todos os conselheiros. A gente trouxe as fichas do PPAG com a descrição de cada ficha e as ações que estão incluídas em cada ficha. E a Claudinha também apresentou a distribuição da receita tendo como referência a LOA de 2019. Não foi isso, Claudinha? **CLÁUDIA, SEDESE:** 2020. **CRISTIANO, SEDESE:** Isso. Então, por exemplo, essa relação das fichas que estão aí, elas estão – nessa parte que a tela está projetada, por isso que eu tinha pedido para descer, porque eu fiquei confuso – a numeração das fichas está diferente, eu não sei por quê. Essa da média que eu acabei de postar, que é a 4130, que a regionalização da proteção especial, que já foi a proposta que a gente trouxe ontem, apresentou a ficha que já contempla as alterações que foram pedidas para incluir a média e a alta numa mesma ficha, foi o que a gente apresentou ontem. E aí, eu sugiro o seguinte: que a gente vá para cada uma das fichas, depois a gente retoma essa parte inicial, que é do programa, que ela foi a ser apresentada ontem. Que a gente passe ficha por ficha, só

para conferir se o... Eu acho que está... Ângelo? **CLÁUDIA, SEDESE:** Gente, eu acho que quem fez a proposta, que defenda ela e explica o que quer que seja feito na proposta, entendeu? Que aí a gente se completa na informação. **PRESIDENTE:** Eu acho que pega aquelas fichas, as fichas novamente. Que eu acho que por ali... **DANIEL, MNPR:** Questão de ordem. Vamos deixar o Cristiano concluir a fala dele, senhor presidente? Por favor, o Cristiano estava falando, aí teve a Cláudia que o interrompeu. Vamos fazer esse trabalho nosso de escutar o companheiro. O Cristiano estava falando, eu acho que é justo deixar que ele termine de falar. **CLÁUDIA, SEDESE:** Certíssimo. **CRISTIANO, SEDESE:** Ô meu Deus. Obrigado, Daniel. Não, mas era só para propor isso, para a gente reorganizar aqui. Porque eu proponho que a gente passe ficha por ficha do que foi apresentado e olhe a transcrição que foi feita dos comentários que foram feitos durante a reunião da conjunta ontem, porque foram dadas várias sugestões, mas a gente não fechou assim – pelo menos que eu me lembre – a gente não fechou em cada uma das fichas o encaminhamento formalizado. A gente foi fazendo a discussão de cada uma das fichas e tanto o estado, quanto os outros conselheiros foram apresentando as contribuições. Era só isso mesmo. Obrigado. **PRESIDENTE:** Cláudia? Por gentileza, Conselheira Cláudia. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom, então. A gente vai... Eu também penso que a gente tem que fazer algum link com a ficha, igual ao Cris colocou aí, mas a gente pode tentar ir vendo aqui e ver o que essa deliberação da plenária: “propor a criação de uma nova ação de benefícios socioassistenciais, considerando a situação de emergência de saúde que estamos vivenciando pelo covid. Sem previsão para o fim do ano de 2021” mesmo? “E considerando a corresponsabilidade dos entes federados no financiamento do sistema como valor orçamentário conforme previsto na Lei 23.632, que criou o programa de enfrentamento para os efeitos da covid, com a abertura de crédito especial para esta ação de 64 milhões, o que não foi efetivado até a presente data. Esse crédito especial que vocês estão falando no orçamento de 2020 ou a proposta para 2024? Porque crédito especial é quando você tem um orçamento feito e você precisa colocar ação e valor nele. Se é proposta de 2021, ele entra como pleito. Eu não entendi qual foi a deliberação, qual foi o encaminhamento. **PRESIDENTE:** Cláudia, eu vou pedir assim, retorne para a ficha, comece do início, uma por uma. Vamos seguir por ali, entendeu? Para a gente poder avançar, porque senão a gente não vai conseguir avançar discutindo. Transmita a ficha número um e a partir dali a gente vai lançando as considerações. **CLÁUDIA, SEDESE:** Aí é bom ler a ação, as considerações da ação, e já vai dizendo, não é Jaime? Eu acho que fica bom assim. **PRESIDENTE:** Sim. Aí eu não sei quem pode transmitir. Vocês também

têm...**CLÁUDIA, SEDESE:** As fichas de ontem? **PRESIDENTE:** Isso. Quem se inscreveu foi a Natália, da assessoria. Por gentileza, Natália, enquanto isso. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Olá. Natália, Federação das Apaes. Eu recebi a súmula da Secretaria Executiva, mas nesse item estava faltando o encaminhamento. E aí, com base no que foi discutido, esse tópico foi inserido. Mas, a gente está aqui no momento da plenária, e é possível que seja proposto um novo encaminhamento. É o momento de deliberação e de discussão desse tópico na plenária. Caso alguém tenha uma proposta diferente a ser colocada, é possível que seja feita a inscrição e apresentada uma nova proposta para ser discutida na plenária. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Natália. Só para poder conduzir, conseguiram? **CLÁUDIA, SEDESE:** Paula, você consegue colocar as fichas? Paula? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Oi. Só um instante. Ângelo, fecha essa apresentação, por favor, para que eu possa exibir a outra. Deixa só sair essa apresentação. Espera aí um pouquinho, ainda está apresentando. Adelmira, você está com as suas na ordem aí, talvez seja mais fácil você baixar que já está tudo na sequência de ontem. Consegue colocar para nós? O meu tem um tanto de coisa aqui. **ADELMIRA, SEC. EXEC. CEAS:** Ok. Se você tira aí, eu apresento. **CLÁUDIA, SEDESE:** Então qual é a proposta, gente? Posso falar, não é? Posso ir? **PRESIDENTE:** Pode. Pode sim. **CLÁUDIA, SEDESE:** Qual é a proposta da ação 1059? É tirar o recurso que está lá e colocar para o piso? Qual é a proposta? Porque vocês têm que apresentar as propostas para a gente poder discutir. A gente já apresentou uma para vocês, agora a gente tem é que escutar o conselho e ver o que o conselho quer. Então, quem propôs a alteração, tem que ajudar a gente aí nesse sentido. **PRESIDENTE:** Patrícia? A Patrícia pediu a inscrição. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, CRESS. É a minha fala anterior, não é? Considerando que O Aproximação Suas é um programa que já prevê ações que são realizadas pelas proteções básica, especial e também pela gestão, e que teve um aumento muito grande tanto na meta física quanto no orçamento, que aumentou mais de 100 vezes em relação a esse ano, 2020. Então tem algum plus, lógico, é um programa importante, mas sempre na lógica de favorecer o Suas, os serviços, o PAIF, PAEFI. Então a proposta é que esse recurso seja direcionado para pagamento do Piso Mineiro. **CLÁUDIA, SEDESE:** Está bem. Na verdade, se a Ana puder contribuir, porque o Aproximação Suas é um programa específico, mas a gente chegou até a pontuar também a questão que os recursos (trecho incompreensível) [02:12:40] destinação 4121, mas quando a gente faz uma ação desse tipo, a gente prevê todo o orçamento necessário para desenvolver a ação. Mas aí, se a Ana quiser completar também, a questão desse recurso. O recurso que a gente colocou aí saiu da sobra

orçamentária de Casa Lar. Se vocês estão pedindo para colocar os 08.450 milhões na ação da Casa Lar, esse recurso aí a gente tem que voltar com ele. Então a ação ficaria somente com 72 milhões e a Sedese, a gente lá na secretaria, continuaria somente com o pleito para tentar um recurso para essa ação. Mas aí o recurso não pode ir para outro lugar, porque se tiver que recompor a Casa Lar, esse recurso é a sobra orçamentária que estava lá. E vai chegar lá no ponto da Casa Lar, então eu já vou adiantando que se for para reverter e voltar com a ação para a Casa Lar, tem que tirar daí. E lembrando, novamente, que o recurso vai voltar para a ação da Casa Lar, mas ele vai ficar sem execução porque não tem negociação financeira acerca de aumento. Não tem previsão de execução no valor de oito milhões e sim de sete, mas aí é decisão do conselho. **ANA, SEDESE:** Oi. Eu posso falar ou eu me inscrevo? **PATRÍCIA, CRESS:** Presidente, eu pedi inscrição. **ANA, SEDESE:** Então eu vou me inscrever, está bem? **PRESIDENTE:** Tem uma inscrição da Patrícia, mas, depois da Patrícia, pode falar. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** E tem a minha também, Jaime. Está no chat aí. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Eu me inscrevi, porque assim: é importante a gente definir qual vai ser a metodologia usada, porque ontem já teve apresentação da proposta... Sim, presidente, posso falar? **PRESIDENTE:** Sim, pode. É que eu acho que estava falhando aqui a minha ligação, pois não. **PATRÍCIA, CRESS:** Ah, eu acho que estava. Então, a gente tem que definir qual metodologia que a gente vai usar hoje porque ontem a gente usou a seguinte metodologia: a superintendente daquela ação, o responsável por aquela ação, apresentava, a Claudinha complementava, apresentava junto com o valor da LOA e aí tinha uma análise técnica da ex-conselheira Joanita, que foi convidada, e aí a gente fazia várias discussões. Eu acredito que hoje a gente já tem que ir para o encaminhamento, mas aí ficar defendendo de novo tudo o que foi defendido ontem, é um pouco complicado também. Aí a gente vai ter, basicamente, as mesmas falas de ontem. Então eu estou reafirmando essa proposta de encaminhamento, enquanto conselheira, aí a gente tem que ver a metodologia. Se em todas as propostas, a gente vai ter de novo as defesas de tudo. **PRESIDENTE:** Conselheira Sandra, por gentileza? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu gostaria era de entender, porque assim, a fala da Claudinha, aí eu fiquei questionando o que ela quis dizer com isso, porque ela disse o seguinte, olha só a lógica: “O recurso que está aqui na ação 1059 é um recurso da Casa Lar”, é uma sobra lá do orçamento da Casa Lar. Então esse recurso vem para isso. Se não for utilizar aí na 1059, ele tem que voltar então para onde ele estava. Porque houve uma proposta de ser usada no Piso Mineiro, não é? Ampliar o cálculo do Piso Mineiro foi uma proposta de conferência, não foi? Estou

aqui com os encaminhamentos da conferência aqui olhando. Eu lembro que as conferências regionais discutiram isso, eu tive muitas conferências regionais e a gente discutiu muito isso daí. Então eu não entendi foi isso. Quer dizer, eu sei que todo orçamento têm toda uma discussão dele. Uma discussão política, você faz gestão para que isso aconteça, mas não pode fazer essa gestão também de ampliar o cálculo do Piso Mineiro? Já que vai fazer a gestão lá para essa ação da 1059, a Aproximação Suas? É isso que eu não entendi, gente. Porque então, olha só, se for assim... Olha só. Ela tem que ser aqui, se não for aqui, então não tem como. Então para quê nós estamos aqui discutindo? A lógica de discutir e propor, voltar os documentos, proposta de conferência, começa a não ter sentido. Tem que ser assim, se não for assim, tem que voltar para o que era e acabou. Ok, Claudinha, está tudo bem. Mas a sua fala, Claudinha, com todo o respeito – isso aqui é uma conversa, é um diálogo que a gente está fazendo – foi nesse sentido. E aí eu fiquei me perguntando: para quê nós vamos fazer esse momento, se tem que ser o que veio e o que está posto aqui no papel? Se nós, enquanto conselheiros, não vamos poder mexer, não vamos poder alterar isso daí. É isso, então. Obrigada. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu posso esclarecer um ponto? Como foi em cima de uma consideração minha. **PRESIDENTE:** Ok, Sandra. Obrigado pelo... Só um minutinho. Eu só vou passar para a Ana Cláudia, aí tem a Natália, aí depois pode ser contigo, está bem? Obrigado. Ana Cláudia. **ANA CLÁUDIA, SEDESE:** Oi. Boa tarde, gente. Ana Cláudia, superintendente da proteção social básica na Subas. Como a gente conversou ontem, apresentou na reunião conjunta, nas comissões, e aí a Claudinha pede para a gente contribuir aqui na discussão hoje, eu queria falar só um pouco em cima do que foi colocado, que o entendimento é que o programa já é contemplado pelas capacitações que são previstas pela básica e pela especial. E aí, o que eu queria colocar, na verdade, é o seguinte: o Aproximação Suas na verdade não é um programa, mas ele faz parte de um programa maior. É um programa que está sendo desenvolvido pela Sedese, de forma intersetorial com as outras subsecretarias. As subsecretarias todas têm pelo menos um projeto em execução. A gente, da Subas, só tem um porque a gente entendeu que essa seria uma oportunidade de fazer um projeto piloto, junto com esses 73 municípios que foram selecionados por serem os municípios com menor IDHM, no sentido de fortalecer e dar visibilidade ao trabalho do PAIF. Então ele está demandando todo um trabalho muito específico que a gente pode sim ampliar para os outros municípios, mas que a gente tem construído e participado dessa construção conjunta também. A gente começou, esse ano de 2020, com... Na verdade, 2019, com a regional de Teófilo Otoni, com 16 municípios lá. A gente tem feito um trabalho

de uma construção conjunta e participativa junto com os municípios. Então a gente esteve lá no primeiro momento para fazer os diagnósticos qualitativos, depois de ter construído um diagnóstico qualitativo a partir de um mapa falado. Na perspectiva de capacitação sobre diagnóstico, a gente esteve novamente para poder validar os planos, e assim, tudo ficou muito no sentido de ratificar o que a gente tinha proposto desde sempre, que seria não só o investimento com capacitação, mas o investimento também de apoio financeiro para uma complementação das equipes e para a aquisição de material permanente. Por quê? Porque o que vem para gente é que a gente, hoje enquanto assistência, vive nos municípios de pequeno porte e características rurais, questões que antes eram características de grandes metrópoles e tem condição de dar resposta a assistência social, atuando a partir da proteção básica, mas tendo que tratar questões de proteção especial e de outras políticas. Pela falta da questão de saúde mental, pelas demandas que a recebe do Poder Judiciário, enfim. A perspectiva do programa, e a gente se coloca participando dele, é entendendo que a assistência social quando chega, traz junto com ela as outras políticas sociais. Então a gente se coloca como porta de entrada, e para isso, a gente precisa fortalecer os PAIFs, fortalecer o Cras – o trabalho social com famílias que é desenvolvido pelo Cras e pelos Creas onde tem – para que as famílias sejam alcançadas neste trabalho, e que a gente consiga construir junto com elas essa trajetória para a autonomia, que o programa maior se propõe a partir também dos serviços pelas outras políticas. Eu só queria fazer essa fala. Eu vi, Patrícia, que você colocou aqui que eu já tinha falado sobre isso, mas eu achei importante voltar a falar porque não é um trabalho que simplesmente se coloca para a capacitação porque a gente está colocando a capacitação, a gente não deixou de realizar essa capacitação esse tempo todo por todas as questões que estão postas, as questões financeiras e fiscais que a gente tem no estado. Agora, a pandemia. Mas nem por isso a gente deixou de envolver esse trabalho, porque a gente entende que essa é uma competência nossa enquanto estado. Hoje, a gente está fazendo os cursos alinhados com o contexto da pandemia, na modalidade à distância, mas a gente precisa continuar fazendo um trabalho. E aí, dentro dessa perspectiva do Programa Percursos Gerais, a gente se coloca como uma alternativa e uma oportunidade de fortalecimento do PAIF, entendeu? De tirar o PAIF da invisibilidade, que é uma questão que está posta para o Brasil todo. Então um programa que é a porta de entrada para assistência, para as famílias, precisa ser reconhecido da sua importância e ter investimento. Então todo o nosso esforço tem sido nessa perspectiva. Está bem? Obrigada. Era isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cláudia, pelas considerações. Eu vou pedir

para que a gente seja bem breve nas falas, porque senão a gente vai passar a noite aqui, ainda hoje. O próximo inscrito é a Natália. Por gentileza, Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Olá. Natália, Federação das Apaes. A minha fala, eu gostaria de pedir um esclarecimento à Conselheira Cláudia que falou justamente da questão da Casa Lar. Na reunião de ontem, com as comissões conjuntas, a Cláudia deixou muito claro que para ter um aumento do valor, teria que ter uma pactuação, uma nova negociação e um termo aditivo. Então eu não entendi a relação dessa discussão do valor para o Piso Mineiro com relação a fala da Conselheira Cláudia sobre justamente esse aumento da Casa Lar, uma vez também que já foi falado que estaria garantindo a manutenção da Casa Lar nesta proposta para executar o orçamento. Então eu fiquei em dúvida em relação a essa fala. Também gostaria de falar que aqui a gente está discutindo a importância também de direcionar esse valor para o Piso Mineiro, então eu acho que é fundamental que seja aberta aqui a votação para os conselheiros verificarem qual é a prioridade orçamentária de execução. Então eu acho que esse plano vai refletir as prioridades governamentais, sendo de uma importância a votação desse ponto para ver também o que os conselheiros pensam a respeito. É isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu posso dar uma sugestão antes da fala do próximo? É porque eu penso que... Posso? Eu pergunto se posso e já vou falando. **PRESIDENTE:** Tem uma inscrição antes. Não sei se... É para esclarecer esse ponto? **CLÁUDIA, SEDESE:** É. É porque eu penso só que, como já teve duas perguntas direcionadas para a mesma coisa, que é a da Sandra e a... Eu penso que seria mais rápido se eu já respondesse, porque aí foi uma falta mesmo de... Eu acho que não fui clara, ficou parecendo que eu estou mandando voltar recurso para o Casa Lar. Não é isso não. Eu acho que essas coisinhas assim fica mais próximo se a gente já responder de uma vez, que aí já vai passando e dá o entendimento para quem ficou com a dúvida, senão vai ter um tanto de pergunta, uma atrás da outra, a primeira vai ficar lá em cima. **PRESIDENTE:** Ok. Queres responder as duas perguntas que foram feitas? **CLÁUDIA, SEDESE:** Primeiro, só para eu esclarecer para a Sandra, é que eu não disse que tem que voltar com recurso para a Casa Lar não, está bem? É porque nas próprias colocações do conselho está pedindo para a gente... Por quê? Esse recurso foi lá para a aproximação porque o recurso da Casa Lar ficou em sete milhões. Aí, na hora que for baixando as propostas, uma das propostas é voltar o valor da Casa Lar para oito. Se voltar o valor da Casa Lar para oito, esse recurso que a gente distribuiu na Aproximação Suas, ele é porque foi a sobra orçamentária desses oito milhões. Então a gente não vai conseguir atender as duas coisas. O que eu estou dizendo: pegar esse recurso que está aí, jogar no piso e voltar com

o orçamento da Casa Lar, dos oito milhões. Eu não sei se deu para entender. Ao mesmo que tempo que, pegar esse recurso e jogar para o piso (Piso Mineiro), o piso é feito em cima de resolução com critérios de 2,20, que tem uma proposta também de aumento. Então tem que ver se esse recurso que está pegando da Aproximação Suas e jogando no piso, se ele tem sentido, porque vai ser um recurso... Eu acho que são 900 mil que está lá, e fazemos... Qual é a proposta de gastar ele dentro do piso? Dar aumento? Dos 900 reais de aumento em cima do 54 milhões? Eu quero só discutir com vocês essa tranquilidade, porque quando a gente faz a proposta, por exemplo, existe, igual colocou essa questão dos 20 milhões de emenda (parlamentar) , se pensar em dar um aumento do piso. 900 mil em um universo de 853, então... Eu até, se quiser fazer essa proposta, o conselho tem todo o direito e autonomia para fazer, mas é porque a gente... Se a gente fizer isso, a gente vai ter que pelo menos assim, o entendimento do que a gente se propõe a executar com recurso. A gente se propõe a dar um aumento de X. Entendeu? Quando a gente faz proposta orçamentária, a gente coloca recurso e diz o que a gente pretende para aquele recurso. O conselho tem toda a autonomia para decidir o que vai fazer aí, só que a gente tem que observar isso, entendeu? Não fui eu quem disse que não pode fazer, é porque logo abaixo, na ficha, tem pedindo para recompor os oito mil da Casa Lar, que a gente sabe que vai gastar só sete, mas está pedindo para deixar os oito milhões. Entendeu? Então eu não estou dizendo que não pode alterar não, tem toda a autonomia para alterar.

PRESIDENTE: Ok. Obrigado, Claudinha. A próxima inscrita é a Haiandra. Pelo que eu puxei aqui, é a Haiandra, não é? Isso. A Haiandra de novo aí. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Posso falar? Pode, Jaime, começar? Boa tarde. Haiandra, CMAS de Novo Oriente de Minas. Na verdade, eu só achei muito interessante a fala da Superintendente da Proteção Social Básica, porque enquanto residente de município de porte I e vendo a fala dela de sobre o projeto do Programa Trajetória Para a Autonomia, e sobre o compromisso do estado com as capacitações, eu gostaria de fortalecer isso, que de fato assim, nós...Tem nove anos que eu trabalho na proteção social básica de um município de porte I e a gente nunca havia recebido, de forma tão direta, e buscando qualificar, entender a nossa demanda, a nossa situação, uma visita do estado. Nós ficamos surpresos e foi assim, um diálogo muito bom, tanto aqui município de Novo Oriente, que foi um dos municípios que (áudio ruim) [02:30:58] equipe do estado quanto os outros vizinhos que a gente conseguiu acompanhar. E o Programa Trajetória Para a Autonomia, para nós, município de porte I, que representa aí quase 70% do Estado de Minas, é excelente. Porque a gente sempre tem uma sensação de que nós estamos assim, um pouco que

invisíveis. Parece que a maioria dos recursos, de todas essas discussões, fica muito em âmbito de grandes metrópoles, de cidades maiores. E o que acontece? Eu, por exemplo, já participei de uma primeira capacitação sobre benefícios eventuais que eu achei excelente a linguagem, o material, a plataforma. E isso tem nos ajudado de maneira assim, para nós foi ótima a capacitação. Por quê? A gente tem dificuldades que são muito simples, mas que talvez, com o acompanhamento mais de perto do estado, com as capacitações, com as assessorias – não só na questão de recursos – já resolve para a gente. Porque recurso, a falta de recurso a gente enfrenta desde sempre. E só ficamos um pouco ainda com a interrogação para o estado se de fato os municípios que tem o com menor índice de IDH, de desenvolvimento humano do Estado de Minas, que está sendo contemplado com esse projeto, com esse programa, se a gente ainda iria receber os carros para desenvolver o nosso trabalho, que um dos compromissos com o governo do estado era esse transporte, esse veículo. Que para nós é uma das ferramentas indispensáveis para a realização do nosso trabalho. Por exemplo, a nossa cidade 60%, a maioria, é da zona rural. Então sem um veículo a gente não consegue desenvolver nenhum trabalho. E com relação à porta de entrada, de fato o Cras é essa porta de entrada, mas ela se materializa através de proteção, através do Paif. Então se a gente não conseguir trazer essa discussão de vocês também com um olhar mais assim, digamos, ampliar esse olhar para nós, os municípios pequenos, é muito difícil a nossa situação dentro do Suas, enfrentar sem custo e sem suporte. E, pela primeira vez, pelo menos eu já passei como técnica e, agora na coordenação, eu tenho sentido um pouco mais dessa presença do estado. A gente espera que isso não diminua, que isso não pare por aí. Que pelo contrário, que só aumente. Então é isso. **PRESIDENTE:** Obrigado, Haiandra, pelas considerações, pela fala. Foi muito oportuna (áudio ruim) [02:33:49] como município de porte I. Conselheiro Daniel, por gentileza. **DANIEL, MNPR:** Eu queria só entender, porque eu fiquei com muita dúvida, quando fala da Casa Lar e da Rede Cuidar, são dois programas específicos ou esse plano plurianual de ação governamental está incluindo também esses dois âmbitos, que é da Casa Lar e da Rede Cuidar? Me desculpem, é que eu fiquei com essa dúvida, para ver o quanto tá difícil de entender. Se for possível a explicação. **PRESIDENTE:** Pois não, Conselheiro Daniel. Obrigado pelas colocações. Na sequência é a própria Claudia. Por gentileza, Claudia. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu não entendi a pergunta. **PRESIDENTE:** Pode repetir? **DANIEL, MNPR:** Se a Casa Lar e a Rede Cuidar estão dentro desse plano de ação plurianual governamental ou se é uma outra pasta, de outro assunto completamente diferente. Porque está tão difícil de eu entender o que vocês estão dizendo, devido à

impossibilidade da linguagem acessível, que eu estou até querendo me empoderar a respeito, só que eu não estou sabendo até onde está se dando essa conversa, esse debate. Então por isso a minha pergunta. A Casa Lar, a Rede Cuidar, está dentro desta pauta de agora? **CLÁUDIA, SEDESE:** Está, Daniel. A gente está discutindo a ação do Aproximação Suas, está bem? Por que surgiu o assunto de Casa Lar aí nessa hora? Porque quando fez a distribuição do orçamento, quando a gente fez a proposta, parte do recurso que a gente colocou no Aproximação era um saldo orçamentário da ação de Casa Lar, porque a Casa Lar, esse ano, o recurso dela, conforme o cronograma desenvolvido pelas parcerias, é menor. Mas a Casa Lar, a gente vai falar dela um pouquinho mais para baixo. A Rede Cuidar também. É porque a primeira ação que a gente está discutindo é a Aproximação Suas. Esse link só aconteceu por causa da questão da distribuição de recurso. Mas Casa Lar está aqui sim e Rede Cuidar também. Está bem? **PRESIDENTE:** Ok. Próximo inscrito é a conselheira Natália. Por gentileza. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Natália, Federação das Apaes. Retomando essa questão da Casa Lar, na reunião de ontem a Conselheira Cláudia havia citado que o valor de sete milhões seria suficiente para arcar com os custos da Casa La e, que se houvesse um valor acima disso, que ele não poderia ser investido no programa se não tivesse um aditivo ou uma pactuação anterior. Então, diante disso, eu acho que não faz sentido ter esse valor acima. A gente vai chegar nesse tópico da discussão, mas eu não entendo porque então teria que ser colocado, uma vez que teria que fazer toda a discussão do termo aditivo, ou que isso não determinaria um aumento efeito para o programa, e também tendo em vista a questão da dívida do Piso Mineiro e das dificuldades que os municípios tem enfrentado. Eu acho que não faria sentido a gente ter um valor acima, na Casa Lar, pensando que não reverteria diretamente no aumento para o programa. **CLÁUDIA, SEDESE:** Entendi. É isso mesmo. Eu posso ir? Como é que vai ser? A gente responde? **PRESIDENTE:** Pode, pode. (Trecho incompreensível) [02:37:38]. **CLÁUDIA, SEDESE:** Na verdade é isso mesmo, Natália. Ter uma sobra orçamentária não quer dizer que a gente vai conseguir aumento para a Casa Lar, está bem? Isso é toda uma discussão, mesmo porque, na apresentação ontem, eu expliquei que um aumento, qualquer aumento em orçamento – a gente tem a COFIM, que é uma câmara composta por Seplag, Fazenda – tem aporte adicional de recurso de tesouro, ele tem que ir para a apreciação da COFIM. Então tem que ter nota técnica, tem que ter parecer, tem que ter discussão, tem que falar da importância. Então tem que ter todo um trabalho antes. E é isso mesmo: deixar o orçamento lá, a sobra orçamentária, não quer dizer que com aquilo garante um aumento para as casas lares, entendeu? Por isso

que a gente fez uma proposta de realocação desse recurso, um outro, que agora a Patrícia está colocando a questão do piso, mas isso aí não tem problema nenhum, mas é superpertinente essa questão: o orçamento não garante aumento na parceria porque teria que passar pela COFIM. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Claudinha. A próxima inscrita é a Patrícia, não é? Patrícia, por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. A gente entende que o Aproxima Suas realmente é importante, mas eu reafirmo o compromisso com o Suas, com os serviços tipificados. Então a gente tem que pensar, o Aproxima Suas atende a quantos municípios? E esse valor aí da (trecho incompreensível) [02:39:22] 71? A gente coloca para o Piso Mineiro, pode pactuar, por exemplo, esses R\$ 934.000,00, por exemplo, pactua lá na CIB para poder pagar o passivo de X municípios de porte I, referente a X meses. Os municípios de porte I (um) vão poder utilizar esse recurso dentro da assistência social, dentro da prioridade de cada município, seja benefício eventual, seja contratação de equipe técnica. Então é importante a gente focar nisso e até para a garantia da deliberação da conferência, de ampliar o recurso para o Piso Mineiro. Ano passado a vigilância fez um estudo de quanto a gente precisaria passar o valor do Piso Mineiro para a gente conseguir cumprir essa deliberação. Não lembro se era 1,80... De 1,80 para 2,20. Ou se era outro valor, me corrijam aí se eu estiver, porque provavelmente eu estou equivocada. Mas é importante a gente focar no Piso Mineiro porque ele proporciona aos gestores, aí o Cogemas há de concordar comigo, uma flexibilidade maior para utilização de recursos. E aí a gente sim, dar uma recomendação para a CIB, que esse valor aí seja pactuado privilegiando o pagamento do passivo dos municípios de porte I. Acho que é muito pertinente essa preocupação da Haiandra com os municípios de porte I. E as coisas que ela fala, como capacitação, outras coisas, estão previstas também em outras ações da Sedese. Então seria mais ou menos isso. Obrigada. **CLÁUDIA, SEDESE:** Então posso responder? **PRESIDENTE:** Sim, tu podes responder. **CLÁUDIA, SEDESE:** Na verdade, Patrícia. O piso é feito com... Ele tem uma resolução específica, a 459, e ela é feita em cima de um cálculo. Por isso que ele chama "piso". Então a gente não pode... Ele tem toda uma lógica. Assim, a gente vai colocar 900 reais a mais no piso e levar para critério de partilha? Não quer dizer também que a gente vai conseguir o financeiro para executar isso não. Está bem? A questão de passivo: por exemplo, quando a gente coloca o orçamento passivo de 2016, está bem? Vamos supor: "Ah, nós resolvemos pagar as duas parcelas de 2016 que estão em resto a pagar". Essa despesa já está empenhada, então a gente só precisa de financeiro. Esses 900 mil, se a intenção dele é pagar passivo, não é nesse sentido, ele não atende isso que a gente está pensando. Por exemplo, eu quero pagar o

passivo de 2018, “ah, mas 2018 está sem empenho”. Beleza. Colocar 900 mil aí não garante pagar o passivo de 2018, porque o de 2018 está sem empenho. Então, como ele está sem empenho, tem que ser feita uma solicitação de despesas de exercícios anteriores para a Secretária da Fazenda. Aí a Fazenda vai analisar, reconhecer a dívida e fazer. E ele vem para o orçamento com outra natureza de despesa. Não essa que a gente usa para pagar piso. Pode, se a intenção for colocar, mas a gente tem que ter esse entendimento se o que a gente vai colocar lá tem lastro financeiro, se a gente vai conseguir dessa forma, ainda mais o piso que a gente tem em cima dela, inclusive uma resolução. Entendeu? Então é isso que eu quero dizer, porque quando a gente for levar a proposta, que a proposta ainda vai para a Seplag, ainda vai para a assembleia, a gente tem que já meio que dizer o que a gente pretende com aquele recurso. Colocar um acréscimo que não tem uma defesa firme para fazer em cima dele, não é? Dar aumento, a gente está vinculado a uma resolução. Pagar despesas de exercícios anteriores, se já está empenhado, só precisa de financeiro. Se não está empenhado, a gente precisa de ideia. É só para a gente ter o entendimento de que se a gente não vai colocar a coisa lá, que não vai... Esclareço que a nossa proposta é colocar ele no Aproximação, mas nem isso a gente sabe se vai conseguir porque pode ser que quando for para a Seplag fazer a análise, eles decidam manter os 72 milhões. Entendeu? “Os pleitos são para distribuir conforme estavam”, eles podem decidir também que o recurso vai ficar lá onde estava, na Casa Lar. Agora o que a gente está mandando é tudo proposta, mas eu só tenho a preocupação de fazer propostas que a gente inclusive consiga defender junto à Seplag e a Assembleia, entendeu?

PRESIDENTE: Ok, Claudinha. Obrigado pelas tuas colocações. E o Conselheiro Daniel pediu inscrição. **DANIEL, MNPR:** Obrigado, presidente. Eu vou ser breve, está bem? Uma vez que no próximo ano, como foi falado no chat aqui que somente 46 serão contemplados pelo Aproxima Suas, eu gostaria de propor – como eu coloquei no chat – que os municípios de porte I, II e III sejam contemplados de forma prioritária, uma vez que esses municípios tem sido muito impactados nesses repasses que tem sido com valores muito abaixo, e que com muitas demandas, apesar de serem portes pequenos. Então eu acho que seria interessante da nossa parte garantir e defender com que esses municípios de porte I, II e III tenham o acesso, estejam lá no topo da lista para receber esse respaldo do Aproxima Suas, de preferência. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Daniel. Obrigado pelas colocações, pelas informações. Bom, estamos ainda em discussão desse primeiro ponto e teríamos que ver como vamos avançar nesse sentido. A Patrícia colocou duas propostas de encaminhamento: manter o Aproxima Suas, como apresentado pela Sedese, ou colocar

os 964 mil do Aproxima para o Piso Mineiro, a ser pactuado pela CIB, e plano de aplicação (trecho incompreensível) [02:46:16] posteriormente pelo CEAS e que a Sedese faça o pleito do valor da Fazenda. De migalha em migalha, vamos recompondo o piso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Posso fazer uma consideração? **PRESIDENTE:** Gostaria, Cláudia, por gentileza. **CLÁUDIA, SEDESE:** A gente não vai conseguir recompor o piso nessa lógica. A questão do piso é muito para além de um orçamento. A gente deve duas parcelas de 2016, seis parcelas de 2017. Todas as parcelas de 2018. Colocar esse recurso no piso não garante recurso financeiro para pagar débitos de piso. Eu confesso que vai dar confusão porque o que nós já temos garantido no orçamento são os 54 milhões. Isso nós já temos garantido, foi uma batalha conjunta e a gente está pagando o piso regular. Não vamos conseguir dar aumento, porque... Só se a gente mexer na resolução alterando valor. O piso não é assim: põe o recurso, passa CIB, passa no CEAS e executa. Não é assim que o recurso do piso funciona. Entendeu? Eu sei que é a intenção, igual a Patrícia colocou, ver se a gente consegue resgatar o passivo, mas não é no orçamento de 2021 que a gente vai resgatar passivo de piso. Entendeu? A minha preocupação é a gente... Vai levar proposta que às vezes nem vai ser aceita, porque, quando voltar da Seplag, a Seplag pode dizer que fica mantido os 54 milhões para o piso. É igual a Patrícia colocou que eles aprovam, o conselho aprova o que entende, não é? Beleza, mas só deixando claro que a hora que chegar lá eles podem dizer que, como manteve o mesmo limite, os recursos também tem que ficar como estão. Por isso que eu disse que nem mesmo a garantia de que a gente vai poder usar o recurso lá na Aproximação Suas, a gente tem, se a gente vai conseguir. Porque era uma ação que não tinha previsão orçamentária para esse ano, então a Seplag pode decidir que tem que entrar só na forma de pleito. Mas é igual a Patrícia falou: é a proposta que o conselho quer aprovar. Tudo bem, mas é só para deixar bem claro que pode ser que depois ela volte para os moldes, conforme foi apresentado. Só para não parecer que o que o conselho pedindo não foi acatado. **PRESIDENTE:** Ok, Claudinha. Obrigado pelas considerações. Tem uma inscrição do Conselheiro Darci, por gentileza.

DARCI, COGEMAS: Darci, Cogemas. Então, Presidente Jaime e Claudinha, veja bem, eu acho que é muito importante essa proposta que a Patrícia está trazendo, dos 934 mil do Aproxima (Suas), incorporando ele no Piso Mineiro e imediatamente mandando para que a CIB possa também pactuar no plano de aplicação deliberado posteriormente, voltando aqui para a gente, para o CEAS, não é? E que a Sedese faça um pleito desse valor da Fazenda. Como você disse que ele não é garantido, mas a garantia de nós termos eles aqui já aprovado, isso para nós – e principalmente para os 853 municípios, sendo ele voltado para o Piso Mineiro – é muito importante para nós. Eu acho que quem sabe amanhã os ventos voltem a soprar novamente com bons olhos para nós, para Minas Gerais com uma arrecadação maior, e que a gente tenha essa garantia. E essa garantia

fica tendo ela aqui aprovada pelo CEAS. Eu concordo plenamente com o que a Vice-presidente Patrícia está trazendo como proposta, assim como a Joanita também colocou nessa mesma direção. A Sandra e muitos outros conselheiros. Então eu também concordo plenamente com isso aí, que seja colocado para que a gente possa votar e inclusive avançar um pouco mais, porque nós estamos ainda no primeiro ponto. E eu, daqui a pouco, infelizmente vou ter de me ausentar. Já tenho um compromisso às 17h30, então eu gostaria que se nós pudéssemos avançar um pouco mais, para que a gente possa contribuir e participar. Obrigado, presidente. **PRESIDENTE:** Ok. **CLÁUDIA, SEDESE:** Assessoria é quem? É a Natália? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Isso, Claudinha. É a Natália. **CLÁUDIA, SEDESE:** Ah, está bem. Eu vou responder no chat para não interromper a lógica aí, não é isso? **PRESIDENTE:** Mas pode responder a Natália. **CLÁUDIA, SEDESE:** É igual eu falei, Natália, o conselho vai fazer a proposta deles. Se o conselho tem o entendimento que isso é importante, a gente... Eu entendo que não fortalece e não é uma negação, que tem muito poder para a gente poder negociar na Seplag, é um recurso... É aporte, vai ser entendido como aporte de recurso porque o piso já é fechado nos 54 milhões, tem base de cálculo e tem resolução. Mas o conselho pode propor o que ele entender, mesmo porque ele vai aprovar a proposta em cima das proposições que eles fizerem. A gente faz essas ponderações porque a gente entende que não vai surtir efeito no resultado, ainda mais em cima de um recurso que a gente vem conseguindo fazer o pagamento dele integral, que foi uma luta muito grande. Eu não sei se ele vai acrescentar alguma coisa na negociação junto à Seplag, mas o conselho, pode fazer a proposta que ele entender. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Claudinha. O Conselheiro Irajá, por gentileza. **IRAJÁ, APOINME:** Eu não pedi a fala não. É que me chamaram, aí eu coloquei "não estou aqui", só que foi só isso. **PRESIDENTE:** Então, conselheiros, como faremos? Existe a proposta, eu não sei por parte da Sedese, por parte dos conselheiros, falta algum esclarecimento ou algo assim? Ou como podemos proceder esses encaminhamentos? A Conselheira Patrícia passou duas propostas de encaminhamento: manter o Aproxima Suas ou realocar os 934 mil do Piso Mineiro. Gostaria da manifestação dos conselheiros, é que de fato esse tema todo já foi discutido na plenária, na reunião em conjunto na data de ontem, e hoje nós deveríamos debruçar apenas nas deliberações. Então eu não me lembro se essa era uma das deliberações aprovadas pela comissão em conjunto ontem? **PATRICIA, CRESS:** Presidente, ontem não aprovada nenhuma deliberação. No final eu até falei, propus que a gente fizesse os encaminhamentos e tal, mas acabou se perdendo. Então a gente fez as discussões, aí hoje a gente está no ponto dos encaminhamentos. Aí repito: a gente não pode voltar a todas as discussões de ontem, são 16h54. **PRESIDENTE:** Não, pois é. Por isso que eu estou achando que a nossa reunião de ontem, nós deveríamos já ter feitos os encaminhamentos ponto por ponto, não é? É que foi... Enfim. Porque agora a gente voltar e fazer aprovações, ou enfim, que temos que pautar os encaminhamentos. Eu fico até aguardando se alguém tem alguma consideração para poder fazer, alguma proposta, alguma outra, um outro encaminhamento. Porque, de fato, a logística assim fica um pouquinho comprometida. Isso, eu sei. Eu estive também na plenária das 13h30 às... Eu queria só saber se, por parte da Sedese que propôs o programa, tem alguma proposta? Ninguém da Subas para poder... **CRISTIANO, SEDESE:** Desculpa, Jaime. Eu não consegui ouvir. Você pode repetir, por favor? **PRESIDENTE:** A Patrícia fez duas propostas. Uma de manter o Aproxima Suas como apresentado pela Sedese e a outra é eliminar... Eu não diria eliminar, mas seria não permanecer mais o... Eu não sei como é a terminologia correta, de poder realocar esse recurso do Aproxima Suas para o Piso Mineiro. Ou seja, isso iria acabar com o Programa Aproxima Suas. Aí para que seja pactuado pela CIB e, posteriormente, deliberado pelo CEAS. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** E a do Daniel? A proposta do Daniel? **PRESIDENTE:** Isso. Qual foi a tua proposta, Daniel? Eu estou tentando resgatar aqui, mas eu não estou conseguindo localizar. Por gentileza, Daniel. A tua terceira proposta. **DANIEL, MNPR:** A minha proposta é que, já que vão ser somente 46 municípios a serem contemplados no ano que vem no Aproxima Suas, que sejam incluídos os municípios de porte I, II e III como prioridade. Porque eu estou muito preocupado com essa questão, por quê? Muitas das vezes a gente vê, na hora da prestação de contas, os municípios de porte pequeno recebendo valores

muito abaixo do que eles estão necessitando. Eu acho que está na hora de colocar isso, pelo menos nesse Aproxima Suas, como prioridade para que eles possam receber um valor um pouco maior do que eles já estão recebendo atualmente. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Jaime, eu estou totalmente confusa. Desculpa a minha ignorância assim, mas primeiro falou tudo o que tinha que falar, depois é Piso Mineiro, depois é o Suas aí. O dinheiro está lá, então nós estamos discutindo para quê? Para fazer o quê com esse dinheiro? Para quem tomar conta desse dinheiro? Para quem dividir esse dinheiro? Porque para mim está assim, até agora falaram, falaram e não cheguei à conclusão nenhuma. Eu. Não sei se é porque é a minha primeira vez que eu estou sendo conselheira e estou aprendendo ainda, mas estou tendo muita dificuldade para aprender e entender isso. Falou da Casa Lar, que ia de sete mil para oito mil. Se tem os oito mil, ela vai ter que prestar conta do que ela fez dele, não tem? Então porque ficar discutindo se são sete ou se são oito? Se deu oito, ela vai ter que prestar contas. Se não tem oito, presta do sete, ou ela pediu oito para chegar no sete. Eu entendo assim, não sei... A minha ignorância como esse negócio aí de orçamento. É muito complicado. E fica só assim, entre quem entende. São três ou quatro pessoas só que entendem isso. Aí fica cansativo para a gente e eu fico sem entender. Nós estamos brigando por causa de quê? Quem vai tomar conta do dinheiro? Como vai ser dividido? O que é, afinal de contas? Está tudo confuso para mim. Desculpa, está bem, gente? Mas eu sou... Quando tem que falar, eu falo mesmo, que eu sou usuária, eu sou o povão. Eu sou o povão. Eu não tenho coisas bonitas para falar, mas eu quero entender. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira Anédia. O Conselheiro Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Pessoal, boa tarde. É o que eu falei no início, também eu achei que... A gente fez toda uma discussão ontem, cansativa, fomos ficha por ficha trazendo todas as informações e aí acabou que a gente entrou na primeira ação e misturou com um monte de coisas e ficou realmente complicado. Então eu acho que a gente precisa ser mais objetivo e focar melhor assim, nas coisas, porque senão a gente não dá conta desse tanto de informação. Eu queria só fazer uma defesa por manter a ação da maneira como ela está, porque é uma ação que já foi iniciada nesse ano de 2020, a gente fez um planejamento que inclusive foi todo apresentado no CEAS. É uma ação importantíssima que é para municípios de pequeno porte, não é só capacitação, é aquisição e RH também. Então eu defendo que se mantenha a proposta do jeito que ela está e a gente busque outras alternativas para essas questões, que são muito importantes, que estão sendo trazidas aqui e que já são de discussão já de muito tempo no CEAS. Eu acho que é importante fazer essa discussão, mas para a gente ir pensando em outras estratégias porque essa ação eu defendo do jeito como está, porque é uma ação voltada principalmente para os municípios de pequeno porte em regiões muito vulneráveis do estado e que precisam de uma ação prioritária, que foi essa defesa que a gente fez ontem, e que a Ana Cláudia recuperou hoje. Então a defesa que eu faço é de a gente manter o foco, porque senão a gente não vai conseguir avançar. Então a minha defesa é pela manutenção da ação da maneira como ela está. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado Conselheiro Cristiano. Finalizando então, vamos... Conselheira Patrícia pediu para esclarecer. **PATRICIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Então, Dona Anédia, Daniel. Eu vou tentar esclarecer um pouco a discussão. A Sedese está apresentando uma proposta de plano de ação governamental, o PPAG, para utilizar os recursos que vem para a assistência social no ano que vem. A proposta, nesse ponto, é de que vá recursos para um programa de governo chamado Aproximação Suas. A meta física é alcançar 46 municípios e aí o Cristiano acabou de fazer a defesa. A outra proposta que eu estou fazendo é que esse recurso da fonte 71, 934 mil, que vá para o Piso Mineiro. O que é o Piso Mineiro? Ele é um recurso criado em lei e destinado para os 853 municípios. E aí, ano que vem, no início do ano, a gente vai votar o plano de aplicação desse recurso. E aí, ano que vem, a gente pode discutir se esse recurso vai para os municípios de porte I, porque tem município de porte I, por exemplo, que ganha uns R\$ 4 mil ou até menos. O Cogemas pode me falar esse dado aí, a Sedese também. Então tem município que ganha um cofinanciamento do Piso Mineiro muito pequenininho. E aí, o Piso Mineiro cofinancia o quê? A assistência social, o Sistema Unico de Assistência Social, os serviços tipificados. Ele cofinancia o Cras, que é a porta de entrada da assistência social. Ele cofinancia o PAIF, que é o serviço de acompanhamento

familiar. Ele cofinancia o Creas, o Paefi, é todo o Suas. E aí o gestor municipal pode ter a autonomia para falar: “Olha, esse ano eu preciso desse recurso para comprar cesta básica para os usuários”. Ou então: “Não, eu já tenho um recurso para cesta básica, então eu vou utilizar para contratar equipe técnica para o PAIF, para fazer o acompanhamento das famílias”. Então o Piso Mineiro, pela lei, é flexível e ele é para os 853 municípios. Mas aí, no ano que vem, a gente discute: “Esse recurso vai para o quê? Para o município de porte I, II?”. Enfim, espero ter sido clara. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Patrícia. Realmente a temática é muito complexa também. Quem está inscrita também é a Conselheira Haiandra, por gentileza. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Eu acho que os dois pontos de vista, tanto de manter quanto de ir para o piso, são fundamentais. Considerando a real situação, que nós temos a carência dos municípios de porte I. Só que eu vejo, eu lendo o material esses dias, quase 80% do Piso Mineiro que os gestores utilizam, a finalidade do Piso Mineiro em município de porte I, quase 80% utiliza para benefício eventual. Poucos municípios utilizam para outras ações. E benefício eventual em município de porte I, raridade, por exemplo, você ver a concessão de auxílio natalidade. É muito direcionado para auxílio funeral, que o prefeito municipal poderia muito bem financiar um auxílio-funeral, por exemplo, pelo FPM. Então eu, conversando com outras colegas de trabalho, é raro ter algum gestor que direcione esse Piso Mineiro em município de porte I para contratação de uma equipe, para pagar uma equipe, por exemplo, para a vigilância socioassistencial que isso não existe em município pequeno. Para cofinanciar, por exemplo, equipe de proteção de média complexidade para aqueles que estão desprotegidos pelo Creas, pela proteção de alta complexidade, alta e média. Então, do meu ponto de vista, é como eu disse anteriormente: não é só de recurso, de dinheiro, na questão de que vai resolver o nosso problema. A gente precisa de dinheiro, isso é claro e é óbvio. Mas a gente também precisa de suporte técnico, de orientação. Nós, equipe, recursos humanos de porte I, a gente quase não tem oportunidade de estar perto desses debates como vocês estão, de participar de comissões, de CIB. Nós ficamos muito distantes. Então o nosso fazer profissional fica muito naquilo de atender usuário, de não dar conta da demanda, de conceder benefício eventual e os usuários até confundem o que é benefício eventual, que tem outros gestores que consideram que benefício eventual é cesta básica com o Piso Mineiro. Então assim, eu acho que é a hora de nos dar condição também, de dar capacidade de entender melhor o funcionamento do Suas, a política do Suas, nos capacitar. E a palavra já diz: Aproxima Suas, é nos aproximar, é aproximar o estado de municípios de porte I. Outra questão também que eu bato na tecla sempre: a gente falta gritar em município de porte I, é transporte. Então assim, para nós, o Programa Trajetória Para a Autonomia e o Aproxima Suas, tem tudo a ver com a nossa realidade, do que a gente necessita. Porque eu vejo as pessoas aí discutindo muitas coisas, que quando vai ver no final de tudo, quem se beneficia muito mais são os municípios maiores. E nós nos beneficiamos muito pouco. Então assim, eu acho que se manter da forma que está, muitos municípios que foram selecionados... Se estão 43, são poucos? São poucos, mas se são selecionados, tem uma justificativa. Por quê? Tem o menor IDH do Estado de Minas. Imagina como é que não são as famílias desse lugar. Do meu ponto de vista, eu voto a favor de permanecer da forma que está, para que... E ainda com um olhar, com a prioridade para município de porte I. A gente precisa do valor, se não tiver outra forma, outra medida, se aumentar o valor do Piso Mineiro, ótimo. Mas se continuar o projeto da forma que está, para nós, que estamos infelizmente inseridos nesse IDH – que é infelizmente – se formos selecionados é porque o nosso município necessita, tem um IDH baixo, eu acho que do jeito que está foi porque nós participamos de reuniões e nós colocamos as nossas principais demandas. E isso foi feito de acordo com os nossos relatos das dificuldades que nós vivemos em município de porte I. Me desculpa porque eu acho que isso é mais um desabafo do que, abertamente, um posicionamento mais técnico com a discussão que está sendo feita. **PRESIDENTE:** Obrigado, Haiandra, pelas suas considerações. E acho que justamente é nesse sentido mesmo que foi feito tanto a defesa pela Cláudia, que a gente conhece programa e tem olhar. Mas, vamos fazer a proposta de votação? As duas (áudio ruim) [03:09:25] ou as três propostas. Eu não entendi a síntese da terceira proposta. **DANIEL, MNPR:** Senhor presidente, eu gostaria de retirar, suprimir a

minha proposta. Deixa só as duas. E eu acho que seria interessante fazer uma votação de uma e da outra, e que vencer é que a vai ficar. Porque as duas estão contemplando, só que de maneiras diferentes, segundo o que eu entendi pela fala da Patrícia.

PRESIDENTE: Mas eu acho que a proposta da Patrícia é a supressão do recurso do Aproxima Suas e transferência dele para o Piso Mineiro. Foi isso, não é? **PATRÍCIA, CRESS:** É, a proposta é colocar esses recursos da fonte 71 no Piso Mineiro. E aí o Aproxima pode ser feito via pleito, outras estratégias da Sedese. Minha proposta não é acabar com o programa não. É porque, colocando dessa forma, desvirtua um pouco.

PRESIDENTE: Não, mas é que aí ele vai ficar sem recurso algum, não é? Concorde? Ele ficaria sem recurso, então ele não... Correto? Então podemos colocar em votação? São esses dois pontos: a proposta 1 é manter o Aproxima Suas como o apresentado pela Sedese e a proposta 2 é colocar os 934 mil do Aproxima para o Piso Mineiro, a ser pactuado pela CIB, pela aplicação e que a Sedese faça o pleito do valor na Fazenda. O Lucas perguntou se há um prazo para aprovação dessa matéria. Gostaria de saber, pela Subas, qual é o prazo determinado. Isso o Lucas perguntou duas vezes. Desculpa, Lucas, eu não tinha... **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu também não vi, Lucas. Desculpa. Eu vou consultar a data certinha para você. Tem sim, normalmente, é até agora, final de agosto. Mas tem um cronograma sim, só um minutinho que eu vou dar uma conferida nele aqui. Aí eu te passo a resposta aqui, a data certinha. Que ele é feito em cima de cronograma, porque ainda vai para a Assembleia. Só um minutinho. Jaime, pode ir andando com os encaminhamentos aí, porque eu vou fazer a consulta com o pessoal lá do orçamento.

PRESIDENTE: Está bem. Podemos colocar em tela? A proposta 1 seria para... Vai ser feita uma votação no sentido... Existe o aprovado, reprovado e a abstenção, não é? Pode chamar a tela de votação para nós criarmos o título dali. O encaminhamento seria manter a proposta original da Sedese, não é? A primeira proposta. E aí, a segunda votação deve ser o encaminhamento do... Caso seja reprovada a proposta da Sedese, ele automaticamente considera-se aprovado o encaminhamento dos recursos do Aproxima Suas para o Piso Mineiro, para ação do Piso Mineiro. Pode ser assim? **DANIEL, MNPR:** Só para eu entender então. Vão ser duas propostas. A da Patrícia, e a de deixar 144 mil no Aproxima Suas. Correto? **PRESIDENTE:** Não é essa a proposta. A proposta que foi apresentada foi... **DANIEL, MNPR:** Manter o Aproxima Suas como apresentado pela Sedese... **PRESIDENTE:** Manter o Aproxima Suas como apresentado pela Sedese e colocar os 134 mil do Aproxima para o Piso Mineiro. Essa é a proposta da Patrícia. Certo? Na votação, manter do PPGA 1, manter o Programa Aproxima Suas. Deixando bem claro para os conselheiros que a aprovação do programa permanece como está e a reprovação fica como a realocação dos 934 mil para o Piso Mineiro. Estão todos os conselheiros satisfeitos, esclarecidos? **DANIEL, MNPR:** De acordo, senhor presidente. **PRESIDENTE:** A Haiandra tem uma inscrição antes. Haiandra, por gentileza. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Oi. Está ouvindo? É que com relação à segunda proposta, caso o Aproxima Suas seja aprovado, tudo bem. Mas, se não for, vai ser a segunda proposta. Mas, nessa segunda proposta, vai dar ênfase para priorizar os municípios de porte I? I e II? Parece, conforme a Patrícia falou anteriormente. **PRESIDENTE:** É a instrução que se faz na CIB, não é? Aí teria que... Volta o recurso para a pactuação, aí é pactuado na CIB, a instância de pactuação de partilha dos valores. Já estão com a proposta colocada, não é? E cadê a tela? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Vocês estão vendo a planilha ou não? **PRESIDENTE:** Não. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu posso dar um esclarecimento? **REGINA, SEC. EXEC. CEAS:** Não. **PAULA:** Ângelo, você tirou sua projeção? A Adelmira, não é? Adelmira que estava projetando. **DANIEL, MNPR:** Só para deixar claro, gente. Esse "não" é porque a gente não está vendo a apresentação da Paula, está bem? Não é quanto a esse esclarecimento que alguém ia pontuar não. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu posso? **PRESIDENTE:** Pode. **CLÁUDIA, SEDESE:** Haiandra, essa questão da garantia do recurso para os 73 municípios em uma participação de CIB, a garantia mesmo desse recurso para os 73 municípios com menor IDH, está dentro da ação do Aproxima Suas, porque o programa foi feito para isso. Para além do recurso no piso, ele ainda vai para uma pactuação. Então se a sua pergunta foi com a intenção de preservar os 73 municípios, ele está garantido na questão da ação onde ele está contemplado, que aquela ação ali foi

específica para os municípios de menor IDH. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Certo. Eu me inscrevi, eu posso só fazer uma última colocação antes da votação?

PRESIDENTE: Claro, pode sim. **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Eu compreendi, Claudinha, mas é porque se de fato essa proposta fosse já consolidada para CIB dessa maneira, mesmo assim eu continuaria votando a favor da permanência. Por quê? Considerando que o olhar seria voltado – ainda sim que esse recurso fosse para o Piso Mineiro para os municípios de porte I – nós enfrentamos no porte I uma velha política muito grande, de infelizmente pessoas que ocupam o cargo de gestor de assistência, às vezes a pessoa que não é da área de assistência social porque é um cabo eleitoral do prefeito. E só do recurso estar no Piso Mineiro, mesmo focado para os municípios de porte I, não garante que ele vai ser utilizado pelo gestor que vai estar na ponta, de fato, com o real objetivo que a gente está pensando aqui. Por isso que eu defendo que permaneça porque eu acredito que quando profissionais da área vão pensar de que maneira esse recurso vai ser melhor direcionado para os municípios dentro da sua necessidade, de algo que nós já relatamos anteriormente, ele tem uma maior chance de ter um resultado positivo do que simplesmente ser colocado lá na conta do Piso Mineiro para continuar sendo usado só para benefício eventual de forma equivocada na compreensão do que é benefício eventual. **CLÁUDIA, SEDESE:** Mas é isso o que eu estou dizendo. Eu concordo também com ele na ação da Aproximação. **JOÃO, SEPLAG:** Claudinha. Eu posso só reforçar o argumento da Haiandra também? A gente faz esse acompanhamento da ação específica, por que é importante a gente ter essa ação da Aproximação Suas e ela com o recurso destinado dentro dela? Essa ação tem todo um planejamento hoje, toda a seleção dos municípios foi pautada no IDH, então foi feita a priorização de 73 municípios. A gente tem esse número, se eu não me engano, de 43, para 2021, mas é importante que a gente tenha esse recurso atrelado dentro da ação, gente, porque todo planejamento da ação pressupõe a disponibilidade do recurso. Se a gente alocar esse recurso dentro da ação do Piso Mineiro, a gente perde a garantia, e até a questão do timing mesmo, de que eu vou conseguir executar o recurso dentro do planejamento da ação. Porque a gente alocou ele em uma outra ação em que você não tem essa vinculação com o objeto da ação específica. Dentro da aproximação, o recurso já está com destinação garantida. O objetivo do recurso é aquisição de veículo, contratação de equipe. Então eu já estou carimbando que a minha destinação do recurso, dentro dessa ação, é para esses municípios e com essa finalidade. Se a gente alocar esse recurso dentro do piso, a gente perde todo esse planejamento que está estruturado pela equipe dentro da ação e fica dependendo que cada município, de forma individual e por conta própria, faça essa alocação de recurso de maneira condizente com a Aproximação Suas, com o planejamento da ação da aproximação. Se a gente aloca o recurso dentro da ação do *Aproximação*, a gente já coloca o recurso dentro do planejamento estruturado. Então assim, apesar de a gente não matar a ação, a gente corre um risco muito grande de que o recurso não ocorra no timing (tempo) adequado da execução da ação e nem que ele ocorra nos objetos adequados para a execução da ação. Então assim, eu acho que seria muito importante a gente manter a execução do recurso dentro da ação. Essa é só a minha contribuição. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, João Victor, pela tua colocação. Da Haiandra também. Vamos então para a tela de votação. Esclarecendo: nós vamos votar no primeiro ponto do Aproxima Suas. Manter a proposta original da Sedese. E, votando contrário, o recurso destinado ao Aproxima Suas será destinado ao Piso Mineiro. Então, em regime de votação. Como vota, pela Sedese, Jaime Starke? Ele aprova por manter a proposta original. Como vota o Conselheiro Cristiano, da Sedese? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprovo manter a proposta original. **PRESIDENTE:** Como vota a Conselheira Sílvia? Sílvia? Eu vou pular ela. Como vota o Conselheiro João Victor, pela Seplag? **JOÃO, SEPLAG:** Manutenção da proposta original. **PRESIDENTE:** Como vota a Vilma? Vou pular também. Como vota o Conselheiro Silvestre Dias, pela Secretaria da Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu voto pela manutenção da proposta da Sedese, é o mais lógico. **PRESIDENTE:** Ok. Pela Seapa, não se encontra presente. Como vota o Aloísio Júnior, pelo Cogemas. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** José Darci. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Reprovo... Eu estou de volta. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Está de volta? Reprova. **PRESIDENTE:** Por gentileza, qual é o teu voto, Aloísio?

COGEMAS: Reprovo. Reprovo. Vou votar junto com a proposta da Patrícia.

PRESIDENTE: Como vota o Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas, conselheira Haiandra? **HAIANDRA, CMAS NOVO ORIENTE DE MINAS:** Manutenção da proposta da Sedese. **PRESIDENTE:** Ok. Como vota a Conselheira Sandra Costa, pelo Conselho de Montes Claros? Conselheira Sandra? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Ah, desculpa. Estava desligado. Reprovo. **PRESIDENTE:** E como vota a Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suassuí e Pitangueiras? **DANIEL, MNPR:** Presidente, o senhor pulou a Anédia. **PRESIDENTE:** Ah, me desculpa. De desculpa. Como vota a Conselheira Anédia Farias, pelo Fórum dos Usuários do Suas? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu continuo como está. Eu aprovo. **PRESIDENTE:** Oi? Aprova. Como vota a Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suassuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Reprova. Pela manutenção como a Patrícia falou. **PRESIDENTE:** Como vota a Federação das Apaes? A Natália Lisce Diniz. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Reprova. Como vota a Federação das Associações sem Fins Econômicos? Opa, desculpe. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Seria o Élerson. **PRESIDENTE:** Isso. Como vota o Conselheiro Élerson da Silva, pela Cáritas Brasileira? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Ele não estava presente. Vamos ver se ele voltou. **PRESIDENTE:** Não se encontra? Como vota o Conselheiro Márcio Caldeira, pela Associação Profissionalizante dos Menores – Assprom? **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela reprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Como vota o Lucas Silva, pelo Conselho Central de Curvelo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Me abstenho, presidente, visto que minha pergunta não foi sanada. **PRESIDENTE:** Ah, sim. A pergunta do... **CLÁUDIA, SEDESE:** Lucas, eu estou tentando, viu? **PRESIDENTE:** Do prazo, não é? Correto. Como vota a Conselheira Patrícia Gomes? Pelo Conselho Regional de Serviço Social. **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação da proposta de ir para o piso. **PRESIDENTE:** Não, ou aprova... O tema estaria... **PATRÍCIA, CRESS:** Ah, desculpa. Eu reprovo, porque eu sou a favor de ir para o piso. **PRESIDENTE:** Certo. Como vota a Gabriela de Almeida Loiola, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela reprovação. **PRESIDENTE:** Os demais estão em vacância, vamos ver se teve alguém que retornou dos que foram chamados. Élerson? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** O Élerson será que voltou? Acho que era só ele que faltava. **PRESIDENTE:** E tinha mais alguém lá... A Vilma. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A Vilma. A Vilma também não manifestou. Eu acho que é só. **PRESIDENTE:** Então está. Então vamos ao resultado. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Então vamos ver. Nós temos seis pela... Cinco pela aprovação aqui, mais nenhum de cá. Mais um aqui. Então nós temos seis pela aprovação e seis, mais um, sete pela reprovação. **PRESIDENTE:** Ok. O próximo ponto. **PAULA, S SEC. EXEC. CEAS:** O outro vai ser se vai para o piso? **PRESIDENTE:** Não, já está automaticamente. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Esse aqui já está eliminado, não é? Então agora é a apresentação? Ok. **PRESIDENTE:** Continuando então. Qual seria o próximo ponto, a próxima ação, Claudinha? Cláudia e o superintendente pela... **CLÁUDIA, SEDESE:** Tem que colocar aí para a gente ver, Jaime, qual é a próxima... Ah, já colocou. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** **CLÁUDIA, SEDESE:** Ação de capacitação **CLÁUDIA, SEDESE:** Então agora é a ação da capacitação. A gente precisa avaliar qual foi a proposta dos conselheiros na ação 4129, para a gente fazer as considerações. Qual foi a proposta do conselho? Caiu, gente? Ou é silêncio mesmo? Tem que ter uma pessoa aí dizendo para a gente as propostas do conselho. **DANIEL, MNPR:** A Patrícia está inscrita. **PRESIDENTE:** Conselheira Patrícia, por gentileza. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. A secretaria executiva tinha feito uma súmula ontem, que foi apresentada no início, com as discussões que foram encaminhadas. Talvez facilitasse para poder apresentar quais foram as discussões de ontem. Pelo que eu me recordo, a ação 4129, de capacitação e apoio técnico para o Suas, a gente discutiu muito no sentido de garantir a manutenção do previsto no atual PPAG com a meta de seis mil trabalhadores, gestores e conselheiros. Mas é importante resgatar a discussão de ontem com a súmula. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Patrícia. **CRISTIANO, SEDESE:** Na verdade, o que eu ia propor era justamente para ver lá qual foi a contribuição para a gente poder dar agilidade a esse objetivo, por causa do tempo. E aí, já me antecipando, fazendo a defesa do que a gente apresentou ontem, de que fosse mantido da forma como está porque já prevê a quantidade

de trabalhadores já pensando no ano que vem naquilo que está previsto. Então é a manutenção. **PRESIDENTE:** Conselheiro Sávio, por gentileza. **SÁVIO, CMAS/BH:** Essa ação, no correspondente aqui nas deliberações da conferência que seriam duas, principalmente: “fortalecer os conselhos na sua função de controle e na capacitação de avaliar os serviços do Suas, PAIF, serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. Avaliação. Prestação, benefícios de prestação continuada - BPC, por meio de mais investimento e apoio técnico, bem como criar canais de escuta dos usuários”. Então essa é uma deliberação de conferência dessa ação, a mais importante. Estou resumindo aqui, gente. Não estou com aquela quantidade mais não. Estou resumindo ao máximo aqui para ver se contempla aí. É um fortalecimento de controle, não é? Na perspectiva da avaliação da capacidade de avaliar serviço. Seria uma educação permanente nessa perspectiva, não é? Apoio técnico. Reuniões com os usuários, aumentar a capacidade de escuta. Quem recebe o serviço é quem tem possibilidade de avaliar a utilidade do que está sendo ofertado. É um princípio que a gente tem que começar a introduzir. Achei importante essa deliberação. Capacitar trabalhadores para isso, não é? Nessa relação útil com o usuário. Útil para o usuário, útil para o trabalhador e útil para a política. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Desculpa, eu não sei se já concluiu, porque caiu a minha ligação aqui. **SÁVIO, CMAS/BH:** Já. Não, eu já concluí. E só tentando explicar mais aqui o sentido dessa deliberação, não é? Ela vem de encontro ao aumento da capacidade do usuário avaliar o serviço ao qual ele pertence. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** Uhum. Existe alguma proposta contrária a ação proposta pela Sedese ou podemos manter como ela está? **SÁVIO, CMAS/BH:** Eu acho que tem que explicar melhor, porque isso aqui é uma novidade. Você fala em educação permanente, fala em capacitar trabalhador, usuário, etc, para atuar na política, mas isso aqui é uma ação nova. Essa atuação, na avaliação, requer uma certa especificidade na educação permanente, na direção do apoio técnico. E que é muito importante para a política. **PRESIDENTE:** Desculpa, Patrícia. É que quando eu caí, sumiram todas as questões do chat. Então é a Patrícia inscrita, não é? Por gentileza, o próximo seria... **PATRICIA, CRESS:** Eu não estou inscrita não. A inscrição que estava era a anterior, que eu já falei. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Não, porque apagou. Então seria o Cristiano e depois a Suzane, não é? **CRISTIANO, SEDESE:** Eu já falei também. **PRESIDENTE:** Então a Suzane, por gentileza. **SUZANE, DIRETORA SEDESE:** Boa tarde, pessoal. Só para complementar o que o Sávio falou, que é muito importante olhar as deliberações da conferência. Só explicar que na ficha que foi enviada para essa ação está previsto, como público dessa ação, trabalhadores, gestores e agentes do controle social, usuários, enfim, todos esses públicos são... Todos esses são públicos dessa ação, então ela está em consonância com essa deliberação da conferência. Aí, sobre o tema de avaliação, só sugeriria –como eu sugeri ontem – que o Plano Estadual de Educação Permanente seja discutido no Núcleo Estadual de Educação Permanente, então é importante que esses temas sejam levados para o núcleo. Só isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado. Não temos mais nenhuma inscrição e nenhuma apresentação de uma proposta, a não ser a do Cristiano, de manutenção da proposta original. Não tendo uma outra proposta, podemos então deliberar pela aprovação? Sem precisar até abrir a... Ou é necessário ter a tela de votação novamente? Como não é (áudio ruim) [03:37:40], podemos considerar ela aprovada, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente. **PRESIDENTE:** Pois não, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Registra (áudio ruim) [03:37:49]. **PRESIDENTE:** Eu sabia que você ia me dar um socorro, Lucas, porque (trecho incompreensível) [03:37:55]. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu gostaria de registrar a minha abstenção pelo mesmo termo da anterior. **CLÁUDIA, SEDESE:** Ô, Lucas, não. Deixa eu fazer, porque eu estou tentando escrever. O negócio travou, caiu. Deixa eu te dar o prazo para não perder essas contribuições. Na verdade, eu liguei lá na DTO, mandei mensagem, a gente já está dentro do prazo de encaminhamento. Mas como o limite saiu agora, a gente tem que mandar na semana que vem, está bem? **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Claudinha. **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu não consegui escrever e acabou que eu caí e só foi piorando. **PRESIDENTE:** Não é, Lucas? Lucas ou Conselheira Patrícia, por não ser resolução, pode ser feito na votação da forma do

contrário, não é? Se manifestem. Pode? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pode sim, presidente. É previsto. **PRESIDENTE:** Então está. Quem estiver contrário, que se manifeste. Senão a gente consideraria aprovado. Ok, aprovado. Próximo ponto, próxima ação? **CLÁUDIA, SEDESE:** Pode me dizer o que foi aprovado, Jaime? Que eu caí e me perdi aqui. E eu tinha uma consideração importante nessa questão do valor. Agora já passou, não é? **PRESIDENTE:** Foi aprovada a proposta da Sedese. Entendeu? **CLÁUDIA, SEDESE:** Ah, está. O valor que a gente colocou na ação 4129? Os 900 e poucos? Ah, está. Legal. É porque eu fiquei preocupada. Depois, mais para frente, eu vou explicar o porquê na outra ação, está bem? **PRESIDENTE:** Isso. Está bem. A próxima ação? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Próxima ação... **PRESIDENTE:** Alguém da Sedese. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Sedese? **PRESIDENTE:** Alguém da Sedese vai... **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Só explicando um pouquinho aqui, Jaime. A gente estava com uma apresentação. Ontem nós fizemos um compilado e mandamos para a coordenação dar uma olhada e houve alguns acréscimos. E como ficou assim, mais... Eu acho que ficou mais confuso, estou voltando para o original que nós fizemos ontem, porque eu acho que nela está mais claro as coisas que surgiram da reunião. Ok? **CLÁUDIA, SEDESE:** Caiu na 4130, que a gente está agora, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** O que é uma ação que não tem pleito? “Foi ressaltada a sua importância da sua manutenção”. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. É o que foi dito ontem, que você disse que não cabia pleito nessa ação, mas... **CLÁUDIA, SEDESE:** Ela não tem pleito. Entendi. Ela não tem pleito porque o orçamento dela está todo contemplado já, dentro do limite que a gente tem, que era a proposta e que agora foi efetivado, que o limite saiu, essa ação já está toda contemplada com o orçamento dentro do limite. Então, como ela está dentro do limite, não cabe pleito. É essa questão mesmo: manter ela como está, porque ela já está toda contemplada de acordo com os recursos necessários para a manutenção dela, como é o caso de Casa Lar e o Piso Fixo, o Piso Variável. As ações de serviços já estão todas com o recurso contemplado na íntegra, no orçamento, por isso que elas não têm pleito. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Claudinha. A Natália, da Federação das Apaes. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Natália, Federação das Apaes. Só um esclarecimento em relação à fala da secretaria executiva. É porque foi encaminhada a súmula, mas sem os encaminhamentos propostos na última reunião. Então foram acrescentados encaminhamentos discutidos na última reunião, que agora estão sendo votados e deliberados aqui. Inclusive, estão todos aptos a discussão e alteração caso os conselheiros entendam que sejam necessários. Mas, as inclusões foram feitas em relação aos encaminhamentos que estavam ausentes na súmula encaminhada. **PRESIDENTE:** Ok, Natália. Obrigado pelas contribuições. Conselheiro Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Na verdade, acho que já foi contemplado. Acho que a gente pode partir para a votação. **PRESIDENTE:** Alguma outra proposta? Mantém a proposta como está, pela Sedese. Então mantendo... Os contrários, que se manifestem. Senão, os que aprovam, permaneçam como estão. **DANIEL, MNPR:** Era isso que eu ia te propor, senhor presidente. **PRESIDENTE:** Isso, uhum. Então está aprovado. Próxima ação. Da Sedese, quem? **CLÁUDIA, SEDESE:** A proteção especial de alta, não é? **PRESIDENTE:** Isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Então não deveria diminuir o valor, garantir o teto dos anos anteriores. “Claudinha: deixar um recurso a mais no orçamento...”. Isso, então está bem. Garantir o teto dos anos anteriores. Na verdade, o que a gente tem que garantir é o pactuado na parceira. Isso, o que a gente combinou de passar para as entidades, está previsto no cronograma de desembolso, então eu não posso garantir teto de ano anterior não. Eu tenho que garantir o que está no cronograma de desembolso formalizados pelas parcerias. Então, se for deixar o valor – como eu já disse, deixei claro – vai deixar oito milhões, mas vai executar sete. E para além disso, a questão que a gente voltou na Casa Lar, que até achou que eu falei: “ah, mas tem que voltar, não pode fazer o que quer”. Quando a gente fez a distribuição do recurso e colocou o recurso, fez a proposta de colocar no Aproximação Suas, se a gente voltar o limite para os oito milhões, tem que ser no formato de pleito porque vai extrapolar o limite de 75 porque o recurso foi colocado na ação do piso. Está bem? Então, agora, se quiser voltar a ação para os oito milhões, tem que ser em forma de pleito. E um pleito desnecessário porque a gente não vai usar. O que

a gente precisa para pagar o nosso compromisso com as parcerias estão todos já previstos no orçamento. E não tem necessidade de pleito. Vai fazer um pleito que não vai usar. Entendeu? Vai perder a oportunidade de conseguir um recurso para uma outra ação e ficar parado, o orçamento parado, o crédito autorizado parado em uma ação que não vai ter execução porque a gente não precisa do recurso lá. Então o ideal é que se mantenha a ação como ela está, porque nela já está garantido tudo o que a gente pactuou com as entidades parceiras. **PRESIDENTE:** Ok, aprovado. Vamos então para a próxima ação? Piso mineiro de assistência. Existe alguma proposta de alteração ou mantém a proposta original? **CLÁUDIA, SEDESE:** Tem algumas considerações. Ah, mas a gente já vai votar, não é? O pessoal mesmo lê aí e já vota, não é, Jaime? **PRESIDENTE:** A Patrícia fez uma inscrição. Por gentileza, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** O que foi discutido ontem é no sentido de que é necessário a gente garantir, minimamente, o valor orçado atual que é de R\$ 83.278,000,00. Considerando aí que, historicamente, desde (áudio ruim) [03:47:02] incorpora as emendas parlamentares do orçamento futuro, não é? É uma decisão política do executivo. E também lembrando que é necessário incluir essa proposta da assembleia, o valor referente ao passivo do Piso Mineiro, a gente não pode esquecer essa luta nunca, não é? Eles não foram pagos até hoje. E daí, lembrando uma fala que eu fiz da aprovação da proposta do ano passado para o exercício desse ano, que a gente não aprovou o limite, a gente aprovou a necessidade, o que o Suas precisa. Então a defesa é um pouco nesse sentido. **PRESIDENTE:** Posso fazer uma colocação, Patrícia? Seguindo a mesma linha, como foi feito em 2019, poderia fazer esse reforço nos próprios “considerandos”, não é? O que você acha, Patrícia? **PATRÍCIA, CRESS:** Olha, tem que colocar na resolução os “considerandos” e aí vai aprovar uma proposta maior do que o limite. Igual foi na de 2019, o limite era de 53 milhões e aprovou 83 milhões. Então a proposta é que garanta minimamente o valor orçado atual, que é de 83 milhões, para a gente conseguir vir a emenda parlamentar. **PRESIDENTE:** Isso. Aí poderia ser da mesma forma como foi feito na proposta de 2019. **CLÁUDIA, SEDESE:** 2020. **PRESIDENTE:** 2020. Isso. Desculpa. Pode ser assim? **CLÁUDIA, SEDESE:** Pode, Jaime. É igual a Patrícia falou, eles colocam o que eles entendem, não é? Porque nós, enquanto Sedese, a gente pode trabalhar só com o limite. É o que (trecho incompreensível) [03:49:11] com os “considerandos” mesmo. **PRESIDENTE:** E eu concordo com a Patrícia que ele também é um instrumento político que serve para fomentar os pleitos. Eu acho muito importante, que a Patrícia colocou, para poder reforçar que uma solicitação de pleito é um instrumento importante, não é? Então a proposta seria de manter a proposta original. E aí, para poder reforçar isso no... Quem estiver de acordo, permaneça como está. Do contrário, se manifeste. Aprovado. Vamos para a próxima ação? Agora complicou, porque a tela ficou bem menor. Quem pode conduzir? **SÁVIO, CMAS/BH:** Gostaria de fazer uma proposta. **DANIEL, MNPR:** Ação 4113? **PRESIDENTE:** 4133 agora. **DANIEL, MNPR:** Apoio ao controle social, à gestão descentralizada do Suas. A Patrícia (áudio ruim) [03:50:49] manutenção e financiamento das atividades e o fortalecimento da atuação do Conselho Estadual de Assistência Social e apoiar e manter sua secretaria executiva, possibilitando o apoio aos conselheiros municipais de assistência social (áudio ruim) [03:51:03] garantir o funcionamento da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, e apoiar e manter sua secretaria executiva, fortalecer o controle (áudio ruim) [03:51:16] descentralizada e participando do Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio do apoio de instância de pactuação da liberação, representação e negociação existentes. Meta: 12 reuniões CEAS, 12 reuniões CIB (áudio ruim) [03:51:31], uma conferência a cada dois anos; dez encontros, fóruns e Urcmas, conforme (áudio ruim) [3:51:37]. A Patrícia pautou a meta para as conferências regionais; Suzane: 860 mil, 500 mil para a conferência, mais 360 mil para manutenção CEAS. Pleito: Valor que vamos solicitar à Secretaria da Fazenda, no caso, está entre parênteses, igual a 500 mil. Portanto, se conseguirmos o pleito, se o valor for liberado pelo governo, o valor total da conferência será de R\$ 1.000.000,00. Joanita: temos, para a manutenção do CEAS, 360 mil; para a manutenção das reuniões dos fóruns, Urcmas, CIB, a Sedese pedirá um pleito de 500 mil para as conferências, mas lembram que é garantia. Ano passado foi isso, para as conferências regionais acontecerem, a sociedade civil teve que entrar em cena. Lembrando que as conferências regionais estão garantidas na Lei

Suas-MG, temos uma proposta, um pleito de quase três milhões para o Aprimora Suas e um pleito de 500 – eu não sei o que são esses 500, se são 500 reais, se são 500 mil – para o controle social. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Daniel. **DANIEL, MNPR:** Tentei falar o mais rápido possível para não agarrar muito. **PRESIDENTE:** Conselheira Patrícia, por gentileza. Obrigado, Conselheiro Daniel. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Eu queria lembrar de todo o sufoco que a gente passou no ano passado para poder fazer as conferências. Fizemos só 11 conferências regionais e também conseguindo vaquinha para lanche, conseguindo doação da Assprom para poder colocar caneta na pastinha. Foi um mico muito grande, não tinha comida para todo mundo. Enfim. Quem era conselheiro ano passado, lembra. E quem participou da conferência, das regionais, lembra. Com muito esforço, muito sufoco, no final deu tudo certo. Ano passado a proposta era: conseguir 500 mil no pleito. Conseguiu? Não. Então, para a gente não passar o sufoco, ano que vem é ano de conferência ordinária no governo federal, então o Cnas vai convocar conferência. Então a proposta que seja R\$ 1.000.000, 00 para as conferências sem pleito. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Patrícia. Conselheiro Sávio, por gentileza. **SÁVIO, CMAS/BH:** Eu estava observando aqui, nas deliberações da conferência com relação ao controle social. Primeiro que tem uma deliberação aqui, importantíssima. Não, primeiro dizer que o recurso relativo ao controle social, é 1,1% da proposta orçamentária total. Aí você vê o absurdo da coisa. Um eixo básico da política, uma diretriz da participação e um recurso é realmente muito pouco. E eu percebi também que na descrição do custo não está o esforço que vai ter que ser despendido para organizar o fórum dos trabalhadores regionais, o fórum dos usuários regionais, o fórum das entidades regionais, não está posto isso aí. E uma outra coisa importante também são as reuniões descentralizadas do Conselho Estadual de Assistência Social. Esse aqui foi deliberado dessa forma: “promover reuniões descentralizadas do Conselho Estadual de Assistência Social”. É um pleito antigo, inclusive, absolutamente necessário, o conselho Nacional faz isso nas cinco sub-regiões do Brasil, todo ano, e a gente participa e acha muito interessante. Sempre aborda um tema importante, então é muito importante. O conselho estadual inclusive participa dessas reuniões descentralizadas. E é muito interessante, a gente tem várias regiões também. acho que tem que constar o curso disso aí. E outra coisa, as coisas que eu havia dito com relação à organização das Urcmas e dos fóruns, está mais ou menos colocado da seguinte forma: “estimular a implantação, estruturar, fortalecer e efetivar espaços de participação, como fóruns municipais (áudio ruim) [03:56:11] regionais, usuários, trabalhadores, entidades e Urcmas. Promover ações e eventos populares, possibilitando discussões, socialização de conhecimento e instrumentalização da sociedade civil, com o objetivo de difundir a relevância da participação no planejamento”. Na proposta anterior era: “difundir a relevância da participação na avaliação dos serviços” e agora é “na participação do planejamento”. Duas coisas fundamentais no controle para além do protagonismo do usuário. Então essas duas propostas, essa e a de promover reuniões descentralizadas, eu acho que teria que entrar aí, naturalmente vai ter que ter um aporte de recurso para essa parte aí. Eu acho que o déficit nessa ação, eu acho que tem que reconhecer. Uma política avançando, várias coisas para fazer, várias coisas sendo deliberadas e 1,1%. Eu fiz as contas aqui. 860 para 78.412. 1,8%. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Sávio pelas considerações. Conselheiro Lucas, por gentileza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, eu só queria reforçar a fala de Sávio quando ele trata da questão das reuniões descentralizadas. O Conselheiro Hugo não está aqui presente, mas eu vou fazer as vezes. Então é importante a gente... Já que é uma demanda antiga e que em todas as conferências é feita essa deliberação, repetidas vezes, então é importante trazer dentro dessa ação a realização das reuniões descentralizadas, sejam elas quantas forem e fora do âmbito da conferência regionalizada. É isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado pelas contribuições. Conselheira Cláudia? Conselheira Cláudia? **CLÁUDIA, SEDESE:** Desculpa. Estava falando de microfone fechado. Não, eu me inscrevi, mas eu não tenho consideração mais não. Eu me confundi aqui, mas já que eu estou aqui na fala, essa questão do recurso é pleito mesmo, porque aqui está que o pleito não tem garantia. Na verdade, o orçamento em si só tem que ser baseado em lastro financeiro, mas a gente sabe que quando se trata de recurso do tesouro, é de acordo com

a arrecadação de receita. Tanto tesouro quanto o governo federal, porque a gente usa muito o IGD-Suas e, se não vier, a gente não tem como executar. Então se a gente não tem, dentro do limite, o recurso previsto, a única forma de a gente conseguir o aumento é através de pleito. A gente fazer o pleito ou então lá na Assembleia. Então o pleito pode não ser garantia, mas se a gente não fizer, a gente nem demonstra necessidade. Porque a gente já pode distribuir, no nosso caso, o limite, mas vocês podem colocar o limite que vocês julgarem necessário. **PRESIDENTE:** Ok. O Conselheiro Cristiano se inscreveu. **CRISTIANO, SEDESE:** É bem rapidinho. Eu acho que assim, a gente fez essa discussão ontem também e aí eu queria que entendesse a minha fala, porque assim, entendo bastante a importância que tem da possibilidade de ampliação de recursos para o processo de conferência, envolvendo as conferências regionais e a conferência estadual, mas é só lembrar que no ano passado, alguns conselheiros não estavam aqui, a Patrícia fez um breve relato do que foi no ano passado, mas independentemente de como foi feito – isso é lógico, a gente teve muitos desafios que foram enfrentados – mas, eu me lembro que na discussão que a gente fez sobre a questão do recurso destinado para a conferência foi com base na dificuldade toda financeira que havia por parte do estado no ano passado e esse cenário, com recursos estaduais, ainda meio que se mantém, mas é porque também houve um esforço muito grande de tentar racionalizar uma parte desse recurso. Nós estamos falando de R\$ 1.000.000,00 é lógico que a conferência tem toda a importância do mundo, a participação, é o momento em que a gente vê ali a participação popular acontecendo, é um momento muito rico. Não estou falando em relação à importância. Nós estamos tratando aqui da questão do recurso e aí é sempre importante a gente pensar formas também de trazer o recurso necessário, mas também pensando em formas de racionalizar esse recurso para as ações, porque é um recurso que poderia ser destinado também para outras ações. A gente estava discutindo mais cedo a questão dos municípios de pequeno porte I, do Aproximação Suas, não quero retomar isso, mas é isso. É só para a gente pensar nisso também, que isso não impede um processo também de racionalização e de pensar também formas de conseguir parcerias para poder efetivar a realização das conferências. Obrigado. **DANIEL, MNPR:** Solicito questão de ordem, senhor presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Era o próximo inscrito também. **DANIEL, MNPR:** Já de dois minutos. **PRESIDENTE:** A palavra está à disposição, conselheiro. **DANIEL, MNPR:** Para (áudio ruim) [04:02:02] ainda tem (áudio ruim) [04:02:16] de modo extraordinário. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Daniel, você está com problema no áudio. **PRESIDENTE:** Está muito ruim a tua ligação, Daniel. Não sei se... **DANIEL, MNPR:** Está me ouvindo agora? **PRESIDENTE:** Agora sim. **DANIEL, MNPR:** Uma questão de ordem. O horário era até às 18 horas e já foi vencido. Eu gostaria de saber se a gente vai continuar até finalizar todas as pautas hoje, ou se existe a possibilidade de marcar uma plenária extraordinária para a próxima semana para que a gente possa finalizar, tanto essa questão dessas ações que foram pactuadas e também para debater a respeito das outras pautas. **PRESIDENTE:** Ok. Eu não sei quantas ações ainda faltam, porque esse ponto é... **CLÁUDIA, SEDESE:** Posso sugerir? Toda hora eu faço isso, desculpa. Toda hora eu não me inscrevo. Espera aí. **PRESIDENTE:** Está bem. Falta pouco, a Patrícia colocou que falta pouco. Inscrição da Cláudia. **CLÁUDIA, SEDESE:** Gente, desculpa. Toda hora eu faço isso. Daniel, o melhor mesmo é a gente fazer a análise toda, está bem? A gente tem um prazo, igual eu coloquei aqui para o Lucas – que foi uma preocupação do Lucas – a gente já está usando o prazo-limite para encaminhar na Seplag, mas como o limite saiu agora, a gente tem no máximo até semana que vem. Então pode ser que a Seplag fale assim: “Precisamos do limite na terça-feira”, aí a gente não consegue. Como está faltando pouquinho e a gente, em outros momentos já até se alongou nas nossas reuniões, a gente conseguir concluir porque essa análise, essa avaliação do conselho, é muito importante. Então se a gente puder ir mais um pouquinho, eu acho melhor. **PRESIDENTE:** Ok, Cláudia. Só faltam três ações, pelo que a Patrícia colocou. Com relação a esse, o que está em discussão é o 4133, existe a proposta de manutenção e a proposta de ampliação, pela Patrícia. Eu ia colocar, deixar em um milhão, sem pleito. **SÁVIO, CMAS/BH:** Não, com pleito. Não, sem pleito é essa aí, mas a proposta minha é pleito de R\$ 2.000.000,00 para efetuar os fóruns de trabalhadores, usuários e

entidades e mais reuniões descentralizadas do conselho estadual. **PRESIDENTE:** Certo. A proposta extrapola os limites, não é, Cláudia? Os limites que a gente teria. É isso que... **SÁVIO, CMAS/BH:** (Áudio ruim) [04:05:18], presidente. **PRESIDENTE:** Pois não. **SÁVIO, CMAS/BH:** Pleito não tem limite. **PRESIDENTE:** Não, não. Estou dizendo que a proposta da Patrícia seria um milhão sem pleito. E aí, a sua proposta é com pleito, não é? Com pleito não teria problema, não é, Cláudia? **CLÁUDIA, SEDESE:** Na verdade, o conselho pode pedir. Nós vamos trabalhar com pleito no limite. Quando a gente fizer a proposta, quando a proposta for, a gente tem que encaminhar a proposta dentro do limite da Seplag. Para além disso, é pleito. Para que a gente consiga mandar com um milhão, se for considerar pleito, para gente mandar com um milhão a mais a gente tem que tirar de alguma ação, está bem? Se for na regra do limite. Mas agora, se a gente fez o pleito de 500 e é insuficiente e quer o pleito de dois milhões, também pode. É porque a gente trabalha com limite, mas o conselho pode fazer as considerações dele. O ideal seria aprovar nesse tanto. A gente sabe que vai com o valor para além do limite. Mas a gente, enquanto órgão, encaminhar para a Seplag, a gente só consegue colocar no Sisor até o limite do pleito. Então, para ir sem pleito, tem que tirar o recurso de alguma outra ação para a gente conseguir colocar ele dentro do Sisor. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Claudinha. Está inscrito a Natália, da Federação das Apaes. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Natália, Federação das Apaes. Nesse tópico aí, eu gostaria até de pedir um esclarecimento à Claudinha, porque, no meu entendimento, o CEAS pode fazer a proposta pensando na garantia da execução da conferência, e aí a Seplag aprovar ou não. Eu só queria entender os movimentos, porque, na verdade, é um papel do CEAS justamente fazer essa proposta para a Seplag pensando na garantia da execução da conferência. **CLÁUDIA, SEDESE:** Não, é isso mesmo, Natália. Eu posso responder direto quando for assim? **PRESIDENTE:** Pode. **CLÁUDIA, SEDESE:** É isso mesmo. O conselho pode pedir o que entende como ideal para a proposta, entendeu? Na hora que a gente for – nós, enquanto executivo – que a gente tem que lançar o recurso do limite, mas é igual a gente vai fazer com... Qual ação que a gente vai pôr no considerando, que a Patrícia falou? Ah, veio 52, a gente pediu 81. Pode sim, isso não tem problema não. Vocês podem colocar o valor de acordo com o que vocês acham necessário. A gente transforma em pleito porque a gente já vai com pedido de pleito. Se ele for como pleito, ele já vai como pleito. Se ele vai só como informação que o conselho julga enquanto necessidade, ele tem que ir lá na resolução com os “considerandos”. **PRESIDENTE:** E pode ir, Claudinha. Agora eu já vou falar no meio junto também. E pode, vamos supor, a garantia do valor e os demais, até os dois milhões, como pleito? **CLÁUDIA, SEDESE:** Pode. Pode pedir o pleito. A gente pode tentar mandar o pleito nesse valor. **PRESIDENTE:** Pode ser assim? Conselheiros. **CLÁUDIA, SEDESE:** Podemos pensar. **PRESIDENTE:** Os conselheiros estão de acordo que poderia ser dessa forma? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não compreendi, Jaime. **PRESIDENTE:** Pode falar, Claudinha. **CLÁUDIA, SEDESE:** É porque existe assim, Lucas, a gente tem as possibilidades: ou considera o limite que a gente tem, ou continua distribuído aí, ou continua considerando o limite e tira o recurso da fonte 71 de outra ação, é o que não cabe, ou então fazer o pleito na forma que a gente apresentou. Na forma que a gente apresentou, a gente pediu 500 mil de pleito, de fonte 71 – porque pleito a gente só faz com recurso do tesouro – e mais 500 com recurso federal. Se o conselho entende que o pleito deve ser de dois milhões, ele pode fazer proposta e a gente pode tentar. Mas, como diz aqui, pleito não é garantia. A gente pode não ter o pleito aprovado. Entendeu? Então a decisão é: vai na resolução, nos “considerandos”, que o ideal para a realização de conferências seria mais um milhão e meio, ou a gente já tenta mandar o pleito pedindo o valor de dois milhões. Os 500, mais um milhão e meio. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então tem um valor que já está previsto, que é garantido, e para pleito um outro valor? **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso. A gente já tem 500 mil garantido de fonte 56, que é recurso federal. Porque pleito a gente só faz em recurso do tesouro, porque o tesouro é que estipula limite. O tesouro é quem fala: “Você tem 75 milhões”. Então quando a gente quer para além, a gente faz na forma de pleito. Se quiser tentar o pleito, aí tem que fazer a solicitação. Aí tem que mandar para a gente, para a gente tentar o pleito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Entendi. Eu

acho mais razoável pedir um milhão, com o pé no chão, porque a situação econômica tanto do país quanto do estado, não vai ser favorável para isso não. **CLÁUDIA, SEDESE:** É. E é bom lembrar, Lucas, que a gente chegou a fazer pleito para conferência, a do ano passado, e a gente não conseguiu. A gente teve que fazer a conferência com recurso que tinha, porque eu acho que o entendimento foi para priorizar a manutenção dos serviços. A gente teve aquela questão de não ter a conferência nacional. Então foi uma batalha mesmo de todo mundo, da gente, do conselho, dos outros órgãos aí da assistência, do pessoal que defende a assistência aí. Foram várias pessoas trabalhando para conseguir recurso para fazer tudo o que tinha que ser feito, entendeu? Porque, da última vez, a gente não conseguiu o pleito. Mas a gente tem que tentar, que eu acho que o pleito tem que ser tentado sim. **PRESIDENTE:** Obrigado, Claudinha. Tem mais inscrição da Patrícia. Então a gente finaliza. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Claudinha, esse negócio de pleito, na verdade, é sempre muito difícil de entender para nós, mortais. Então eu queria te perguntar: o que é mais garantido para a gente conseguir recurso para as conferências, para as conferências regionais? Tem lá naquele quadro da LOA, eu acho que está 500 mil para o CEAS. Colocar lá um milhão e mais pleito, ou dois milhões, como o Sávio colocou. O que é mais garantido para a gente conseguir esse recurso para a gente não passar sufoco no ano vem com essa conferência? **CLÁUDIA, SEDESE:** O mais garantido para a gente conseguir recurso é ter receita, não é, Patrícia? Porque a gente está vendo que as vezes a gente põe o orçamento e a gente não consegue executar diante do cenário. A gente não tem como... A forma da gente conseguir recurso, esse é o roteiro mesmo, é o caminho mesmo. Você coloca o orçamento, aí no caso a gente colocou só a fonte 56 e fez os 71 de pleito, porque, como eu disse, fonte 71 tem que fazer pleito quando ele extrapola o limite. A gente tem que ter a leitura do limite, porque até o limite está garantido. A gente pode distribuir como a gente quiser. Quando eu falo limite é isso, está bem? Vocês podem trabalhar de outra forma. Ali, naquele limite, a gente pode distribuir de acordo com a necessidade. Como a maior parte do recurso que está ali é para serviços, a gente não consegue colocar, de cara, no orçamento. Por isso que a gente faz o pleito. De qualquer forma, como a gente faz a proposta orçamentária em cima de uma possibilidade de arrecadação de receita, quando ela não acontece, tanto o orçamento na LOA, como aquele que a gente fez em cima de pleito, a garantia deles é a mesma se tiver receita. Não tem uma forma de dizer que desta forma a gente consegue mais do que daquela. Mesmo porque o orçamento do fundo e a gente tem sempre priorizado o serviço, diante do cenário. Então não tem assim, eu não consigo te dar uma forma de a gente conseguir uma garantia maior desse recurso, a não ser através de pleito mesmo. Uma outra forma, entendeu? O pleito pode conseguir ou não. O que acontece? Se por um acaso a gente pedir o pleito e a Seplag não puder ter condição de atender agora, a gente pede no ano que vem de novo. Quando for chegando perto da conferência, a gente pede. Entendeu? Então pode ser que não aprove agora, mas a gente faz a justificativa e entra com o pleito novamente em 2021. **PRESIDENTE:** Poderíamos construir uma proposta? Que ficaria dentro daquele valor de um milhão, não é? um milhão de pleito? Deixa só eu... Pode me ajudar a construir a proposta? Acho que tem os 500 mil garantidos, não é? **CLÁUDIA, SEDESE:** É. Aí, só explicando, Jaime. Desculpa te interromper. Os 500 mil que estão garantidos lá dentro, isso é recurso federal. **PRESIDENTE:** Sim. E aí faríamos o pleito de mais 500 mil para poder chegar a um milhão, é isso? **CLÁUDIA, SEDESE:** É, a gente fez assim: um milhão a gente já pediu, entre o que a gente tem e o pleito. Aí eu não sei se a ideia é pedir um milhão a mais de pleito. Eu não entendi. **PRESIDENTE:** Eu não entendi também se seria os 500 mil garantidos e mais um milhão de pleito. A Patrícia eu não sei se inscreveu, mas ficou um monte de X, eu não sei se conseguiu ver. Mas, a Natália se inscreveu. Por gentileza, Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Natália, Federação das Apaes. Eu estou entendendo que a proposta seria um milhão sem pleito porque é o que é necessário para executar a ação. E nós poderíamos acrescentar o pleito de mais um milhão, não sei se fica coerente a proposta, Claudinha, por favor, você me apoie. Mas é no sentido de colocar, sem pleito, um milhão, e fazer essa proposta para a Seplag tendo em vista que uma ação, uma proposição do conselho seria garantir a execução dessa ação, uma vez que no ano passado foi tentado o pleito e não foi conseguido. Então o CEAS teria a proposição de

apresentar um milhão sem pleito, podendo colocar mais um milhão no pleito. **PRESIDENTE:** Claudinha. **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso não pode, Jaime. Igual eu falei, o conselho faz os pleitos, ele distribui o orçamento da forma como ele precisa. Nós é que lançamos no Sisor [04:16:43] dentro do limite que a gente tem. Mas o que a Natália colocou é que aí vai ter um entendimento que, para a realização da conferência, são necessários dois milhões. Esse um milhão que quer colocar no orçamento sem pleito, ele vai ficar dentro da proposta do conselho. Mas nós lançamos o Sisor dentro do limite. Entendeu? É, mais ou menos, igual está acontecendo para além do limite que o conselho tem direito de colocar, mas para o Sisor vai como recurso dentro do limite, a gente não consegue lançar mais. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Claudinha, eu queria só fazer uma pergunta. No caso de a gente colocar um milhão sem pleito e isso for reprovado pela Seplag, a gente poderia solicitar isso no pleito? Como fica esse processo, caso isso seja reprovado? **CLÁUDIA, SEDESE:** Eu entendo que o ideal é solicitar tudo em pleito. Porque muito embora o conselho, a gente entenda que o conselho tenha essa autonomia, o que a gente faz para além do pleito, a gente não consegue andar com ele dentro de sistema porque a gente trabalha com pleito. Então o ideal é tudo o que a gente precisa para além do limite que nos foi dado, enquanto executivo, é pedir pleito mesmo, é juntar com esses 500 mil que a gente pediu para além. Porque, igual a gente disse, ele não tem garantia nem dentro e nem fora do pleito porque tudo está vinculado à arrecadação de receita, entendeu? Então a gente pode fazer o pleito ano que vem, de novo, se não for aprovado. Entendeu? A garantia de recurso financeiro é a receita. Se ele vai dentro do limite, se ele vai para além, isso é um entendimento do conselho, pedir a mais porque entende que é mais, a gente pode fazer isso sim. Mas a gente, em qualquer situação que a gente estiver, o que garante o recurso é o financeiro. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** É, mas a minha pergunta, Claudinha – não sei se ficou claro – é no sentido de a gente colocar um milhão sem pleito, que é o valor para a execução da ação. E se a Seplag não aprovar, a gente poderia, ainda assim, pedir isso no pleito. **CLÁUDIA, SEDESE:** É. Agora nós temos que pedir, nesse momento, definir o orçamento e pleito. Agora, porque vai tudo para uma análise. Aí depois que vier para a análise, aí já é LOA. Aí já vai para a assembleia, o que a gente não conseguir tem que ir para a assembleia. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Sim. A minha dúvida é porque você falou que depois vai para a Seplag. Pensando no caso de a Seplag não aprovar um milhão sem pleito, o que aconteceria? A gente poderia pedir o restante que não é possível arrecadar? A gente poderia pedir no pleito? **CLÁUDIA, SEDESE:** Só ano que vem. O que não passar de pleito agora, é só no ano que vem. A gente tem que voltar com ele para 2021. Por quê? Se a gente quer fazer a conferência, pedir um pleito e não foi aprovado, a gente vai continuar precisando do recurso. Então a gente tem que voltar com o pleito para o ano que vem. Não ter o pleito agora não significa que a gente não pode pedir no ano que vem, de novo. **PRESIDENTE:** Eu sou muito... Com essa questão seria de permanecer os 500 mil garantidos e pleito de um milhão, por exemplo. Não poderia ser assim, Cláudia? **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso. Pode. **SÁVIO, CMAS/BH:** Presidente, eu estou inscrito ali. Eu manteria os dois milhões para atender Urcmas e fóruns, eu não falei de conferência. É um recurso mínimo. Minas Gerais é muito grande, eu acho que possui 21 sub-regionais. Vai (áudio ruim) [04:20:44], é uma estimativa razoável para a gente dar conta. (Áudio ruim) [04:20:53]. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Sávio. Conselheiro Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu só queria ter certeza mesmo, presidente, se o valor que já tem, em tese certo, é o valor de 360 mil mais 500 mil? **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso. E esse, ainda, a gente está condicionado à arrecadação de recurso federal também, o (trecho incompreensível), [04:21:19], mas como o recurso é nosso, então fica mais fácil de trabalhar, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Entendi. Então a discussão seria tão somente um recurso de pleito? Quanto a gente vai pedir, não é? Porque já temos 860. **CLÁUDIA, SEDESE:** Uhum, que 360 é de manutenção do conselho. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim. Mas a alteração dos 500 para um milhão, sem pleito, pressupõe uma readequação de recurso, não? **PRESIDENTE:** Isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** É porque o pleito a gente solicita justamente porque a gente não tem margem para colocar ele dentro do orçamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

CURVELO/SSV: Pois é. Eu acho que é isso que a gente tem de levar em consideração. Por quê? Se a gente vai falar de um milhão sem pleito, a gente está tirando meio milhão de outras ações. **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então é isso que a gente tem que se ater. Meio milhão já está garantido no governo federal, esse outro meio milhão vai vir de onde? **CLÁUDIA, SEDESE:** Aí é do tesouro estadual. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mas será que tem garantia disso? **CLÁUDIA, SEDESE:** É igual eu falei. O que garante o pagamento é financeiro, é a arrecadação de receita. Como eu já disse, a gente teve que fazer a conferência de 2019 com recurso federal porque a gente não conseguiu o pleito. Mesmo tendo feito, a gente fez ele duas vezes. A gente fez na proposta e fez no ano. Mas com o cenário de restrição financeira, a gente não conseguiu, aí a gente fez a conferência com a fonte 56, foi recurso federal. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu vou jogar uma sugestão, para ser mais pé no chão possível. Sem pleito, a gente poderia fechar um valor de um milhão, ou seja, os 360 mais os 500 acrescidos de 140, ou seja, 640. Fecha um milhão. E para pleito, a gente pleitearia um milhão. Eu estou pensando no cenário econômico de arrecadação. Eu estou sendo o mais pé no chão possível. E até mesmo para que haja possibilidade de uma possível aprovação real. **SÁVIO, CMAS/BH:** Aí teríamos que votar, não é? (Trecho incompreensível) [04:23:54] dois milhões. **PRESIDENTE:** É. Gabrielle? Está inscrita a Gabrielle. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Eu já vou me desculpendo pela ignorância em relação ao assunto, mas se eu entendi bem o que a Claudinha tentou explicar aí, 500 mil garantido do recurso federal. Aí a minha pergunta é: o governo do estado não vai fazer os investimentos com recurso do estado? Essa não seria uma questão também para a gente buscar? Investimento dentro dos cofres do estado. Porque trata-se de pontos de muita relevância. O Sávio colocou muito bem aí a importância de todas essas deliberações e questões que dizem respeito à conferência, (áudio ruim) [04:24:43] etc e tal. E trata de participação, então assim, eu acho que a gente tem que entrar em defesa dessa pauta aí. **CLÁUDIA, SEDESE:** É isso, Gabi. É o que a gente está falando. Quando a gente não tem condição de aportar no orçamento agora porque a gente esbarra em limites, a faz na forma de pleito. Por quê? O que a gente tem agora, enquanto recurso, ele está mais para o cofinanciamento do serviço. E como a conferência não acontece todo ano... Ela não é prevista no orçamento todo ano, toda vez que a gente vai trabalhar com solicitação de recursos para a conferência, ela basicamente vai na forma de pleito. Porque ela não teve, não teve conferência ano passado, não teve execução este ano. Então a gente tem que formalizar na forma de pleito mesmo, para que a Seplag entenda que a gente precisa de um aporte maior de recursos este ano, em função da conferência. Porque se a gente não mandar na forma de pleito, a gente não tem como colocar... Nós, que eu estou falando nós, executivo, porque a gente trabalha com pleito. Mas aí a gente tem que pedir, porque como é que a Seplag vai saber que ano que vem a gente tem conferência? Nós pedimos 500 mil porque passa ao que a gente teve de execução da conferência de 2019. Aí a gente colocou mais 500 de fundo 56. A gente fez a conferência com 400 mil e colocou 600 mil a mais, para fechar em um milhão. Entendeu? Para garantir, pelo menos, um milhão para a conferência. E a gente só pode conseguir aporte de recurso em cima de pleito, que é o que a gente está fazendo aí agora, que nós colocamos 500 e que a proposta é colocar mais recurso aí. No pleito. A forma de conseguir recurso para além, aporte adicional de recurso, ela é só feita no orçamento em cima de pleito porque a gente tem uma câmara da Seplag, da Fazenda, que chama Cofin e é ela que delibera sobre os aportes adicionais de recurso, porque isso é recurso a mais. Entendeu? Então é nessa forma mesmo, é na forma de pleito. **PRESIDENTE:** Ok. O Cristiano pediu para fazer o encaminhamento. Então vamos fazer um encaminhamento de qual seria... Uma das propostas seria de manter a proposta original, que seria da Sedese. Qual é a proposta original? Que agora até me perdi. Pode botar a proposta, Patrícia, no chat, por gentileza? Pode ser, Patrícia? Vamos ver aqui. Qual é a proposta original? **PATRÍCIA, CRESS:** Jaime. Às vezes a gente pode até entrar em consenso. **PRESIDENTE:** Pois é, isso. **PATRÍCIA, CRESS:** Tinha falado de um milhão de pleito e tal, agora que eu consegui achar aqui no meu e-mail a tela da proposta da LOA. Nessa ação 4133 já está lá a fonte 56, a estimativa é de 860 mil e o pleito de 500 mil. Aí a proposta que

eu queria fazer era de subir essa da fonte 56 para um milhão e o pleito para um milhão.

PRESIDENTE: Claudinha? **CLÁUDIA, SEDESE:** Passar a fonte 56 para um milhão não tem problema. Mas só que a gente tem que lembrar que a gente está colocando um milhão, mas que esse também é vinculado a recurso do governo federal, está bem? A gente fez, mais ou menos, com base – isso é estimativa de receita – aí para eu aumentar 140 lá, eu vou ter de diminuir um pouco dos 140 e mais um pouquinho da capacitação e apoio técnico lá. Por quê? Eu tenho que distribuir o orçamento de acordo com a estimativa de receita que a gente fez lá em março. Então para eu aumentar 140 em algum lugar, eu vou ter que diminuir 140 do outro. Então eu posso sim tirar, porque eu tenho que fechar três milhões, quinhentos... Igual está aí no quadro. Esse é o valor que eu tenho de receita. Para eu colocar no lugar, eu tenho que tirar do outro. Eu não posso tirar das duas proteções porque isso aqui é recurso de Creas. O trabalho do IGD é onde? Na capacitação, na gestão e apoio, no Rede Cuidar. Esse recurso é IGD e bolsa então eu vou ter de tirar um pouquinho lá de cima. Tiro, em vez de ser de 797, vai diminuir um pouquinho e a gente passa para a conferência. Lembrando, mais uma vez, que a gente consegue executar um milhão de fonte 56 no conselho, se a gente tiver recurso financeiro para isso. Isso aqui é uma estimativa de arrecadação. Se ela não acontecer também, eu também não consigo usar um milhão de fonte 56 para conferência não, está bem? Senão, depois vocês falam: “A Claudinha deixou colocar, agora não quer dar recurso”. Está bom? Podemos sim fazer essa proposta. Diminuo um pouquinho lá e passo um pouquinho aqui para baixo. Não tem problema não.

PRESIDENTE: O Cristiano botou uma proposta: “Manter como está a fonte 56, 71 e o pleito de um milhão”. Essa é a proposta do... Bom, tem a Natália que também pediu a inscrição.

NATÁLIA, FEAPAES/MG: Natália, Federação das Apaes. Depois dessa fala da Claudinha, eu fico repensando essa proposta porque a gente já fez a discussão das propostas anteriores e agora reduziu o valor de uma proposta que a gente já discutiu. Então eu acho que também válida as discussões anteriores. Se tiver que tirar o recurso de um lugar para satisfazer esse um milhão sem o pleito. Agora eu fiquei em dúvida com essa colocação que a Cláudia trouxe.

PRESIDENTE: Então podemos... Tem a inscrição da Cláudia. A Patrícia botou “Vamos (trecho incompreensível) [04:30:46] o Cristiano. Mantém o 860 e um milhão de pleito”. Pode ser assim? Claudinha, pode ser assim?

CLÁUDIA, SEDESE: Eu concordo. Mesmo porque, com essa consideração da Natália mesmo, o conselho já aprovou lá em cima e isso têm razão. E para além disso, se a gente tiver mais recursos, a gente conseguir a suplementação orçamentária em cima de financeiro é muito mais fácil. Então se a gente receber um milhão de IGD no ano que vem, e se vier todo o IGD, os atrasados e tudo, a gente faz uma conferência belezinha com a fonte 56, aí é só a gente suplementação porque a gente já tem o financeiro. Arrumar confusão por causa de 140? Ter que arrumar lá em cima?

PRESIDENTE: Não vamos arrumar. Isso. Então a gente mantém os 860 e o pleito de um milhão? Os conselheiros que estiverem de acordo, permaneçam como estão. E o contrário, se manifestem. Ok. Próxima ação.

CLÁUDIA, SEDESE: Essa ação é do Piso Variável, a gente voltou com ela para o orçamento de 2021 porque esse ano a gente fez a proposta de deixar o piso fixo e o variável juntos, mas como veio uma demanda em forma de emenda, este ano, para voltar com a ação do piso variável, a gente manteve ela para 2021. E o recurso dela também, como é recurso de serviço, quando nos dão o limite a gente garante primeiro todo o limite necessário para a manutenção do serviço. E vai tentando a negociação financeira. Então essa ação aí está exatamente contemplada com recurso necessário para manter o pagamento das ações do piso variável. Para a gente conseguir empenhar e dar os andamentos, conforme existência de financeiro.

PRESIDENTE: Ok, Claudinha. Sumiu a tela.

CLÁUDIA, SEDESE: É, porque tem umas reflexões lá, tem umas coisas para avaliar.

PAULA, SEC. EXEC. CEAS: Claudinha, eu continuo ou você quer a LOA, que você tinha pedido? Porque eu tirei para pôr a LOA. Quer ela agora ou não?

CLÁUDIA, SEDESE: Essa aqui, o valor está aí. Está vendo? Esse valor, nove milhões é o suficiente. Mas aí eu queria ver só quanto que foram os “considerandos” do conselho, o pleito do conselho para a gente poder esclarecer aí, porque aqui o piso variável já tem o necessário para a manutenção dos serviços. O orçamento é certinho aí. Agora tem que ver o que o conselho está trazendo, que está lá

naquele outro, no de antes. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Nesse caso aí, essa reflexão é igual à reflexão do piso fixo. Porque o piso fixo está sem cofinanciamento mesmo, algumas de 2016, 2017 e 2018, o piso variável está desde 2015 sem cofinanciamento nenhum. O fixo ainda teve alguns, mas o de 2015 para cá... Se a intenção é levar o passivo, ele tem que ir na forma mesmo que vai o fixo, em “considerandos”. Porque o orçamento do exercício é previsto para a execução do exercício, igual eu disse, o resto a pagar. Ou ele está empenhado e se ele não estiver empenhado, ele é (trecho incompreensível) [04:34:51]. Então o tratamento dele não é dado no orçamento deste exercício, mas se for importante, igual ao do piso fixo... Se for não, vem na forma dos “considerandos”, igual vai vir o fixo. É, o Jaime caiu. **PATRICIA, CRESS:** Gente, eu não vi que o Jaime caiu. E aí? **PRESIDENTE:** Eu (áudio ruim) [04:35:37]. Só caiu rapidinho. Voltamos. Pois não? Só não sei o que eu perdi, que não sei se tem essas contribuições. Temos alguma... **CLÁUDIA, SEDESE:** Você escutou eu falando, Jaime? Você conseguiu me ouvir? **PRESIDENTE:** Eu escutei uma parte. Até uma parte eu consegui escutar. Eu só não vi se tem alguma inscrição, isso aí eu perdi quando apagou ali, zerou. Mas qual seria assim, existia alguma... Não tem, não é? Sem inscrição. Então seria manter o texto original, não é? Os contrários... Desculpa, não é o termo que se usa. Quem tiver alguma consideração, se manifestar no chat. Do contrário, os que aprovam como está o texto, mantenha-se como está. **CLÁUDIA, SEDESE:** Podemos seguir? **PRESIDENTE:** Podemos seguir. Então está aprovado. Isso. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Isso. Estava tentando achar... Nessas horas a gente já não começa nem as palavras básicas mais. Mas vamos lá. **CLÁUDIA, SEDESE:** A última já, graças a Deus. **PRESIDENTE:** Por isso que é bom ter presidente e vice-presidente, não é, Patrícia? Podia ter até segundo vice-presidente, terceiro vice-presidente, porque quando começa a falhar os neurônios, a gente... Cada um vai socorrendo um pouquinho. E todos os conselheiros. Então está, vamos para... **CLÁUDIA, SEDESE:** A ação da Rede Cuidar também, ano passado a gente não colocou ela como uma ação prevista na LOA, ela veio através de emenda porque a gente não tem como abrir orçamento com janela. Então a gente tentar uma ação e a gente esbarra de novo na questão do limite. A gente colocar uma ação com R\$ 1.000,00 não passa na Seplag porque a gente não tem autorização para abrir janela, diferente da Assembleia. Então essa ação veio na forma de emenda no ano passado e a gente resolveu manter conforme foi pedido para o orçamento deste ano. Só que, como eu expliquei, esse ponderamento do Élerson – foi até o Élerson que fez esse ponderamento de um programa sem recurso, nem é sem dotação. Tem a dotação, não tem é recurso. É só trocar quem escreveu aqui, por favor. Só que, como eu expliquei, no Rede Cuidar a gente tem conseguido fazer o repasse com o recurso da loteria. Como a loteria é receita de outro órgão, a gente só consegue fazer por meio de suplementação. Ele está aqui, agora, sem recurso, a sensação que tem mesmo é que uma ação sem... Um programa sem recurso, não é programa. Mas é porque a proposta dele é continuar as negociações com recurso da loteria. E a loteria, a gente não tem como colocar no nosso orçamento um recurso de fonte 60, porque é receita diretamente arrecadada de outro órgão. Ela só sai com anulação, inclusive a procedência dela é dois porque ela é recurso de outro órgão, se vocês observarem que quando sai a suplementação... Então quer dizer, a gente quer manter a ação, por isso que a gente colocou um pouco de fonte 56 aí porque a gente não pode colocar fonte sem valor nenhum, nem abrir janela, mas continuar as negociações junto à loteria para conseguir a suplementação orçamentária e dar continuidade no programa. **PRESIDENTE:** Ok, Claudinha. Obrigado pelas considerações. O conselheiro Márcio se inscreveu. Márcio, por gentileza. **MÁRCIO, ASSPROM:** Conselheiros, eu acho que a Cláudia foi muito feliz na explicação dela e é muito importante a gente resgatar aqui, nas duas últimas edições do Rede Cuidar, o conselho, toda a equipe da Sedese trabalhou com muito empenho para que todo recurso fosse executado de forma exemplar. Então é extremamente importante que haja essa ação para manutenção desse recurso e, infelizmente, a gente não tem uma vinculação de receita para custeio dele, então a gente tem que realmente buscar essas saídas junto à loteria mineira para que o recurso realmente chegue ao programa e, provavelmente, possa ocorrer da mesma forma do ano passado. Chegou no final do ano, com o prazo extremamente curto para ser executado,

mas com todas as dificuldades, ele foi executado em sua integralidade. Eu acho que é extremamente importante a gente estar atento e envidar esforços aí do conselho para que a gente mantenha a receita para o custeio desse programa. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Márcio. Obrigado pelas considerações. A proposta seria de manter a proposta da própria Sedese e, com certeza, a gente espera que o cenário seja favorável. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. O próximo programa. **CLÁUDIA, SEDESE:** Programa, finalidade... Esse aí é aquele trabalho que o Sávio fez, que a comissão do Sávio fez. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Isso. Onde ele elencou as prioridades das deliberações das conferências, para ver de que forma elas seriam incluídas no PPAG. **CLÁUDIA, SEDESE:** Isso aí vocês vão passar para a gente? Como é que vocês querem trabalhar essa questão aí? Qual que é a proposta? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** A comissão levantou para que viabilizasse a inclusão. Agora, de que forma vai ser feito, eu não sei se os conselheiros tem mais... O Sávio, se estiver aí. **CLÁUDIA, SEDESE:** O Sávio ainda está aí? Ampliação do repasse, a gente teria que ter negociação... Pleito, não é? Eu não sei como é que vocês querem que a gente trabalhe nisso. Eu ainda não consegui... **PRESIDENTE:** A Natália se inscreveu. Por gentileza, Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Natália, Federação das Apaes. Na verdade, houve a apresentação da proposta, mas não tem nenhum encaminhamento. Nem na súmula, não está registrado, então a gente precisaria do Sávio. Ou se alguém lembrar de algum encaminhamento da reunião de ontem sobre essa proposta, para que a gente possa deliberar. Porque, na verdade, tem o registro da apresentação. **CLÁUDIA, SEDESE:** É, tem que ver porque, para a gente fazer a avaliação se isso está na proposta. Eu não sei. **PRESIDENTE:** Patrícia se inscreveu também. Por gentileza, Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Como o Sávio parece que não está, ontem a gente teve essa... Uma proposta de encaminhamento para as discussões, aí das deliberações da conferência, que era a tentativa de incluir para hoje. Mas não foi viável, realmente era muito corrido, então eu acho que muitas já estão incluídas também. De repente a gente possa planejar para que essas propostas apareçam de uma forma mais incisiva na do ano que vem, porque já vão ser as mesmas se esse ano não tem conferência. **CLÁUDIA, SEDESE:** Ah, essa que você me pediu mais cedo, não é? **PATRÍCIA, CRESS:** É. Não teve jeito. **PRESIDENTE:** Eu posso fazer uma sugestão também, de fazer uma... O pessoal da Claudinha, fazer uma análise do que é contemplado e, o que não for contemplado, que possa até aparecer em um considerando ou alguma... Enfim, não sei se isso poderia... O que não estiver contemplado. **CLÁUDIA, SEDESE:** É sim. Esse trabalho, agora a gente ficar bem atento, para começar a fazer antes de iniciar as negociações da proposta, que aí dá tempo de a gente fazer essa avaliação. Porque quando a Patrícia pediu para mandar, a gente já estava em cima da hora, então não deu para a gente... Agora eu lembrei, a Patrícia perguntou logo que eu cheguei se a gente tinha conseguido fazer, mas a gente saiu muito tarde ontem. Dá para a gente olhar. **PRESIDENTE:** Ok. Então está, conselheiros. São 18h46. Agora a gente tem que fazer em regime de votação o PPAG e a LOA com as alterações propostas. Todos os conselheiros se consideram aptos, em condições de votar? Podemos? Ok. Então agora eu vou chamar a tela de votação. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Está aparecendo aí? **PRESIDENTE:** Sim. O encaminhamento seria para a votação do PP... Me ajuda aí, Claudinha, que agora começou a falhar até as siglas. PP... **CLÁUDIA, SEDESE:** O quê, Jaime? Onde que a gente está? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** PPAG. **PRESIDENTE:** PPAG. PPAG 2021 e LOA, não é? Com as alterações propostas em plenária. Seria isso. **PATRÍCIA, CRESS:** Jaime, se me permite, eu queria colocar a proposta de que nos encaminhamentos venham aqueles dois “considerandos” da resolução de 2019, que eu li no início dessa pauta. **CLÁUDIA, SEDESE:** É dos recursos, não é, Patrícia? Aquele considerando do limite? **PATRÍCIA, CRESS:** É, o considerando do limite. É o penúltimo e o antepenúltimo da resolução de 2019. **PRESIDENTE:** Queres que mencione ali em cima, Patrícia, no encaminhamento? Ou só para trazer um... Não precisa, não é? É só para fazermos um resgate. O que tu acha? **PATRÍCIA, CRESS:** Acho que não, porque é considerando – e a gente já discutiu muito nesse sentido, já está registrado em ata – aí a secretaria executiva coloca na resolução, acho que não vai ter problema quando você assinar não. **PRESIDENTE:** Obrigado, Patrícia. Então está. Em regime de

votação. Como vota, pela Sedese, o Jaime Starke? Aprova. Como vota Cristiano de Andrade, pela Sedese? **CRISTIANO, SEDESE:** Aprova. **PRESIDENTE:** Como vota Sílvia Oliveira de Souza? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Acho que não está. **PRESIDENTE:** Não está? Como vota o João Victor, pela Seplag? Vou pulando, está bem? Depois a gente volta. Como vota a Vilma? Não está. Como vota o Conselheiro Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro. Como vota o... Não, o Seapa não se encontra. Como vota o Conselheiro Aloísio Júnior, pelo Cogemas. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheiro. Como vota a conselheira Haiandra, pelo Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Acho que ela não se encontra. **PRESIDENTE:** Como vota a Conselheira Sandra de Fátima Costa, pelo Conselho Municipal da Assistência Social de Montes Claros? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a Conselheira Anédia Farias, pelo Fórum Municipal dos Usuários do Suas? Conselheira Anédia? Ela não se encontra aqui. Eu não vi aqui. Como vota, no lugar da Conselheira Anédia, o Conselheiro Damião Braz Irajá, pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas? Vou passar para adiante, depois eu retorno, está bem? Como vota a Conselheira Isaura dos Santos Lopes, pela Associação Quilombola de Suassuí e Pitangueiras? **ISAURA, ASQUIS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota Natália Lisce Diniz, pela Federação das Apaes? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Como vota Éleron da Silva? Pela Cáritas Brasileira Regional? **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Na última eu acho eu acertei, não é, Éleron? Acho que na última eu consegui não errar, mas tudo bem. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Conquistou sua salvação na última hora. **PRESIDENTE:** Ótimo. Como vota o Conselheiro Márcio Caldeira? Pela Associação Profissionalizante do Menor, Assprom. **MÁRCIO, ASSPROM:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Só retornando. O Irajá, o Conselheiro Damião, vota pela aprovação. Ele votou no chat, está bem? Como vota o (áudio ruim) [04:52:59] pelo Conselho Central de Curvelo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a Conselheira Patrícia Gomes? Pelo conselho Regional de Serviço Social. **PATRÍCIA, CRESS:** Pela aprovação, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a Conselheira Gabriela de Almeida Loiola? Pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, conselheira. Os demais dois conselheiros estão vacantes. Retornando, temos aqui ainda, pela Seplag, o João Victor. João Victor de Almeida Chaves. Ausente? Conselheira Vilma da Silva Sé Costa? Ausente. E eu acho que tinha mais alguém. Nós pulamos? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, eu acho que não. **PRESIDENTE:** Então só isso? Pode, por gentileza, conselheira? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Nós não tivemos nenhuma reprovação e 13 votos pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, conselheiros. Conselheiros, nós estamos às 18h54. Eu gostaria de saber, pelos conselheiros, até que ponto a gente continua na pauta ou transfere para a próxima pauta, ou algum ponto que poderia ser ainda deliberado ou apreciado? Eu já vi que o Aloísio precisa se você retirar. Então eu ficaria assim... Não sei quais... Quem está de volta? Quórum qualificado, isso. Na ponta, na ponta da votação com quórum qualificado. **PATRÍCIA, CRESS:** Não, é a expressão na pinta mesmo. É porque se a gente tivesse um voto a menos, não ia ter quórum qualificado e a votação exigia. **PRESIDENTE:** Desculpe. É que eu não tinha entendido. Viu como está dando tudo errado? Já começando... Eu falei "na ponta". **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** É uma expressão mineira, por isso. É uma expressão mineira, presidente. **PRESIDENTE:** É, pois é. Já estou aprendendo, não é? Por isso que eu pensei: "mas podia ser na ponta", não é? Mas tudo bem. Eu não sei se os conselheiros querem que continuemos com a pauta, se teria algum ponto para discutir agora ou passamos para uma próxima plenária? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, vamos ver a pauta, o que é que tem, que aí a gente vê o que dá para deliberar e o que não dá. **PRESIDENTE:** Ok. **SÁVIO, CMAS/BH:** Meia-noite está perto. **PRESIDENTE:** É sexta ainda, não é, conselheiro? Estamos todos em quarentena ainda, pelo menos que eu sei. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Tem

um meme que fala assim: “Não é porque os outros sextou, que você sextará”.

PRESIDENTE: É verdade. **DANIEL, MNPR:** Senhor presidente, a gente já acabou com as ações ou tem mais alguma coisa? **PRESIDENTE:** É bem isso que a gente vai ver agora aqui, conselheiro. Existe aqui uma pauta aqui de posição. Deixa eu ver aqui, discussão acerca da secretaria executiva, composição da comissão eleitoral; o ponto apresentado pelo Conselheiro Daniel, que é cesta básica com o logo da empresa e uso de recurso público. O *ad referendum* da nota e ofício de Campo do Meio, comissões temáticas e junta o ponto de Bolsa Merenda no ofício 75. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Presidente, eu acho que dá para a gente discutir a secretaria executiva e a comissão eleitoral. **PRESIDENTE:** Então está bem. Os conselheiros concordam? A discussão de secretaria executiva. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A Sandra sugeriu uma extraordinária. **DANIEL, MNPR:** Eu acho, senhor presidente, para não... É isso que eu ia sugerir, o que o Lucas sugeriu, de fazer a discussão acerca da secretaria executiva e a pauta em uma plenária extraordinária na próxima semana, que a gente poderia ter a participação até mesmo do Damião Braz também. E a gente já faria essas quatro que faltam – esses quatro pontos de pauta que faltam na semana que vem – para a gente já finalizar ela em plenária extraordinária, onde será pautada somente elas. **PRESIDENTE:** É, conselheiro, eu acho que assim, nós vamos ter que... É que quatro pontos de pauta e todos os temas são importantes. Mas eu estou vendo aqui que tem muitas pessoas que já estão encerrando. Então a gente vai começar a perder a qualidade da... Quer dizer, qualidade não é o termo, mas justamente a qualidade que pode haver mais espaço para debates. E como a gente passou, na realidade, dois dias, enfim, a gente... Eu tenho aqui já o registro que a Conselheira Sandra sugeriu uma extraordinária, a Conselheira Patrícia pediu um teto até às 19h30. A Natália, da Apae, disse também que vai sair em breve. E o Cristiano também pediu para... Também está com uma agenda, não é? Então eu só pediria a compreensão porque senão a gente vai ficar com o quórum muito reduzido e a gente não consegue ter muita gente que entende da questão. Se vocês concordarem, a gente poderia colocar esses dois pontos? Ou tem um pedido também, que poderia ser uma extraordinária em algum ponto. O Daniel também tem outra reunião agora às 19h25. Quatro pontos não teriam como avançar até às 19h30. Manifestações dos conselheiros, por favor. Secretaria executiva mais comissão eleitoral hoje. Está bem. Então vamos avançando. Secretaria executiva. Bem rápido. Quem pediu a pauta? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia. **PRESIDENTE:** Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Eu solicitei essa pauta da mesa diretora porque a gente está com problema de que, até a data de ontem de manhã, ainda não tinha saído a exoneração da Consolação, nem a nomeação da Paula. E a gente está com uma vacância aí de um técnico para poder coordenar ou subsidiar tecnicamente a Comissão de Orçamento. E aí também tem a questão dos equipamentos. Computador, telefone corporativo pra a secretaria executiva. Então é importante registrar. Aí eu queria pedir para a Paula, para os técnicos e demais profissionais da secretaria executiva, se pudessem se manifestar também, para a gente... Até como proposta de encaminhamento mesmo, para ver o que a gente poderia fazer hoje em relação a essa pauta. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Inscrição, presidente. **PRESIDENTE:** Pois não. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu só queria contribuir com a fala de Patrícia. Nós estamos encaminhando aí para quase um mês sem a nomeação da secretária executiva, do cargo de secretário executivo, e também ressaltar essa importância da questão dos equipamentos da secretaria executiva no fomento mesmo da realização dos trabalhos do CEAS. Na última reunião extraordinária a gente viu que a gente tem uma demanda muito grande com relação a esse apoio técnico, principalmente de equipamento, tanto dos profissionais da secretaria executiva. E a gente participou de uma live em que a gente cobrava um certo dispêndio e uma organização dos conselhos municipais, sendo que o próprio conselho estadual não apresenta essa própria organização. Então eu acho que não é plausível da nossa parte exigir que os técnicos da secretaria executiva tenham equipamentos bons para poder fomentar e auxiliar nos trabalhos do CEAS. Mas sim que o CEAS tenha esses equipamentos e forneçam para esses trabalhadores, para que eles consigam nos auxiliar nos trabalhos do CEAS mesmo, na realização das reuniões, nas

reuniões das comissões. Então eu acho que isso é de suma importância, fomentar de alguma forma ou o empréstimo dessas máquinas que estão no CEAS para os profissionais em casa, que estão em home office, para que eles consigam trabalhar com uma qualidade um pouquinho melhor. Não estou falando que o trabalho está a desejar ou que tem perda de qualidade, mas há uma perda de qualidade quando a gente trata, principalmente, dos equipamentos. Obrigado, presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Lucas. O Conselheiro Márcio. **MÁRCIO, ASSPROM:** Eu acho que é complementando lá a fala do Conselheiro Lucas, porque a gente ainda também não tem uma previsão de quando as atividades presenciais serão retomadas. Então a gente tende a ter um prazo, um período maior de utilização dessas tecnologias remotas para que o trabalho do CEAS possa ser desenvolvido. Então é importante a gente fazer essa fala, da necessidade desse investimento, dessa organização mínima de condições estruturais para que realmente o do trabalho do CEAS seja executado com qualidade. Todo mundo quer que seja com êxito e qualidade. É isso, presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Márcio. Obrigado pelas colocações. A nossa Secretária, Maria de Paula, pediu inscrição em letras garrafais. Acho que ela até, quando escreve em letras maiúsculas, é porque está brava, não é, Paula? Deve ser isso. **PAULA, SEDESE:** É, Jaime. Vou retornando aqui. Quando você diz assim, frisa também: “A nossa secretária executiva”. Então assim, na verdade, ainda não tive esse gostinho. Estou aqui ocupado um cargo, eu falo assim: “Por enquanto eu estou mais como (trecho incompreensível) [05:04:38] à frente de uma função”, mas que ainda não estou nomeada e que às vezes me deparo com questões institucionais mesmo e que às vezes dificulta, como foi a questão, por exemplo, até de pedir o retorno do Ângelo, que eu te falei. Eu tive que recorrer à Ivone, à Babi, um trajeto enorme para chegar, que alguém conseguisse resolver isso para mim porque eu não tinha um acesso a um ponto digital para fazer. Bom, isso foi só um detalhe. Mas assim, eu até me dispus a ficar, mas havia uma proposta, e já tem mais um mês, mais de um mês já, praticamente, e nada caminhou nesse sentido, eu não tenho nenhuma garantia. Pelo contrário, essa semana a Joana até me ventilou alguma coisa, que talvez não saia mesmo. Ela falou que tem uma dificuldade, que talvez não seja possível. Então eu coloquei isso de uma forma muito clara, está bem, Jaime? Eu não vou falar que eu sou a melhor secretária executiva não. Eu tenho consciência de todos os meus limites, enquanto eu estou aprendendo. Eu estou aqui só para aprender mesmo, a gente caminhando, mas eu sei que eu estou começando nessa função. Como qualquer outro, o cargo é necessário que tenha uma pessoa. Tem que ser um, mas tem que ter alguém. Acho que o conselho não pode ficar sem um secretário executivo. Essa função, garantia de lei, tem que acontecer. Mas aí, quando me ventilaram – não foi oficialmente, não tenho nenhum documento ainda – mas me falaram: “Talvez não vá sair”, eu até falei com a Babi: “Bom, então eu espero”, a princípio não sairia, depois ela falou: “Ah, tentar alguma coisa”. Eu falei: “Tudo bem, eu espero. Mas eu não tenho *ad eternum*”, mesmo porque a minha idade já está bem descendo a serra. Não estou igual o Lucas assim, no comecinho, engatinhando não. Eu já estou descendo, então o meu tempo hoje é bem mais curto. Então eu falei: “Eu espero sim”, porque eu já tenho esse compromisso aqui com vocês, mas até o final do mês, se não sair, eu realmente retorno para a minha função. Com certeza isso aqui implica um desgaste maior, ocupa mais o meu tempo, mais dedicação. A questão, por exemplo, se eu fosse ficar, essa questão de equipamento que a gente tem... Uma série de coisas. Então eu falei: “Se for ficar resolvido, bem, senão, realmente eu prefiro retornar para o meu lugar”. E deixar aqui, que o CEAS resolva de uma outra forma, com outro alguém que acharem mais interessante. Mas eu tenho o meu limite para isso. Então eu falei bem isso com a Babi: “Até o final do mês eu estou aqui. Depois, vocês resolvam”. Estou falando muito claramente. Está bom? Não tive tempo de falar com você, Jaime. Até tentei, mas, infelizmente, o destino, a situação não permitiram que falasse antes. **PRESIDENTE:** Está bem. Paula, acho que está sendo bem transparente, como a gente sempre procura conduzir. Essas últimas semanas foram semanas atípicas, que aconteceram várias situações e que acabaram não dando toda a condição de dar uma atenção que é merecida. Queria dizer, sem sombra de dúvida, que o trabalho que a Paula tem feito e que o pessoal todo, da equipe inteira do CEAS tem feito, é um trabalho muito qualificado. A gente entende todas essas dificuldades, essas

ferramentas, essa tecnologia que nos engana, que nos desafia todo dia. Mas, vamos sim, Paula. Pode ter a certeza de que a gente vai fazer os ajustes, o que for necessário fazer, agilizar os processos que precisam ser agilizados. Que a gente possa permanecer contigo e toda a equipe, toda a dedicação dentro do... Dessa tão importante secretaria executiva do melhor conselho de assistência social do estado, do Brasil, com certeza é esse, não é? É um orgulho de tê-los, juntos, e vamos trabalhar para poder agilizar esse processo o quanto antes. **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** E do restante da equipe, não é, Jaime? É claro, eu estou falando aqui por mim, mas eu não estou pensando só em mim não. A questão do técnico de orçamento é fundamental. Isso também eu acho que tem que colocar assim, tão importante quanto é a função desse técnico porque é tudo ruim a gente falar... Que a comissão pergunta assim: "Quem vai nos acompanhar?". Eu falo assim... Falar que não tem, que ela vai ficar por conta própria ali, que não vai ter alguém para dar um suporte. Então isso é muito ruim. Então assim, é importante também, primordial, que a gente tenha a recomposição desse técnico, pelo menos o técnico aprovado (trecho incompreensível) [05:09:34] a gente tem que ter um para cada. **PRESIDENTE:** Sim, sim. E até mesmo... Eu sei que tem mais inscrições. Eu só vou terminar bem rapidinho para deixar depois os demais conselheiros. A questão dos equipamentos. A gente pode sim disponibilizar. É um trabalho que está exigindo, às vezes, dos equipamentos que em casa a gente não tem. Isso é natural, que a gente não possa tenha os mesmos equipamentos como teria. Mas são pleitos, pode ter certeza, o nosso pessoal também está anotando, não é Joana? Joana, nossa superintendente, para que a gente possa... **JOANA, SEDESE:** Porque a Sedese disponibiliza, para quem não tem computador, vários servidores lá do gabinete levaram os computadores para casa porque não tinham para usar. Então a Sedese solicitou informações de todo mundo que não tinha, como realizar o trabalho virtual, o teletrabalho e que fizesse o levantamento de todos os materiais que era preciso, para poder trabalhar em teletrabalho. Então assim, acho que pode às vezes encaminhar para o Mateus, Paula, para ver o que é necessário, o que está precisando, o que é possível. Às vezes tem também lá na própria Sedese, eles têm esse material, eles fazem o levantamento, faz esse remanejamento de material entre as áreas. Então encaminhar a demanda para a gente verificar lá com o SPGF o que tem disponível para ser utilizado, ou que a gente faça um remanejamento. Mas foi disponibilizado para todos os servidores que não pudessem ter, fazer o trabalho... Que não tivesse equipamentos suficientes para o trabalho presencial, para que fosse possível essa cessão desses itens. Tablet, computador. **PRESIDENTE:** Eu tenho inscrição aqui. **PATRÍCIA, CRESS:** A próxima sou eu, mas pode passar o Élerson na minha frente. Eu falo depois dele. **PRESIDENTE:** Eu acho que até estava sim, Patrícia. É que eu estou vendo que vai dando algum probleminha. O Daniel também, não é? O primeiro inscrito é o Élerson e o segundo é a Patrícia. Aconteceu comigo e o Daniel antes também. Eu acho que se inscrevem na mesma hora. Mas, Conselheiro Élerson, por gentileza. À vontade. **ELERSON, CÁRITAS BRASILEIRA/MG:** Élerson da Cáritas brasileira. É uma fala curta, é só para me solidarizar com a questão trazida pela Paula e também por toda a secretaria executiva. Quando nós chegamos – eu estou no segundo mandato desse conselho – Mas, quando nós chegamos, quando a Consola saiu o que nós mais falamos é da presteza e da disponibilidade que a equipe da secretaria executiva tem para preparar, não só o ambiente, mas muitas vezes os trabalhos, esclarecendo dúvidas. Se para nós está difícil, muitas vezes, participar da plenária nesse regime remoto e com tantas coisas para fazer ao mesmo tempo, fico imaginando como também não deve estar sendo para elas. E pensando em outras experiências que a gente tem, queria agradecer essa disponibilidade dela de assumir uma função sem ter sido nomeada ainda. Porque eu trabalho, a gente que tem parceria com o poder público em várias áreas, em outros lugares isso não teria acontecido. Se a gente puder dar uma resolução mesmo, efetiva para isso e dar todas as condições para que elas possam exercer as atividades, da mesma forma, a gente agradece. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Élerson. Agora é Conselheira Patrícia. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Eu queria registrar que a secretaria executiva é o coração de um conselho. É muitíssimo importante o trabalho da Paula, da Rosa, da Adelmira, do Ângelo, do pessoal da equipe técnica, a equipe administrativa também. A Eliane, a Regina e outras, que minha memória

não é muito boa de nome. Mas eu queria agradecer todo mundo pelo empenho, pela disponibilidade, por tudo o que faz aí pelo CEAS, pela gente. E aí eu queria registrar uma fala que eu tive aqui no chat, de que é importante que a nomeação da Paula seja retroativa, para garantir que ela vá receber esses dias já trabalhados. E aí, a minha proposta de encaminhamento é que a Sedese seja oficiada em relação a isso, garantindo direitos trabalhistas desse tempo, um mês, pelo menos, que ela já está trabalhando e que saia a nomeação dela, para ela continuar no cargo de secretária executiva. E também com a relação dos equipamentos que a secretaria executiva precisa. Que a equipe toda faça essa relação e aí a gente oficia à Sedese. A gente sabe que não vai, se a gente falar: "Precisa de 50 computadores". Não vai receber, mas a gente tem que registrar também essa solicitação oficialmente. Então seria mais ou menos isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Patrícia. Obrigado pela fala. Agora o Élerson gostaria, de novo. Não, acho que foi só uma inscrição dupla, não é? Ou teria uma outra inscrição após a Patrícia? Não, né? Então seria do Conselheiro Daniel. **DANIEL, MNPR:** Sabendo entender e entendendo o quão magnífico, e também é muito importante o trabalho conjunto que a secretaria executiva vem fazendo para nós, conselheiros. Eu acho que essa nomeação se faz justa, presidente e demais conselheiros, porque a gente não se atém somente a uma titularidade, sabe? Porque, infelizmente, como a Consolação saiu, pediu exoneração, ela saiu da secretaria executiva, ficou essa vacância, enquanto que o conselho não pode ficar. **PRESIDENTE:** Acho que cortou a ligação, Conselheiro Daniel. Conselheiro Daniel? Alô? Conselheiro? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Acho que podemos seguir, presidente. **PRESIDENTE:** É, eu acho que cortou. Eu pensei que era. Bom, era esse o ponto então. Nós já anotamos aqui esses pontos todos e vamos dar os encaminhamentos internos, necessários. Pode ter certeza disso. **DANIEL, MNPR:** Vocês estão me ouvindo agora? Então, o que acontece? Eu gostaria de ponderar a seguinte informação: que mesmo com a nomeação da Paula, que ela não saia da comissão de apoio, que desde que eu entrei no conselho, ela estava na comissão de apoio e ela se faz muito importante para a gente até mesmo nas nossas deliberações, nas nossas construções e propostas. Então que a gente não possa perdê-la, não é, senhor presidente? Que sempre que uma pessoa é nomeada, uma pessoa vai sempre para o lado do senhor, vai para a mesma comissão que o senhor está. **PRESIDENTE:** É, está muito difícil de manter, eu não consigo escutar. Acho que está interrompendo muito. Mas a gente entendeu, Conselheiro Daniel, das suas propostas. Isso, acredito, a gente entendeu. Pode deixar que a gente fez aqui, foi colocado se é necessário enviar esse ofício. Olha, eu não sei se é necessário, mas se a secretária executiva, se a Paula, ou demais quiserem encaminhar, tem muita... É como a Joana falou: são muitas questões internas. Por exemplo, os equipamentos, eles são por solicitação. Isso sim, isso é natural, que tem que se pedir. Qualquer pessoa que levou um computador ou um notebook, uma câmera, fez um requerimento. Isso aí é um procedimento normal, interno. Mas acho que isso é uma questão bem interna mesmo, que eu acho que isso aí se consegue resolver sem maiores problemas. Patrícia fez a inscrição e a Sandra também. Para nós podermos finalizar esse ponto, depois a gente passa para a composição. **PATRÍCIA, CRESS:** Patrícia, Cress. Eu sou técnica de secretaria executiva de conselho municipal, gente. Eu sei que tudo é importante a gente oficializar à gestão para a gente ter um registro também, um histórico. Então eu insisto na necessidade dessa deliberação, e aí acrescentando a necessidade de contratação imediata de um técnico de nível superior para a secretaria executiva, com conhecimento em orçamento e financiamento. Aquelas análises técnicas, não é? Aquelas orientações lá que Juanita fez ontem, por exemplo, aquilo ali vai muito do papel do técnico da secretaria executiva. Eu faço isso no município. É lógico que com muito menos conhecimento que a Juanita, mas a gente precisa que venha alguém para esse lugar, que tenha conhecimento para subsidiar tecnicamente as deliberações dos conselheiros, que é o que está posto aí na NOB como função dos técnicos da secretaria executiva. Então eu insisto nessa proposta de encaminhamento de ofício para registrar. A necessidade de pagar os retroativos para a Paula, e de sair a nomeação dela enquanto secretária executiva. Que os técnicos elenquem os equipamentos necessários para enviar a relação para a Sedese e essa questão aí do técnico para orçamento. **JOANA, SEDESE:** Então,

Patrícia. Essa questão de... **PATRÍCIA, CRESS:** Tem a inscrição da Sandra. **JOANA, SEDESE:** Ah, desculpa. Eu não vi, não. Desculpa. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Tranquilo. Eu me senti contemplada na fala da Patrícia e só gostaria de acrescentar o seguinte: que muitas vezes essas articulações de nomeação, pagar retroativo, equipamentos, também é muita articulação da chefia, não é? E o Jaime está aqui, eu penso que além do ofício, o próprio Jaime pode fazer essa articulação para que essas coisas todas aconteçam. Nomeação da Paula, pagar retroativo, os equipamentos estão disponíveis para os profissionais da secretaria executiva. Então eu penso que é essa articulação mesmo, que muitas vezes uma conversa resolve isso daí. Talvez possa se pensar nisso também, Jaime, para você fazer uma gestão lá dentro para agilizar essas questões. Eu acho que a Paula assumiu essa função aí, não é fácil ser secretaria executiva do conselho. De nenhum conselho. Nem municipal, nem estadual. Exige muito dela. Com certeza o trabalho dela não só dobrou, como triplicou, e ela tem feito todos os esforços para fazer o trabalho e estar com a gente. Então assim, é questão mesmo de justiça, de ser justo. Eu penso que é isso. O trabalhador, infelizmente, nós estamos em um país capitalista e a força de trabalho tem que ser reconhecida através de pagamento, de aporte financeiro. Então eu penso que é articulação mesmo, acho que tem que ser feito. O Lucas viu, não é, Lucas? Mas é isso mesmo, não tem outra forma de você compensar quem trabalha não. Quem trabalha tem que receber. De acordo com o trabalho, não é isso? Bom, é isso, então. Obrigada, viu? **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra, pelas colocações. Agora vem a inscrição da Joana. **JOANA, SEDESE:** Não, na verdade, eu retiro a minha inscrição. A Sandra já contemplou uma parte da minha fala, que era a questão burocrática mesmo, de administração pública. A gente tem vínculo estatutário, não é vínculo trabalhista. Então não existe, a gente não tem os mesmos direitos, não são as mesmas regras que servidores trabalhistas. Então a gente não tem direito a retroativo, quando se é exonerado não tem... Enfim, são questões legais, são questões que estão postas para o servidor estatutário e para o servidor trabalhista. E o cargo em comissão, ele tem também as suas especificidades. Está bom? Mas é só isso mesmo. Obrigada. **PRESIDENTE:** Então está. Eu não sei se a secretária executiva, se a Secretária Paula quiser fazer o encaminhamento, não há problema nenhum de poder fazer o encaminhamento por ofício. **DANIEL, MNPR:** Senhor presidente. Só uma questão de ordem, rapidinho. Infelizmente eu vou ter de deixar vocês, que a minha reunião já vai começar daqui a um minuto e eu não posso atrasar. **PRESIDENTE:** Está bem. Um ótimo descanso, bom final de semana. **DANIEL, MNPR:** Para vocês também. Me desculpem não poder estar com vocês. Até a próxima. **PRESIDENTE:** Até a próxima. Só concluindo então. Eu acho que é importante fazer essa relação dos equipamentos, isso já poderia, acho que até tem uma instrução quando entrou a questão da pandemia, que já houve essa manifestação dos servidores que precisariam ter equipamentos. Então, enfim, eu acho que... Mas não teria problema em fazer qualquer encaminhamento nesse sentido, dos ofícios. A questão de contratação de técnico específico para o orçamento, isso aí já foge bem da... Porque existem os tetos e o estado está com um contingenciamento muito forte em cima de qualquer tipo de aumento de despesa de pessoal. Nós temos uma outra... Isso é questão que nós vamos levar aí, com certeza mais uma hora e meia, não é? Assim, Patrícia, não é bem assim. No município a gente tem algumas autonomias, mas o estado está numa outra questão. Encerrando esse ponto. Então pode fazer um encaminhamento. Como o Lucas falou, tem a questão também da ata também, que está registrada aqui. Não teria problema. Não sei se precisaria deliberar, mas pode fazer o próprio encaminhamento que não teria problema. Teria o próximo ponto, pode ser assim? Seria composição eleitoral, não é? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Esse ponto, eu acho que deveria avaliar bem se ele deve sair hoje, gente, porque nós estamos com um número muito reduzido de conselheiros, se a gente conseguiria compor essa comissão. O número está bem reduzido agora. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Há um mínimo previsto de conselheiros para compor? Onde está o regramento dela? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Não, eu não estou falando de legislação, Lucas, mas de dar oportunidade para outras pessoas, mas se vocês acharem que querem fazer com quem está aqui... **PRESIDENTE:** É, nós tínhamos pactuados os dois pontos até às 19h27. Quem pediu o ponto do pleito

eleitoral foi? **PAULA, SEC. EXEC. CEAS:** Foi a Patrícia também. **PATRÍCIA, CRESS:** Eu pedi 20 pautas, gente. Todas as pautas eu que pedi. A gente já está na pauta, então está bom. O Lucas perguntou, geralmente são quatro conselheiros na comissão eleitoral e, geralmente, da sociedade civil. A gente está com vacância, desde que a gente tomou posse, com vacância de Cmas e sociedade civil. E aí eu levei essa pauta para a mesa diretora pensando que a comissão eleitoral poderia pensar na melhor estratégia, de como poderia ser ou não realizado esse processo eleitoral em tempos de pandemia e impossibilidade de um formato tradicional, de eleição presencial. Mas, considerando também que aí a comissão se reuniria, e no mês que vem apresentaria a minuta do regimento eleitoral. Mês que vem, setembro. Aí, em outubro ou início de novembro que seria a eleição, porque o edital tem que ser publicado em 30 dias, no mínimo. Aí, considerando isso, eu propus essa pauta de... Como que fala? Gente, a cabeça fundiu mesmo. Instituição da comissão eleitoral. Aí seriam quatro conselheiros. **PRESIDENTE:** São quatro conselheiros. Dois da sociedade civil, dois governamentais, como funciona? **PATRÍCIA, CRESS:** Não necessariamente, na última eleição tinha dois e dois. **PRESIDENTE:** Manter a paridade sempre, não é? É sempre bom manter a paridade, que aí fica tranquilo. Acho que poderia fazer assim, Patrícia, um encaminhamento e que seja pautado na próxima plenária, na reunião das comissões representativas governamental e sociedade civil, que dali já retire as duas pessoas, dois de cada, para poder compor e já chegar na próxima plenária com os nomes compostos. Pode ser assim? Ok. Então está. Sendo assim, gente. Encerramos os dois pontos. Ficamos com pontos já para a próxima... Opa. Conselheiro Irajá, por gentileza. **DAMIÃO BRAZ, APOINME:** Oi. Presidente, eu só queria pontuar neste ponto da eleição, da questão eleitoral. Eu até questionei a Secretária executiva, a Consolação, sobre que houve uma escolha, segundo os critérios, os fóruns municipais, que tem dentro do município, não poderia concorrer. E houve uma exceção. E por essa exceção, foi eleita essa pessoa. E aí eu até questionei ela, após a eleição, isso. Mas ela me informou que já estava dentro dos critérios. Essa pessoa foi eleita, do município de Belo Horizonte, do fórum do município de Belo Horizonte. E abrange mais de um município. E dentro desse critério eu quero me colocar à disposição para discutir o próximo ponto. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado. Eu acho que fica previamente para a reunião da sociedade civil. E é importante a sua participação e representação, para que possa conduzir o processo de uma maneira mais tranquila, de uma maneira mais democrática, que todos possam ter as mesmas condições de poder participar. Não tendo mais, por enquanto, ficam os próximos pontos registrados para a próxima ata. Queria desejar para vocês todos um excelente final de semana. Foi novamente um grande prazer poder estar com vocês aqui, de compartilhar esses momentos com todos vocês. A gente sempre passa por grandes aprendizados e desejar que cada um volte... Não dá para voltar para casa, não é? Porque a gente já deve estar em casa, mas desejar que o final de semana seja muito abençoado para todos vocês e que tenhamos um mês, os próximos meses, muito produtivos. Certo, gente? Encerrando a plenária às 19h32. Até uma próxima oportunidade. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Nome	Entidade/Orgão	Assinatura
Jaime Alvino Starke	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Isaura dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombola de Minas Gerais	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo da SSV	
João Alves Crisóstomo	CMAS de Pirapora	

Anédia Miranda Farias	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH	
Natalia Lince	– Federação das APAES	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas	
Patrícia Carvalho Gomes	- Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-MG	
João Victor de Almeida Chaves	- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS de Novo Oriente de Minas	
Silvestre Dias	Secretária de Estado de Fazenda – SEF	
Aloísio Soares de Lima Júnior	Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS	
Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo	– CMAS de Montes Claros,	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	Secretaria de Estado de Educação – SEE	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de População em Situação de Rua,	
Elerson da Silva	Cáritas Brasileira – Regional MG	
Marcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM,	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de BH	
Damião Braz (Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME	
José Darci dos Santos	Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS,	
Márcio Alves	CMAS de Itabira	

Evangelista		
Cláudia Maria Bortot Falabella	Falabella - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE	